

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

TATIANE MARISA MARAFIGO ZANDER

**O PROGRAMA REUNI E OS IMPACTOS PRODUZIDOS NO CAMPUS PONTA
GROSSA DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

PONTA GROSSA

2023

TATIANE MARISA MARAFIGO ZANDER

**O PROGRAMA REUNI E OS IMPACTOS PRODUZIDOS NO CAMPUS PONTA
GROSSA DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**THE REUNI PROGRAM AND ITS IMPACTS ON THE PONTA GROSSA CAMPUS
OF THE FEDERAL TECHNOLOGICAL UNIVERSITY - PARANÁ**

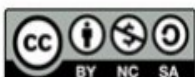
Trabalho apresentado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção como requisito para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador: Luiz Alberto Pilatti.

Coorientador: Roberto Bondarik.

PONTA GROSSA

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



**Ministério da Educação
Universidade
Tecnológica Federal do
Paraná Campus Ponta
Grossa**



TATIANE MARISA MARAFIGO ZANDER

**O PROGRAMA REUNI E OS IMPACTOS PRODUZIDOS NO CAMPUS PONTA GROSSA
DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Engenharia De Produção da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Gestão Industrial.

Data de aprovação: 01 de Setembro de 2023

Dr. Luiz Alberto Pilatti, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Erivelton Fontana De Laat, Doutorado - Universidade Estadual do

Centro Oeste (Unicentro) Dr. Joao Luiz Kovaleski, Doutorado -

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Luis Mauricio Martins De Resende, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 01/09/2023.

Dedico este trabalho a Deus, ao meu amado esposo, minha base nesse caminho, e aos que sempre contribuíram para minha evolução.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pelo milagre da vida, por sempre renovar minha fé e esperança, por restaurar minha saúde novamente.

Agradeço aos meus queridos irmãos, Jéssica Zander e Luiz Ricardo Zander, que passaram noites difíceis ao meu lado, sem perder a fé e cuidaram de mim com tanto amor. Ao meu sobrinho amado Gutinho que tanto me alegra e ilumina meus dias.

Ao meu amado esposo Saulo Pontarolo Marena, por todo amor, carinho, cuidado, respeito e dedicação. Companheiro que ajudou em todos os momentos dessa jornada, na leitura dos meus artigos científicos quando eu não conseguia ler, na minha volta lenta a escrita, enfim em muitos desafios.

Agradeço, em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Alberto Pilatti, que durante todo o mestrado sempre teve muita paciência, empatia, além de toda sabedoria e humanidade, um exemplo de professor e amigo.

Agradeço ao meu coorientador Prof. Dr. Roberto Bondarik, por toda contribuição e dedicação ao longo do meu trabalho, com muita empatia e humanidade também.

A cada um dos entrevistados, atores fundamentais na história da UTFPR, o que permitiu a universidade ser o que é hoje, uma das melhores do Brasil.

Ao Cidmar Ortiz dos Santos, colega de pesquisa, o qual tenho o maior respeito e admiração, sempre disposto a ajudar, um grande amigo e uma pessoa incrível.

Ao meu amigo Carlos Henrique, por todo apoio durante meus internamentos, sua ajuda foi fundamental para minha permanência no mestrado.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo avaliar os impactos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) no Campus Ponta Grossa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa do problema. O corpus de pesquisa foi composto por documentos do Reuni, da UTFPR e entrevistas. O procedimento analítico utilizado nas entrevistas foi a análise de conteúdo. Constatou-se que o Campus Ponta Grossa cumpriu a maioria dos compromissos assumidos na pactuação do Reuni, principalmente a expansão de vagas na graduação, a abertura de novos cursos na graduação e pós-graduação, a atualização e expansão da estrutura física do campus e a aquisição de novos equipamentos. O número de servidores destinados para o campus também foi maior que o inicialmente previsto. Os compromissos não cumpridos foram relacionados com a evasão estudantil e retenção de alunos. Conclui-se que os impactos da participação do Campus Ponta Grossa foram muito mais positivos que negativos.

Palavras-chave: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Ponta Grossa; expansão do ensino superior.

ABSTRACT

The present study aimed to assess the impacts of the Program for Support of Federal Universities Restructuring and Expansion Plans (Reuni) at the Ponta Grossa Campus of the Federal Technological University of Paraná (UTFPR). This was a field research with a qualitative approach to the problem. The research corpus was composed of documents from Reuni, UTFPR, and interviews. The analytical procedure used in the interviews was content analysis. It was found that the Ponta Grossa Campus fulfilled most of the commitments made in the Reuni agreement, particularly regarding the expansion of undergraduate vacancies, the opening of new undergraduate and graduate courses, the update and expansion of the campus infrastructure, and the acquisition of new equipment. The number of staff allocated to the campus was also higher than initially foreseen. The unfulfilled commitments were related to student attrition and retention. It is concluded that the impacts of the Ponta Grossa Campus' participation were much more positive than negative.

Keywords: Program for Support of Federal Universities Restructuring and Expansion Plans (Reuni); Federal Technological University of Paraná (UTFPR), Ponta Grossa Campus; higher education expansion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Fluxograma de seleção de artigos.....	27
Figura 2	– Número total de universidades federais existentes até 2010.	61
Figura 3	– Mapa Paraná da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.....	66
Figura 4	– Análise de conteúdo.....	74
Figura 5	– Ciclos da UTFPR.....	77
Figura 6	– Evolução da taxa de evasão dos cursos de graduação em funcionamento.....	111
Figura 7	– Taxa de evasão dos campi – 2016 a 2018 – comparada com a média da UTFPR – 2016.....	111
Figura 8	– Quadro de servidores da UTFPR entre 1978 e 2016.....	128
Figura 9	– Evolução do quantitativo de servidores docentes do magistério superior, do ensino básico, técnico e tecnológico e técnico-administrativos.....	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Evolução no número de matrículas de graduação, por categoria administrativa – Brasil.....	62
Gráfico 2	– Ampliação das vagas da graduação – UTFPR.....	106
Gráfico 3	– Acompanhamento das vagas ofertadas.....	107
Gráfico 4	– Cursos previstos para a pós-graduação - <i>Stricto Sensu</i>.....	114
Gráfico 5	– Demonstrativo da produção científica total da UTFPR.....	119
Gráfico 6	– Demonstrativo da produção científica.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Corpus da pesquisa.....	29
Quadro 2	– Reformulação do ensino superior de 2003 a 2010.....	55
Quadro 3	– Universidades criadas para integração e internacionalização entre 2008 e 2012.....	64
Quadro 4	– Panorama da expansão universitária.....	65
Quadro 5	– Universidades federais criadas de 2005 a 2008.....	65
Quadro 6	– Perguntas de pesquisa.....	68
Quadro 7	– Hipóteses do estudo.....	68
Quadro 8	– Cursos ofertados de graduação no Campus Ponta Grossa antes do Reuni.....	70
Quadro 9	– Curso ofertado de pós-graduação no Campus Ponta Grossa..	71
Quadro 10	– Cursos ofertados de graduação no Campus Ponta Grossa.....	72
Quadro 11	– Cursos ofertados de pós-graduação no Campus Ponta Grossa.....	72
Quadro 12	– Entrevistados.....	73
Quadro 13	– Cursos disponibilizados na UTFPR - Campus Ponta Grossa...	107
Quadro 14	– Cursos ofertados no Campus Ponta Grossa.....	109
Quadro 15	– Atividades de extensão UTFPR.....	112
Quadro 16	– Assistência estudantil da UTFPR.....	113

Quadro 17	– Programas de pós-graduação - <i>Stricto Sensu</i> - Campus Ponta Grossa.....	114
Quadro 18	– Dados gerais da pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>.....	116
Quadro 19	– Programas de pós-graduação aprovados.....	116
Quadro 20	– Incentivo à pesquisa na UTFPR.....	118
Quadro 21	– Empreendedorismo e propriedade intelectual.....	118
Quadro 22	– Internacionalização.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Total de campus existente e o total de municípios atendidos..	61
Tabela 2	– Número de matrículas de graduação da rede pública por categoria administrativa – 2019.....	63
Tabela 3	– Número de matrículas de graduação da rede pública por categoria administrativa – 2018.....	63
Tabela 4	– Número de matrículas de graduação da rede pública, por categoria administrativa 2009-2010.....	63
Tabela 5	– Quantitativo de alunos por campus e modalidade de ensino...	108
Tabela 6	– Detalhamento das bolsas de monitoria, por campus.....	109
Tabela 7	– Número de alunos matriculados no mestrado - Campus Ponta Grossa.....	117
Tabela 8	– Número de alunos matriculados no doutorado - Campus Ponta Grossa.....	117
Tabela 9	– Países que receberam alunos da UTFPR em mobilidade.....	122
Tabela 10	– Comparativo dos investimentos em internacionalização.....	123
Tabela 11	– Valores empenhados - Campus Ponta Grossa.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BI	Bacharelados Interdisciplinares
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ	Centro das Ciências Jurídicas
CCM	Centro de Ciências Médicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CE	Centro de Educação
CEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CGU	Controladoria Geral da União
CHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CI	Ciências da Informação
DEA	Análise Envoltória de Dados
DOAJ	<i>Directory of Open Access Journal</i>

EaD	Ensino a distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IAD	Indicador de avaliação docente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
Lula	Luiz Inácio Lula da Silva
MEC	Ministério da Educação
PIB	Produto interno bruto
Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
ProUni	Programa Universidade para Todos

PURO	Polo Universitário de Rio das Ostras
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RD	Renda Domiciliar
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
TCG	Taxa de conclusão dos cursos de graduação
TSG	Taxa de sucesso de graduação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOPA	Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFVJM	Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri
UnB	Universidade de Brasília

UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VR	Volta Redonda
WoS	<i>Web of Science</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
1.1	Objetivos.....	23
1.1.1	Objetivo geral.....	23
1.1.2	Objetivos específicos.....	23
1.2	Justificativa.....	24
1.3	Estrutura do trabalho.....	26
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2.1	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) como foco de pesquisa.....	27
2.1.1	O programa Reuni com foco em outras temáticas.....	32
2.1.1.1	<u>Estudos bibliométricos</u>	32
2.1.1.2	<u>Estudos de caso</u>	34
2.1.1.3	<u>Estudos globais</u>	40
2.1.2	O programa Reuni com foco na interiorização e expansão.....	47
2.1.2.1	<u>Estudos de caso</u>	47
2.1.2.2	<u>Estudos globais</u>	52
2.2	Interiorização do ensino superior brasileiro.....	54
3	METODOLOGIA.....	68

3.1	Tipo de pesquisa.....	68
3.2	Pergunta de pesquisa primária, perguntas de pesquisa secundárias, hipótese básica, hipóteses secundárias e variáveis.....	68
3.3	Local de pesquisa.....	69
3.4	Corpus da pesquisa.....	73
3.5	Instrumento utilizado para a coleta de dados.....	74
3.6	Procedimento de análise dos dados.....	74
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	76
4.1	Adesão da UTFPR ao programa Reuni, compromissos assumidos e implementação.....	76
4.2	O Reuni na graduação e pós-graduação da UTFPR.....	105
4.3	A distribuição de recursos financeiros, oriundos do Reuni, para investimentos e despesas de custeio na UTFPR.....	124
4.4	O quadro de servidores da UTFPR.....	128
5	CONCLUSÃO.....	132
	REFERÊNCIAS.....	136
	APÊNDICE A – ENTREVISTA 1: Éden Januário Netto.....	149
	APÊNDICE B – ENTREVISTA 2: Carlos Eduardo Cantarelli.....	168
	APÊNDICE C – ENTREVISTA 3: Luiz Nacamura Junior.....	183

APÊNDICE D – ENTREVISTA 4: Maurício Alves Mendes.....	191
APÊNDICE E – ENTREVISTA 5: Vilson Ongaratto.....	204
APÊNDICE F – ENTREVISTA 6: Luiz Alberto Pilatti.....	215
APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	236

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira passou por mudanças tanto qualitativas quanto quantitativas nos últimos anos (FERREIRA, 2016). O ensino superior, em particular, ganhou destaque na sociedade a partir dos anos 2000, despertando a consciência da população sobre seu papel no desenvolvimento econômico e social do país. No entanto, foi somente na década de 2010 que ocorreu uma mudança significativa no cenário da educação superior no Brasil, impulsionada pelas políticas públicas educacionais criadas pelo governo federal (CARNEIRO; BRIDI, 2020).

As reformas educacionais realizadas nos governos FHC e Lula visaram ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior, embora com enfoques e ações diferentes. No governo FHC, essas ações foram criticadas porque a educação superior era considerada 'mercadorizada', com o Estado reduzindo sua responsabilidade em relação às universidades. Durante o período de 1995 a 2002, a reforma proposta possibilitou o crescimento do ensino superior, principalmente no setor privado, mantendo a elitização e a seletividade étnica e racial no ingresso dos alunos (SALES *et al.*, 2019).

Em relação ao governo Lula, que teve início em janeiro de 2003, as políticas educacionais, nos seus dois primeiros mandatos, em geral se concentraram em uma visão fiscalista/reguladora em relação aos investimentos (GREGÓRIO; RODRIGUES, 2014). No entanto, uma das ações mais impactantes, não apenas em termos de benefícios esperados, mas também pelo volume de investimento realizado, foi a expansão da rede universitária federal na década de 2000 (BARBOSA; PETTERINI; FERREIRA, 2020).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), um amplo esquema que previa ações para aumento de vagas, ampliação ou criação de novos cursos, aumento do número de alunos por professor, redução do custo por aluno, flexibilização de currículos e combate à evasão estudantil, originou-se da proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior criada e divulgada pelos representantes da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em 2003, sendo regulamentado pelo Decreto nº 6.094/2007 (MOURA; PASSOS, 2019).

A proposta do programa Reuni possibilitou a concretização de um novo modelo de universidade, que estabelece uma transformação completa na arquitetura acadêmica das universidades públicas brasileiras. Essencialmente, esse modelo busca estimular a adesão a uma nova relação de trabalho com os docentes, representando uma mescla tímida dos modelos norte-americano (de origem flexneriana) e europeu (processo de Bolonha) (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008).

O principal objetivo do Reuni foi criar condições para ampliar o acesso e a permanência na educação superior, especialmente no nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007a, p. 7). Além disso, o programa estipula as seguintes diretrizes:

- I – redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II – ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III – revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV – diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V – ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI – articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

No entanto, o programa recebeu críticas, pois o decreto se assemelhava a um contrato de gestão, estabelecendo metas de desempenho rígidas para a obtenção de recursos financeiros (CISLAGHI, 2011). Além disso, houve sobrecarga de trabalho para os docentes, uma vez que o número de vagas para professores não foi proporcional ao número de vagas para alunos, e a flexibilização de currículos e o uso da Educação a Distância (EaD) aceleraram o processo de ensino e intensificaram a certificação em larga escala (MANCIBO; VALE; MARTINS, 2015). Isso resultou na precarização das condições de trabalho e transformou as universidades federais apenas em instituições de ensino de baixa qualidade (ANDRADE; LUCENA; BARLETA, 2018).

O processo de adesão ao programa ocorreu em duas chamadas em 2007. Das 54 universidades federais existentes na época, 53 aderiram ao Reuni, e suas propostas foram encaminhadas ao Ministério da Educação (MEC). O programa enfatizava a interiorização, juntamente com medidas de inovação e novos formatos de cursos de graduação, representando uma mudança significativa no cenário do ensino superior brasileiro (ANDRIOLA; SULIANO, 2015).

Uma das principais características do Reuni é a expansão geográfica, que busca levar as universidades federais para regiões do interior, considerando as necessidades e vocações econômicas de cada localidade (GUMIERO, 2019).

O objetivo do Reuni com a interiorização era solucionar a concentração das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nas capitais e regiões mais desenvolvidas do Brasil. Entre 2003 e 2009, 236 cidades sem instituições de ensino superior inauguraram campi, por meio da criação de novas universidades ou da expansão de campi de universidades já existentes em áreas metropolitanas ou cidades de grande porte. Cerca de 20 mil docentes e servidores administrativos foram contratados por meio de concursos públicos (MARQUES; CEPÊDA, 2012). A expansão para o interior, impulsionada principalmente pelo Reuni, modificou a configuração do ensino superior público no país.

As políticas direcionadas à educação superior apresentaram resultados positivos, como o aumento considerável no número de formandos (PEREIRA *et al.*, 2016). No entanto, mesmo com as mudanças positivas, é importante destacar que a expansão também trouxe desafios que ainda não foram totalmente superados.

Diversos estudos foram publicados nos últimos anos sobre o Programa Reuni, abordando diferentes perspectivas. Entre eles, destacam-se estudos sobre os impactos do Reuni, realizados por Barbosa, Petterini e Ferreira (2020) e por Souza, Filippo e Casado (2015). Outros estudos analisaram a implementação do programa, como os de Abreu e Marra (2019) e Novato, Najberg e Lotta (2020). A expansão e interiorização foram temas abordados por Fraga *et al.* (2020) e por Gumiero (2019). O trabalho docente foi objeto de estudo de Pizzio e Klein (2015) e Silva e Mancebo (2014). Além disso, foram realizadas pesquisas sobre os cursos de graduação e pós-graduação, como o estudo de Lima (2012), Pan e Lopes (2016), Trevizan (2014), Trombini, Rocha e Lima (2020) e Santos *et al.* (2021).

É possível compreender a importância do programa Reuni com base nos estudos realizados. Essas pesquisas destacam o papel dos envolvidos no processo de implantação, os impactos produzidos nas instituições federais e nas regiões onde o programa foi implementado, bem como o trabalho dos docentes e a experiência dos alunos nos cursos de graduação. Entre os estudos elencados, é relevante mencionar aqueles relacionados à interiorização, que abordam o processo de expansão das universidades federais para o interior e as regiões litorâneas. Esse processo tornou o ensino superior mais acessível aos alunos que não podem se deslocar aos grandes centros urbanos, além de promover investimentos nessas localidades.

A busca por alternativas para democratizar o acesso ao ensino, em todos os níveis, é um fenômeno que ocorre não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Há décadas, o governo tem buscado soluções para garantir que os alunos tenham acesso a um ensino de qualidade. Esse é um dos objetivos do programa Reuni para o ensino superior público federal, sendo um problema complexo a ser enfrentado.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Avaliar os impactos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) no Campus Ponta Grossa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os compromissos assumidos pela UTFPR ao aderir ao Reuni, com ênfase nas ações e metas relacionadas ao Campus Ponta Grossa;
- b) Avaliar o aumento na oferta de cursos de graduação e pós-graduação durante o período do Reuni e após a sua implementação, no Campus Ponta Grossa;
- c) Analisar os investimentos e despesas de custeio realizados no Campus Ponta Grossa durante a vigência do Reuni e após o seu encerramento;

d) Avaliar o impacto no número de servidores docente e técnico-administrativos decorrente das ações do Reuni no Campus Ponta Grossa.

Para alcançar este objetivo, além da análise de documentos oficiais, como relatórios institucionais, será buscada a percepção dos gestores que participaram ativamente do processo de implantação e gestão. Essa abordagem visa capturar informações relevantes que não foram registradas formalmente e que correm o risco de se perderem ao longo do tempo.

1.2 Justificativa

A escolha do tema de pesquisa baseia-se nos critérios de importância, viabilidade e originalidade, conforme proposto por Castro (2006). Nesse sentido, a presente pesquisa será justificada por esses aspectos.

No que diz respeito à importância do tema, a UTFPR destaca-se como a única instituição denominada tecnológica entre as 54 universidades federais que aderiram ao programa Reuni (CAMILO, 2013) e a que possui o maior número de campi entre todas as universidades federais do Brasil, conferindo-lhe uma especificidade única.

No Reuni, a UTFPR destacou-se como uma das instituições que mais se aproximaram da utilização total dos recursos disponibilizados (TREVIZAN, 2014). Essas particularidades permitem investigar os desafios e impactos específicos relacionados à interiorização do ensino superior tecnológico.

Ademais, a presença de investimentos federais em 12 cidades do Estado do Paraná tem contribuído de forma significativa para a interiorização do ensino superior público e para o desenvolvimento econômico e social das regiões onde os campi estão inseridos. Estudos anteriores (FRAGA *et al.*, 2020; ANDRIOLA; SULIANO, 2015) demonstram a relevância da interiorização do ensino superior, convergente com os objetivos do programa Reuni, e proporcionam um ambiente propício para a análise dos resultados e impactos alcançados (BRUNE, 2015). Diante disso, é essencial aprofundar a compreensão dos impactos e resultados alcançados nesse contexto, visando aprimorar políticas e práticas educacionais.

No que tange à viabilidade da pesquisa, os documentos e os atores centrais no processo examinado foram acessíveis ao pesquisador durante o percurso realizado para a consecução dos objetivos propostos.

Quanto à originalidade, é notório que há lacunas na literatura acadêmica no que se refere ao estudo do processo de interiorização do ensino superior público federal no contexto do Reuni. Embora algumas pesquisas tenham abordado o tema, ainda são relativamente poucas as investigações empíricas que exploram o fenômeno, possivelmente devido ao recente início da implementação dessa política e aos impactos decorrentes da interiorização. Assim, a presente pesquisa visa preencher essa lacuna, contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área específica. Ao analisar os impactos da interiorização na UTFPR, o estudo proporcionará insights valiosos para a formulação e aprimoramento de políticas educacionais que visem à expansão e qualificação do ensino superior público federal em regiões interioranas. A originalidade da pesquisa está centrada no potencial dos resultados e nas contribuições que o estudo pode oferecer para o campo da educação, não sendo derivada de outros estudos semelhantes, como proposto por Castro (2006).

Adicionalmente, o trabalho se justifica em função de que, para alcançar os objetivos estabelecidos, além da análise de documentos oficiais, como relatórios institucionais, será buscada a percepção dos gestores que participaram ativamente do processo de implantação e gestão. Essa abordagem qualitativa visa capturar informações relevantes que não foram registradas formalmente e que correm o risco de se perderem ao longo do tempo. A participação dos gestores proporcionará insights valiosos sobre os desafios, as estratégias adotadas, as boas práticas e os resultados alcançados durante o processo de interiorização na UTFPR, enriquecendo a análise e contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos impactos do programa Reuni.

Portanto, a pesquisa apresenta justificativas sólidas com base na importância do tema, na viabilidade de acesso às informações necessárias, na originalidade da abordagem sobre a interiorização do ensino superior público federal no contexto do programa Reuni e na inclusão da perspectiva dos gestores. O estudo contribuirá para o avanço do conhecimento no campo da educação e possibilitará o aprimoramento de políticas e práticas educacionais, visando promover o desenvolvimento regional e a inclusão social por meio da interiorização do ensino superior público federal.

1.3 Estrutura do trabalho

O presente trabalho adota uma estrutura tradicional, dividida em introdução, desenvolvimento e conclusão, que compõem a parte textual do estudo.

A introdução tem como objetivo apresentar o contexto do trabalho, a pergunta de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), a justificativa e a estrutura do estudo.

O desenvolvimento é subdividido em diferentes seções, começando pelo referencial teórico, que é composto por dois capítulos distintos.

O primeiro capítulo, intitulado “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) como foco de pesquisa”, é dividido em duas partes. A primeira parte aborda o Programa Reuni em relação a diferentes temáticas tratadas, enquanto a segunda parte se concentra especificamente no objeto de estudo deste trabalho, que é o Programa Reuni com enfoque na interiorização e expansão. Nesse capítulo, é realizada uma revisão sistemática da literatura. As bases consultadas foram *SciELO Brazil*, *Scopus*, *DOAJ* e *Web of Science*.

O segundo capítulo é dedicado à “Interiorização do Ensino Superior Brasileiro”. Nele, são levantadas legislações pertinentes e é feito um resgate histórico do processo de interiorização do ensino superior no Brasil.

A seção de metodologia é dividida em cinco subseções, que abordam o tipo de pesquisa adotado, a hipótese básica e as variáveis consideradas, a caracterização da instituição, universo e corpus da pesquisa, bem como o instrumento utilizado para a coleta de dados.

No desenvolvimento do trabalho, também são apresentados os resultados obtidos na parte empírica do estudo, que inclui entrevistas e análise de documentos. Além disso, são realizadas discussões direcionadas pelos objetivos propostos.

Na conclusão, são sintetizados os principais resultados encontrados e apresentadas as limitações do estudo, juntamente com sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

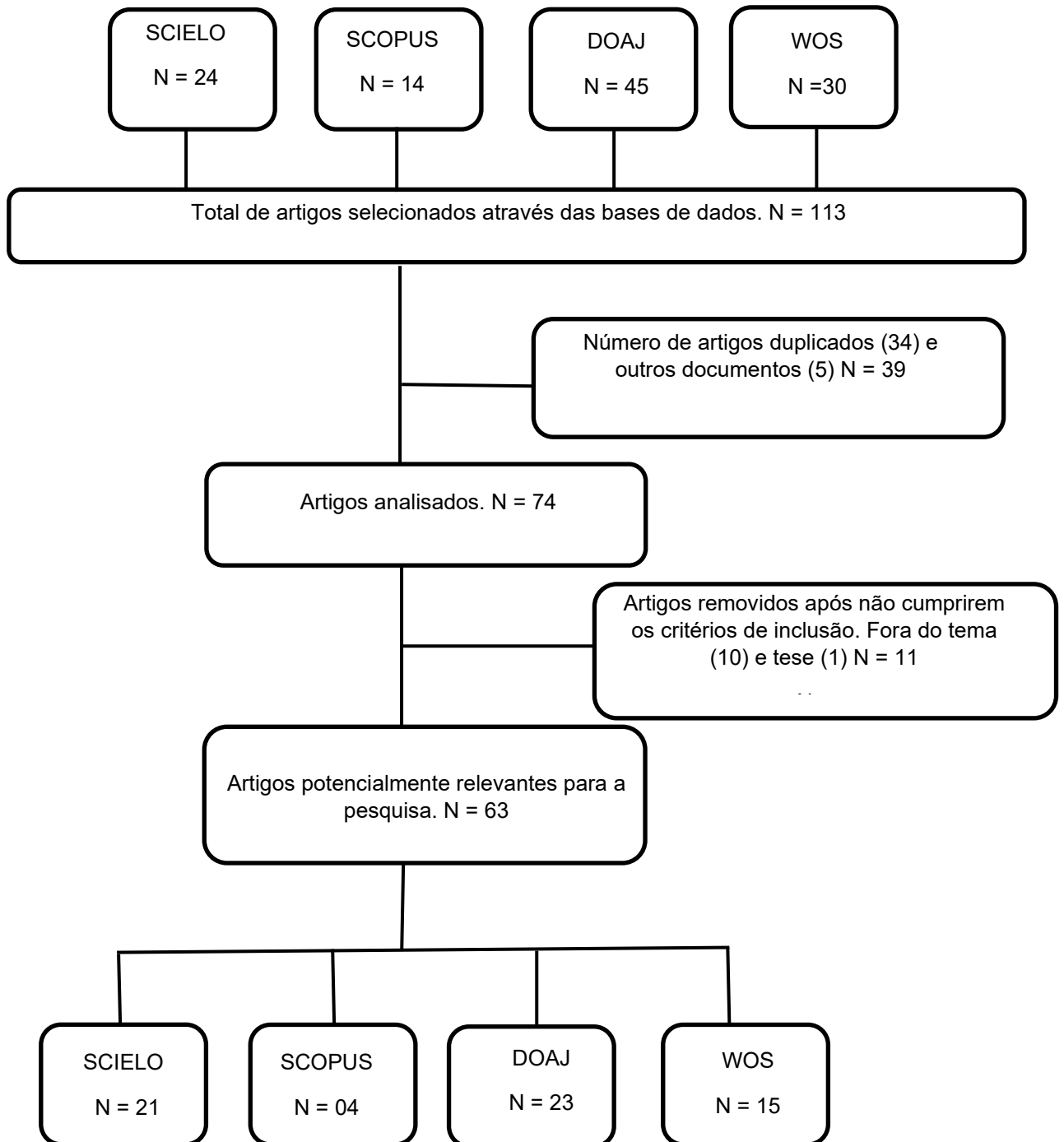
2.1 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) como foco de pesquisa

Com a internacionalização da pesquisa científica, tem havido uma diminuição nas publicações que tratam exclusivamente de questões locais. Artigos descritivos que se concentram em temas locais podem ser úteis em periódicos locais, mas, a menos que abordem um tema completamente novo, não são adequados para publicação em periódicos de circulação internacional (MINAYO, 2008). Levando em consideração esse contexto, foram consultadas as seguintes bases de dados: SciELO Brazil, considerada a principal base indexadora do Brasil, que inclui os principais e mais importantes periódicos brasileiros. Isso ocorre porque a maioria dos estudos sobre o programa Reuni tem um escopo local e não é voltada para o público internacional. Além disso, foram utilizadas as bases de dados Scopus, DOAJ e Web of Science, devido à sua abrangência na publicação de artigos sobre educação e suas interações com aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Os descritores utilizados foram “Reuni” combinado com o operador booleano “ou” e “Reuni program”. Não houve o estabelecimento de um recorte temporal e os artigos que não estavam disponíveis em acesso aberto foram encontrados no Google Scholar. Obteve-se um total de 113 artigos, sendo 14 indexados na base Scopus, 24 na SciELO Brazil, 45 na DOAJ e 30 na WoS. Foram identificados 34 textos duplicados e cinco documentos que não eram artigos, sendo excluídos do estudo.

Em seguida, procedeu-se à análise dos títulos e resumos, resultando na exclusão de mais 11 artigos de outros temas. Foi realizada a leitura completa de 63 artigos, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma de seleção de artigos



Fonte: Autoria própria (2021)

Com um corpus de 63 artigos e após a leitura completa, os artigos foram divididos em dois grupos distintos. O primeiro grupo engloba os artigos que abordam temáticas relacionadas ao Reuni, tais como evasão estudantil, qualidade de vida dos

docentes, entre outros. O segundo grupo é composto pelos estudos que se concentram na interiorização e expansão alcançadas por meio do programa Reuni. Essa classificação pode ser observada no Quadro 1.

Quadro 1 – Corpus da pesquisa

Programa	Divisões	Base	Autor/es	Tipo de estudo
Reuni	1º grupo: Reuni com foco em outras temáticas	SciELO (n=17)	Barbosa, Petterini e Ferreira (2020)	Estudo global
			Novato, Najberg e Lotta (2020)	Estudo de caso
			Paula e Almeida (2020)	Estudo global
			Moura e Passos (2019)	Estudo global
			Sales <i>et al.</i> (2019)	Estudo bibliométrico
			Magalhães e Real (2018)	Estudo bibliométrico
			Prestes e Fialho (2018)	Estudo de caso
			Pereira <i>et al.</i> (2016)	Estudo global
			Lima e Machado (2016)	Estudo de caso
			Zorzal (2016)	Estudo global
			Mancebo, Vale e Martins (2015)	Estudo global
			Silva e Mancebo (2014)	Estudo de caso
			Pizzio e Klein (2015)	Estudo de caso
			Lima (2013)	Estudo de caso
			Cislaghi (2011)	Estudo de caso
			Embiríçu, Fontes e Almeida (2010)	Estudo global
			Lima, Azevedo e Catani (2008)	Estudo global

			Abreu e Marra (2019)	Estudo de caso
			Andrade, Lucena e Barleta (2018)	Estudo global
			Duquia e Rodrigues (2018)	Estudo de caso
			Aroni (2017)	Estudo global
			Bittencourt, Ferreira e Brito (2017)	Estudo global
			Paula (2015)	Estudo global
			Souza, Filippo e Casado (2015)	Estudo global
			Sousa e Coimbra (2015)	Estudo de caso
			Castro e Pereira (2014)	Estudo global
			Coelho (2014)	Estudo de caso
			Gregório e Rodrigues (2014)	Estudo de caso
			Costa, Costa e Barbosa (2013)	Estudo de caso
			Silva, Freitas e Lins (2013)	Estudo de caso
			Koglin e Nogueira (2013)	Estudo de caso
			Borges e Aquino (2012)	Estudo global
			Gregório (2012)	Estudo global
			Lima (2012)	Estudo global
			Pereira e Silva (2010)	Estudo global
		DOAJ (n=18)		
			Costa <i>et al.</i> (2020)	Estudo global
			Ramos, Silveira e Martins (2020)	Estudo de caso
			Castro e Pereira (2019)	Estudo de caso
			Miranda Júnior e Cabello (2019)	Estudo de caso
		WoS (n=12)		

			Moreira, Benedicto e Carvalho (2019)	Estudo global
			Almeida (2018)	Estudo de caso
			Barbosa, Pires e Dwyer (2018)	Estudo global
			Cañaverl e Sá (2017)	Estudo de caso
			Oliveira e Cranchi (2017)	Estudo global
			Ferreira (2016)	Estudo global
			Pan e Lopes (2016)	Estudo global
			Roncaglio (2016)	Estudo de caso
Reuni e Interiorização	2º grupo: Reuni com foco na interiorização e expansão	SciELO (n=04)	Fraga <i>et al.</i> (2020)	Estudo de caso
			Gumiero (2019)	Estudo de caso
			Andriola e Suliano (2015)	Estudo de caso
			Araújo e Santos (2014)	Estudo de caso
		Scopus (n=04)	Ferreira e Santos (2018)	Estudo de caso
			Arruda e Gomes (2015)	Estudo de caso
			Buligon <i>et al.</i> (2015)	Estudo de caso
			Catani, Oliveira e Pezarico (2014)	Estudo de caso
		DOAJ (n=05)	Arroyo e Petterini (2020)	Estudo global
			Santos e Santos (2019)	Estudo de caso
			Corrêa e Nascimento (2018)	Estudo de caso
			Costa <i>et al.</i> (2011)	Estudo de caso
			Melo, Melo e Nunes (2009)	Estudo global
WoS	Silva Junior e Czernisz (2016)	Estudo de caso		

		(n=3)	Bizerril (2020)	Estudo global
			Trombini, Rocha e Lima (2020)	Estudo global

Fonte: Autoria própria (2021)

O segundo grupo é composto por 16 artigos, sendo a maioria deles estudos dos últimos cinco anos. Dentre esses, 12 são estudos de caso, o que indica que a maioria dos artigos relacionados à expansão e interiorização analisa o Reuni em contextos específicos, ou seja, em uma determinada instituição federal de ensino superior. Além disso, há quatro artigos considerados como estudos globais.

Em seguida, seguindo a divisão proposta pelo corpus da pesquisa, os estudos serão sintetizados levando em consideração os grupos e subgrupos estabelecidos.

2.1.1 O programa Reuni com foco em outras temáticas

2.1.1.1 Estudos bibliométricos

Este texto apresenta uma análise dos levantamentos bibliométricos realizados por Sales *et al.* (2019) e Magalhães e Real (2018), que investigaram as políticas públicas educacionais e o impacto do programa Reuni.

Com o objetivo de identificar estudos que avaliaram o programa em relação à literatura de avaliação de políticas públicas, Sales *et al.* (2019) realizaram um levantamento bibliométrico em periódicos nacionais. Entre os resultados encontrados, os autores destacaram a predominância de estudos empíricos com abordagem qualitativa e estudos descritivos, além dos periódicos de maior destaque nas regiões sul e sudeste do país.

Sales *et al.* (2019) iniciaram sua pesquisa abordando as políticas públicas educacionais e, em seguida, o Reuni e a expansão das universidades federais. No estudo é enfatizado como foi o processo de adesão das universidades ao programa, de maneira facultativa por meio de um termo de compromisso e um acordo de metas. Os autores mencionaram que a liberação de recursos financeiros para as instituições

participantes estava condicionada ao cumprimento das metas pré-estabelecidas no acordo entre as partes. Esses recursos seriam repassados à medida que os planos de reestruturação fossem apresentados.

Ressalta-se que, ao analisar a percepção, tanto positiva quanto negativa, do programa nos estudos publicados, os autores notaram que onze estudos relataram pontos positivos do Reuni em seus resultados, com destaque para: a inclusão de pessoas negras, economicamente desfavorecidas e egressas de escolas públicas; a expansão de vagas, criação de cursos e ampliação da produção científica (SALES *et al.*, 2019).

Nas considerações finais, os autores reforçaram o impacto do Programa Reuni, destacando que "deu impulso a uma nova fase da educação superior brasileira, ao propor ações de expansão do ensino superior" (SALES *et al.*, 2019, p. 675). Sales *et al.* (2019) sugeriram que, com a finalização da implementação do programa em 2012, medidas de curto prazo devem ser criadas para a manutenção do ensino superior público.

O estudo proposto por Magalhães e Real (2018) apresenta como ideia principal o mapeamento das produções científicas relacionadas a políticas públicas para o ensino superior brasileiro e seus desdobramentos por meio do programa Reuni, além de apontar os principais aspectos e lacunas em relação à produção intelectual sobre o tema no período de 2007 a 2016.

O levantamento bibliométrico foi realizado com base em estudos publicados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estudos completos publicados em anais de reuniões científicas nacionais realizadas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e artigos publicados em periódicos na base de dados SciELO.

Para o processo de análise, os estudos foram divididos em três categorias: avaliação (estudos teóricos e baseados em documentos oficiais e estudos publicados na literatura específica); implementação (trabalhos que focam na implementação ou nos resultados e efeitos iniciais do Reuni); e impactos (estudos que tratam dos impactos, principalmente iniciais, do Reuni) (MAGALHÃES; REAL, 2018).

Dos resultados, foi observada uma tendência em analisar o programa Reuni por dois pontos de vista: o da avaliação política e o da análise da implementação e resultados iniciais. Também é observada uma lacuna em relação aos estudos sobre os impactos do Reuni, que, quando realizados, abordam principalmente a própria instituição onde os pesquisadores atuam (MAGALHÃES; REAL, 2018).

Esses dois estudos bibliométricos citados, abrangem o período de 2007 a 2016 e apontam um grande volume de produção em relação à implementação e avaliação do Reuni, muitas vezes com um viés político. Em relação aos aspectos positivos e negativos do programa, predominaram os estudos que avaliam o programa Reuni de forma positiva ou neutra, sem deixar de sugerir discussões sobre o tema para contribuir com o desenvolvimento da educação superior brasileira.

2.1.1.2 Estudos de caso

Nesta subseção, são apresentados estudos de caso realizados em universidades federais, como a UFG, a UFPeI, a UFMG, a UFSCar e a UFFS. Os autores abordam principalmente a implementação do programa, a avaliação e a evasão de alunos nessas instituições, além da flexibilização do ensino.

Em relação aos achados do primeiro grupo de estudos sobre o Reuni, Novato, Najberg e Lotta (2020) concentram-se na percepção dos diretores das unidades acadêmicas e membros da comissão de implementação do Reuni na Universidade Federal de Goiás (UFG), que são denominados como burocratas de médio escalão. Destacam-se algumas informações relevantes, como a contratação de 476 novos docentes e 291 técnicos-administrativos na UFG. Além disso, foi aberto um total de 2.737 novas vagas no vestibular por meio do programa.

No que diz respeito às metas estabelecidas pelo programa, alguns burocratas de médio escalão da UFG consideraram-nas inalcançáveis, o que resultou em certo desinteresse e desmotivação nas equipes. As condições de trabalho dos docentes levaram a uma sobrecarga, especialmente para os recém-contratados. Segundo os burocratas de médio escalão da UFG, a falta de equilíbrio entre as responsabilidades das unidades acadêmicas, a gestão de pessoas, as demandas políticas inerentes aos cargos de confiança e as tarefas operacionais geraram desconfortos nas equipes da

instituição. No entanto, de forma unânime, reconhecem a grande importância do Reuni na universidade, tanto em termos estruturais quanto de ensino (NOVATO; NAJBERG; LOTTA, 2020).

Em outra universidade federal, o estudo analisa os servidores do quadro funcional, incluindo técnicos administrativos e docentes, sob a perspectiva das mudanças ocorridas na instituição após 10 anos de implantação do Reuni. Em linhas gerais, constatou-se que a mudança organizacional obteve um bom resultado e aceitação por parte do quadro de servidores, embora tenham havido algumas ressalvas em relação à participação deles na gestão da mudança e seu planejamento, que foram limitados (ABREU; MARRA, 2019).

Duquia e Rodrigues (2018) abordam a questão da mudança organizacional na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em resumo, a implementação das mudanças estruturais promovidas pelo Reuni resultou em uma maior rigidez, complexidade e coordenação baseada em maior formalização na UFPel, o que intensificou e limitou as atividades da instituição em busca de controle. Vale ressaltar que essa situação já existia na universidade e apenas se intensificou com a adesão ao programa Reuni.

A implementação e as mudanças organizacionais ocorridas por meio do Reuni são objeto de estudo em várias instituições de ensino superior federal. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no período de 2008 a 2012, a implementação ocorreu superando as dificuldades previstas, como unidades com número de cursos e estudantes acima da capacidade, resultando em falta de espaço físico. Além disso, houve problemas relacionados à contratação de docentes. Houve também a confirmação da rede de apoio às práticas de ensino superior por meio do programa Giz, que tinha como objetivo institucionalizar as ações e ampliar sua abrangência para todos os cursos, desde os já existentes até os criados a partir do programa Reuni (COELHO, 2014). Em outro estudo realizado na UFMG, em relação às metas estipuladas pelo Reuni, relatórios da instituição de 2011 mostraram a criação de 27 novos cursos de graduação, alcançando cerca de 90% da meta de 30 cursos previstos (LIMA; MACHADO, 2016). De maneira geral, pode-se afirmar que o programa teve impactos positivos na universidade.

Em relação aos impactos produzidos pelo Reuni, Ramos, Silveira e Martins (2020) examinam os efeitos do programa na Universidade Federal de São Carlos

(UFSCar). Segundo os autores, a adesão ao programa pode ser compreendida como uma ação política conveniente para obter financiamento e consolidar ações, metas e mecanismos de regulação já previstos no primeiro plano de desenvolvimento institucional da UFSCar em 2004. Ao analisar relatórios, dados do programa e entrevistas, constatou-se que todos os dirigentes universitários da UFSCar estão satisfeitos com os resultados e defendem que o programa deveria se tornar uma política permanente.

Costa, Costa e Barbosa (2013) também abordam as ações de financiamento da expansão do ensino superior público, incluindo a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em seu estudo. No estudo é revelado que a expansão se baseou em dois aspectos: criação de novas universidades e reestruturação e ampliação das universidades existentes. Na UFFS, os resultados encontrados são motivo de orgulho, pois a instituição é considerada uma universidade pública de ensino superior popular, com mais de 90% dos estudantes provenientes de escolas públicas. Esses resultados são considerados um dos principais motivadores para os docentes e técnicos da universidade, que trabalham com a perspectiva de fazer a diferença naquela localidade.

No que diz respeito à aplicação dos recursos financeiros provenientes do programa, um estudo realizado na Universidade Federal de Sergipe (UFS) indica que esses recursos são principalmente utilizados em infraestrutura e pessoal. Isso resultou em melhorias significativas na infraestrutura e na inclusão de uma parcela maior da sociedade no ensino superior, além de um aumento na pós-graduação, entre outros benefícios obtidos (SILVA; FREITAS; LINS, 2013).

Koglin e Nogueira (2013) propõem a construção de um instrumento de avaliação econômico-financeira do Reuni na UFPel, que possibilita a institucionalização do processo de avaliação do programa, fornece subsídios para a avaliação de outros aspectos e pode ser utilizado em outras universidades.

Um tema amplamente investigado nas pesquisas resumidas é a evasão estudantil, que fazia parte das diretrizes gerais do Reuni.

No estudo proposto por Prestes e Fialho (2018), realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no campus I da capital, foram analisados os movimentos de evasão nos centros de ensino, incluindo o Centro de Educação (CE), Centro de

Ciências Exatas e da Natureza (CEN), Ciências da Informação (CI), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CHLA), Centro de Tecnologia (CT), Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro das Ciências Jurídicas (CCJ). O estudo utilizou documentos e uma análise longitudinal retrospectiva das taxas de evasão nos cursos de graduação presencial entre 2007 e 2012, e após esse período. Foi observado que as maiores médias de evasão estão nos CEN (19,4%), CHLA (18,6%) e CI (16,4%). Os índices mais baixos são encontrados no CCM (1,5%), CCJ (6,1%) e CCSA, com média em torno de 13,3%. Isso indica que a evasão no campus I apresenta variações entre avanços, retrocessos e estabilidade. Enquanto alguns centros conseguem reduzir as taxas de evasão, outros permanecem inalterados ou até mesmo aumentam. Essa situação sugere uma evolução dispersa dentro do mesmo campus e requer estudos mais aprofundados (PRESTES; FIALHO, 2018). Vale ressaltar que a pesquisa não se aprofunda no combate à evasão, mas busca entender esse fenômeno na instituição.

Ainda em relação à evasão, Cañaverl e Sá (2017) observaram um aumento na taxa de abandono na Unifal-MG, que teve um crescimento significativo devido ao Reuni. Para investigar os fatores que contribuíram para essa situação, foi levantada a seguinte hipótese: os mesmos fatores institucionais que influenciam na determinação social do acesso também influenciam na decisão de abandono. Para a análise, foram examinados os evadidos da coorte 2013 do campus-sede da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Os resultados revelaram um padrão nas taxas de abandono. Os cursos de bacharelado em Saúde e Ciência e Tecnologia apresentaram o menor número de desistências, enquanto os cursos de licenciatura e humanidades, com exceção de Pedagogia e Letras, tiveram um maior número de abandono (CAÑAVERAL; SÁ, 2017). Entre os fatores que explicam essa variação na taxa de abandono estão a nota de corte e a relação candidato/vaga. Isso ocorre porque os cursos com menor taxa de abandono são mais seletivos, enquanto os cursos de licenciatura e humanidades possuem notas de corte mais baixas e são mais acessíveis, embora haja algumas exceções. Em suma, quanto maior a nota de corte, menor tende a ser a taxa de abandono do curso (CAÑAVERAL; SÁ, 2017). O estudo constatou que existe uma divisão no campus da universidade. Nos períodos diurno e integral, a universidade é considerada seletiva, com cursos integrais e perspectivas profissionais mais promissoras, o que resulta em menores taxas de evasão. Nesses

períodos, os alunos possuem um perfil típico, dedicando-se exclusivamente aos estudos e ultrapassando as barreiras institucionais na seleção. Por outro lado, no período noturno, a universidade apresenta um perfil de inclusão, com alunos de diferentes faixas etárias, trabalhadores e pais de família. Esses estudantes optam por cursos como licenciaturas, que têm um perfil profissional modesto, são menos concorridos, menos seletivos e possuem as maiores taxas de evasão (CAÑAVERAL; SÁ, 2017).

No que diz respeito à atratividade dos cursos de graduação, um estudo realizado na UnB investigou como as medidas e regras da política institucional influenciaram as mudanças de curso e se conseguiram preencher as vagas ociosas. No estudo chegou-se à conclusão de que os cursos de graduação mais atrativos se beneficiam mais da política institucional de mudança de curso, devido à maior demanda externa nos vestibulares (menos vagas ociosas) e à maior demanda interna entre os alunos que optaram pela mudança de curso (ocupação das eventuais vagas ociosas). Esse fenômeno é conhecido como "efeito trampolim" e implica na transição significativa de estudantes que deixam cursos considerados "menos interessantes" para cursos de maior destaque (MIRANDA JÚNIOR; CABELLO, 2019).

Castro e Pereira (2019) analisaram a flexibilização das universidades federais com base em um estudo realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mais especificamente na criação do curso de bacharelado em Ciência e Tecnologia. Esse curso adota um modelo interdisciplinar e está estruturado em ciclos. Ao concluir o primeiro ciclo, o estudante recebe um diploma de licenciatura em Ciência e Tecnologia, no campo das "ciências exatas e tecnologia". Em seguida, ele completa seus estudos em um segundo ciclo, voltado para uma especialidade profissional. Embora o programa Reuni não seja o foco da pesquisa, o estudo explora os desdobramentos das novas reformas implementadas no ensino superior público.

Em relação aos bacharelados interdisciplinares (BI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Almeida (2018) concluiu, a partir de sua análise, que a falta de uma política institucional especificamente voltada para a interdisciplinaridade representa um obstáculo para a consolidação dos BIs como um novo formato acadêmico. Os autores destacam que o Reuni intensifica o processo de reformulação da estrutura curricular dos cursos nas universidades, assemelhando-se aos modelos norte-americano de Colleges e europeu de Bolonha.

Roncaglio (2016) também aborda o papel do programa Reuni na criação de novos cursos, como o de Arquivologia, citando a expansão desse curso no país e a contratação de arquivistas para atuar nas instituições universitárias, como o arquivo central da Universidade de Brasília (UnB).

Os impactos do programa Reuni no trabalho dos docentes foram objeto de estudo por Silva e Mancebo (2014), Lima (2013) e Pizzio e Klein (2015).

Em sua pesquisa, Silva e Mancebo (2014) realizaram entrevistas com docentes-gestores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e docentes vinculados ao sindicato da categoria do Polo Universitário de Rio das Ostras (PURO). Eles observaram a existência de posições políticas polarizadas em relação às políticas educacionais, ao processo de expansão e interiorização, e aos projetos societários subjacentes.

Sob a perspectiva da ampliação do número de vagas nos cursos de Serviço Social da UFF, Lima (2013) aponta que os docentes enfrentam desafios como turmas lotadas, sobrecarga de trabalho com excesso de disciplinas, supervisão de estágios curriculares, orientação de monografias, além de outras atividades decorrentes das funções administrativas da instituição. Muitos desses professores, principalmente aqueles contratados como docentes substitutos ou temporários, acabam se desvinculando da pesquisa, dos programas de pós-graduação e da produção crítica e criativa do conhecimento.

Na Universidade Federal do Tocantins (UFT), por exemplo, em relação à qualidade de vida no trabalho, os docentes ministram aulas e desempenham diversas funções relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. Acredita-se que quanto mais integrado for o projeto de vida do professor à universidade, maior será a qualidade de vida no trabalho, mesmo em condições precárias. Por outro lado, quanto menos ocorrer essa integração, menor será a qualidade de vida no trabalho (PIZZIO; KLEIN, 2015).

Ao analisar aspectos específicos do programa Reuni relacionados à formação profissional dos assistentes sociais, Cislighi (2011) propõe uma discussão sobre a contrarreforma universitária e as diretrizes sugeridas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O estudo, de caráter filosófico, destaca a hipótese de que a contrarreforma, característica do capitalismo tardio e

elemento do projeto ético-político hegemônico, contradiz o projeto de formação profissional dos assistentes sociais brasileiros.

Sousa e Coimbra (2015) abordam a implementação de cursos de licenciaturas interdisciplinares na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Os autores expressam críticas em relação à flexibilização do ensino nesse modelo, questionando a racionalidade do acesso, a organização curricular e a adoção de "metodologias inovadoras". De acordo com os autores, essas ações propostas pelo Reuni na UFMA resultam em prejuízo para a pesquisa e extensão, além de precarizar o trabalho docente.

Por fim, Gregório e Rodrigues (2014) propõem um levantamento histórico para compreender alguns aspectos da reformulação da educação superior no Brasil durante os governos Lula e Dilma, com ênfase nas experiências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). O estudo observou um crescimento concentrado na graduação, com um aumento de 150% no número de cursos de graduação na UFF e de 40% na UFRJ, bem como um crescimento de 20% e 15% nos cursos de pós-graduação, respectivamente. Os autores concluem apontando para a atuação do ensino superior público em relação à redefinição do papel do Estado, por meio de uma política voltada para a regulamentação da autonomia financeira e de pessoal, com consequências na qualidade da formação acadêmica e nas condições de trabalho.

Em resumo, os estudos de caso abordam diversos aspectos relacionados ao programa Reuni, como a adesão das universidades, a implementação do programa, a evasão estudantil, o preenchimento de vagas ociosas, a flexibilização curricular, a criação de novos cursos, o trabalho dos docentes, os impactos do programa, a aplicação dos recursos e a criação de um instrumento de avaliação econômico-financeiro.

2.1.1.3 Estudos globais

No âmbito dos estudos globais, que analisam a implementação do Reuni, o primeiro grupo examina o alcance da meta proposta pelo programa de aumentar a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais para 90%. De acordo com os

resultados obtidos nas cinco regiões brasileiras, das 53 universidades que aderiram ao Reuni, observou-se que, no período de 2008 a 2012, 57,2% das instituições de ensino federal atingiram uma taxa de conclusão de 67% a 90%. Ao final do programa, em 58,5% dessas universidades, a taxa de conclusão ficou assim distribuída: região norte com a menor taxa, 48,3%, e região sudeste com o melhor resultado, 68,3%. Entende-se que a meta do programa não leva em consideração as diferenças sociais e econômicas entre as regiões, a história institucional, os tipos de cursos e a situação anterior dessas universidades (MOURA; PASSOS, 2019).

Sob a perspectiva da implementação do Reuni, Pereira e Silva (2010) propõem um debate conceitual sobre esse processo e sua capacidade de democratizar ou não o acesso à educação superior pública, analisando os principais programas educacionais do país, como o ProUni, UAB e Reuni. Os autores apresentam uma visão geral dessas políticas implementadas durante o governo Lula, que visavam à expansão/democratização do ensino superior e ao aumento do crédito educativo (FIES). Durante o período de 2003 a 2010, o número de estudantes matriculados no ensino superior aumentou. No entanto, não se sabe ao certo se isso resultou na democratização do ensino, uma vez que são necessárias outras políticas sociais que estabeleçam condições de igualdade e garantam a permanência dos estudantes nas instituições. Observa-se uma massificação do ensino superior no Brasil e um ambiente de reformas em curso (PEREIRA; SILVA, 2010).

Em uma abordagem crítica, Aroni (2017) apresenta uma perspectiva histórica da reforma universitária no Brasil. O autor destaca que o país tem sido influenciado por políticas educacionais externas, sem priorizar a qualidade do ensino e da pesquisa. Atualmente, a definição de ensino superior de qualidade é baseada nos "rankings universitários", segundo o autor. Ele argumenta que esta é uma oportunidade para repensar a viabilidade das instituições que buscam lucro, reconhecer experiências universitárias bem-sucedidas, aprimorar a qualidade do ensino e da pesquisa, e influenciar positivamente as políticas educacionais externas.

As novas abordagens de gestão das políticas públicas educacionais no ensino superior, com ênfase no contrato de gestão implementado pelo Reuni, são discutidas por Castro e Pereira (2014). Os autores destacam a importância de analisar as políticas educacionais dentro de seu contexto histórico de implementação. Nesse sentido, os novos modelos de gestão baseados em princípios empresariais trazem

uma configuração diferente para a administração das universidades públicas, e o contrato de gestão é a principal ferramenta utilizada. No caso do Reuni, que adota esse modelo, voltado para a eficiência e eficácia dos serviços, ocorrem mudanças na estrutura organizacional das universidades públicas, priorizando uma relação de "quase mercado" e resultando em perdas na função social e na formação da cidadania (CASTRO; PEREIRA, 2014).

Essa discussão sobre políticas públicas educacionais, especialmente no que se refere ao ensino superior, tem sido abordada por diversos pesquisadores.

Borges e Aquino (2012) questionam o modelo de "universidade nova", apontando a influência do neoliberalismo nas políticas educacionais e criticando a vinculação de recursos financeiros ao Reuni. Os pesquisadores reconhecem o aumento no número de vagas no ensino superior público, mas enfatizam que a democratização do acesso ao ensino superior requer universidades com autonomia financeira, cursos estruturados com currículos inovadores, corpo docente qualificado e infraestrutura adequada para oferecer um ensino de qualidade, promover a pesquisa e a produção de conhecimento, e estimular a extensão universitária.

Em outro estudo teórico, é analisado o papel do Banco Mundial na contrarreforma do ensino superior brasileiro, com o objetivo de desconstruir os argumentos do Estado de que o Reuni é um instrumento democrático para o acesso ao ensino superior público, destacando o caráter de precarização e ineficiência do programa (GREGÓRIO, 2012). O Reuni é amplamente criticado e, de acordo com o autor, atende aos objetivos de organismos internacionais, com orientações para ações práticas do governo, tais como:

- a) A padronização dos cursos através da uniformização de conteúdos e da articulação dos vários níveis de ensino;
- b) a transformação das universidades em meras difusoras de tecnologias desenvolvidas externamente, formando trabalhadores voltados apenas para atender aos interesses do capital (GREGÓRIO, 2012, p. 24).

Ferreira (2015) faz uma reflexão sobre as novas relações internacionais introduzidas nas universidades federais brasileiras, a contribuição do Reuni para essa tendência. Destaca o importante papel na universalização da educação dessas instituições federais de ensino.

Lima, Azevedo e Catani (2008) realizam uma comparação entre o modelo de ensino superior brasileiro, o europeu (processo de Bolonha) e o americano. Segundo os autores, é necessário renovar as universidades brasileiras, não no sentido de "germanizar-se", "norte-americanizar-se" ou "europeizar-se", mas sim no sentido de não encerrar um projeto de universidade que ainda está em seus primeiros passos e, apesar disso, conseguiu gerar ciência e massa crítica para o Brasil, resgatando a lição histórica de Humboldt.

Em uma pesquisa exploratória e quantitativa, Costa *et al.* (2020) analisaram a eficácia das principais políticas públicas educacionais voltadas para o ensino superior no período de 2003 a 2012. Os resultados mostram os principais impactos desses programas:

- a) UAB - Apresentou um crescimento surpreendente no número de alunos, com uma taxa média de crescimento de 109,4%, mas enfrenta altas taxas de evasão estudantil;
- b) IFETs - Registraram um alto índice de investimentos, com uma taxa média de crescimento anual de 23,6% em relação a outras políticas públicas;
- c) FIES e Prouni - Ambas as políticas foram eficientes em relação ao custo por aluno;
- d) REUNI - Demonstra eficácia ao corrigir desequilíbrios no número de alunos por professor, ampliar a oferta de cursos noturnos e promover a interiorização das universidades e dos campi (COSTA *et al.*, 2020, p. 90).

Barbosa, Pires e Dwyer (2018) realizam uma comparação entre a política pública educacional brasileira e a sul-africana. Os autores destacam que ambos os países melhoraram o acesso ao ensino superior e conseguiram criar universidades públicas de qualidade reconhecida mundialmente. No entanto, problemas como desigualdades sociais e de gênero ainda persistem, especialmente no Brasil.

Ao analisar os impactos iniciais do Reuni nas economias municipais, considerando indicadores sociais como PIB per capita e renda domiciliar per capita, foram examinados 1.032 municípios localizados em microrregiões que já possuíam campi universitários antes de 2003, 852 municípios pertencentes a microrregiões beneficiadas com a instalação de novos campi e 204 municípios fronteiriços aos últimos. Os resultados indicam que a expansão das universidades federais elevou, em média, a renda per capita dos municípios beneficiados em uma faixa de 3,5% a 5,8%. No entanto, não houve ganhos adicionais em relação ao período de implantação dos

campi, sugerindo possíveis dificuldades em gerar saltos de produtividade, algo geralmente esperado com a implantação dessas instituições (BARBOSA; PETTERINE; FERREIRA, 2020).

Souza, Felippo e Casado (2015) analisaram o Reuni sob três principais dimensões - crescimento, qualidade e internacionalização - no período de 2003 a 2012, destacando os seguintes pontos:

- a) Crescimento: Houve a criação de 18 novas universidades federais;
- b) Qualidade: O número de docentes com doutorado aumentou de 50,95% para 68,78%;
- c) Internacionalização: O Programa Ciência Sem Fronteiras impulsionou a mobilidade nas universidades federais brasileiras, com a implementação de 78.173 bolsas, principalmente para graduação sanduíche no exterior (SOUZA; FELIPPO; CASADO, 2015).

A conclusão do estudo revela um notável crescimento no número de docentes efetivos nas universidades federais, especialmente entre aqueles com doutorado, o que pode ser considerado uma estratégia para elevar a qualidade do ensino superior. No entanto, os autores ressaltam que esse aumento na produção científica tem sobrecarregado os docentes com suas responsabilidades. Além disso, observou-se uma redução proporcional no número de professores com graduação, especialização e mestrado. Embora tenha havido um discreto aumento no número de publicações de alta qualidade (Qualis 1), isso ressalta a necessidade de ações voltadas para impulsionar a qualidade das publicações, ao invés de priorizar apenas a quantidade (SOUZA; FELIPPO; CASADO, 2015).

Ao analisar as possíveis diferenças e influências do Reuni sobre os indicadores de desempenho das instituições federais de ensino, Paula e Almeida (2020) indicam que o programa teve um impacto positivo no aumento médio desses indicadores, que avaliam o conceito Capes/MEC e o IQCD, apesar do aumento dos custos para manter as novas e reformadas estruturas universitárias. Através dessa análise, observou-se que durante o período de implementação do programa, as instituições aproveitaram o momento oportuno de crescimento para consolidar seus programas de pós-graduação, integrando-os com a graduação, o que resultou em uma melhoria no desempenho e na qualidade dos cursos. Os autores ressaltam que,

embora a pós-graduação não tenha sido o foco principal do Reuni, ela também se beneficiou desse processo (PAULA; ALMEIDA, 2020).

No estudo realizado por Moreira, Benedicto e Carvalho (2019), foi desenvolvida uma análise de desempenho das universidades federais que aderiram ao Reuni e identificados os fatores condicionantes da eficiência no período de 2008 a 2015. Por meio da análise envoltória de dados (DEA) e do modelo de regressão de *Tobit*, constatou-se que as universidades federais atuaram abaixo de seu potencial e apresentaram uma redução no desempenho, especialmente em 2009, com uma recuperação nos anos seguintes. Foi observado que o número de alunos por docente e a proporção do atendimento a estudantes de graduação e pós-graduação se tornaram mais homogêneos. Além disso, constatou-se que as maiores relações de alunos por docente e alunos por servidor estavam positivamente relacionadas ao desempenho, assim como as dimensões das instituições associadas aos níveis mais elevados de eficiência. No entanto, foi identificado um efeito negativo em relação à eficiência quando se tratava do número de campi fora da sede (MOREIRA; BENEDICTO; CARVALHO, 2019).

Outro tema pesquisado refere-se à avaliação das obras de infraestrutura relacionadas ao Reuni. O objetivo do estudo de Bittencourt, Ferreira e Brito (2017) foi identificar os principais fatores e condicionantes que contribuíram para a finalização, atraso ou paralisação das obras nas universidades federais. Entre os resultados obtidos, constatou-se que 78% das obras foram concluídas, houve renovação e ampliação das equipes técnicas de engenharia e arquitetura, as metas de vagas e cursos foram superadas em números totais, e os recursos de investimento disponibilizados foram ampliados em 62,55%. No entanto, também foram identificadas muitas obras paralisadas, revisões de projetos e aditivos de valor (BITTENCOURT; FERREIRA; BRITO, 2017).

No estudo de revisão proposto por Oliveira e Crachi (2017), é realizada uma reflexão sobre o uso do espaço e os serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias no processo de afiliação dos alunos, considerando as mudanças trazidas pelo Reuni e outras políticas voltadas para o ensino superior. Os autores destacam a importância da biblioteca universitária como um instrumento que pode e deve ser utilizado como facilitador para a formação acadêmica, abrangendo aspectos científicos, técnicos e humanistas.

Ao analisar o trabalho dos docentes com base no Reuni, Andrade, Lucena e Barleta (2018) afirmam que o programa provocou mudanças nas condições e no exercício do trabalho docente, precarizando as condições de trabalho e seguindo a lógica capitalista, que busca aumentar a carga horária e ocupar o tempo livre dos trabalhadores. Essa visão é corroborada por Paula (2015), que destaca o papel de subordinação das universidades federais ao programa, por meio do cumprimento de metas para receber os recursos financeiros do MEC, e caracteriza o Reuni como uma das medidas da contrarreforma do ensino superior, relacionada à crise do capital e à intensificação e precarização do trabalho dos professores.

Lima (2012) também critica o Reuni pela intensificação do trabalho docente, que está associada à certificação em larga escala de graduação, prejudicando a autonomia intelectual do trabalho docente em relação à produção e socialização do conhecimento crítico e criativo, e impossibilitando contribuições para a superação de outros desafios históricos da educação superior brasileira.

Com o objetivo de desenvolver um indicador de avaliação, Embiruçu, Fontes e Almeida (2010) criaram um indicador de avaliação docente (IAD) para "operacionalizar" os indicadores do Reuni e aplicá-los individualmente aos docentes, com o intuito de melhorar os aspectos essenciais. Além disso, buscaram incluir outros fatores importantes, como a qualidade da graduação, que foi amplamente criticada na formulação do programa, e a taxa de conclusão da pós-graduação.

No que se refere aos cursos de graduação, Zorzal (2016) faz uma reflexão sobre as estratégias de ensino de instrumento musical e o impacto do Reuni em determinados cursos. O pesquisador aponta que, após a implementação do programa, houve um aumento significativo no número de vagas para habilitações de bacharelado em Música, assim como a criação de cursos de graduação em Terapia Ocupacional, que expandiram para regiões do Brasil que antes não possuíam esses cursos em instituições públicas.

Pan e Lopes (2016) apresentam um panorama dos cursos de graduação em Terapia Ocupacional nas universidades federais, contextualizando o processo de implantação no âmbito do programa Reuni e do programa Pró-Saúde. Os autores destacaram que, com o Reuni, foram criadas 460 novas vagas públicas federais em cursos de graduação em Terapia Ocupacional, o que foi determinante para a expansão dessa área no Brasil.

Mancebo, Vale e Martins (2016) discutem as principais tendências de expansão da educação superior no Brasil, abordando o Reuni, a expansão do ensino a distância e o crescimento da pós-graduação. A conclusão do estudo é que todas essas áreas passaram por alterações significativas, sob a perspectiva da economia de mercado, racionalização dos recursos públicos por meio de parcerias entre Estado e mercado, resultando na anulação de direitos e conquistas sociais transformadas em serviços, conforme o processo de mercantilização.

Em relação ao mercado de trabalho dos profissionais recém-formados nas universidades federais, a pesquisa desenvolvida por Pereira *et al.* (2016) investiga o panorama de oportunidades para os egressos de nível superior e propõe uma alternativa para a mudança desse cenário, por meio da disseminação da visão de universidade empreendedora. Os autores afirmam que as políticas voltadas para a educação superior apresentam resultados positivos, como o aumento considerável no número de egressos, mas o mercado de trabalho atual não está preparado para absorver a maioria da mão de obra gerada pelas universidades.

Em resumo, os estudos abordam diversos aspectos relacionados ao Reuni, como o uso das bibliotecas universitárias, as mudanças no trabalho docente, as críticas ao programa, os indicadores de avaliação docente, a expansão de cursos de graduação, o mercado de trabalho e as comparações com outros modelos educacionais. Esses estudos contribuem para uma compreensão mais abrangente dos impactos e desafios enfrentados pelas universidades federais no contexto do programa Reuni.

2.2.2 O programa Reuni com foco na interiorização e expansão

2.2.2.1 Estudos de caso

No segundo grupo, agora com foco na interiorização e expansão das universidades federais, percebe-se um volume maior de estudos de caso. Foram analisadas dez universidades federais em diferentes estados do Brasil: duas no Paraná, duas no Rio Grande do Sul, uma no Ceará, uma no Mato Grosso do Sul, uma

em Minas Gerais, uma em Pernambuco, uma em Santa Catarina e uma no Rio de Janeiro.

Entre os temas abordados, os impactos produzidos pela presença dessas instituições na região estão em destaque. Um exemplo relevante é o estudo realizado por Andriola e Suliano (2015) que avaliou o impacto da Universidade Federal do Ceará (UFC) nos municípios do interior do estado, como Quixadá, Cariri e Sobral, após a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). De acordo com os autores, que entrevistaram 129 professores, 503 alunos e 191 moradores locais, foram identificados os seguintes impactos positivos:

- a) Aumento das oportunidades para a população local ter acesso aos novos cursos de graduação oferecidos pela UFC, bem como às atividades e ações de qualificação profissional.
- b) Movimentação econômica, resultando no crescimento dos municípios e no aumento das oportunidades de inserção no mercado de trabalho para os moradores da região.
- c) Geração de maior quantidade e diversidade de postos de trabalho para os moradores locais (ANDRIOLA; SULIANO, 2015).

Da mesma forma, observou-se um impacto positivo na cidade de São João Del Rei, em Minas Gerais, através da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) (ARAÚJO; SANTOS, 2014). Um estudo investigativo, realizado com gestores, moradores locais e estudantes da UFSJ, revelou vantagens significativas. Entre elas, destacam-se os ganhos na extensão universitária, decorrentes da maior qualidade e abrangência dos projetos. Além disso, a comunidade passou a desfrutar de um sentimento de pertencimento à formação universitária por meio das ações da UFSJ na região, como programas de extensão e atividades culturais (ARAÚJO; SANTOS, 2014).

Os estudos Andriola e Suliano (2015) e Araújo e Santos (2014) reforçam a evidência de que os impactos produzidos pelo programa de interiorização e expansão das universidades federais foram positivos nessas localidades. Como mencionado por Andriola e Suliano (2015, p. 287):

[...] a ida da universidade brasileira rumo ao interior responde às demandas históricas de segmentos fragilizados socialmente, educacionalmente e economicamente, com o objetivo precípua de proporcionar-lhes oportunidades de formação universitária, cidadã e profissional de elevada qualidade.

Isso também ocorre na cidade de Volta Redonda, que abriga um campus da Universidade Federal Fluminense (UFF). Um estudo realizado com 1409 estudantes, além de docentes e servidores da instituição, revelou o impacto econômico da UFF-VR por meio das despesas dos alunos, dos salários dos professores e servidores, e dos gastos de custeio e investimento no ano de 2013 (FERREIRA; SANTOS, 2018). Estima-se que a UFF-VR tenha movimentado aproximadamente R\$ 67,5 milhões no município durante o ano. Considerando que o Produto Interno Bruto (PIB) de Volta Redonda foi de R\$ 9.187.069.000,00 em 2012, o impacto da UFF-VR corresponde a aproximadamente 0,74% do PIB, sem levar em consideração o efeito multiplicador de Keynes (FERREIRA; SANTOS, 2018).

Costa *et al.* (2011) afirmam de forma categórica que a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com um pouco mais de um ano de fundação, tornou-se um impulsionador do progresso na região oeste do sul do Brasil. Os principais motivos para a criação da universidade foram a redução da concentração populacional nas áreas litorâneas, a necessidade de estudar e trabalhar o meio ambiente na região e o desenvolvimento da agricultura familiar.

Ao analisar os efeitos da descentralização das universidades federais das metrópoles para o interior e áreas de fronteira do país, Gumiero (2019) destaca o caso específico da Universidade Federal de Dourados (UFGD). O autor apresenta um panorama de crescimento em diversas variáveis na macrorregião centro-oeste e em Mato Grosso do Sul. No entanto, quando comparada a outras regiões e estados, a UFGD ocupou as últimas posições no ranking:

- a) Em 2014, houve expansão no número de matrículas em cursos superiores na região centro-oeste, alcançando 114.825 mil, enquanto em Mato Grosso do Sul foram registradas 24.732 mil matrículas. No entanto, em comparação com outras macrorregiões, a região centro-oeste teve o menor número de matrículas;
- b) no mesmo ano, o número de vagas aumentou para 33.332 mil na região centro-Oeste e para 8.075 mil em Mato Grosso do Sul. A região

nordeste ofereceu o maior número de vagas, com 95.533 mil, seguida pela região norte, com 32.483 mil.

- c) Em relação à média calculada com base na procura de candidatos em relação ao número de vagas, a região centro-oeste foi a única macrorregião que apresentou aumento, passando de 2,7 em 2000 para 4,49 em 2014. Em Mato Grosso do Sul, houve uma redução de 5,49 em 2005 para 2,71 em 2014 (GUMIERO, 2014).

Segundo Gumiero (2014), as universidades federais criadas pelo Reuni, como a UFGD, interiorizam a oferta de vagas no ensino superior público e podem ser consideradas estratégias para o desenvolvimento da Grande Dourados. O autor destaca: "O Reuni promoveu a expansão do ensino federal público segundo a estratégia de interiorização, em consonância com as necessidades e vocações econômicas regionais" (GUMIERO, 2014, p. 991).

Arruda e Gomes (2015) investigaram os efeitos do programa na ampliação das oportunidades de acesso dos alunos pertencentes às classes sociais historicamente excluídas nas universidades federais. O estudo foi realizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e revelou que a maioria dos alunos inscritos no vestibular da UFPE entre 2004 a 2006 e 2008 a 2010 provenientes de escolas particulares correspondia a uma média de 62,8%, enquanto o restante era composto por estudantes de escolas públicas. O resultado confirma a tendência de seletividade econômica e social no ensino superior. No entanto, após a adesão ao Reuni, houve um aumento significativo no percentual de candidatos classificados provenientes de escolas públicas. O programa proporcionou mais oportunidades para os cidadãos de classes economicamente desfavorecidas, indicando um importante processo de democratização do ensino superior brasileiro (COSTA *et al.*, 2011).

Além disso, o Reuni também teve impacto na criação de oportunidades de negócios para as empresas locais, especialmente no setor da construção civil. De acordo com o estudo de Buligon *et al.* (2015), o aumento no número de alunos na região e no quadro de servidores resultou em uma maior demanda por moradias residenciais, gerando um aumento nas oportunidades de negócios para a indústria da construção civil. Esses empreendedores provavelmente adotaram estratégias para aproveitar as oportunidades criadas pelo Reuni.

No que diz respeito à criação de novos cursos, Fraga *et al.* (2020) realizaram um estudo na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), especificamente no Campus de São Borja, que refletiu sobre a criação dos primeiros cursos de graduação em Serviço Social nas universidades federais do interior do Rio Grande do Sul. O curso da Unipampa foi o primeiro curso público, federal e gratuito nessa área no interior do estado, enquanto na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi o terceiro curso fundado. O estudo ressalta que a presença de universidades em regiões interioranas é um fator importante para o desenvolvimento econômico e social local. As cidades que abrigam universidades têm a oportunidade de vivenciar um rico processo de transformação política e cultural por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Ferreira e Santos (2018) avaliam os impactos econômicos, da ampliação da Universidade Federal Fluminense em Volta Redonda (UFF-VR). Para os autores:

[...] o Reuni possibilitou o aumento no número de municípios atendidos pelas universidades que passou de 114 em 2003 para 272. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades, que passaram de 45 para 59 instituições e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. (FERREIRA; SANTOS, 2018, p. 95).

Os dois campi da UFF-VR atraíram mais de 1.270 alunos de outros municípios e empregaram 305 servidores, injetaram na economia local, em 2013, cerca de R\$ 67.749.256,00 por ano, o equivalente a 0,74% do PIB de Volta Redonda (Ferreira e Santos (2018).

A expansão dos cursos de bacharelado em Ciência e Tecnologia e cursos de engenharia na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), nos campi de Diamantina e Teófilo Otoni, foi analisada por Santos e Santos (2019). Segundo os autores, o Reuni trouxe benefícios para a região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, incluindo a expansão do número de vagas, democratização do acesso ao ensino superior, ampliação da estrutura física, consolidação dos bacharelados interdisciplinares e engenharias, além do fortalecimento da pós-graduação por meio de investimentos em pesquisa e extensão, contratação de docentes e técnicos administrativos. No entanto, os recursos empenhados não foram suficientes para atender ao aumento do número de matrículas e outras metas estabelecidas pela universidade em acordo com o MEC.

Ao avaliar a eficácia da interiorização do ensino superior na Universidade Federal do Paraná (UFPR), com base na taxa de sucesso na graduação (TSG) dos cursos e polos localizados fora de Curitiba, Corrêa e Nascimento (2018) demonstram em seus resultados que as taxas de sucesso alcançadas nos polos de Matinhos, Pontal do Paraná e Palotina tiveram um impacto negativo na média geral da instituição após 2010, quando os primeiros resultados dos novos cursos surgiram. A TSG desses três polos foi inferior à média da UFPR, com exceção de Pontal do Paraná em 2014. Os autores concluíram que, no caso da UFPR, as políticas de interiorização acarretaram uma redução na taxa de sucesso geral da instituição, gerando um embate entre as estratégias 12.2 e 12.3 do PNE, uma vez que a interiorização impactou negativamente o alcance da meta proposta de atingir 90% de taxa de sucesso nos cursos de graduação.

Silva Junior e Czernisz (2016) realizam uma análise da fundação da Universidade Tecnológica do Paraná no contexto da expansão da educação superior. Segundo os autores, as principais mudanças na UTFPR foram impulsionadas pela consolidação da pós-graduação com a implementação do Reuni, com ênfase nos cursos de licenciatura e bacharelado.

Por fim, Catani, Oliveira e Pezarico (2014) conduziram uma pesquisa no Campus Pato Branco da UTFPR, analisando as dinâmicas decorrentes do Reuni a partir da percepção dos gestores em 2013. Segundo os entrevistados, o programa na instituição conseguiu alcançar algumas das metas estabelecidas e até superar algumas expectativas, destacando especialmente a consolidação da UTFPR como universidade. Os gestores ressaltaram a importância da interiorização proporcionada pelo programa, permitindo uma ampla reestruturação acadêmica, o aumento do número de vagas e o acesso à educação por um maior número de cidadãos.

Em síntese, o Reuni desempenhou um papel de grande importância nas universidades federais, promovendo a expansão e interiorização das instituições. Cursos foram levados às regiões litorâneas e ao interior dos estados, além da criação de cursos em áreas com escassez de oferta.

2.2.2.2 Estudos globais

O número de estudos globais encontrados no segundo grupo (expansão e interiorização) é relativamente menor em comparação aos estudos de caso.

Arroyo e Petterine (2020) realizaram uma avaliação para verificar se as decisões de escolha das unidades universitárias beneficiadas pelo programa foram influenciadas por fatores políticos, especificamente o papel dos prefeitos na implementação do Reuni no período de 2003 a 2010. Os pesquisadores utilizaram um modelo *probit* bivariado para analisar os dados. Segundo os autores, houve uma influência positiva, porém não estatisticamente significativa, do impacto dessa variável na probabilidade de concessão das unidades. No entanto, quando as cidades da região nordeste foram excluídas da análise, observou-se um impacto maior da filiação partidária do prefeito na probabilidade de concessão dos Institutos Federais (IFs) nos municípios das outras regiões do país. Nesse caso, o intervalo de confiança foi superior a 97%, com um valor médio estimado de 1,22. Isso significa que as "relações políticas" entre os governos municipais e o Governo Federal foram um dos fatores determinantes na decisão de implementar os IFs.

Bizerril (2020), por sua vez, analisou a expansão da rede de universidades federais brasileiras e indicou que esse processo, ao fortalecer o modelo multicampi, contribuiu para a democratização do acesso à educação superior pública e para o desenvolvimento regional em diversos aspectos. A expansão proporcionou condições para as instituições de ensino revisarem seus modelos institucionais, favorecendo a interdisciplinaridade e o diálogo entre o meio acadêmico e a comunidade. O autor ressalta as contribuições das políticas de expansão, afirmando que:

As políticas de expansão da rede de universidades federais brasileiras contribuíram para a interiorização dos campi e suas consequências para a democratização do acesso ao ensino superior público a partir das seguintes ações: (i) a criação de novas universidades concebidas a partir de novas propostas de organização e estrutura acadêmica; (ii) a criação de novas universidades concebidas a partir do desmembramento de campi de universidades pré-existentes; (iii) o estímulo à criação de novos campi das universidades pré-existentes; (iv) a viabilização de diversos campi oriundos de processos de expansão anteriores e autônomos das universidades, que não puderam desenvolver-se integralmente como unidades acadêmicas em função da carência de recursos e de pessoal. (BIZERRIL, 2020, p. 6)

Melo, Melo e Nunes (2009) apontam os principais agentes responsáveis pela transformação ocorrida nos últimos anos na educação superior, destacando três pilares fundamentais para a expansão: a) a expansão das universidades federais por meio do Reuni; b) o Programa Universidade para Todos (Prouni); c) a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Ao avaliarem os efeitos do Reuni em relação à taxa de sucesso de professores/alunos e graduandos no período de 2014 a 2017, Trombini, Rocha e Lima (2020) revelam que esses efeitos ainda estão em andamento e que existem algumas instituições muito novas que necessitam de estudos com períodos mais longos para compreender e avaliar os efeitos produzidos pela expansão e interiorização das universidades federais em longo prazo. Nas considerações finais, Trombini, Rocha e Lima enfatizam (2020, p.103):

Após 12 anos da implementação do programa, observa-se que a expansão das universidades públicas por meio do Reuni proporcionou acesso a uma população que não teria oportunidade de formação superior sem tal iniciativa. No entanto, pelos dados apresentados na pesquisa, verifica-se que o alcance das metas globais do programa era irrealista para algumas das IFES que aderiram ao programa.

Em resumo, os estudos globais analisam o processo de escolha dos municípios beneficiados pela política de expansão e interiorização proveniente do Reuni, além de examinar como essas instituições contribuíram para as regiões. Eles também enfatizam o papel fundamental dos programas educacionais, como o Reuni, o Prouni e a UAB, na transformação e democratização do acesso à educação superior.

2.2 Interiorização do ensino superior brasileiro

A interiorização do ensino superior federal brasileiro é uma estratégia importante para ampliar e democratizar a educação no país. Ao longo da história, o acesso às instituições federais de ensino foi bastante limitado, com restrições geográficas e socioeconômicas. De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2000, apenas 6,8% da população brasileira com 25 anos ou mais possuía ensino superior. Em 2010, dados do IBGE indicaram que apenas 12% dos brasileiros entre 25 e 64 anos tinham concluído algum nível de ensino superior. Apesar de um aumento

recente no percentual de pessoas com diploma universitário, esse valor ainda é relativamente baixo em comparação com a população total.

As condições socioeconômicas têm uma correlação significativa com o acesso ao ensino superior. Além disso, a questão da distribuição geográfica também é relevante, uma vez que é sabido que as universidades e escolas técnicas federais foram concentradas principalmente nas capitais, regiões metropolitanas e grandes centros regionais do Brasil, geralmente em locais com maior dinamismo econômico, pelo menos até o início do século XXI (MÁXIMO, 2020).

A interiorização efetiva do ensino superior federal só teve início nos anos 2000, quando começaram as discussões sobre o tema. O Governo Federal investiu R\$ 712,8 milhões para expandir e interiorizar o ensino superior público no Brasil. Desse valor, R\$ 192 milhões foram repassados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em 2005. Nos anos de 2006 e 2007, foram destinados mais R\$ 520 milhões para a construção de novos prédios, aquisição de equipamentos e mobiliário, além de reformas e adequações nos campi, principalmente nas áreas do interior do país (BRASIL, 2006).

Durante o governo de Lula, foram implementadas mudanças no sistema universitário brasileiro, com a adoção de um conjunto de medidas legais para viabilizar políticas públicas direcionadas ao ensino superior (NASCIMENTO, 2013). O Quadro 2 apresenta essas reformulações.

Quadro 2 – Reformulação do ensino superior de 2003 a 2010

Legislação	Programa	Objetivos
Criado a partir de 2004, não possui legislação específica.	Expandir	Criar novas universidades públicas federais no interior do Brasil bem como novos campi.
Lei nº. 10.861/2004	SINAES	Avaliar a educação superior inclui as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes.
Lei nº. 10.973/2004	Lei da Inovação Tecnológica	Estabelece parcerias entre a Administração Pública, incluindo as universidades públicas e empresas, com relação à inovação e à pesquisa científica e

		tecnológica no ambiente produtivo.
Projeto de Lei nº 3.627/2004	Reserva de Vagas nas Instituições Federais de Educação	Propor um sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, de forma específica para negros e indígenas, nas IFES.
Lei nº. 11.079/2004	Projeto de Parcerias Público-Privadas	Novas possibilidades na execução de serviços públicos por empresas privadas em interação com a Administração Pública.
Lei nº 11.096/2005	PROUNI	Abertura de vagas nas instituições privadas de ensino superior por meio de isenções fiscais.
Projeto de Lei nº. 7.200/2006	Reforma da Educação Superior	Determina normas gerais da educação superior e regula a educação superior no sistema federal de ensino e se encontra no Congresso Nacional.
Decretos nº. 5.622/2005 e 5.800/2006	Política de Educação Superior a Distância/UAB	Estabelece a educação a distância como modalidade educacional e institui o sistema UAB para expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior.
Decreto nº. 6.096/2007	Reuni	Tem como objetivo dotar as universidades federais de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior.
Lei nº. 11.892/2008	Criação dos Institutos Federais	Cria a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e cria os institutos federais.
Decreto nº. 7234/2010	PNAES	Busca combater a evasão e a repetência através do apoio para os estudantes de graduação presencial nas IFES por meio de assistência à moradia, alimentação, transporte, esporte, cultura, esporte e apoio pedagógico.
Decreto nº. 7423/2010	Fundações de Apoio	Normatiza as relações entre IFES e de pesquisa científica e

		tecnológica e as fundações de apoio. O objetivo principal é dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições, especialmente no desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica.
Medida provisória nº 495/10, convertida na Lei nº 12.349/10. Decretos nº 7.232, 7233 e 7234/2010	"Pacote da Autonomia"	Medidas legais onde o governo ampliou as ações das fundações de direito privado nas universidades federais; cria um mecanismo que permite a realocação de servidores técnico-administrativos entre IFES; cria a possibilidade de diferenciação dos orçamentos da IFES, que dependem da produtividade. Porém, depois de criar o PNAES, não especifica a origem dos recursos para viabilizar o programa.
Medida Provisória nº. 520/10	Criação da EBSEH	Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Essa nova entidade jurídica é integrada ao MEC e tem personalidade jurídica de direito privado. Com os HUs podem contratar trabalhadores para os de maneira flexível.
Portaria Normativa MEC nº. 21 novembro de 2012	SISU	Sistema onde são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e privadas de ensino superior que dele participarem.
Lei nº. 10.260/2010 alterada pela Lei nº. 13.530/2017	Fies	O objetivo principal viabiliza a concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC de acordo com regulamentação própria.

Fonte: Adaptado Nascimento (2013)

Barbosa, Petterini e Ferreira (2020) destacam que no período de 2003 a 2010, foram implantadas 14 novas universidades federais e 126 novos campi, o que resultou em uma duplicação na oferta de vagas e no aumento do número de municípios atendidos pelos campi das universidades federais, totalizando 230. O cenário da educação superior brasileira e seu impacto nas pessoas que viviam em áreas mais distantes dos grandes centros urbanos também é descrito por Máximo (2020, p. 3):

Antes de 2003, existiam 140 campi de escolas técnicas federais e 148 campi de universidades federais, localizados em apenas 184 dos mais de 5.507 municípios existentes naquele momento. No caso da população interiorana, isso contribuiu para elevar o caráter restritivo do acesso à formação superior e à qualificação profissional para as camadas sociais de maior renda daqueles municípios, grupo que conforma uma elite possuidora de maiores condições para se deslocarem para outras cidades onde os campi de universidades e escolas técnicas federais foram majoritariamente implantados até então.

Esse processo de expansão e interiorização pode ser dividido em três fases. A primeira fase, de 2003 a 2007, é conhecida como fase I, e marca o início da interiorização do ensino superior por meio da criação de novas universidades e da expansão dos campi para regiões não metropolitanas. Em seguida, temos a fase II, que ocorre de 2008 a 2012, e é caracterizada pela implementação do programa Reuni, com o objetivo de reestruturar e expandir as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Por fim, a fase III, que vai de 2012 a 2014, é marcada pela conclusão das novas unidades e pela implementação de políticas específicas de integração, fixação e desenvolvimento regional (PAULA; ALMEIDA, 2020).

O primeiro passo do Governo Lula para a expansão e interiorização foi por meio do programa Expandir. Embora não possuísse uma legislação própria como outros programas federais, projetos foram encaminhados ao MEC com o intuito de obter recursos para a criação de novas universidades e campi (NASCIMENTO, 2013). Silva Junior e Czernisz (2016) considera esse fato como uma mudança no foco das políticas de educação superior pública, uma vez que a rede federal de ensino superior estava concentrada nas grandes metrópoles do Brasil até o início deste século.

Para aprofundar a discussão, é importante destacar o Decreto nº 6.096/2007, uma vez que este trabalho se baseia na análise da interiorização da UTFPR por meio do Reuni, verificando os impactos do programa na instituição.

Dando continuidade a essas mudanças, com foco na expansão e interiorização do ensino superior público, o Governo Federal lançou o programa Reuni por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O Reuni surge como um marco na mentalidade do governo em relação aos investimentos no ensino, que antes eram predominantemente voltados para a iniciativa privada. O programa demonstrou uma preocupação genuína por parte do governo em relação ao sistema de ensino superior (SANTOS; SANTOS, 2019).

É importante ressaltar que, na época do lançamento do Reuni, as universidades federais apresentavam deficiências em várias áreas, resultado de um longo período de restrições orçamentárias que afetaram suas estruturas educacionais. Todas as 53 universidades federais existentes na época aderiram ao programa (BITTENCOURT; FERREIRA; BRITO, 2017).

O Reuni foi criado com o objetivo de "criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais" (BRASIL, 2007a, p. 7).

A expansão e interiorização do ensino superior federal no Brasil apresentam cinco principais características, conforme apontado por Marques e Cepêda (2012):

- a) Expansão quantitativa: refere-se ao aumento do número de universidades, vagas e campi;
- b) expansão geográfica: busca interiorizar as instituições de ensino, integrando regiões em três áreas específicas: periferias metropolitanas, fronteiras e enclaves estaduais, e fronteiras internacionais;
- c) expansão das funções: visa ao desenvolvimento local sustentável, com enfoque multicultural, promovendo autonomia e consciência de identidade em grupos populacionais sub-representados e necessitados de direitos por reconhecimento;
- d) Expansão do acesso: ocorre por meio de diferentes formas de avaliação, como o uso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU), além de políticas de Ações Afirmativas;

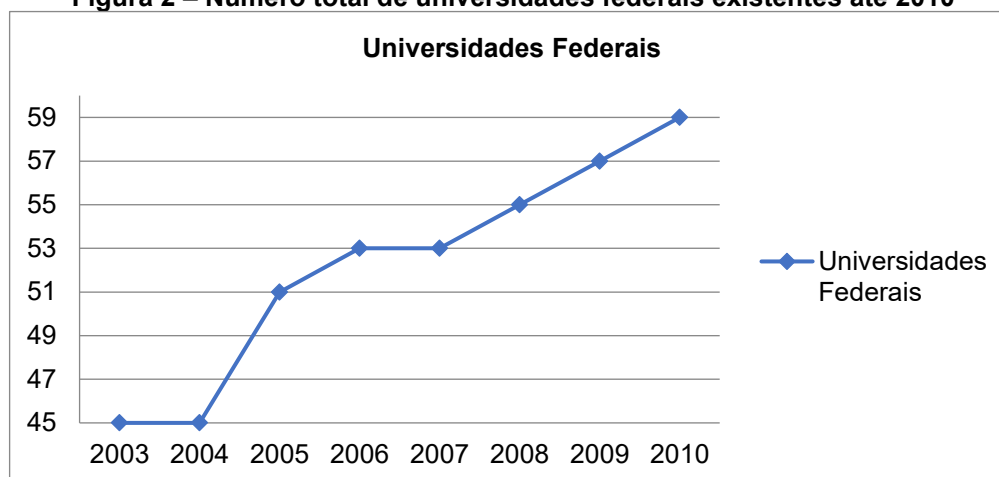
- e) Ampliação da permanência: busca estabelecer medidas para garantir a permanência dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

A adesão ao Reuni era opcional, sendo realizada por meio de um termo de compromisso e um acordo de metas. O MEC estabeleceu a condição de cumprimento das metas estabelecidas no acordo para a liberação dos recursos financeiros. O montante seria repassado à medida que os planos de reestruturação fossem elaborados e apresentados (SALES *et al.*, 2019). O programa Reuni estabeleceu as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007a, p. 7).

O programa Reuni é considerado o principal marco do recente movimento de expansão da educação superior federal no país. Além de ampliar e interiorizar as universidades federais, o programa também atende aos objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010), sendo uma das principais ações voltadas para o ensino superior durante esse período, apesar das discussões que surgiram durante sua implantação (MÁXIMO, 2020).

O MEC elaborou um gráfico que mostra o número total de universidades federais criadas até 2010 (Figura 2). O processo teve início em 2003, período denominado fase I por Paula e Almeida (2020), marcando o início da interiorização do ensino superior.

Figura 2 – Número total de universidades federais existentes até 2010

Fonte: Adaptado Brasil (2010)

A segunda fase, também conhecida como segundo ciclo, é marcada pela expansão com reestruturação, com a adesão total das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Nessa fase, foram implantados 95 novos campi universitários e houve ampliação do número de vagas no ensino superior, especialmente no período noturno (MELO; MELO; NUNES, 2009).

Em 2014, o MEC apresentou dados sobre a expansão da educação superior, profissional e tecnológica. No que diz respeito às universidades federais, além do aumento no número de campi, houve um crescimento no número de cidades atendidas (Tabela 1).

Tabela 1 – Total de campus existente e o total de municípios atendidos

	Até 2002	2003 a 2010	Aumento em %
Total de Campus	148	274	85%
Municípios atendidos	114	230	11%

Fonte: Adaptado Brasil (2014)

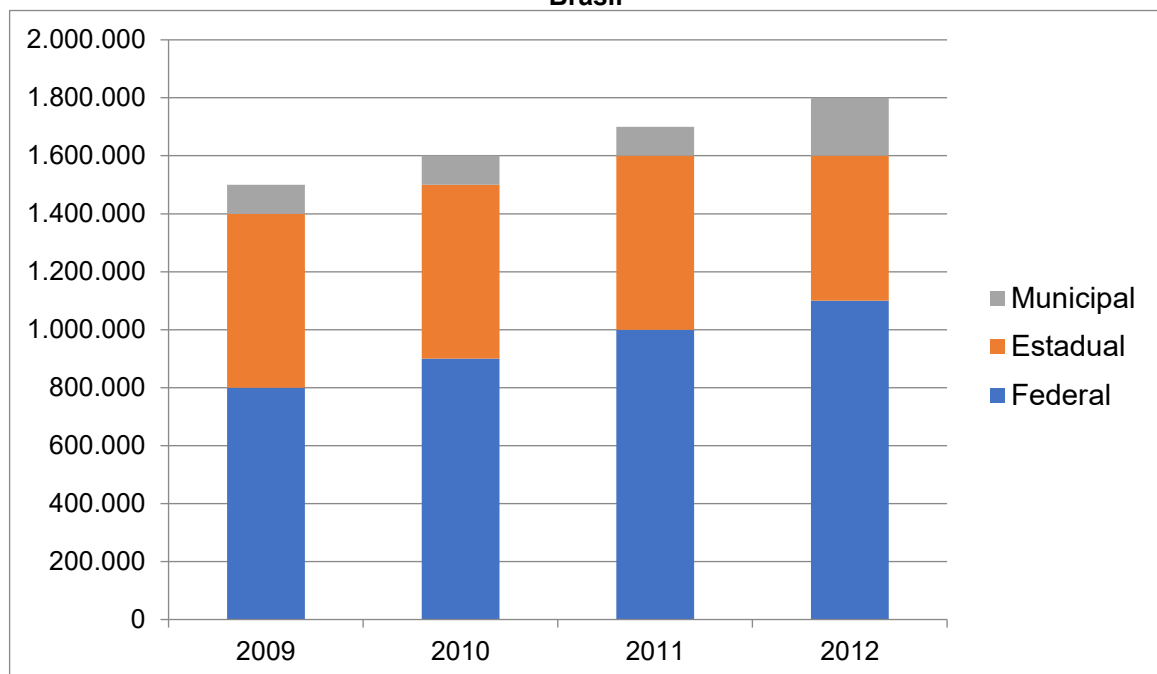
Em relação ao número de matrículas, o Censo da Educação Superior realizado pelo INEP que "as instituições federais representam mais da metade das matrículas e também tiveram o maior aumento no número de matrículas de cursos de graduação". A expansão da rede federal ocorre por meio de programas de criação de

novas vagas, seja pela criação de novas instituições ou pela abertura de novos campi (BRASIL, 2012).

O impacto mais notável para a sociedade é o aumento no número de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação. Outros impactos são analisados de forma mais complexa, sob uma perspectiva econômica. Por exemplo, uma região que recebe um campus universitário obtém benefícios de curto prazo, como investimentos federais na cidade em termos de salários e despesas da universidade com instalação e manutenção, além do impulso na economia local decorrente da presença de estudantes de outras localidades. No médio e longo prazo, destaca-se o impacto para os alunos formados e a influência da qualificação e da inovação na economia local, proporcionadas pelo enfoque em temas locais nas pesquisas e projetos de extensão desenvolvidos por essas instituições (BIZERRIL, 2018).

No Gráfico 1, elaborado em 2012, pelo Censo da Educação Superior do INEP mostra a evolução no número de matrículas de graduação.

Gráfico 1 – Evolução no número de matrículas de graduação, por categoria administrativa – Brasil



Fonte: Brasil (2014)

Quando comparado com o Censo de 2019 realizado pelo INEP, observa-se que, entre as categorias administrativas, as instituições federais ainda mantêm a maioria das matrículas em cursos de graduação (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de matrículas de graduação da rede pública, por categoria administrativa 2019

2019	Pública	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%
Matrículas	2.080.146	100,00	1.335.254	64,2	656.585	31,6	88.307	4,2

Adaptado Brasil (2021)

No entanto, ao comparar com o ano anterior, é possível observar um discreto aumento no percentual de matrículas em instituições federais (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de matrículas de graduação da rede pública, por categoria administrativa 2018

2018	Pública	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%
Matrículas	2.077.481	100,00	1.324.984	63,7	660.854	31,9	91.643	4,4

Fonte: Adaptado Brasil (2020)

O INEP, no Censo de 2019, apresenta um gráfico que mostra o número de matrículas entre 2009 e 2019, destacando o crescimento de 59,1% na rede federal, o que a torna a categoria com o maior crescimento nesse período. No entanto, ao comparar com o percentual de matrículas federais em 2018, observa-se um aumento de apenas 0,5%.

Ao analisar estrategicamente o percentual federal de matrículas entre 2009 e 2010, é possível notar um aumento de 2,1% no número de matrículas. Esse período corresponde a três anos após a instituição do decreto que implementou o Reuni (Tabela 4).

Tabela 4 – Número de matrículas de graduação da rede pública, por categoria administrativa 2009-2010

Matrículas	Pública	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%
2009	1.523.864	100	839.397	55	566.204		118.263	
2010	1.643.298	100	938.656	57,1	601.112		103.530	

Fonte: Adaptado Brasil (2012)

A terceira fase do ciclo de expansão é marcada pela ênfase nas interfaces internacionais, como exemplificado pela criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, no Paraná (MELO; MELO; NUNES, 2009). Durante esse período (2008 a 2012), foi desenvolvido um processo de integração regional e internacionalização do ensino superior brasileiro, por meio da criação de quatro universidades que englobam estados com fronteiras na região sul, região amazônica, países da América Latina e países de língua portuguesa em outros continentes, como África e Ásia (BRASIL, 2014).

O Quadro 3 apresenta as universidades criadas nesse contexto. De acordo com Jesus (2016), essas instituições possuem um caráter estratégico no projeto nacional, independentemente da região do Brasil em que foram instaladas. A região sul, por exemplo, recebeu duas dessas instituições.

Quadro 3 – Universidades criadas para integração e internacionalização entre 2008 e 2012

IFES	Nome da IFES	Região	Lei de criação
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul	Sul	Lei nº 11.029 de 15/09/2009
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará	Norte	Lei nº 12.085 de 05/11/2009
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana	Sul	Lei nº 12.189 de 12/01/2010
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Nordeste	Lei nº 12.289 de 20/07/2010

Fonte: Brasil (2015?)

Lima (2012) destaca que o programa Reuni foi amplamente reconhecido pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) como uma das iniciativas mais relevantes da política de expansão do MEC.

O Quadro 4 apresenta um panorama geral da expansão universitária ocorrida de 2002 a 2014.

Quadro 4 – Panorama da expansão universitária

	2002	2014
Universidades Federais	45	63
Campus	148	321
Cursos Graduação Presencial	2.047	4.867
Vagas Graduação Presencial	113.263	245.983
Matrículas Graduação Presencial	500.459	932.263
Matrículas Educação a Distância	11.964	83.605
Matrículas Pós-Graduação	48.925	203.717

Fonte: Brasil (2015)

Assim, considerando especificamente a interiorização das Universidades Federais e os impactos gerados por esse processo, é importante mencionar que há lacunas na literatura em relação aos estudos que analisam a interiorização das universidades federais e os impactos resultantes.

O Quadro 5 apresenta as universidades federais criadas entre 2005 e 2008. A UTFPR é transformada em universidade em 2005, por meio da Lei nº 11.184 de 2005 (BRASIL, 2005). A UTFPR possui campi em várias regiões do Paraná (conforme Figura 3) e é conhecida por oferecer a maior quantidade de cursos de engenharia no Brasil. Neste estudo, o foco recai sobre um campus fora da sede, localizado em uma cidade próxima à capital do estado, o campus Ponta Grossa.

Quadro 5 – Universidades federais criadas de 2005 a 2008

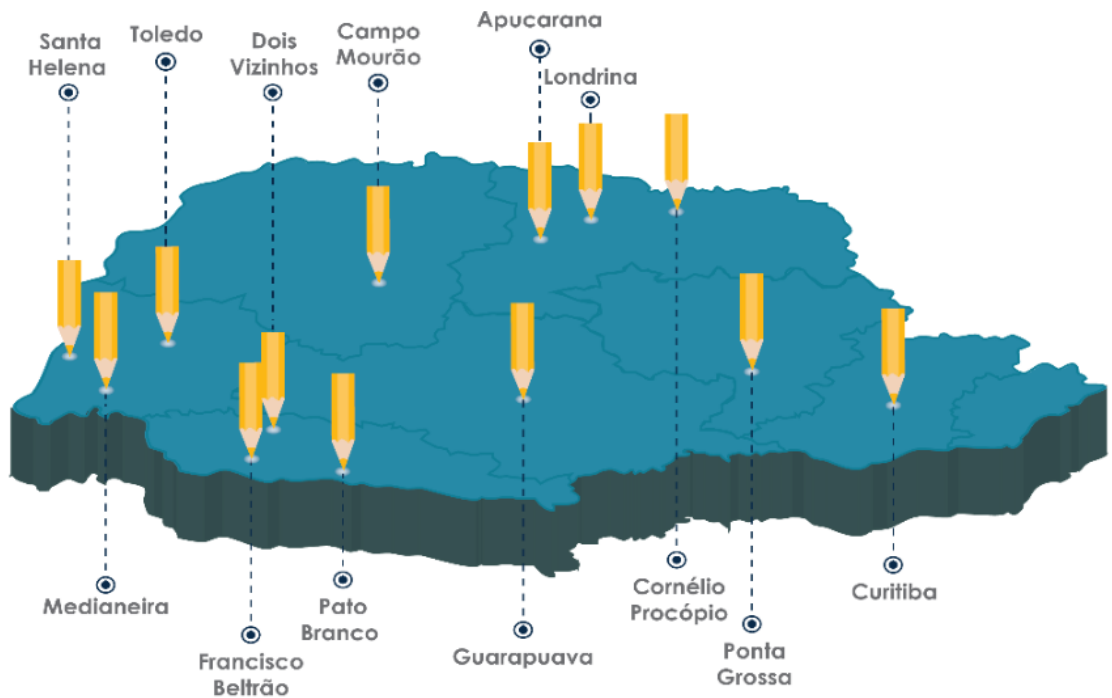
IFES	Nome da IFES	Região	Lei de criação
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas	Sudeste	Lei nº 11.154 de 29/07/2005

UFVJM	Universidade Fed. dos Vales Jequitinhonha e Mucuri	Sudeste	Lei nº 11.173 de 06/09/2005
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Sudeste	Lei nº 11.152 de 29/07/2005
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi Árido	Nordeste	Lei nº 11.155 de 29/07/2005
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sul	Lei nº 11.184 de 07/10/2005
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC	Sudeste	Lei nº 11.145 de 26/07/2005
UFGD	Fundação Universidade Fed. de Grande Dourados	Centro-Oeste	Lei nº 11.153 de 29/07/2005
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nordeste	Lei nº 11.151 de 29/07/2005
UFCSPA	Fundação Univ. Fed. de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Sul	Lei nº 11.641 de 11/01/2008
UNIPAMPA	Ação Universidade Federal do Pampa	Sul	Lei nº 11.640 de 11/01/2008

Fonte: adaptado Brasil (2015?)

Observa-se na Figura 3 a distribuição dos campi da UTFPR, que vai desde a capital do estado, até em cidades com menos de 30.000 mil habitantes, no caso o Campus Santa Helena.

Figura 3 – Mapa Paraná da Universidade Tecnológica Federal do Paraná



Fonte: UTFPR (2017?)

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa do problema.

3.2 Pergunta de pesquisa primária, perguntas de pesquisa secundárias, hipótese básica, hipóteses secundárias e variáveis

Subjacentes aos objetivos definidos encontram-se as perguntas a serem respondidas pelo estudo (Quadro 6) são:

Quadro 6 – Perguntas de pesquisa

Objetivo	Perguntas de pesquisa
OG	Os impactos previstos na pactuação do Reuni da UTFPR pelo Campus Ponta Grossa foram alcançados?
OE1	Quais os compromissos assumidos pela UTFPR ao aderir o Reuni, com ênfase nas ações e metas relacionadas ao Campus Ponta Grossa?
OE2	Houve aumento na oferta de cursos de graduação e pós-graduação durante o período do Reuni e após a sua implementação, no Campus Ponta Grossa?
OE3	O que foi priorizado enquanto recursos financeiros para investimentos e despesas de custeio realizados no Campus Ponta Grossa durante a vigência do Reuni e após o seu encerramento?
OE4	Quantos novos servidores foram agregados ao quadro de docente e técnico-administrativos, decorrente das ações do Reuni no Campus Ponta Grossa?

Fonte: Autoria própria (2023)

Para responder essas questões subjacentes aos objetivos foram definidas as seguintes hipóteses apresentadas no Quadro 7. No Quadro, ainda, são apresentadas as variáveis que compõem as hipóteses e as respectivas classificações.

Quadro 7 – Hipóteses do estudo

Hipóteses	Variável

<p>HB - Conforme o pactuado no programa Reuni, os resultados relacionados ao aumento no número de vagas, oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação, obras realizadas e aquisição de equipamentos foram priorizados e alcançados, enquanto resultados relativos à evasão e retenção do aluno não foram priorizados e nem obtidos.</p>	<p>A hipótese de 2º grau, têm como variáveis dependentes: número de vagas; ofertas de novos cursos de graduação e pós-graduação; obras realizadas; equipamentos; evasão; e retenção. E como variável independente: pactuação da UTFPR no Reuni.</p>
<p>HS1 – Os compromissos assumidos pela UTFPR foram, segundo a deliberação nº 17 de 2007, ampliação de vagas na graduação e pós-graduação; criação de novos cursos, ampliação da estrutura física da UTFPR, expansão do quadro de servidores, redução da evasão, bolsas de monitoria, assistência estudantil.</p>	<p>A hipótese de 1º grau tem como variáveis: vagas na graduação e pós-graduação; novos cursos; estrutura física do Campus Ponta Grossa; quadro de servidores do Campus Ponta Grossa; evasão nos cursos do Campus Ponta Grossa; bolsas de monitoria ofertadas no Campus Ponta Grossa; e assistência estudantil ofertada no Campus Ponta Grossa.</p>
<p>HS2 – Houve o aumento no número de cursos criados com as condições ofertadas pelo Reuni, e esse aumento foi superior ao pactuado no programa.</p>	<p>A hipótese de 1º grau tem como variáveis: número de cursos de graduação e número de cursos de pós-graduação.</p>
<p>HS3 – Foram priorizados enquanto recursos financeiros, a realização de obras e aquisição de novos equipamentos, e em relação as despesas de custeio foram priorizadas a aquisição de material de consumo e a contratação de pessoas físicas e jurídicas.</p>	<p>A hipótese de 1º grau tem como variáveis: valores empenhados para investimentos e para custeio.</p>
<p>HS4 – Foram contratados mais servidores do que o pactuado no Reuni.</p>	<p>A hipótese de 1º grau tem como variáveis: número de servidores e técnicos administrativos.</p>

Fonte: Autoria Própria (2023)

3.3 Local de pesquisa

Em relação ao Campus Ponta Grossa, as atividades foram iniciadas em 15 de março de 1993, porém a inauguração do campus foi em 20 de dezembro de 1992, onde era o antigo Seminário Menor Redentorista. Os dois primeiros cursos ofertados

foram os de técnico em Alimentos e técnico em Eletrônica. Em 1995 mais um curso passou a ser disponibilizado, o curso de técnico em Mecânica. No ano de 1998 em virtude da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) que previa o fim da integração do ensino médio com o técnico, a escola decidiu implantar o ensino médio com duração mínima de três anos. E, no ano seguinte implantou os cursos superiores de tecnologia, o objetivo era formar profissionais com foco em tecnologia de ponta (LEITE, 2010).

Com objetivo de formar profissionais focados em tecnologia de ponta, no final de 2003 foi aprovada a pós-graduação Stricto-Sensu que iniciou suas atividades em 2004, com a oferta do curso de mestrado em engenharia de produção (UTFPR, 2021a).

Em 2007 novos cursos de nível superior entram em funcionamento, sendo esses: engenharia de produção em controle e automação e engenharia de produção mecânica (UTFPR, 2021a).

O Quadro 8 mostra os cursos de graduação disponíveis antes do Reuni no Campus Ponta Grossa.

Quadro 8 – Cursos ofertados de graduação no Campus Ponta Grossa antes do Reuni

Modalidade	
Bacharelado	Tecnologia
Engenharia de produção controle e automação	Sistemas de Informação
Engenharia de Produção Mecânica	Alimentos
	Análise e desenvolvimento de sistemas
	Automação industrial
	Eletrônica
	Fabricação mecânica

	Informática
	Mecânica
	Processos de fabricação mecânica

Fonte: Adaptado UTFPR (2007a)

O Quadro 9 mostra o curso de pós-graduação disponível antes do Reuni no Campus Grossa.

Quadro 9 – Curso ofertado de pós-graduação no Campus Ponta Grossa

Modalidade
Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Fonte: UTFPR (2007a)

Atualmente, o campus oferece em nível de graduação, três cursos de tecnologia, cinco cursos de engenharias e um curso de licenciatura. Na pós-graduação são oito programas oferecidos, o PPGBIOTEC (Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia); o PPGCC (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação); o PPGECT (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia); o PPGEE (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica); o PPGEM (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica); o PPGEQ (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção); o PPGEQ (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química); e o PROFIAP (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública) (UTFPR, 2021a).

O Quadro 10 mostra os cursos de graduação disponíveis no período Pós-Reuni no Campus Ponta Grossa.

Quadro 10 – Cursos ofertados de graduação no Campus Ponta Grossa

Modalidade		
Bacharelado	Tecnologia	Licenciatura
Ciência da computação Engenharia de bioprocessos e biotecnologia Engenharia de produção Engenharia elétrica Engenharia mecânica Engenharia química	Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas Tecnologia em automação industrial Tecnologia em fabricação mecânica	Licenciatura em ciências biológicas

Fonte: UTFPR (2018a)

O Quadro 11 mostra os cursos de pós-graduação disponíveis pós pactuação do Reuni no Campus Grossa.

Quadro 11 – Cursos ofertados de pós-graduação no Campus Ponta Grossa

Programas	Modalidade
Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia	Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação	Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia	Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção	Mestrado e Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química	Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional	Mestrado Profissional

Fonte: UTFPR (2022)

3.4 Corpus da pesquisa

A pesquisa tem como objetivo geral avaliar os impactos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) no Campus Ponta Grossa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

O período analisado abrange as gestões da reitoria da instituição de 2008 a 2020.

O corpus de pesquisa será composto por documentos e entrevistas. Os documentos que compõem o corpus são os seguintes:

- a) Relatórios de prestação de contas (2008-2020);
- b) Deliberação do Conselho Universitário (Couni) da UTFPR para adesão ao Reuni;
- c) Relatório de avaliação dos resultados da gestão da Controladoria Regional da União (CGU) no Estado do Paraná (BRASIL, 2018);
- d) dados socioeconômicos disponíveis no sistema corporativo da UTFPR.

As entrevistas foram realizadas com os atores envolvidos na adesão ao Reuni e na implementação do programa na UTFPR e no Campus Ponta Grossa, conforme especificado no Quadro 12.

Quadro 12 - Entrevistados

Codificação	Nome e maior cargo exercido na UTFPR
Entrevistado 1 (E1)	Éden Januário Netto, Reitor
Entrevistado 2 (E2)	Carlos Eduardo Cantarelli, Reitor
Entrevistado 3 (E3)	Luiz Nacamura Junior, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Entrevistado 4 (E4)	Maurício Alves Mendes, Pró-Reitor de Graduação e Educação Profissional
Entrevistado 5 (E5)	Vilson Ongaratto, Pró-Reitor de Planejamento e Administração
Entrevistado 6 (E6)	Luiz Alberto Pilatti, Reitor

Fonte: Dados da pesquisa

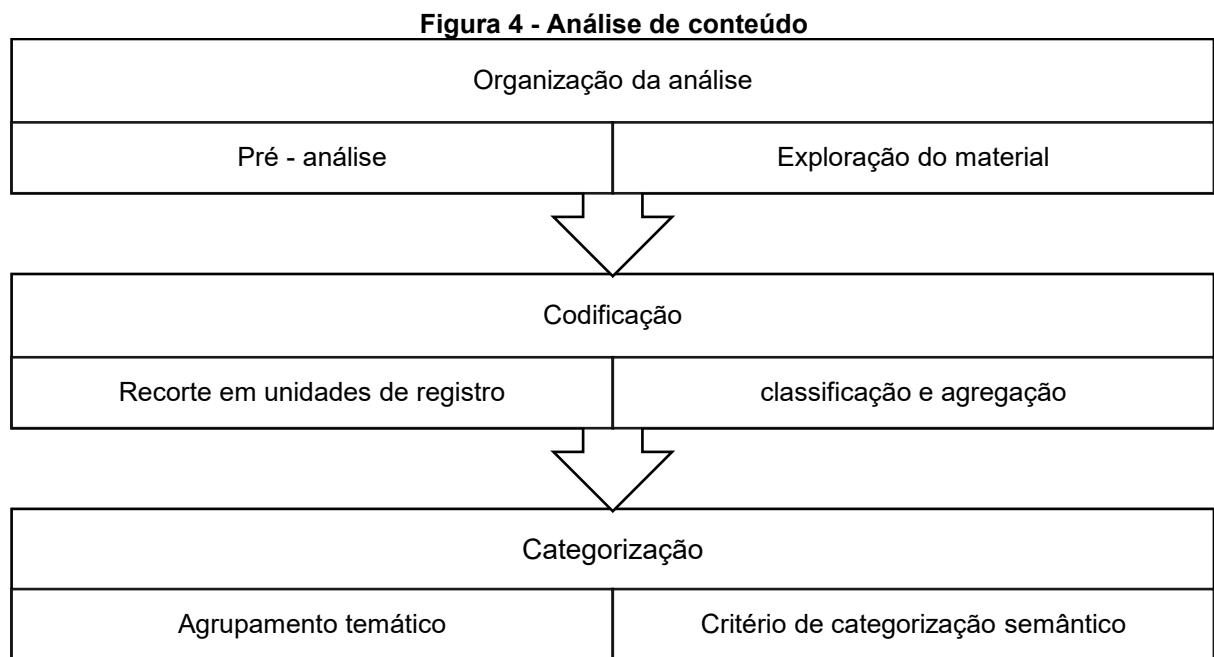
Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com os princípios éticos e a legislação aplicável à pesquisa com seres humanos. Foi solicitada autorização para identificação dos entrevistados, e todos consentiram com tal identificação.

3.5 Instrumento utilizado para a coleta de dados

Para a coleta de dados foi utilizado o procedimento da entrevista com roteiro semiestruturado.

3.6 Procedimento de análise dos dados

O procedimento analítico utilizado na análise dos dados coletados nas entrevistas foi a Análise de Conteúdo, seguindo as etapas preconizadas por Bardin (2021). Conforme figura 4.



Fonte: Adaptado Bardin (2021)

Essas etapas incluíram o recorte dos discursos e documentos em unidades de registro, como palavras, frases e parágrafos, que foram agrupados por tema em categorias iniciais, intermediárias e finais.

Foram estabelecidas 81 categorias iniciais, após a primeira definição foram identificadas 13 categorias intermediárias, sendo essas:

1. Projeto do Reuni e adesão ao programa;
2. UTFPR antes do Reuni;
3. Contribuições quantitativa do Reuni para UTFPR;
4. O papel do Reuni na expansão nos cursos de graduação;
5. O papel do Reuni na expansão pós-graduação;
6. Metas do Reuni;
7. Interiorização e expansão dos campi da UTFPR e o papel do Reuni nesse processo;
8. Vagas ociosas na UTFPR e atratividade de alunos;
9. A Evasão na UTFPR;
10. Dificuldades que vieram com o Reuni;
11. Perfil docente com a chegada do Reuni;
12. Distribuição dos recursos do Reuni;
13. universidades federais públicas.

Dessas, 4 categorias finais foram definidas:

1. Adesão da UTFPR ao programa Reuni, compromissos assumidos e implementação;
2. O Reuni na graduação e pós-graduação da UTFPR;
3. A distribuição de recursos financeiros, oriundos do Reuni, para investimentos e despesas de custeio na UTFPR;
4. O quadro de servidores da UTFPR.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Adesão da UTFPR ao programa Reuni, compromissos assumidos e implementação

Em 2005, a UTFPR passou pela transformação mais significativa de sua história centenária ao se tornar uma universidade, deixando de ser o maior CEFET da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com os melhores indicadores acadêmicos, para se tornar uma das menores universidades federais do Brasil (E2).

Após essa transformação, a universidade elaborou seu Projeto Político Institucional (PPI), estabelecendo os rumos da instituição e delineando seu futuro (E1). Foi no contexto deste PPI que o programa Reuni foi implantado na UTFPR (E1).

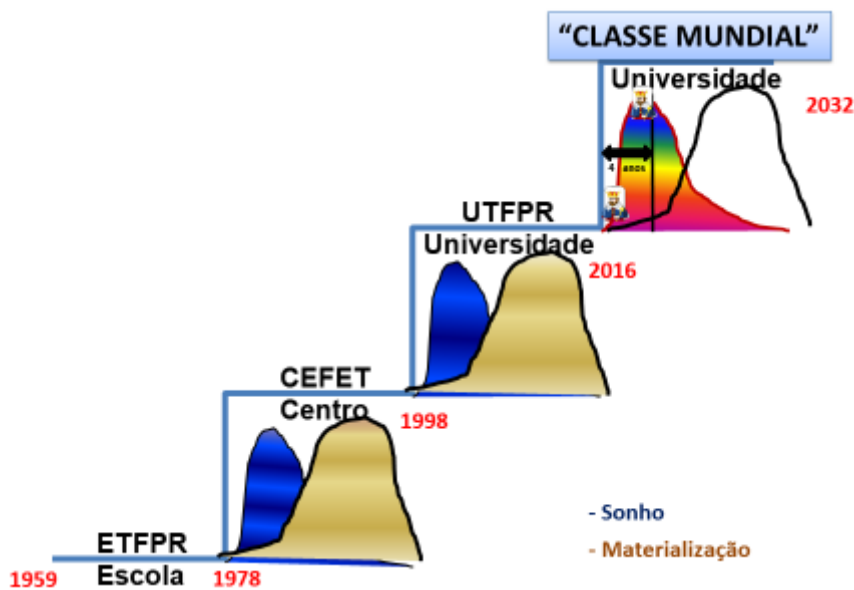
Durante o período de lançamento do edital, a gestão da instituição estava em seu último ano de mandato, e havia um receio generalizado nas universidades federais em aderir ao programa, pois acreditava-se que o Reuni poderia precarizar as universidades (E5). As críticas se concentravam principalmente na relação entre alunos e professores, com o receio de sobrecarga de aulas e pouco tempo para pesquisa, além da preocupação de que a qualidade do ensino fosse comprometida com a eliminação do processo de reprovação. Na primeira chamada do programa, a UTFPR não fez a adesão (E2).

No entanto, os benefícios proporcionados pelo Reuni, como a possibilidade de expansão por meio de recursos financeiros e humanos, eram raros e valiosos (E2). O programa permitia o aumento do número de vagas em universidades federais, algo que não ocorria há muito tempo, além de possibilitar a descentralização do ensino superior, antes restrito aos grandes centros urbanos, levando-o para o interior do país (E2; E5). A principal solução trazida pelo Reuni para a UTFPR foi a possibilidade de contratação de pessoal (E3).

O prazo para a adesão à segunda edição do edital do Reuni ocorreu em 17 de dezembro de 2007. A UTFPR foi a última universidade a aderir ao programa, com a aprovação de sua proposta pelo Conselho Universitário às vésperas do prazo final (E1). A implementação do Reuni na UTFPR teve um impacto significativamente maior

do que na maioria das universidades que aderiram, devido aos indicadores estabelecidos no edital, o que resultou em um crescimento surpreendente. Quase 10 anos após se tornar uma universidade, a UTFPR já era uma das dez maiores universidades federais do Brasil (E1). A Figura 5 ilustra os ciclos da UTFPR, conforme descrito pelo E1, e representa o objetivo de alcançar a excelência como uma instituição de classe mundial.

Figura 5 - Ciclos da UTFPR



Fonte: Diapositivo elaborado pelo entrevistado 1

No entendimento do E1, o programa Reuni possibilitou a consolidação de um ciclo na UTFPR.

Para compreender a implementação do Reuni na UTFPR, é necessário conhecer três documentos principais: o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a), a Chamada Pública MEC/SESU nº 08/2007 (BRASIL, 2007b) e a Deliberação nº 17/2007, de 20 de dezembro de 2007, do Counci da UTFPR (UTFPR, 2007a).

O Decreto nº 6.096/2007, em seu artigo 2º, apresenta as diretrizes do Reuni:

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa

por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007a).

Na sequência, o artigo 3º do Decreto prevê o repasse de recursos financeiros às Universidades Federais (BRASIL, 2007a).

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

- I - Construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;
- II - Compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e
- III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as

etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º (BRASIL, 2007a).

Em relação aos parâmetros definidos de cálculo dos indicadores na fase de seleção pública de propostas para apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, conforme a Chamada Pública MEC/SESU n. 08/2007 – Reuni, são estabelecidos critérios específicos para avaliar as instituições candidatas ao programa:

3.2.1 – Dimensões

(A) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública

1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
2. Redução das taxas de evasão; e
3. Ocupação de vagas ociosas.

(B) Reestruturação Acadêmico-Curricular

4. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
5. Reorganização dos cursos de graduação;
6. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
7. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
8. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.

(C) Renovação Pedagógica da Educação Superior

1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
2. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
3. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.

(D) Mobilidade Intra e Inter-Institucional

1. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.

(E) Compromisso Social da Instituição

1. Políticas de inclusão;
2. Programas de assistência estudantil; e
3. Políticas de extensão universitária.

(F) Suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação

1. Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

Em cada uma das dimensões, a universidade deverá propor ações para subitens e, caso ainda queira propor alguma ação em um aspecto não contemplado nessas diretrizes, mas inserido no escopo do programa, poderá fazê-lo em espaço apropriado para cada dimensão da reestruturação proposta.

Todas as propostas encaminhadas deverão contemplar um aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação projetadas para a universidade, além de atender as demais diretrizes do programa.

O Decreto nº 6.096/2007, em seu artigo 1º, § 1º, privilegiou dois indicadores de desempenho para a aferição das metas do programa: a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais e a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor. O mesmo artigo delega ao Ministério da Educação o estabelecimento dos parâmetros de cálculo desses dois indicadores, que passam a se traduzir nas definições a seguir.

3.2 - Taxa de conclusão dos cursos de graduação

A taxa de conclusão dos cursos de graduação é um indicador calculado anualmente por meio da razão entre diplomados e ingressos. O valor de TCG não expressa diretamente as taxas de sucesso observadas nos cursos da universidade, ainda que haja uma relação estreita com fenômenos de retenção e evasão. Na verdade, TCG também contempla a eficiência com que a universidade preenche as suas vagas ociosas decorrentes do abandono dos cursos.

Taxa de conclusão dos cursos de graduação (TCG): relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais (DIP) num determinado ano e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição (ING₅) cinco anos antes.

$$TCG = \frac{DIP}{ING_5}$$

3.3 - Relação de Alunos de Graduação Presencial por Professor

A relação será calculada com base na matrícula projetada em cursos de graduação presenciais, tomando por base as vagas oferecidas nos processos seletivos para ingresso nas universidades.

Matrícula Projetada em Cursos de Graduação Presenciais (MAT): projeção do total de alunos matriculados na universidade, realizada com base no número de vagas de ingresso anuais de cada curso de graduação presencial, a sua duração padrão (tempo mínimo, medida em anos, para integralização curricular) e um fator de retenção estimado para cada área do conhecimento. A matrícula projetada não corresponde necessariamente ao número de alunos que estão matriculados em disciplinas oferecidas pela universidade em um determinado período letivo.

$$MAT = \sum \text{vagas de ingressos anuais} \times \text{duração nominal} \times (1 + \text{fator de retenção})$$

A matrícula projetada em cursos de graduação estima a capacidade de atendimento da universidade como função do número de vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos e a duração dos cursos.

As vagas de ingresso anuais correspondem às vagas oferecidas nos processos seletivos para ingresso inicial nos cursos de graduação. Dessa forma, processos seletivos para preenchimento de vagas ociosas não são computados. Para esse cálculo consideram-se apenas os cursos que atendem aos critérios estabelecidos pela Secretaria de Educação Superior para orçamentação do custeio das universidades federais. Os fatores de retenção de cada área do conhecimento correspondem aos valores utilizados pelo MEC/Andifes no cálculo do aluno equivalente.

A medida do corpo docente utilizada no cálculo da relação de alunos de graduação por professor tomará por base o número de docentes com equivalência ao regime de dedicação exclusiva e será ajustada em função das dimensões dos programas de pós-graduação da universidade.

Docentes com Equivalência de Dedicção Exclusiva (DDE): cálculo do número de professores equivalentes em regime de dedicação exclusiva, tomando-se por referência o banco de professores equivalentes (Portaria interministerial nº. 224 de 23 de julho de 2007).

$$DDE = \frac{\text{Total de professores equivalentes}}{1,55}$$

O ajuste final da medida do corpo docente será realizado em função das dimensões dos programas de pós-graduação. Foram consideradas duas situações: universidades com número de estudantes na pós-graduação por docente da instituição acima da média nacional de 1,5 e universidades que não atendem a esse critério.

Para se obter a relação entre alunos de pós-graduação por professor da universidade, divide-se o número de alunos de mestrado e doutorado pelo número equivalente de docentes em dedicação exclusiva (DDE).

Dedução da Pós-Graduação (DPG): cálculo da dedução do número de professores devida à pós-graduação, tomando-se por base.

(a) o número de alunos de mestrado e doutorado matriculados nos programas da universidade, ponderado pelo fator Fav que é função da avaliação CAPES dos programas;

(b) o número de alunos de mestrado e doutorado que a universidade possuiria se tivesse a média nacional atual de 1,5 alunos de pós-graduação por professor.

Para as universidades com relação de alunos de pós-graduação por professor acima da média nacional, a dedução do número de professores devida à pós-graduação far-se-á pela equação seguinte, garantido um mínimo de 5% DDE:

$$DPG_a = \frac{\sum (m_i + d_i)Fav_i - 1,5DDE}{6}$$

m_i = alunos no curso i de mestrado

d_i = alunos no curso i de doutorado

Fav_i = fator de avaliação CAPES do curso i

$Fav_i = 1,0$ para cursos 3

$Fav_i = 1,1$ para cursos 4

$Fav_i = 1,2$ para cursos 5

$Fav_i = 1,3$ para cursos 6

$Fav_i = 1,5$ para cursos 7

DDE = docentes com equivalência de dedicação exclusiva

$$DPG = \{DPG_a, \text{se } DPG_a > 0,05DDE \text{ } 0,05DDE, \text{se } DPG_a \leq 0,05DDE$$

Ou seja, a dedução da pós-graduação é calculada como o máximo entre o resultado da equação DPG e 5% sobre o DDE.

Critério complementar de ajuste a título de incentivo à qualificação do corpo docente e expansão da pós-graduação nas universidades com oferta de vagas em programas de pós-graduação inferior à média nacional.

As universidades que possuem uma relação média de alunos em seus programas de pós-graduação por professor (DDE) inferior a 1,5 terão uma dedução calculada segundo a equação abaixo, limitado a 5% DDE:

$$DPG_B = \frac{\sum (m_i + d_i)Fav_i}{6}$$

m_i = alunos no curso i de mestrado

d_i = alunos no curso i de doutorado

Fav_i = fator de avaliação CAPES do curso i

$Fav_i = 1,0$ para cursos 3

$Fav_i = 1,1$ para cursos 4

$Fav_i = 1,2$ para cursos 5

$Fav_i = 1,3$ para cursos 6

$Fav_i = 1,5$ para cursos 7

$$DPG = \{DPG_b, \text{se } DPG_b < 0,05DDE \text{ } 0,05DDE, \text{se } DPG_b \geq 0,05DDE$$

Assim, definidos os seus componentes, tem-se o cálculo final do indicador:

Relação de Alunos de Graduação por Professor (RAP): relação da matrícula projetada em cursos de graduação presenciais e a medida ajustada do corpo docente.

$$RAP = \frac{MAT}{DDE-DPG}$$

(BRASIL, 2007b, p. 2-7)

Através do Decreto, juntamente com a Chamada, foi possível obter informações sobre as "dimensões" do Reuni. Após a deliberação, a UTFPR elaborou uma proposta de adesão ao Reuni, que foi aprovada pelo COUNI e, em seguida, protocolada no MEC. Nessa proposta de adesão, é possível identificar os compromissos assumidos pela instituição e os recursos solicitados de acordo com os parâmetros do Reuni.

A proposta começa com a caracterização da UTFPR, fornecendo dados institucionais, uma síntese histórica, apresentando o modelo de gestão e destacando a interação da UTFPR com o setor produtivo (UTFPR, 2007a, p. 3-11).

Dados institucionais

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), criada pela Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, é uma autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, e goza de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Com sede em Curitiba, conta com 11 campi localizados nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa e Toledo.

Compõem o quadro de servidores da Universidade, em 2007, um total de 976 docentes efetivos e 167 substitutos da carreira de 1º e 2º graus, 236 professores efetivos e 48 substitutos da carreira de ensino superior e 636 servidores técnico-administrativos. Nesse quadro, 327 docentes são doutores. O corpo discente é constituído por 14.730 estudantes regulares, sendo 1.732 estudantes matriculados em 19 cursos de educação profissional técnica de nível médio; 9.088 matriculados em 27 cursos superiores de tecnologia; 3.371 matriculados em 22 cursos de bacharelados e 2 licenciaturas; 490 discentes inscritos em 5 programas de mestrado e 49 estudantes de um programa de doutorado. A UTFPR registrou em 2006 no cadastro do CNPq um total de 91 grupos, com 331 linhas de pesquisa e 189 doutores envolvidos.

Síntese histórica

A história da Universidade teve início no dia 16 de janeiro de 1910, com a inauguração da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, que ofertava ensino primário pela manhã e de ofícios à tarde, nas áreas de alfaiataria, sapataria, marcenaria e serralheria. Em 1937, a Instituição começou a ministrar o ginásio industrial, com a designação de Liceu Industrial do Paraná. Cinco anos depois, em 1942, o ensino industrial foi reorganizado passando a ser ministrado em dois ciclos. No primeiro, havia o ensino industrial básico, o de mestría e o artesanal. No segundo, o técnico e o pedagógico.

Com a reforma, foi instituída a Rede Federal de Instituições de Ensino Industrial e o Liceu passou a se chamar Escola Técnica de Curitiba. Em 1943, tiveram início os primeiros cursos técnicos: Construção de Máquinas e Motores, Edificações, Desenho Técnico e Decoração de Interiores.

Em 1959, com a unificação do ensino técnico no Brasil, a Instituição ganhou maior autonomia ao passar de Escola Técnica de Curitiba à Escola Técnica Federal do Paraná.

Em 1974, foram implantados os primeiros cursos superiores de curta duração de engenharia de Operação: Construção Civil e Elétrica. Quatro anos depois, em 1978, a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET- PR), ofertando cursos de graduação plena: engenharia industrial elétrica, ênfase em eletrotécnica, engenharia industrial elétrica, ênfase em eletrônica/telecomunicações e curso superior de tecnologia em construção civil.

Em 1992, implantou-se o curso de engenharia industrial mecânica e, em 1996, o de engenharia de produção civil. Após a implantação dos cursos superiores, foram iniciados os programas de pós-graduação. Em 1988, foi criado o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu*, o curso de pós-graduação em engenharia elétrica e informática industrial (CPGEI).

Em 1995, foi a vez do Programa de Mestrado em Tecnologia (PPGTE); em 2001, o Programa de Mestrado em Engenharia Mecânica e de Materiais (PPGEM); em 2004, o Programa de Mestrado em Engenharia de Produção (PPGEP), no Campus Ponta Grossa, e, em 2006, o Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PPGA), no Campus Pato Branco. O primeiro programa de doutorado foi implantado em 1999, no campus Curitiba, em engenharia elétrica e informática industrial.

A partir de 1990, com o programa de expansão e melhoria do ensino técnico, a Instituição iniciou sua expansão para o interior do Paraná. Em 1990, foi implantado o Campus Medianeira; em 1993, foi a vez dos campi Cornélio Procópio, Pato Branco e Ponta Grossa; em 1995, Campo Mourão; em 2003, Dois Vizinhos; em 2007, os campi Apucarana, Londrina e Toledo, e, em 2008, Francisco Beltrão. Todos os campi atendem não somente à população de seu município, mas também à dos municípios vizinhos, transformando-se em verdadeiros pólos de desenvolvimento regional.

[...]

Modelo de Gestão Institucional

A UTFPR, comparativamente às demais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), possui características singulares em sua estrutura e funcionamento. A gestão administrativa e acadêmica de uma estrutura multicampi como a da Universidade exige uma ação que seja ao mesmo tempo integradora e autônoma. A integração tem ocorrido pela busca contínua da construção de políticas comuns, por

meio da definição de diretrizes institucionais nas áreas de ensino, pós-graduação, administração, finanças e extensão. Para isso, desde 2000, a Universidade vem implantando um modelo sistêmico de organograma no qual a administração institucional e acadêmica atua sob forma matricial, objetivando a preparação para uma estrutura universitária e otimizando o gerenciamento multicampi da Instituição. A estrutura organizacional da Universidade compreende a Reitoria, com sede em Curitiba, quatro Pró-Reitorias – de Pesquisa e Pós-Graduação, de Graduação e Educação Profissional, de Relações Empresariais e Comunitárias e de Planejamento e Administração –, além das Diretorias dos Campi. Ao lado desta nova estruturação, o orçamento foi descentralizado, conforme os parâmetros de número de alunos, número de cursos e peso destes cursos, oportunizando a gestão autônoma de cada campus.

Este documento foi aprovado pela Deliberação nº. 01/2007 do Conselho Universitário, de 9 de março de 2007, e define princípios que reordenam a gestão institucional e acadêmica da UTFPR, visando à excelência acadêmica e ao compromisso social com uma gestão democrática e participativa.

Este PPI, fruto da participação coletiva dos vários segmentos internos e externos da comunidade, permitiu construir uma identidade própria da Universidade, explicitando valores como a atuação prioritária na área tecnológica, a articulação do ensino, pesquisa e extensão, a mobilidade acadêmica, nacional e internacional, a interação com a comunidade externa, a gestão democrática, entre outros, como balizadores das ações de planejamento para a atuação da nova Universidade.

Após a aprovação do PPI, a Comissão deu início ao processo de construção do novo Estatuto da Instituição, já prevendo uma estrutura organizacional que valorizasse a gestão acadêmica sistêmica e colegiada.

Para se ter um exemplo da forma de reordenação proposta no novo Estatuto, já encaminhado ao MEC para homologação, o atual Conselho Universitário (Couni) da UTFPR, embora continue como órgão deliberativo máximo da administração universitária, passará a ter quatro Conselhos especializados de apoio, cada um correspondendo a uma Pró-Reitoria: o de Graduação e Educação Profissional; o de Pesquisa e Pós-Graduação; o de Relações Empresariais e Comunitárias e o de Planejamento e Administração. Além destes, estão previstos três Fóruns Consultivos: o de Desenvolvimento da UTFPR; o dos Executivos dos Municípios (onde estão os campi da UTFPR) e o Empresarial e Comunitário. Esses Conselhos Deliberativos prevêm gestão democrática e a participação mínima de 70% de docentes, e sua criação objetiva atribuir mais agilidade e transparência aos procedimentos internos.

A partir de 1997, com a edição do Decreto nº. 2.208, de 17/04/1997, e da Portaria Ministerial nº 646, de 14/05/1997, a Instituição passou a ofertar o ensino médio em lugar dos cursos técnicos integrados e, em 1998, os cursos superiores de tecnologia, migrando fortemente para a

oferta de cursos de nível superior. Essa modificação no perfil institucional reforçou a demanda apresentada ao MEC de se transformar o Centro Federal de Educação Tecnológica na primeira Universidade Tecnológica do país, o que, após sete anos de tramitações, tornou-se lei no dia 7 de outubro de 2005 (Lei nº. 11.184/05), com a transformação do antigo CEFET-PR na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Em 21/11/2005, a Reitoria da UTFPR designou uma Comissão responsável pela coordenação e implementação do processo Estatuinte, cujo objetivo último era a elaboração do primeiro Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Na origem deste trabalho, a Comissão estabeleceu como meta a elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), documento que define a filosofia e princípios balizadores da atuação da UTFPR.

Este documento foi aprovado pela Deliberação nº. 01/2007 do Conselho Universitário, de 9 de março de 2007, e define princípios que reordenam a gestão institucional e acadêmica da UTFPR, visando à excelência acadêmica e ao compromisso social com uma gestão democrática e participativa.

Este PPI, fruto da participação coletiva dos vários segmentos internos e externos da comunidade, permitiu construir uma identidade própria da Universidade, explicitando valores como a atuação prioritária na área tecnológica, a articulação do ensino, pesquisa e extensão, a mobilidade acadêmica, nacional e internacional, a interação com a comunidade externa, a gestão democrática, entre outros, como balizadores das ações de planejamento para a atuação da nova Universidade.

Após a aprovação do PPI, a Comissão deu início ao processo de construção do novo Estatuto da Instituição, já prevendo uma estrutura organizacional que valorizasse a gestão acadêmica sistêmica e colegiada.

Para se ter um exemplo da forma de reordenação proposta no novo Estatuto, já encaminhado ao MEC para homologação, o atual Conselho Universitário (Couni) da UTFPR, embora continue como órgão deliberativo máximo da administração universitária, passará a ter quatro Conselhos especializados de apoio, cada um correspondendo a uma Pró-Reitoria: o de Graduação e Educação Profissional; o de Pesquisa e Pós-Graduação; o de Relações Empresariais e Comunitárias e o de Planejamento e Administração. Além destes, estão previstos três Fóruns Consultivos: o de Desenvolvimento da UTFPR; o dos Executivos dos Municípios (onde estão os campi da UTFPR) e o Empresarial e Comunitário. Esses Conselhos Deliberativos prevêm gestão democrática e a participação mínima de 70% de docentes, e sua criação objetiva atribuir mais agilidade e transparência aos procedimentos internos.

Interação da UTFPR com o setor produtivo

Outra característica institucional importante, e que diferencia a UTFPR desde seus tempos de CEFET-PR, é o estreito vínculo com o setor

produtivo, abrangendo atividades como: estágios curriculares, projetos cooperativos e serviços tecnológicos, cursos de educação continuada e mesas redondas com empresários e supervisores de estágio. Essa convivência com o mundo do trabalho imprimiu aos currículos da UTFPR uma preocupação com a formação empreendedora dos estudantes, que acabou se estendendo aos docentes. Em todos os campi mais antigos, há incubadoras e/ou hotéis tecnológicos, e prevê-se o apoio à implantação de Parques Tecnológicos em duas regiões do Estado. Essa postura, aliada à área de atuação prioritária da UTFPR – a tecnológica – tem levado a Instituição a estimular o desenvolvimento de projetos inovadores e o registro de patentes.

Essa marca, de ser uma instituição aberta para a sociedade, faz com que a UTFPR desempenhe um importante papel no desenvolvimento estadual, uma vez que se encontra inserida em todas as regiões e oferta cursos em diferentes áreas. Outro aspecto a ser ressaltado são as ações de inclusão social, desenvolvidas junto com empresas parceiras e por iniciativa própria, visando devolver à sociedade parte de todo o recurso que é investido na Instituição.

Na proposta, os 11 campi da UTFPR foram apresentados, sendo que o Campus Ponta Grossa foi descrito da seguinte maneira:

O Campus Ponta Grossa iniciou suas atividades em 15 de março de 1993, com os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Alimentos e Eletrônica. O Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado de Mecânica teve seu início em março de 1994. Em 1998, foi implantado o Ensino Médio. No início de 1999, o campus passou a oferecer, em nível superior, os Cursos Superiores de Tecnologia em Alimentos, com ênfase em Industrialização de Laticínios; Tecnologia em Eletrônica, com ênfase em Automação de Processos Industriais, e Tecnologia em Mecânica, com ênfase em Processos de Fabricação. Em 2004, iniciou-se o Programa de pós-graduação em engenharia de produção, autorizado pela CAPES com conceito 3. (UTFPR, 2007a, p. 7)

No plano de adesão ao programa elaborado pela UTFPR, é apresentada a súmula da proposta e as linhas gerais, com a seguinte redação (UTFPR, 2007a, p. 11-14):

Súmula do Plano

O Reuni objetiva estimular a reestruturação acadêmica e o aumento do número de vagas do ensino superior público federal, possuindo como meta global a elevação gradual da Taxa de Conclusão da Graduação (TCG) para 90% e a Relação Aluno-Professor (RAP) para 18/1.

Na UTFPR, os indicadores atuais são de 74,25% de TCG e 14 de RAP.

Importa observar que, prestes a comemorar seu primeiro centenário em 2009, a Instituição granjeou conquistas importantes, cujo fruto tem sido a expansão dos indicadores institucionais, expressos no crescimento do número de campi, no aumento e qualificação do quadro de servidores, nos avanços das suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, no crescimento de vagas públicas de qualidade – em todos os níveis e modalidades de cursos ofertados.

Na proposta de adesão ao Reuni, ficam claros as dimensões e os avanços quantitativos que a Instituição almeja superar: de 24 cursos de graduação, nas modalidades de bacharelado e licenciatura, ofertados em 2007, a proposta prevê, ao final do Plano, um total de 56 cursos, com as matrículas projetadas passando de 6.868 para 24.743 e as matrículas projetadas em cursos noturnos, de 135 para 4.781 em 2012. Na pós-graduação, está prevista inicialmente a implantação de dez programas de mestrado e um de doutorado, totalizando, ao final do Plano, quatorze mestrados e dois doutorados.

As dimensões qualitativas almejadas no Plano já se encontram em planejamento e execução na UTFPR, em decorrência do recente processo estatuinte, no qual a comunidade interna e externa foi mobilizada e contribuiu na construção do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) que, integrado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), norteiam e balizam o seu rumo nesse recente patamar de Universidade Tecnológica.

As reestruturações acadêmicas em curso e aquelas propostas no Plano, agora com a possibilidade de ampliação do quadro de servidores e do aporte de recursos financeiros previstos, sofrerão notável aceleração, quer pela criação de importantes Núcleos de Apoio, principalmente aqueles direcionados aos discentes e docentes, quer pela criação e ampliação de programas assistenciais e acadêmicos, no âmbito das políticas inclusivas praticadas pela Universidade.

O Reuni auxiliará a Universidade a aprofundar suas ações de diminuição da evasão e estímulo à permanência, uma vez que, ao lado das ações de cunho financeiro já previstas para 2008 na UTFPR, o Programa preconiza ações acadêmicas de apoio a estudantes que apresentem dificuldades na aquisição de conhecimentos, além de fomentar a integração entre graduação e pós-graduação.

Vale ressaltar, igualmente, dois aspectos basilares da UTFPR, apresentados no seu PPI e que nortearão as propostas apresentadas ao Reuni: a mobilidade acadêmica, interna e externa, e a flexibilização curricular. Na verdade, estes dois princípios estão intimamente relacionados, uma vez que possibilitar o trânsito de discentes interinstitucionalmente e entre instituições do Brasil e do exterior pressupõe uma perspectiva flexível com relação aos currículos praticados na Universidade. Nesse sentido, está-se propondo, no âmbito do Reuni, a criação de um tronco comum nos cursos de engenharia ofertados nos diferentes campi da Universidade, objetivando também possibilitar aos estudantes uma escolha

profissional mais madura e após a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre as diferentes áreas profissionais. Nesse mesmo âmbito, encontra-se a abertura à internacionalização, outro princípio que vem sendo buscado na UTFPR. Nesse mesmo contexto, e de forma a possibilitar que a mobilidade internacional se efetive, estão sendo estimuladas ações que oportunizem aos estudantes acesso a uma ou mais línguas estrangeiras modernas, seja por uma grade curricular mínima, seja como opção extracurricular. Nestas projeções um importante limitador era o quadro de pessoal docente e os investimentos necessários para viabilizar a expansão desejada. Nesse sentido, a proposta de adesão da UTFPR ao Reuni está embasada em diretrizes apontadas no PPI, como a flexibilização, mobilidade, abertura à internacionalização, entre outros aspectos basilares. Concretamente, propomos uma expansão dos cursos de graduação presenciais em todos os campi, ao lado da abertura de pelo menos um novo curso de graduação por campus, e da possibilidade de incremento da pós-graduação, de forma a consolidar nosso perfil enquanto universidade e atender às demandas sócio-regionais do estado do Paraná.

Linhas gerais da proposta

- Expansão no ingresso, a partir de 2009, pela uniformização das vagas ofertadas em cursos existentes e pela abertura, a partir de 2010, de 29 novas graduações (esse aumento é referenciado ao número de cursos ofertados em 2008);
- Implantação, a partir de 2010, de onze novos bacharelados, sendo nove cursos engenharia, um curso de arquitetura e um curso em informática. Todos esses cursos buscam atender às demandas locais e objetivam promover o desenvolvimento local e regional;
- Implantação, a partir de 2011, de treze novas licenciaturas com, no mínimo, um curso em cada campi, prioritariamente no turno noturno;
- Implantação, a partir de 2012, de cinco novos bacharelados, sendo quatro cursos de engenharia e um bacharelado em sistemas de informação;
- Implantação, a partir de 2009, de nove programas de mestrado e um de doutorado;
- Expansão do quadro de servidores, com previsão de contratação de 679 docentes em regime de dedicação exclusiva (DE) e de 200 servidores técnico-administrativos;
- Expansão física da Universidade com a reforma, ampliação e novas edificações necessárias aos atendimentos das atividades acadêmicas e administrativas;
- Estudo, desenvolvimento e implantação de ferramentas de apoio (sistemas computacionais) à gestão acadêmica e à gestão do Plano de Reestruturação e Expansão da UTFPR;
- Implantação de Núcleos de Apoio e aporte financeiro a Programas existentes e a implantar, para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, com reflexos diretos na atuação pedagógica dos docentes, na taxa de conclusão dos cursos e nos do índice de evasão;

- Estudo e implantação de ampla reestruturação pedagógica com reformulações nas diretrizes curriculares internas (DCIs), nos regulamentos acadêmicos e nos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs);
- Articulação da Universidade com a educação básica por intermédio futuro Núcleo de Educação que terá as seguintes atribuições: gestão do Programa Especial de Formação de Professores; capacitação pedagógica dos docentes; coordenação pedagógica dos cursos de licenciatura; e articulação com as instituições de educação básica conveniadas com a UTFPR;
- Ampliação de Programas de Assistência Estudantil por meio do aumento do atendimento médico-odontológico, da expansão no auxílio alimentação e transporte, na implementação de bolsas monitoria e do aumento de vagas para estágios internos destinados a estudantes carentes;
- Consolidação dos processos inclusivos implantados na Universidade implementados pela reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos da rede pública de ensino e pela utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- Ampliação da interação da Universidade com a comunidade pela expansão das atividades de extensão e pelo desenvolvimento de projetos de cunho social; e
- Integração da graduação da pós-graduação com a implantação da bolsa de auxílio à docência e aumento na participação de discentes da graduação nas pesquisas realizadas na pós-graduação.

Na sequência, foram apresentadas as dimensões do plano de reestruturação da UTFPR, totalizando seis subdivisões: ampliação da oferta de educação superior pública, reestruturação acadêmico-curricular, renovação pedagógica da educação superior, mobilidade intra e interinstitucional, compromisso social da instituição e suporte da pós-graduação ao desenvolvimento, e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.

A dimensão de ampliação da oferta de educação superior pública foi subdividida em três subdimensões: aumento de vagas de ingresso, com ênfase em vagas noturnas; redução das taxas de evasão; e ocupação de vagas ociosas. Para o aumento do número de vagas de ingresso, as ações propostas foram:

- Unificar os módulos de ingresso de 24 cursos existentes para a oferta de 44 vagas;
- Implantar, no mínimo e preferencialmente, um novo curso de engenharia nos 11 campi da UTFPR;
- Implantar, no mínimo, novos cursos de licenciaturas nos 11 campi da UTFPR, prioritariamente, no período noturno; e
- Implantar, de acordo com a disponibilidade dos campi, cursos adicionais, uma vez atendidas as três metas anteriores. (UTFPR, 2007a, p. 19)

No Campus Ponta Grossa, de acordo com a proposta apresentada pela UTFPR, constava a seguinte informação: adoção de 22 vagas e oferta de duas turmas no curso de Engenharia de Produção em Controle e Automação, além de mais 22 vagas em duas turmas no curso de Engenharia de Produção Mecânica para o primeiro semestre de 2008. Também estava prevista a implantação do curso de Licenciatura em Matemática, no ano de 2011, com oferta de 88 vagas anuais no período noturno (UTFPR, 2007b).

Em relação à redução das taxas de evasão, a proposta considerou um diagnóstico que indicava uma média nacional de evasão de 50% nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), enquanto nos cursos de graduação da UTFPR essa taxa chegava a 75%, apesar de alguns cursos nos campi de Pato Branco e Curitiba apresentarem taxa inferior a 5%. Além disso, a proposta considerou a implantação da reserva de 50% das vagas para alunos provenientes de escolas públicas em todos os cursos da universidade (UTFPR, 2007b). Para atingir a meta elevada, superior a 90% estabelecida pelo programa, a UTFPR propôs uma série de ações:

Aos estudantes ingressantes:

1. Implantar o Pré-Vestibular Social - curso preparatório ao vestibular da UTFPR destinado a estudantes de baixa renda;
2. Consolidar, acompanhar e intervir no processo de reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública;
3. Realizar anualmente a Feira de Profissões e Mostras Tecnológicas (ExpoUT) da UTFPR;
4. Desenvolver e implantar no portal institucional uma estrutura informacional para o apoio vocacional aos estudantes interessados em cursos da Instituição;
5. Promover, junto às instituições de ensino, visitas programadas à UTFPR; e
6. Implantar o estágio e práticas de ensino nas escolas de ensino básico com os acadêmicos dos cursos de licenciatura da Universidade.

Aos alunos regulares:

1. Implantar a Semana de Ambientação na Universidade destinada aos calouros para informá-los sobre seus direitos, deveres, orientações acadêmicas, oportunidades e apoios institucionais;
2. Implantar o Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
3. Ampliar o Programa de Assistência Estudantil;
4. Implantar o Programa de Tutoria;
5. Expandir e normatizar o Programa de Monitoria;
6. Implantar o Núcleo de Educação;
7. Analisar e adequar os projetos pedagógicos dos cursos (PPCs)

visando à melhoria do fluxo acadêmico;

8. Propor e implantar turmas especiais para disciplinas com elevado índice de retenção;
9. Consolidar e ampliar as ações de acompanhamento pedagógico realizadas pelos coordenadores de curso, com o suporte do Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
10. Instituir a Ouvidoria Acadêmica;
11. Reformular o regulamento do Colegiado de Curso;
12. Incentivar a representação estudantil nos colegiados internos, em especial nos Colegiados de Curso;
13. Ampliar os processos de mobilidade acadêmica intra e interinstitucional;
14. Consolidar, avaliar e intervir nas políticas de inclusão implantadas e a implantar na UTFPR;
15. Investir na melhoria das bibliotecas, implantando a Política Permanente de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UTFPR;
16. Implantar o Núcleo de Atendimento Acadêmico para apoiar o discente no processo- ensino-aprendizagem para disciplinas com elevado grau de retenção;
17. Ampliar e modernizar a infra-estrutura de laboratórios e ambientes didáticos;
18. Disseminar ações de inclusão digital no âmbito da Universidade;
19. Desenvolver o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) para coletar, integrar e sistematizar as informações acadêmicas da Universidade e apoiar as decisões dos seus gestores;
20. Ampliar a política de capacitação e qualificação docente;
21. Desenvolver e implantar no portal da Universidade a estrutura informacional de apoio acadêmico, com ferramentas de suporte ao docente no desenvolvimento das suas atividades de ensino;
22. Ampliar as atividades comunitárias, sociais, esportivas e culturais;
23. Valorizar o representante de turma;
24. Valorizar a avaliação do docente pelo discente;
25. Apoiar financeiramente os trabalhos de conclusão de curso direcionados às áreas de interesse da Universidade e da tecnologia assistiva;
26. Ampliar o Programa de Iniciação Científica, Programa de Educação Tutorial (PET) e projetos cooperativos;
27. Implantar a bolsa de pós-graduação para incentivo à docência;
28. Implantar e consolidar, em todos os campi, o Centro Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas (CALEM);
29. Ampliar a oferta do estágio curricular supervisionado intra e extra-institucional;
30. Revitalizar, criar e ampliar os espaços de convivência acadêmica; e
31. Implantar em todos os campi os Hotéis Tecnológicos e apoiar as iniciativas de Empresas Juniores.

Aos alunos Egressos:

1. Consolidar e ampliar do Programa de Acompanhamento de Egresso;
2. Ampliar a realização de mesas redondas com egressos;

3. Promover atividades de caráter técnico-científico voltadas para os egressos;
4. Apoiar a Associação do Egresso da UTFPR; e
5. Criar o Fundo de Doação para a UTFPR. (UTFPR, 2007a, p. 26-28)

As metas definidas no Plano da UTFPR, no que diz respeito à ocupação de vagas ociosas, foram:

- Desenvolver no Sistema Integrado de Gestão Acadêmico (SIGA), a implantar, o módulo para o levantamento de vagas ociosas reais;
- Aprimorar o acompanhamento do desempenho estudantil, rastreando-se com precisão as vagas disponíveis para re-oferta;
- Elaborar ajuste curricular e regulamentar necessário para uma maior flexibilização e homogeneização das turmas e vagas;
- Implantar o Programa de Aproveitamento de Vagas (PAV) da UTFPR, envolvendo todos os campi.; e
- Divulgar amplamente e esclarecer o PAV para a comunidade interna e externa. (UTFPR, 2007a p. 34)

A dimensão de reestruturação acadêmico-curricular foi subdividida em cinco subdimensões, que são: revisão da estrutura acadêmica buscando constantemente elevar a qualidade, reorganização dos cursos de graduação, diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada, e implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que permitam a construção de itinerários formativos.

A revisão da estrutura acadêmica teve início no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2004-2008 (UTFPR, 2004), no qual foram adotadas diversas ações. Essas ações incluíram a homologação pelo Counci das Deliberações nº 7/2006 (UTFPR, 2006) e nº 4/2007 (UTFPR, 2007b). Com base nessas normas, os campi começaram a elaborar os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), seguindo as diretrizes a seguir:

- Currículos baseados nas DCNs específicas;
- Projetos elaborados com ênfase na parte prática com, no mínimo, 50% de aulas em laboratórios;
- Cursos de engenharia predominantemente industriais ou de produção;
- Perfil do formando que assegure as competências, habilidade e atitudes para um egresso/profissional com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capaz de absorver novas tecnologias e que considera os aspectos globais que interferem na sociedade;
- Conjunto de disciplinas comuns a todos os cursos chamados de

núcleo de conteúdos básicos;

- Indicação ao atendimento da flexibilidade como característica fundamental na estrutura curricular, por intermédio da minimização de pré-requisitos;
- Construção do projeto pedagógico de curso orientada para permitir a mobilidade acadêmica interna, regional, nacional e internacional;
- Incentivo à interação com a pós-graduação;
- Inclusão de atividades complementares, integradas à estrutura curricular;
- Previsão de certificação por área de conhecimento;
- Incentivo à interdisciplinaridade;
- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); e
- Previsão de disciplinas na modalidade de Ensino a Distância (EAD). (UTFPR, 2007a, p. 36-37)

De maneira prática, para a revisão curricular, foi proposto:

- Avaliar as atuais diretrizes curriculares internas dos cursos de graduação;
- Avaliar as metodologias pedagógicas atualmente empregadas pelos docentes nas suas práticas;
- Avaliar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da graduação;
- Validar, nos colegiados de curso, as análises dos PPCs;
- Avaliar as atividades formativas integradas ao currículo como atividades complementares, trabalho de conclusão de curso e estágio curricular;
- Identificar a efetivação das ações aplicadas aos PPCs e seus reflexos para a mobilidade acadêmica;
- Ampliar a interação da graduação e da pós-graduação; e
- Desenvolver e implantar o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), adequado às necessidades dos cursos e dos seus gestores. (UTFPR, 2007a, p. 37)

Conforme consta no relatório de 2008, fase inicial do Reuni, foi designado um Comitê Gestor Institucional, composto por unidades responsáveis pelas decisões estratégicas, sendo essas a Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional – PROGRAD, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG, para apoiar, supervisionar e avaliar o planejamento e a execução do programa durante o período de vigência, que foi até 2012.

No que tange a revisão da estrutura acadêmica, as metas sugeridas foram:

- Conceber, normatizar e aplicar metodologias próprias para o estudo de demanda, construção e aprimoramento curricular;
- Implementar, por intermédio de uma reforma curricular, módulos

e/ou itinerários curriculares alternativos e flexíveis, visando à mobilidade acadêmica e à dupla- diplomação;

- Implantar núcleos básicos comuns por modalidade de curso, incluindo nas respectivas diretrizes curriculares seus ementários e cargas horárias;
- Adequar as Diretrizes Curriculares Internas aos novos modelos curriculares propostos;
- Sistematizar os procedimentos de realimentação dos estudantes egressos, do setor produtivo e da sociedade como um todo, visando à atualização curricular constante, assim como da demanda de oferta de cursos por campus. (UTFPR, 2007a, p. 42-43).

Para diversificar as modalidades de graduação, foi estabelecido o compromisso de superar a profissionalização precoce e especializada. Nesse sentido, a UTFPR se comprometeu a implantar 13 novos cursos de licenciatura. Esses cursos abrangem áreas científicas e de apoio às áreas tecnológicas, ampliando a oferta para áreas como física, biologia, matemática e química.

No âmbito da diversificação, foi proposto um núcleo básico, a modularização e a possibilidade de re-opção de curso ou ênfase. Embora não fosse uma ideia unânime dentro da instituição, a proposta era que a escolha do curso ainda deveria ser feita no momento do ingresso, por questões de seleção e administrativas. No entanto, estudava-se uma maneira de facilitar a re-opção de curso ou ênfase, caso fosse necessário. Além disso, também foi prevista a oferta de cursos de licenciatura na modalidade a distância (UTFPR, 2007a).

- Desenvolver diretrizes curriculares internas e modelos próprios de cursos de licenciatura, contendo núcleo básico e ementários padronizados;
- Ampliar a oferta de cursos de licenciatura, diversificando as áreas de atuação (científica e de apoio à área tecnológica);
- Implantar o sistema de re-opção de curso ou ênfase, promovendo uma reforma curricular que inclua e padronize núcleos básicos, módulos e/ou ênfases;
- Executar ações, nos Núcleos de Apoio a serem implantados, de orientação psicopedagógica, acadêmica e vocacional visando dar suporte aos estudantes durante sua permanência nessa Universidade;
- Capacitar o corpo docente para a oferta de cursos de licenciatura;
- Desenvolver metodologias de ensino para o ensino de licenciatura presencial e a distância; e
- Capacitar o corpo docente para a tutoria a distância, utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e para a elaboração de conteúdos didáticos para o ensino a distância. (UTFPR, 2007a, p. 45-46)

Para implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, foi proposta a criação de módulos formativos. As metas propostas foram as seguintes:

- Readequar currículos com a visão de modularidade e flexibilidade, criando, quando pertinente, ênfases e módulos formativos obrigatórios e/ou optativos;
- Implantar o regime interdisciplinar, integrando unidades curriculares afins;
- Minimizar os pré-requisitos existentes, visando uma maior flexibilidade e menor tempo de permanência dos discentes na Universidade; e
- Criar mecanismos de facilitação e aproximação do corpo discente com a comunidade, motivando-os ao desenvolvimento de atividades de extensão. (UTFPR, 2007a, p. 48)

Para a dimensão de renovação pedagógica da educação superior, foram criadas três subdimensões: a articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; a atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem; e a implementação de programas de capacitação pedagógica para o novo modelo.

Na primeira subdimensão, que trata da articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica, a perspectiva era promover a verticalização dos cursos de educação profissional técnica de nível médio existentes na universidade. As metas estabelecidas eram:

- Ampliar o número de cursos de licenciatura, buscando ofertar no mínimo um curso em cada campus, prioritariamente no turno noturno;
- Ampliar as atividades de prática de ensino dos cursos de licenciatura nos cursos técnicos de nível médio;
- Realizar as atividades da prática do estágio dos cursos de licenciatura, que correspondem à prática docente, diretamente nos cursos de formação profissional, incluindo o acompanhamento da elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos e apoio ao corpo docente interno;
- Promover a interação com a comunidade externa por meio da ExpoUT, procurando atingir os estudantes candidatos aos processos seletivos da Universidade;
- Implantar o curso Pré-Vestibular Social em toda a UTFPR; e
- Formar grupos articulados entre os diversos níveis de ensino para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica. (UTFPR, 2007a, p. 52-53)

Na segunda subdimensão, que se refere à atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem, foram propostas as seguintes ações:

- Implantar o Núcleo de Educação para formação e capacitação docente;
- Prover os docentes e gestores para o desenvolvimento das seguintes competências: capacidade para trabalhar em equipe; capacidade de gerenciamento de ambientes complexos; criação de novas significações em ambiente instável; capacidade de abstração; manejo de tecnologias emergentes; visão macro e pluralista das situações: conexão escola x comunidade x sociedade; uso da improvisação e da criatividade; e eficiência no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.
- Implantar o assessoramento pedagógico em cada coordenação de curso;
- Promover e incentivar a participação dos docentes em seminários pedagógicos;
- Promover a formação de grupos de discussão pedagógica;
- Capacitar o corpo docente para utilização de TICs como ferramentas de ensino- aprendizagem;
- Capacitar os servidores técnico-administrativos envolvidos no apoio aos processos de ensino-aprendizagem para as novas TICs;
- Aprimorar e incrementar a Semana de Planejamento de Ensino;
- Implantar, no Portal da UTFPR, as ferramentas de apoio ao docente para o desenvolvimento das suas atividades; e
- Introduzir nos projetos pedagógicos dos cursos superiores até 20% da carga horária na modalidade semipresencial. (UTFPR, 2007a, p. 58-59)

Na subdimensão de programas de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo, a proposta é baseada, principalmente, na criação do Núcleo de Educação. Esse Núcleo foi criado com o objetivo promover a qualificação contínua dos docentes, visando garantir um ensino de qualidade. O núcleo foi projetado para ser responsável pelo acompanhamento e avaliação das políticas de qualificação dos professores da instituição e estará vinculado à PROGRAD, com seus correspondentes vinculados às DIRGRADs de cada campus. As metas definidas para o planejamento e a implantação do Núcleo foram as seguintes:

- Zelar, no âmbito da sua competência, pelo cumprimento das diretrizes constantes no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI);
- Regulamentar a implantação dos Núcleos de Educação nos campi da UTFPR
- Auxiliar na contratação de recursos humanos da área pedagógica;
- Consolidar a proposta do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação Profissional (mestrado);
- Assumir a gestão pedagógica dos cursos de licenciatura da

UTFPR;

- Elaborar e executar os planos de curso de capacitação docente; e
- Avaliar os resultados das ações pedagógicas desenvolvidas em todos os cursos da UTFPR. (UTFPR, 2007a, p. 63).

Na dimensão de mobilidade intra e interinstitucional, foi estabelecida uma única subdimensão: a promoção da ampla mobilidade estudantil por meio do aproveitamento de créditos e da circulação de estudantes entre cursos e programas de educação superior. No momento da criação do Plano, a UTFPR já possuía 35 convênios internacionais em vigor para o processo de mobilidade interinstitucional. As metas estabelecidas para essa subdimensão foram as seguintes:

- Facilitar e ampliar os processos de transferências internas e externas;
- Ampliar o número de intercâmbios culturais e acadêmicos entre estudantes da UTFPR e estudantes de outras instituições brasileiras e internacionais;
- Flexibilizar o aproveitamento de créditos acadêmicos decorrentes de programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica; e
- Ampliar as parcerias com outras instituições com vistas ao aumento dos programas de dupla-diplomação. (UTFPR, 2007a, p. 66)

A próxima dimensão compromisso social da instituição foi dividida em duas subdimensões políticas de inclusão, programas de assistência estudantil e políticas de extensão universitária.

Na subdimensão políticas de inclusão, foi proposto avanços das ações e políticas já realizadas na UTFPR. Além da criação de Núcleos de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNES), nos 11 campi da UTFPR, para operacionalizar as ações voltadas à inclusão das pessoas com deficiência, por meio da educação, na sociedade e no mercado de trabalho. As metas propostas para essa dimensão foram:

A dimensão do compromisso social da instituição foi dividida em duas subdimensões: políticas de inclusão e programas de assistência estudantil e políticas de extensão universitária.

Na subdimensão de políticas de inclusão, foram propostos avanços nas ações e políticas já realizadas na UTFPR. Adicionalmente, foi proposta a criação de Núcleos de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNES) nos 11 campi da UTFPR, com o objetivo de operacionalizar ações voltadas para a inclusão de

pessoas com deficiência, por meio da educação, na sociedade e no mercado de trabalho. As metas propostas para essa dimensão foram:

- Ampliar o processo de conscientização interna para as questões relativas à inclusão;
- capacitar docentes por meio de cursos e seminários;
- participar nos planejamentos dos cursos para identificar necessidades específicas;
- investir em reformas físicas objetivando a melhoria da acessibilidade nos campi;
- incentivar financeiramente os trabalhos de conclusão de curso voltados à tecnologia assistiva;
- alcançar a pontuação máxima nos quesitos de acessibilidade na Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) no âmbito do SINAES;
- fomentar junto à pós-graduação linhas de pesquisa que possam estar relacionadas ao tema inclusão;
- ampliar atividades de extensão voltadas à inclusão de PNEEs;
- ampliar o acesso de estudantes da rede pública e de baixa renda na Universidade;
- manter a política de reserva de 50 % de vagas, em todos os cursos, para estudantes oriundos de escola pública, realizando um trabalho de acompanhamento desses discentes de baixa renda e PNEEs que utilizem a reserva de vagas;
- implantar o Pré-Vestibular Social; e
- contratar docentes com formação em Libras (Língua Brasileira dos Sinais) para atuar nos cursos de licenciatura e formação pedagógica, propondo a inclusão desta disciplina nos projetos pedagógicos destes cursos, conforme legislação específica. (UTFPR, 2007a, p. 69)

As metas pautadas na subdimensão programas de assistência estudantil foram:

- Implantar o Núcleo de Apoio Psicopedagógico da UTFPR;
- Ampliar os Programas de Assistência Estudantil da UTFPR;
- Implantar o Programa de Bolsa Permanência na UTFPR;
- Ampliar os serviços médico-odontológicos;
- Ampliar as taxas de participação em cursos de extensão e outras atividades científicas, culturais e esportivas para estudantes carentes, bem como proporcionar um maior leque de atividades;
- Ampliar a isenção nos processos seletivos para estudantes carentes;
- Ampliar o auxílio financeiro aos estudantes de baixa renda, envolvidos em eventos técnico-científicos;
- Ampliar as ações internas de inclusão digital para estudantes de baixa renda;
- Disponibilizar um percentual de vagas nos centros acadêmicos de línguas estrangeira modernas aos estudantes carentes;
- Ampliar o programa de estágio interno, priorizando esses discentes;
- Ampliar o acervo das bibliotecas e, conseqüentemente, os

serviços de empréstimos;

- Melhorar os ambientes e espaços de convivência da Universidade; e
- Priorizar as bolsas para monitoria, quando implantados os setores de atendimento acadêmico, aos estudantes de baixa renda e com bom desempenho acadêmico. (UTFPR, 2007a, p. 72-73)

Com a adoção da reserva de 50% de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas na universidade, era previsto um aumento no número de alunos que necessitariam de assistência estudantil para garantir sua permanência na UTFPR. Como parte da efetivação dessa política de inclusão, outro compromisso social firmado diz respeito às políticas de extensão universitária. Foram estabelecidas as seguintes metas para essa iniciativa:

- Expandir o número de vagas para estágio e emprego destinadas aos estudantes da UTFPR;
- Expandir o intercâmbio internacional;
- Aumentar o número de bolsas de extensão;
- Aumentar o número de servidores e discentes envolvidos nos projetos de cunho social;
- Aumentar o número de servidores e discentes participantes dos projetos de transferência de tecnologia desenvolvidos em parceria com empresas e governo;
- Aumentar a participação da comunidade interna em eventos de cunho científico, tecnológico, esportivo e cultural;
- Implantar e expandir as pré-incubadoras, incubadoras e empresas juniores; e
- Aumentar os processos para depositar e licenciar patentes. (UTFPR, 2007a, p. 77)

Na última dimensão proposta, busca-se o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aprimoramento qualitativo dos cursos de graduação. A subdimensão estabelecida é a articulação entre a graduação e a pós-graduação, com foco na expansão quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

No ano de 2008, a UTFPR oferecia sete cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo um doutorado e seis mestrados, vinculados a seis programas localizados nos campi de Curitiba, Pato Branco e Ponta Grossa. Buscando ampliar o número de cursos, foram definidas as seguintes metas:

- Duplicação do número de cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- Consolidação dos programas de pós-graduação existentes;

- Ampliação do número de discentes de pós-graduação em atividades de ensino de graduação em 20%;
- Implementação de 50 bolsas de incentivo à docência para estudantes da pós-graduação;
- Incremento em 50% na participação de estudantes de graduação em projetos de pesquisa de programas de pós-graduação; e
- Atualização, manutenção e implantação dos laboratórios de pesquisa. (UTFPR, 2007a, p. 80).

A UTFPR incluiu na proposta, da Deliberação nº 17/2007, um plano geral de implementação com os seguintes pontos (UTFPR, 2007a):

- Reordenação da gestão acadêmica da instituição, contemplando o processo de reestruturação na gestão institucional e acadêmica da UTFPR.
- Formação docente para a proposta, por meio de uma política permanente de capacitação docente.
- Programação da transição entre os modelos, considerando a homologação do estatuto da UTFPR, visando evitar prejuízos à universidade durante esse processo.
- Plano de contratação de pessoal docente e técnico, que previa a contratação de 879 servidores, sendo 679 docentes, 130 técnicos administrativos de nível médio e 70 técnicos administrativos de nível superior. Além disso, havia a implementação de funções gratificadas, até 2011, com os cargos de Direção nível 4 (CD) e Função Gratificada nível 1 e 2 (FG1 e FG2), totalizando um valor de R\$ 1.255.922,00 ao longo desses anos.
- Plano diretor de infraestrutura física, com recursos de R\$ 91.478.367,00, sendo destinados R\$ 45.551.205,00 para obras e R\$ 45.927.162,00 para equipamentos e materiais permanentes.
- Cronogramas específicos, incluindo o cronograma geral de implementação e execução, que abrangia a expansão de vagas nos cursos de graduação e a implementação de programas de pós-graduação; a previsão das edificações a serem construídas; e a contratação de servidores, tanto docentes quanto técnicos administrativos.

A proposta também apresenta o orçamento parcial e global, com uma síntese do Plano de Trabalho da UTFPR, prevendo um valor total de R\$ 233.253.799 (UTFPR, 2007a).

Além desses pontos, consta da proposta:

Expansão de Vagas

As metas estabelecidas para a expansão de vagas na UTFPR serão focadas em quatro momentos:

(i) Em 2009, com o aumento de vagas em 24 cursos que ofertam módulo de entrada menor do que 44 vagas. Essa unificação de módulo aperfeiçoa o uso da infra-estrutura e recursos humanos existentes e exige poucos recursos de custeio, pessoal e investimento para sua implementação. Com essa medida, a Universidade aumenta de 1.602 vagas (previstas para 2008) para 2.376 vagas, portanto, um aumento de 774 vagas (48,3 %) em 2009;

(ii) Em 2010, com a oferta de onze novas graduações, sendo oito cursos de engenharia, um de arquitetura e um bacharelado em informática. Nesse ano, a UTFPR prevê a oferta de 3.344 vagas, correspondendo um acréscimo de 1.742 vagas (108,7 %) em relação a 2008;

(iii) Em 2011, com a oferta de treze novos cursos de licenciatura, a serem implantados em todos os campi. Nesse ano, serão 4.444 vagas, o que corresponde um acréscimo de 2.842 vagas (177,4 %) em relação a 2008; e

(iv) em 2012, com a oferta de cinco cursos complementares, totalizando assim 56 cursos de graduação e 4.888 vagas. Em relação a 2008, serão 3.282 novas vagas, um acréscimo de 204,8 %.

Relação Aluno-Professor (RAP)

Com base nessa expansão, em 2012, o indicador de Matrícula Projetada (MAT) será de 24.743,31, considerando que a Universidade terá no índice de Corpo Docente Ajustado o quantitativo (DDE - DGP) de 863,24, a relação de estudante de graduação por professor (RAP) será de 28,66.

Taxa de Conclusão da Graduação (TCG)

A elevação da Taxa de Conclusão da Graduação (TCG) depende diretamente da efetividade na implantação e execução das diversas etapas apresentadas nesta proposta. Como foco principal, a Universidade deverá acompanhar *pari passu* as ações especificadas no item A3 que visam diminuir a evasão.

Articulação da Universidade para Acompanhamento e Avaliação

Para que o processo de implantação possa ser acompanhado com eficiência, eficácia e efetividade, a Reitoria da UTFPR deverá designar um Comitê de Gestão do Reuni, integrado por membros da reitoria, pró-reitorias e de todos os campi que constituem o corpo social da Instituição. Esse Comitê deverá articular-se com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para aprimorar e desenvolver as ferramentas de acompanhamento e avaliação de todos os indicadores constantes na proposta. O Comitê deverá, também, interagir diretamente com os diversos setores, núcleos e comissões que serão instituídos, de forma a estabelecer as intervenções necessárias para o alcance das metas propostas no plano da UTFPR para o Reuni. (UTFPR, 2007a, p. 95-96)

Foi incluído na proposta o plano de acompanhamento de indicadores de qualidade, que seriam avaliados por uma Comissão de Gestão do Reuni.

Em relação aos impactos globais da proposta, eram esperados os seguintes resultados:

Na leitura da proposta do Plano de Reestruturação e Expansão da UTFPR são de fácil constatação as dimensões e avanços quantitativos que a Instituição almeja superar: de 24 cursos de graduação, nas modalidades de bacharelado e licenciatura, ofertados em 2007, a proposta prevê, ao final do Plano, um total de 56 cursos, levando as matrículas projetadas de 6.868 para 24.743 e passando de 135 para 4.781 matrículas projetadas no noturno. Na pós-graduação está prevista, inicialmente, a implantação de mais 10 programas de mestrado e um de doutorado, totalizando, ao final do Plano, 15 mestrados e 2 doutorados. Esses indicadores certamente serão ampliados pois, no processo de expansão do quadro de servidores, os campi definirão como requisitos na contratação critérios de níveis formativos e de produção acadêmica compatíveis com os exigidos pela CAPES, estabelecendo-se, assim, a iniciativa precípua para a abertura de novos programas.

Importante destacar a decisão de implantar, prioritariamente, cursos de engenharia e licenciatura em todos os campi. Ambos, previstos na Lei de criação da UTFPR (Lei nº. 11.184, de 07 de outubro de 2007) e no PPI, serão importantes oportunidades, notadamente, aos jovens do interior do estado, evitando a migração em busca de formação acadêmica, e atuarão como indutores para o desenvolvimento científico, tecnológico e pedagógico das suas regiões de origem. Para acompanhar esse crescimento, o corpo social será significativamente ampliado, o que exigirá um crescimento físico nas mesmas proporções, de tal forma que há a previsão de expressivos investimentos, em edificações e na aquisição de equipamentos para adequar, ampliar e equipar os espaços acadêmicos e administrativos, em todos os campi.

As dimensões qualitativas ensejadas no Plano já se encontravam em pleno processo de planejamento e execução na Universidade, em decorrência do recente processo estatuinte, no qual a comunidade interna e externa foi mobilizada e contribuiu sobremaneira na construção do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) que, integrado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), norteiam e balizam o seu rumo nesse recente patamar institucional – o de Universidade Tecnológica.

As reestruturações acadêmicas em curso e aquelas propostas no Plano, agora com a possibilidade de ampliação do quadro de servidores e do aporte de recursos financeiros previstos, sofrerão notável aceleração, quer pela criação de importantes Núcleos de Apoio, principalmente aqueles direcionados aos discentes e docentes, quer pela criação e ampliação de programas assistenciais e acadêmicos, no âmbito das políticas inclusivas praticadas pela Universidade.

No contexto acadêmico-curricular, os ativos da UTFPR serão mobilizados para discutir, propor e implantar as reestruturações que a

realidade educacional exige, de tal modo que expressões como mobilidade intra e interinstitucional, itinerários formativos, interdisciplinaridade, currículos flexíveis, atividades formativas, compromisso sócio-ambiental, inovação no processo didático-pedagógico, entre tantas outras, ultrapassem o plano rico das discussões e tornem-se reais oportunidades aos nossos educandos. Por fim, o impacto do Reuni será destacadamente contundente na gestão universitária. A eficácia, eficiência e efetividade para as inúmeras ações previstas exigirão dos nossos gestores atitudes sinérgicas e respostas rápidas, pautadas no compromisso e na responsabilidade que temos na promoção do bem maior dessa nação – a educação pública de qualidade (UTFPR, 2007a, p. 108-109).

A implantação do Reuni foi um processo complexo, conforme relatado pelo E2, em que as metas eram alcançadas e os recursos eram repassados, como no caso da implantação de novos cursos. No entanto, o programa também enfrentou desafios, como distorções causadas pelo edital do Reuni. Internamente, havia uma expectativa de um Reuni voltado para a pós-graduação, mas isso não se concretizou (E6).

Outra falha do programa, apontada pelo E5, foi a elaboração inadequada dos cálculos para determinar o custo de manutenção do aluno. Na época, a Unidade Básica Custeio (UBC) da matriz orçamentária era avaliada em pouco mais de R\$ 800,00 por aluno/ano, o que era insuficiente para cobrir as despesas desse aluno. Foi necessário deslocar recursos do orçamento da instituição para complementar o custeio desses novos alunos, que não estavam previstos na matriz da instituição até 2021. Além disso, cursos das áreas tecnológicas, majoritários na UTFPR, demandam custos significativos, incluindo custeio e investimentos em equipamentos e melhorias nas instalações. No entanto, de acordo E5, nos últimos anos, os investimentos governamentais nessas áreas têm sido praticamente inexistentes.

Um fator altamente positivo do programa foi a interiorização da UTFPR. De acordo com o E1, esse processo de interiorização seria possível mesmo sem o Reuni, mas não teria atingido a mesma dimensão. A interiorização, aliada ao programa Reuni, fez com que a UTFPR se tornasse uma das dez maiores universidades federais em indicadores como número de alunos e orçamento, sendo um marco significativo para a expansão do ensino superior no estado do Paraná (E5; E6).

Em linhas gerais, a transformação da UTFPR em universidade federal em 2005 e a implementação do programa Reuni em 2007 representaram uma mudança radical para a instituição. Embora as universidades federais tivessem inicialmente receio de aderir ao programa, devido às preocupações com a proporção entre alunos

e professores, que poderia resultar em sobrecarga nas aulas, falta de tempo para pesquisa e depreciação do ensino, a oportunidade de expansão por meio de recursos financeiros e humanos era vista como valiosa. O programa tinha como objetivo elevar a taxa média de conclusão dos cursos de graduação presenciais para 90% e estabelecer uma relação de dezoito alunos de graduação em cursos presenciais por professor (BRASIL, 2007a). Além disso, as diretrizes incluíam a redução das taxas de evasão, o preenchimento de vagas ociosas e o aumento do número de vagas de ingresso (BRASIL, 2007a).

Através da Chamada Pública MEC/SESU nº 08/2007, as universidades federais elaboraram suas propostas, que foram enviadas ao MEC. A UTFPR, por meio da deliberação nº 17/2007, definiu as dimensões do plano de reestruturação, o plano geral de implementação da proposta, o cronograma geral de implementação e execução, o orçamento parcial e global, os planos de acompanhamento e avaliação da proposta, bem como o monitoramento dos indicadores de qualidade e os impactos globais da proposta. Segundo relatos dos entrevistados, a implementação enfrentou problemas decorrentes de interpretações distorcidas do programa. Por exemplo, ocorreram dificuldades relacionadas à pós-graduação e à elaboração inadequada dos cálculos para determinar o custo de manutenção do aluno. No entanto, os entrevistados ressaltam que o Reuni foi fundamental para a expansão da UTFPR no Paraná, tornando-a uma das dez maiores universidades federais em termos de número de alunos e orçamento.

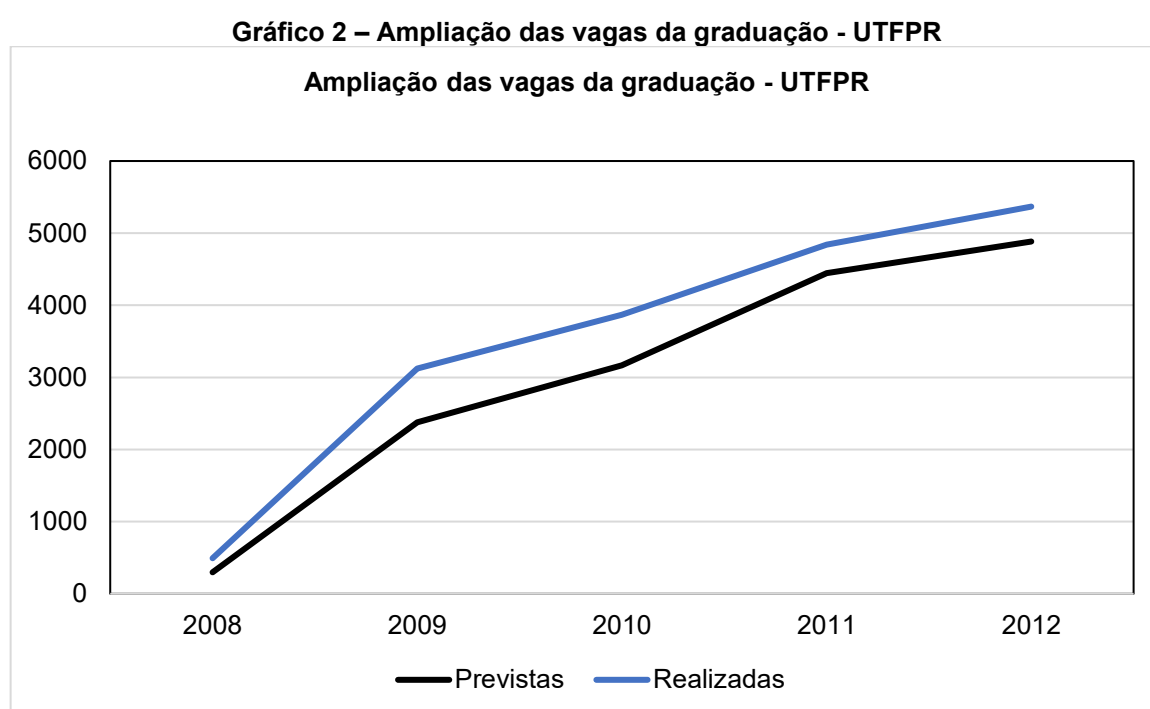
4.2 O Reuni na graduação e pós-graduação da UTFPR

O objetivo do Reuni era criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na graduação. O aumento de vagas era uma das diretrizes do programa, conforme descrito no Decreto Federal no 6.096/2007a, art. 2. "I - Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno" (BRASIL, 2007a).

Para o E2, o Reuni teve um impacto muito positivo na instituição, pois ocorreu em um momento em que a UTFPR necessitava desses recursos financeiros e humanos para expandir seus cursos de graduação, pós-graduação e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na época em que aderiu ao Reuni, a UTFPR possuía oito cursos de graduação, sendo quatro de engenharia e quatro de bacharelado. No campo da pós-graduação, a instituição contava com seis programas e oito cursos, porém, em comparação com outras universidades, o número de bolsas era bastante reduzido, conforme mencionado na fonte E3.

No Gráfico 2 é visível como a UTFPR conseguiu ampliar o número de vagas além do previsto no plano de adesão ao programa Reuni.



Fonte: Adaptado UTFPR (2009 a 2013)

De acordo com o E6, cursos técnicos e de tecnologia, em particular, foram encerrados para a criação de cursos de engenharia, possibilitando, nas Engenharias, ultrapassar o acordo estabelecido no programa. Os diretores gerais estavam preocupados em crescer e expandir a instituição (E6).

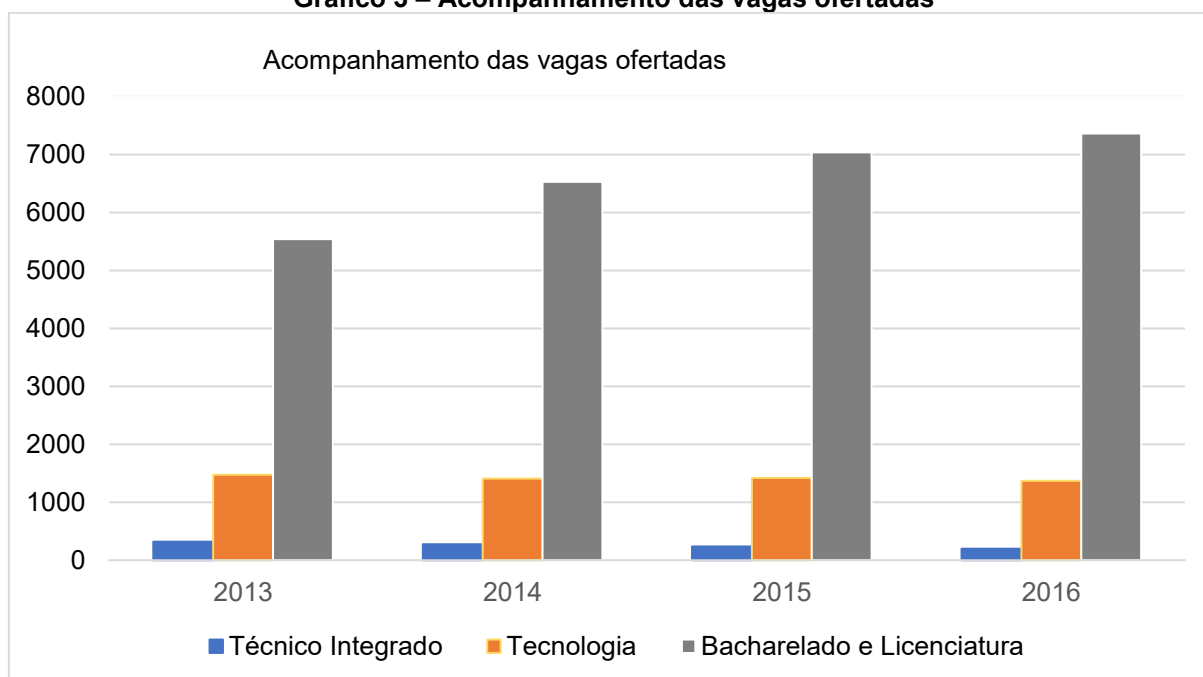
A meta de expansão para ingresso era aumentar de 24 para 56 cursos na graduação. No Campus de Ponta Grossa, foram disponibilizados cinco cursos de engenharia, conforme indicado no Quadro 13.

Quadro 13 – Cursos disponibilizados na UTFPR - Campus Ponta Grossa

Curso	Modalidade	Turno	Total de vagas nos 2 semestres
Engenharia Eletrônica	Bacharelado	Integral	88
Engenharia Mecânica	Bacharelado	Integral	88
Engenharia de Produção	Bacharelado	Integral	88
Ciência da Computação	Bacharelado	Integral	88
Engenharia Química	Bacharelado	Integral	88

Fonte: Adaptado UTFPR (2013)

No caso da UTFPR, o foco principal foi na expansão dos cursos de licenciatura e engenharia, conforme mencionado na fonte E1. É importante ressaltar que o aumento de vagas nas áreas de licenciatura e bacharelado era uma das diretrizes gerais da proposta do programa Reuni, e essa ampliação continuou ocorrendo após a pactuação. Isso é evidenciado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Acompanhamento das vagas ofertadas

Fonte: Adaptado UTFPR (2017)

Devido ao modelo multicampi adotado pela UTFPR, a expansão resultou na instituição que mais oferece vagas de engenharia entre as universidades federais do Brasil (E2; E6).

A Tabela 5 apresenta o número de alunos matriculados na UTFPR, classificados por modalidade de ensino, com base em um levantamento realizado pela Controladoria Regional da União (CGU).

Tabela 5 – Quantitativo de alunos por campus e modalidade de ensino

Campus	Cursos	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Total
Apucarana	17	868	368	743	1979
Campo Mourão	15	2806	353	380	3539
Cornélio Procópio	17	2729	430	1095	4254
Curitiba	48	10322	1913	3838	16073
Dois Vizinhos	8	19994	573	7	2574
Francisco Beltrão	5	887	362	329	1578
Guarapuava	4	738	-	622	1360
Londrina	7	1957	381	505	2843
Medianeira	18	2342	256	1604	4202
Pato Branco	19	4435	1013	870	6318
Ponta Grossa	16	2874	258	1689	4821
Santa Helena	2	127	192	-	319
Toledo	7	1446	380	679	2505
Total	173	33525	6479	12361	52365

Fonte: Brasil (2018)

Observa-se que, do total de alunos mencionados, 64,02% são alunos de bacharelado (Tabela 5).

O Quadro 14 apresenta os cursos de graduação oferecidos no Campus Ponta Grossa da UTFPR, dez anos após a implementação do programa Reuni. Atualmente, são disponibilizados dez cursos, dos quais seis são bacharelados, um é uma licenciatura e três são cursos de tecnologia.

Ao comparar com o período de 2012, é possível observar que o número total de cursos dobrou no campus. No que tange a licenciatura, foi mantido um curso, conforme indicado nas diretrizes gerais propostas pelo Reuni em 2007.

Quadro 14 – Cursos ofertados no Campus Ponta Grossa

Modalidade	Curso
Bacharelado	Ciência da Computação Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia Engenharia de Produção Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Engenharia Química
Licenciatura	Licenciatura em Ciências Biológicas
Tecnologia	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Tecnologia em Automação Industrial Tecnologia em Fabricação Mecânica

Fonte: UTFPR (2023)

Segundo o E6, esse cenário tornou-se ainda mais complexo. Em essência, as vagas ofertadas passaram a ser predominantemente nas áreas das engenharias e licenciaturas em Ciências e Matemática. As engenharias são cursos com alta taxa de retenção e evasão, enquanto as licenciaturas são cursos que têm baixa procura, mas também apresentam uma elevada taxa de evasão. Esse é um padrão histórico (E6).

Em relação à redução das taxas de evasão, que foi definida no plano de reestruturação da UTFPR, uma das medidas propostas foi a implementação de bolsas de monitoria estudantil, que fornecem suporte financeiro aos alunos. A meta inicial de 150 bolsas foi alcançada (UTFPR, 2012, p.69). A Tabela 6 mostra a distribuição dessas bolsas em cada campus.

Tabela 6 – Detalhamento das bolsas de monitoria, por campus

Campus	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Apucarana	-	5	6	6	11	28
Campo Mourão	-	9	12	12	20	53
Cornélio Procópio	-	9	12	12	20	53
Curitiba	-	31	42	42	63	178
Dois Vizinhos	-	6	6	6	11	29
Francisco Beltrão	-	5	5	5	9	24

Guarapuava	-	-	-	-	6	6
Londrina	-	5	7	7	11	30
Medianeira	-	9	13	13	26	61
Pato Branco	-	20	24	24	34	102
Ponta Grossa	-	11	17	17	28	73
Toledo	-	5	6	6	11	28

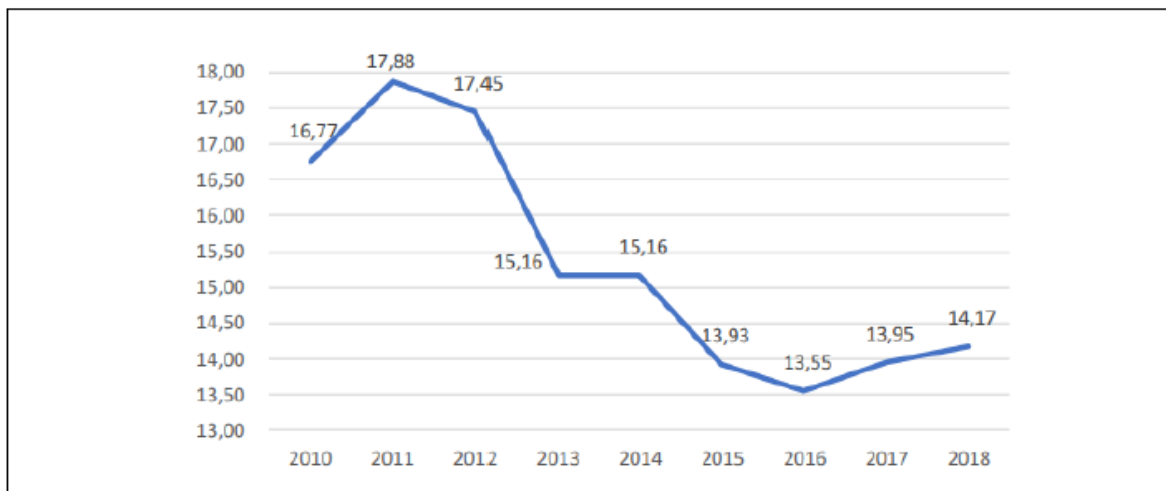
Fonte: UTFPR (2009 a 2013)

A evasão diminuiu devido ao aumento do número de bolsistas, o que proporciona aos alunos condições de se dedicarem exclusivamente aos seus programas de estudo (E3). No entanto, de acordo com o E2, ao lidar com um crescimento tão rápido, é necessário se preocupar com a assistência estudantil e os problemas de evasão, que são praticamente os mesmos em todas as universidades federais brasileiras.

Para o E4, a principal abordagem do governo para combater a evasão no Reuni foi financeira, em vez de se concentrar em capacitação ou reformas curriculares. O E3 aponta que não existia uma política de continuidade entre os governos, uma política de Estado. Com efeito, se for perguntado hoje a uma universidade qual é a taxa de evasão em relação ao Reuni, ninguém a terá, pois, embora esse fosse um dos objetivos do Reuni e as universidades se comprometessem a cuidar desse aspecto, era quase certo que cairia no esquecimento, como ocorreu.

O plano de auditoria interna (PAINT) da UTFPR, referente ao exercício de 2019, apresenta a evolução da taxa de evasão no período de 2010 a 2018 (Figura 6).

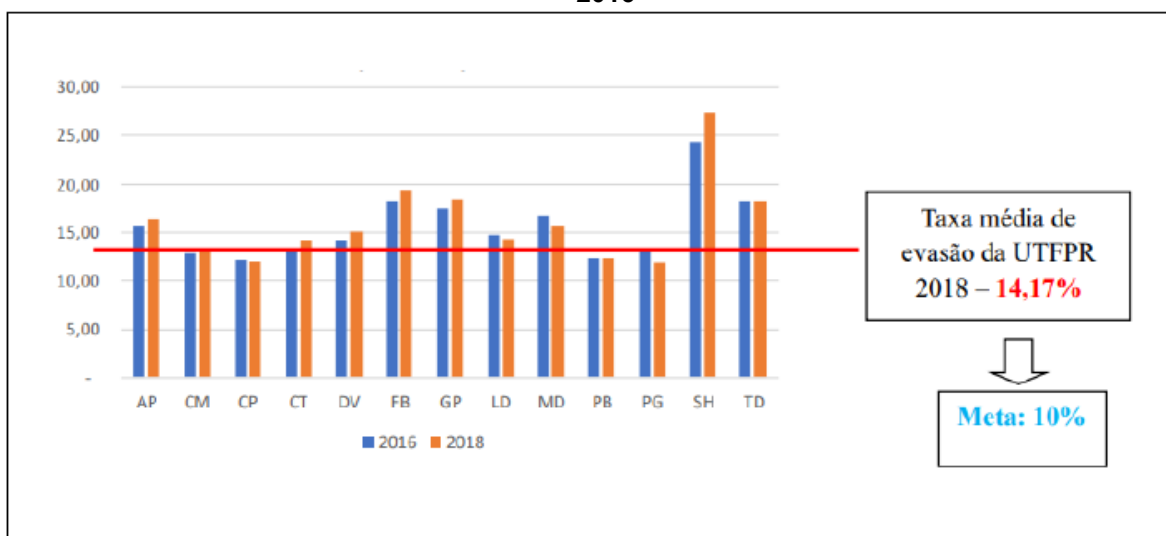
Figura 6 – Evolução da taxa de evasão dos cursos de graduação em funcionamento



Fonte: UTFPR (2020, p.6)

Houve uma queda na taxa de evasão a partir de 2011. No entanto, ao analisar a Figura 7, que apresenta a taxa média de evasão de todos os campi da UTFPR, observa-se que apenas quatro campi conseguiram a manutenção da média estabelecida de 14,17% ou abaixo dela, e o Campus Ponta Grossa está incluído nesse grupo. No entanto, nenhum campus atingiu a meta de 10% de evasão.

Figura 7 – Taxa de evasão dos campi – 2016 a 2018 – comparada com a média da UTFPR – 2016



Fonte: UTFPR (2020, p.6)

Ao examinar os relatórios de gestão durante o período do programa Reuni, constata-se que nenhum deles apresentou dados sobre a redução da evasão ou o preenchimento de vagas ociosas. Isso confirma o que foi mencionado anteriormente pelo E3, de que o assunto caiu no esquecimento, mesmo sendo um dos objetivos do programa.

Após a pactuação do Reuni, é perceptível uma mudança de estratégia em relação à evasão, com foco no aprimoramento das ações para combater a evasão estudantil e melhorar a retenção, a fim de reduzir o número de vagas ociosas e aumentar o índice de conclusão. Essa foi uma questão que a instituição procurou resolver por meio da mudança de estratégia, conforme mencionado no Relatório de Gestão de 2018 (UTFPR, 2019).

No Relatório de Gestão de 2018 (UTFPR, 2019), é destacado que tanto a retenção quanto a evasão são fenômenos complexos, envolvendo fatores de natureza cultural, social, institucional e individual. As principais causas de evasão identificadas na instituição estão relacionadas à vocação e à situação socioeconômica dos estudantes. Considerando essa compreensão e a complexidade estrutural da UTFPR, a instituição projetou otimizar esses índices por meio da reestruturação dos cursos de graduação, visando à sinergia entre os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), professores, estudantes, infraestrutura física e legislação vigente.

Em termos práticos adotou-se o entendimento de que o apoio financeiro por si só não é suficiente para combater a retenção e a evasão. Para promover a permanência dos alunos, em 2018, a UTFPR adotou diversas medidas, além dos programas de auxílio financeiro. Entre essas medidas, destacam-se os atendimentos especiais prestados por profissionais como assistentes sociais, técnicos em assuntos educacionais, profissionais especializados em atendimento a pessoas com deficiência (PCD), pedagogos e psicólogos. Além disso, foram implementados programas de desenvolvimento estudantil (Quadros 15 e 16).

Quadro 15 – Atividades de extensão UTFPR

Atividades de extensão	Fomento da Prorec	Bolsas de extensão e inovação	Programas de bolsas de extensão para inclusão social (PIBIS)	Programa de bolsas de extensão (PIBEX)	Bolsas de extensão
2.355 atividades	R\$ 130.000,00 para atividades artísticas e culturais, sendo R\$ 10.000,00 para cada campi e R\$ 78.000,00 para ações de extensão, sendo R\$ 6.000,00 para cada campi	R\$ 566.400,00, destinados R\$ 400,00 por mês para cada um dos 100 projetos para extensão e 18 projetos de inovação	54 bolsas no valor de R\$ 400,00 cada uma por mês	11 bolsas no valor de R\$ 400,00 cada uma por mês	65 bolsas da Fundação Araucária, modalidade inclusão social e PIBEX e 118 bolsas com recursos próprios da UTFPR

Fonte: Adaptado UTFPR (2019)

O Quadro 16 detalha os serviços prestados como na atenção à saúde, os eventos realizados de qualidade de vida, saúde mental e promoção à saúde e demais atendimentos realizados.

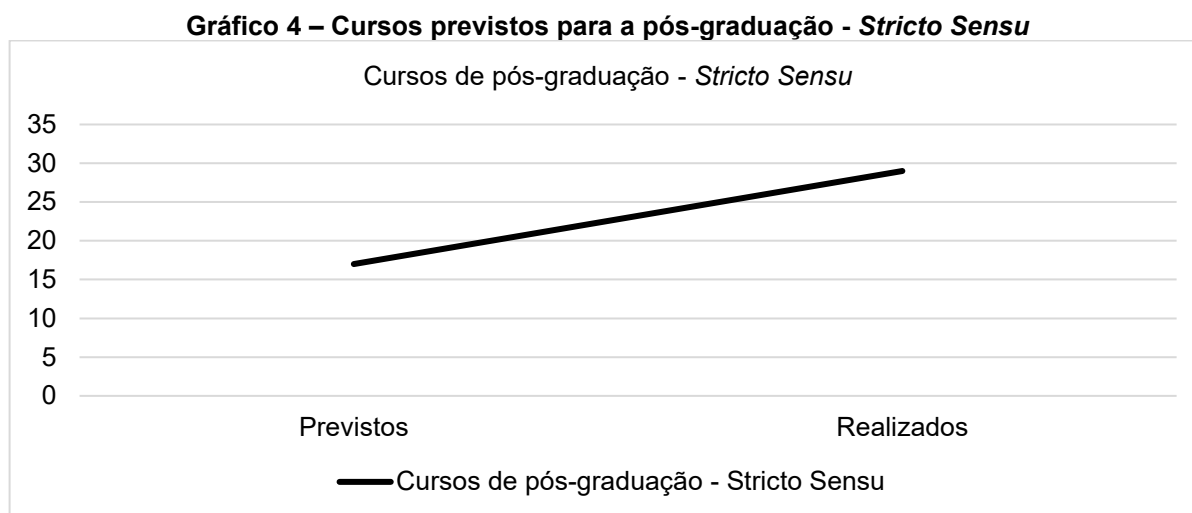
Quadro 16 – Assistência estudantil da UTFPR

Atenção à Saúde	Eventos de qualidade de vida e saúde mental	Eventos de promoção à saúde	Assistência Estudantil	Atendimentos realizados
7.078 enfermagem, 2.437 médico e 3.213 odontológico	110 eventos realizados com 6.722 participantes	35 eventos realizados com 6.001 participantes	Almoço 4.431 contemplados, jantar 3.824 contemplados, básico 3.454 contemplados e Moradia com 4.670	5.162 atendimentos psicológicos; 12.268 atendimentos sociais; 1.772 atendimentos a pessoas com deficiência; 509 atendimentos a pessoas com transtornos, depressão, doenças mentais ou psicológicas e 6.600 demais atendimentos

Fonte: Adaptado UTFPR (2019)

Outro tema relevante relacionado à graduação é a integração com a pós-graduação. Embora o Decreto Federal nº 6.096/2007, em seu art. 2 VI, mencione a articulação entre a graduação e a pós-graduação, não especifica a ampliação de cursos ou vagas nesse sentido. No entanto, a UTFPR ampliou seus programas de pós-graduação, mesmo não sendo uma das diretrizes do programa Reuni. Em termos

práticos, e isto era esperado (E6), houve um aumento significativo no número de cursos de pós-graduação (*stricto sensu*) previstos em comparação com os realizados (Gráfico 4).



Fonte: Adaptado UTFPR (2013)

O Quadro 17 apresenta os programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no Campus de Ponta Grossa que antes do programa Reuni contava apenas com o programa de pós-graduação em engenharia de produção.

Quadro 17 – Programas de pós-graduação - *Stricto Sensu* - Campus Ponta Grossa

Período de Implementação	Ano de início	Modalidade	Programas
Pós-Reuni	2017	Mestrado e Doutorado	Pós-Graduação em Biotecnologia
Pós-Reuni	2016	Mestrado	Pós-Graduação em Ciência da Computação
Durante o Reuni o Mestrado Profissional e Pós-Reuni o Doutorado acadêmico	2008/2013	Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico	Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia
Durante o Reuni	2012	Mestrado	Pós-Graduação em Engenharia Elétrica
Pós-Reuni	2014	Mestrado	Pós-Graduação em Engenharia Mecânica

Antes do Reuni o Mestrado e durante o Reuni o Doutorado	2004/2012	Mestrado e Doutorado	Pós-Graduação em Engenharia de Produção
Pós-Reuni	2017	Mestrado	Pós-Graduação em Engenharia Química
Pós-Reuni	2016	Mestrado Profissional	Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional

Fonte: Adaptado UTFPR (2019)

Nas diretrizes gerais da proposta da UTFPR ao programa Reuni, a universidade previa a implementação de bolsas e o aumento da participação dos professores da graduação em atividades de pesquisa na pós-graduação.

De acordo com o E3, o Reuni possibilitou a contratação de professores. Como resultado, os professores contratados para atuarem na graduação, devido à sua formação em nível de doutorado, passaram a desempenhar atividades também na pós-graduação, algo esperado e natural, mas não perfeitamente equacionado pelo Reuni.

Houve uma readequação dos espaços para acomodar os estudantes, alinhada com a expansão da pós-graduação, bem como a construção de laboratórios de pesquisa (E3). Novos equipamentos precisaram ser adquiridos, porém, conforme destacado pelo E3, nem sempre são os mesmos utilizados na graduação. Para resolver essa questão, foi necessário ajustar as aquisições, adquirindo equipamentos mais avançados do que os normalmente utilizados na graduação.

Embora o foco do programa Reuni tenha sido principalmente na graduação, ele também trouxe 50 bolsas para a pós-graduação (E3).

No Relatório de Gestão de 2020 (UTFPR, 2021b), no campo de desenvolvimento institucional, é destacado que o fato da maioria dos orientadores desses Programas Institucionais estarem vinculados aos Programas de Pós-Graduação da UTFPR tem um impacto positivo nos indicadores de integração entre a graduação e a pós-graduação, que é um dos aspectos avaliados pela Capes na avaliação dos programas (UTFPR, 2021b, p.30). O Quadro 18 apresenta dados gerais sobre a pós-graduação *stricto sensu* no período após a pactuação do programa Reuni.

Quadro 18 – Dados gerais da pós-graduação *Stricto Sensu*

Pós-Graduação Stricto Sensu	Bolsas	Cursos de Especialização	Professores	Notas Capes
62 cursos de pós-graduação Stricto Sensu divididos nos 49 programas	Mestrado: 354 Capes, 19 CNPq e 100 outras fontes de recurso. Doutorado: 98 Capes, 5 CNPq e 27 outras fontes de recurso	Em 2018, 29 cursos ofertados, 2.981 alunos e 1.355 concluintes	Aumento no número de professores: 2017: 865 mestrados e doutorados; 112 mestrados em rede. 2018: 820 mestrados e doutorados e 124 mestrados em rede. Média de 3,65 orientações por docente nos PPGs da UTFPR	Nota 5: 3 cursos Nota 4: 15 cursos Nota 3: 44 cursos

Fonte: Adaptado UTFPR (2019)

Em 2018, novos programas de pós-graduação foram aprovados na UTFPR, conforme demonstrado no Quadro 19. Essa expansão de cursos *stricto sensu* estava prevista tanto nas diretrizes gerais da proposta do Reuni quanto em uma das dimensões da proposta.

Quadro 19 – Programas de pós-graduação aprovados

Programas	Área	Campus	Ano	Nível
Engenharia Química	Engenharia Química	Apucarana	2019	Mestrado
Recursos Naturais e Sustentabilidade	Ciências Ambientais	Santa Helena	2019	Mestrado
Biociências	Interdisciplinar	Toledo	2019	Mestrado Profissional
Desenvolvimento Regional	Planejamento Urbano e Regional	Pato Branco	2019	Doutorado

Fonte: Adaptado UTFPR (2019)

As Tabelas 7 e 8 apresentam o número total de alunos matriculados nos cursos de mestrado e doutorado no Campus Ponta Grossa.

Tabela 7 – Número de alunos matriculados no mestrado - Campus Ponta Grossa

Sigla	Programa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PPGEP	Engenharia de Produção	64	57	54	47	56	64	50
PPGEC T	Ensino de Ciência e Tecnologia	44	53	73	85	80	107	89
PPGEE	Engenharia Elétrica	26	29	37	30	23	30	35
PPGEM	Engenharia Mecânica	8	16	25	36	26	29	21
PPGCC	Ciência da Computação	-	-	11	20	25	28	25
PPGBIO TEC	Biotecnologia (PG e DV)	-	-	-	10	20	35	26
PPGEQ	Engenharia Química	-	-	-	6	11	18	17
Total de Discentes de Mestrado		142	155	200	234	241	311	263

Fonte: Adaptado UTFPR (2021b)

Tabela 8 – Número de alunos matriculados no doutorado - Campus Ponta Grossa

Sigla	Programa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PPGEP	Engenharia de Produção	24	37	41	48	52	66	65
PPGECT	Ensino de Ciência e Tecnologia	14	28	39	56	62	70	68
Total de Discentes de Doutorado		38	65	80	104	114	136	133

Fonte: Adaptado UTFPR (2021b)

Nos cursos de mestrado, ao comparar os anos de 2014 e 2020, observa-se que o número de alunos matriculados praticamente dobrou (Tabela 16). Essa comparação se refere ao início do programa até o período pós-pactuação do Reuni. Já nos cursos de doutorado, ao comparar os mesmos anos, houve um aumento de 250% no número de alunos matriculados (Tabela 17). Evidentemente que, em função de características da pós-graduação, ao longo desse intervalo de tempo, ocorreram oscilações nesse percentual.

O apoio da pós-graduação ao desenvolvimento e aprimoramento qualitativo dos cursos de graduação foi estabelecido como uma dimensão da proposta da instituição ao Reuni (UTFPR, 2007a). A UTFPR adotou ações de incentivo à pós-

graduação. Entre as metas, estava o aumento da participação de estudantes de graduação em projetos de pesquisa nos programas de pós-graduação (Quadro 20).

Quadro 20 – Incentivo à pesquisa na UTFPR

Bolsas
Produtividade do CNPq: 19 bolsas DT e 72 bolsas PQ
Programa de Bolsas Fundação Araucária & Renault do Brasil: R\$ 154.000,00, 10 bolsas de graduação, 5 de mestrado e uma de doutorado
Bolsas do PIBITI: 45 CNPq e 29 da Fundação Araucária
Cotas de Bolsas PIBIC: 86 CNPq e 117 da Fundação Araucária
Cotas de PIBIC ações afirmativas: 10 CNPq e 53 da Fundação Araucária
Bolsas do PIBIC Ensino Médio/CNPQ: 100 bolsas 489 grupos de pesquisa

Fonte: Adaptado UTFPR (2019)

No âmbito das relações empresariais e comunitárias, a UTFPR obteve mais de R\$ 17 milhões em projetos e depositou 130 patentes, conquistando reconhecimento do Instituto Nacional de Propriedade Industrial e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) durante um evento realizado em Genebra, na Suíça. A instituição, ainda, recebeu a certificação do Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos, que possui três sedes nos Campi Curitiba, Ponta Grossa e Pato Branco (UTFPR, 2019).

O Quadro 21 fornece um resumo das informações referentes a pedidos de patentes, registros, projetos e empresas juniores em atividade no período de 2014 a 2018.

Quadro 21 – Empreendedorismo e propriedade intelectual

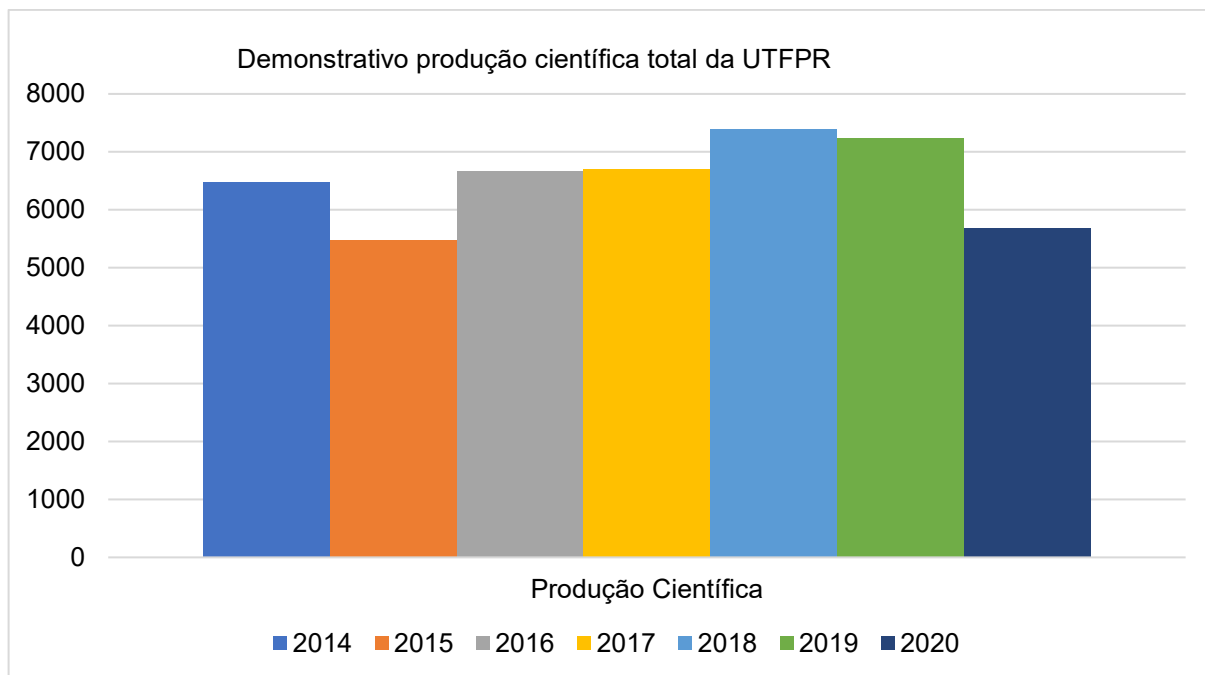
Pedidos de proteção intelectual	Pedidos de patentes	Pedidos de registros	Hotel tecnológico	Projetos incubados	Empresas Juniores
138 em 2018, totalizando 303 pedidos de 2014 a 2018	135 de 2014 a 2018	168 de 2014 a 2018	75 projetos em 2017 e projetos em 2018	71 projetos incubados com 201 participantes. Adicionalmente, houve investimento externo por meio de edital de fomento de R\$ 3.922.789,60 e as empresas geraram um faturamento bruto no montante de R\$ 3.334.694,06	42 empresas juniores em atividade, sendo a maioria associada aos cursos de engenharia

Fonte: Adaptado UTFPR (2019)

Essas ações de políticas de extensão universitária estavam previstas na proposta do programa Reuni. No entanto, não há informações específicas sobre o tema nos relatórios de gestão que apresentam os resultados do programa.

No que diz respeito à produção científica, o Relatório de Gestão de 2020 apresenta um demonstrativo no período de 2014 a 2020, conforme indicado no Gráfico 5. Neste demonstrativo da Tabela 18, são apresentadas as produções de dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e capítulos de livros, monografias, artigos em congressos e artigos em periódicos.

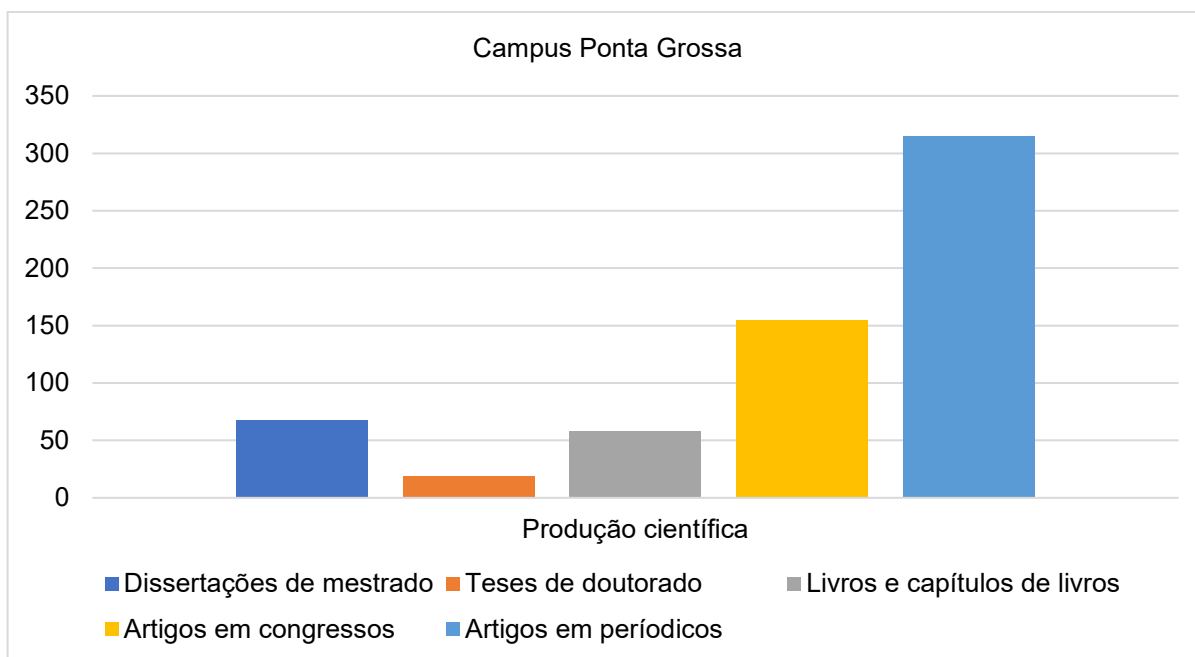
Gráfico 5 – Demonstrativo da produção científica total da UTFPR



Fonte: Adaptado UTFPR (2021b, p.40), Stela Experta e Sistema Acadêmico

O aumento na produção científica não estava especificamente previsto na proposta do programa Reuni. No entanto, ao expandir especialmente os cursos de mestrado e doutorado, uma das consequências naturais é o aumento na produção científica. No Gráfico 6 são apresentadas as produções científicas geradas no Campus Ponta Grossa no ano de 2020.

Gráfico 6 – Demonstrativo da produção científica



Fonte: Adaptado UTFPR (2021b, p.40), Stela Experta e Sistema Acadêmico

A UTFPR vivenciou um notável aumento na pesquisa e extensão dentro do contexto das universidades federais (E2). Esse aumento desempenhou um papel fundamental no fortalecimento da instituição em âmbito nacional.

Além do incentivo à pesquisa, foi estabelecido no âmbito do desenvolvimento institucional o objetivo de promover a expansão, consolidação e internacionalização dos cursos de graduação e pós-graduação. A meta foi buscada por meio da ampliação das fontes de apoio aos estudantes em mobilidade internacional. No Relatório de Gestão de 2020, são mencionados os editais 06/2020 e 05/2020 com os seguintes termos:

O Edital 06/2020 - PROGRAD teve como objetivo apoiar projetos de ensino que prevejam a necessidade de permanência de professor e/ou técnico-administrativo, em uma instituição estrangeira, para absorverem inovações metodológicas para o ensino da graduação e/ou inovações curriculares para cursos de graduação. Foi investido R\$ 105.000,00 em Sete Projetos nos câmpus AP, CT, PB, PG e CP. A tabela Comparativo Internacionalização apresenta os investimentos na internacionalização feitos pela PROGRAD em 2019 e 2020. O Edital 05/2020 - PROGRAD/DIRINTER como mais uma ação de apoio as estudantes e mobilidade internacional, mais especificamente apoio a estudantes em Dupla Diplomação. Para tal ação existe previsão de utilização de R\$ 195.500,00 de RAP (Restos a Pagar) de 2019. Esta ação foi iniciada ainda em 2020, contudo os recursos serão efetivamente pagos em 2021. Em 2020, houve a participação de 156

alunos (11 recebidos e 145 enviados) nos diversos Programas de Mobilidade que a DIRINTER gerência, cabe destacar que deste total, 82 estiveram vinculados a programas de Dupla-diplomação. Em 2020, a UTFPR deu continuidade às ações de mobilidade por meio de editais de seleção de estudantes e editais de auxílio à mobilidade internacional com inclusão social. Neste segundo caso, foi aberto de um novo Edital MEI-IS de auxílio financeiro de R\$ 20.000,00 à 15 estudantes visando estudo no exterior. Considerando a situação extemporânea e atípica relacionada à COVID-19 e visando apoiar os estudantes em mobilidade, a DIRINTER em conjunto com a PROGRAD abriu um Edital de Auxílio Financeiro Emergencial para alunos em dupla diplomação no exterior com aporte de R\$ 600.000,00 destinando auxílio de 1,5 a 3 mil reais por estudante (UTFPR, 2021b, p.28-29).

Com o propósito de fortalecer e expandir os indicadores dos PPGs, a UTFPR implementou ações de internacionalização. Em 2018, a instituição lançou dois editais de missões internacionais, permitindo que grupos de pesquisadores da UTFPR participassem de períodos de imersão em grupos de pesquisa de excelência no exterior (UTFPR, 2019). Os dados sobre a internacionalização e os países que receberam os alunos da UTFPR no ano de 2018 são apresentados no Quadro 22 e na Tabela 9.

Quadro 22 – Internacionalização

Internacionalização
Posição 49 entre as melhores universidades da América Latina, de 129 universidades avaliadas no ranking <i>Times Higher Education</i>
42 alunos estrangeiros de 15 nacionalidades em mobilidade acadêmica na UTFPR
3 missões internacionais com o objetivo de divulgar a UTFPR
145 alunos da UTFPR realizando dupla diplomação
Acréscimo de 18% no número de acordos de cooperação assinados em relação a 2017, sendo 138 acordos no total
6.884 alunos ativos no <i>My English Online</i> e 2.818 com nível B1/B2 de proficiência em língua inglesa

Fonte: Adaptado UTFPR (2019)

Em 2018 a UTFPR possuía 300 alunos em mobilidade, desses 258 saíram em mobilidade internacional e 42 alunos estrangeiros estavam estudando na instituição (UTFPR, 2019).

Tabela 9 – Países que receberam alunos da UTFPR em mobilidade

Países que receberam alunos da UTFPR em mobilidade em 2018	Quantidade de alunos
Alemanha	20
Argentina	3
Bélgica	1
Coréia do Sul	1
Espanha	8
França	27
Holanda	1
Irlanda	8
Itália	7
Japão	9
Portugal	168
Suécia	3
Turquia	2

Fonte: Adaptado UTFPR (2019)

Em termos de valores financeiros, a Tabela 10 apresenta uma comparação dos recursos repassados para a internacionalização nos anos de 2019 e 2020. Pode-se observar que os maiores investimentos ocorreram em 2019. No Campus Ponta Grossa, especificamente, houve uma redução de 70% no valor transferido em 2020 em relação ao ano anterior.

Tabela 10 – Comparativo dos investimentos em internacionalização**Comparativo dos investimentos em internacionalização PROGRAD - 2019/2020**

Câmpus	Investimento em 2019 (R\$)		Investimento em 2020 (R\$)	
	Programa de Dupla Diplomação	Inovação e internacionalização do ensino	Programa de Dupla Diplomação	Inovação e internacionalização do ensino
AP	5.000,00	10.000,00	-	30.000,00
CM	21.000,00	10.000,00	-	-
CP	8.000,00	-	-	15.000,00
CT	28.000,00	20.000,00	-	15.000,00
DV	14.000,00	10.000,00	-	-
FB	5.000,00	-	-	-
GP	10.000,00	-	-	-
LD	16.000,00	10.000,00	-	30.000,00
MD	11.000,00	10.000,00	-	15.000,00

PB	31.000,00	-	-	30.000,00
PG	30.000,00	20.000,00	-	15.000,00
SH	2.000,00	-	-	-
TD	4.000,00	-	-	-
Total (R\$)	195.000,00	90.000,00	-	105.000,00

Fonte: Adaptado de UTFPR (2021b)

A mobilidade intra e interinstitucional foi estabelecida como uma dimensão do programa Reuni. No entanto, nos relatórios de gestão, não há informações sobre os resultados da execução do programa em relação à mobilidade, incluindo se as metas estipuladas para essa dimensão foram alcançadas. Ressalta-se que a UTFPR já possuía ações e convênios internacionais vigentes para facilitar o processo de mobilidade interinstitucional antes do programa Reuni.

Em linhas gerais, o programa Reuni teve um impacto positivo na UTFPR, permitindo a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação, especialmente na área de engenharia. Foram adotadas medidas para combater a evasão, como bolsas de monitoria estudantil, resultando em uma redução na taxa de evasão, embora nenhum campus tenha atingido a meta de 10%. Foram implementados atendimentos especializados e programas de desenvolvimento estudantil para lidar com esse desafio. Além disso, a UTFPR ampliou seus programas de pós-graduação, incentivando a participação de estudantes de graduação em projetos de pesquisa, empresas juniores, pedidos de patentes, registros, contribuindo para produção científica e promovendo a mobilidade estudantil e a internacionalização.

4.3 A distribuição de recursos financeiros, oriundos do Reuni, para investimentos e despesas de custeio na UTFPR

Em razão da expansão proporcionada pelo Reuni, foi necessário ampliar a estrutura física da UTFPR. Os recursos disponibilizados foram utilizados para obras, aquisição de equipamentos para os laboratórios, despesas de custeio e contratação de novos servidores. A UTFPR possuía mais de 100 milhões em dinheiro, em caixa, destinados especificamente para investimentos em obras (E1, E5). No total, foram

previstas a execução de 32 obras com recursos provenientes do programa na instituição. Conforme consta no Relatório de Gestão de 2008:

No Reuni, uma importante ação foi a licitação e a contratação, no valor de R\$ 1.297.995,23, de empresa de engenharia responsável pela elaboração de projeto de 52.905,00 m² em novas construções para ampliações nos 11 Campi, envolvendo ambientes administrativos, ambientes acadêmicos - salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, entre outros – e a nova reitoria (UTFPR, 2009, p.42).

A Tabela 11 exhibe os valores empenhados para investimentos e despesas de custeio no Campus de Ponta Grossa. O empenho é a etapa em que o órgão reserva o recurso que será pago posteriormente, quando o bem for entregue ou o serviço for concluído (BRASIL, 1964).

Tabela 11 – Valores empenhados - Campus Ponta Grossa

Ano	Investimento (R\$)	Despesas de custeio (R\$)	Fonte de Recurso
2008	-	27.954,40	Reuni
2009	5.367.634,81	91.838,15	Reuni
2010	1.684.189,47	221.354,04	Reuni
2011	1.071.964,19	228.568,07	Reuni
2012	162.513,84	834.962,70	Reuni
2013	2.497.506,47	1.816.337,76	Reuni
2014	863.840,54	142.334,96	Reuni
2015	733.611,84	8.003.673,44	Convênios, tesouro e próprios
2016	304.514,57	10.040.980,59	Convênios, tesouro e próprios
2017	631.340,93	9.358.720,44	Convênios, tesouro e próprios
2018	14.535,59	11.714.700,57	Convênios, tesouro e próprios
2019	-	11.714.700,57	Convênios, tesouro e próprios
2020	1.675.000,00	11.023.536,28	Convênios, tesouro e próprios
Total	15.006.652,25	62.457.786,94	-

Obs.: Os valores apresentados na Tabela 13, até 2014, são referentes apenas aos repasses de verbas do Reuni. A partir de 2015, a tabela passa a apresentar os valores repassados para a UTFPR, incluindo todas as fontes de recursos da instituição, como convênios, recursos do tesouro e recursos próprios.

Fonte: Adaptado UTFPR (2009 a 2021b)

De acordo com o Relatório de Gestão (UTFPR, 2009), o Campus Ponta Grossa destinou mais de R\$3.000.000,00 para obras, mais de R\$2.000.000,00 para aquisição de equipamentos e aproximadamente R\$ 87.000,00 para acervo bibliográfico em 2009. Em 2010, os investimentos no campus foram direcionados para obras, enquanto em 2011 foram para aquisição de equipamentos. No último ano do Reuni, em 2012, foram alocados R\$ 2.055.213,88 para a construção do bloco de engenharia mecânica e R\$ 214.150,54 para a complementação do bloco de engenharia da produção.

Observa-se que o valor total empenhado com recursos do Reuni (2008 a 2014) em investimentos no Campus Ponta Grossa foi de R\$ 10.783.808,78. Esses investimentos foram destinados à aquisição de equipamentos, realização de obras e aquisição de acervo bibliográfico, conforme indicado nos relatórios de gestão. No mesmo período de 2008 a 2014, foram empenhados R\$ 3.363.350,08 em despesas de custeio do campus, englobando gastos com aquisição de materiais, contratações, locações, obrigações tributárias, diárias e passagens.

Mesmo a vigência do Reuni indo até 2012, resultados referentes à execução do programa foram apresentados nos relatórios de 2013 e 2014, motivo pelo qual foram somados aos valores dos anos anteriores. Segundo o E5, todos os investimentos pactuados foram cumpridos.

O Quadro 23 retrata as obras realizadas no Campus Ponta Grossa nos anos de 2016 e 2017.

Quadro 23 – Valores empenhados - Campus Ponta Grossa

Ano	Descrição	Área (m ²)	Finalidade	Custo (R\$)
2016	Execução de Baldrame e fornecimento e instalação de gradil.	656,70 metros lineares	Cercamento da área do Terreno da UTFPR	154.480,00
2017	Construção do Bloco de Engenharia Eletrônica	2.711,89	Salas de aula, laboratórios e sala de professores para o curso de Engenharia Eletrônica	3.704.322,63
	Área de convivência e ponto para espera de ônibus	75,00	Melhorias na segurança do campus	97.000,07

Fonte: Adaptado UTFPR (2017, 2018b)

Ao comparar os valores entre o período do Reuni e o pós-pactuação do programa, constata-se que houve uma maior destinação de recursos para a expansão da estrutura física da UTFPR durante o programa. No que se refere a investimentos, o Relatório de Gestão de 2018 da universidade menciona o seguinte cenário:

Nos últimos exercícios, os recursos de investimento sofreram severos contingenciamentos, de modo que os ambientes acadêmicos e seus respectivos laboratórios não puderam ser atualizados.

No exercício de 2018, para minimizar os efeitos negativos desta falta de recursos de investimento, a UTFPR solicitou ao MEC a troca de seus recursos de custeio por recursos, no montante de R\$ 4.458.500,00.

Além dessa ação, foram realizados com este Ministério dois Termos de Execução Descentralizados, um para a aquisição de equipamentos e mobiliários no valor de R\$ 3.500.000,00 (Câmpus Apucarana, Cornélio Procópio e Londrina) e outro no valor de R\$ 8.000.000,00 para pagamento de parcela referente à aquisição do imóvel situado na Neville para o Câmpus Curitiba.

Comparando os valores totais empenhados nos exercícios de 2017 e de 2018, em pessoal, custeio e investimento, registra-se uma variação de 4,44% (UTFPR, 2019, p. 51).

É inegável que o orçamento dos últimos anos, em vez de crescer ou no mínimo manter-se estável, diminuiu. E que o Reuni foi sem dúvidas um excelente programa para as universidades brasileiras (E1; E2; E6).

É incontestável que o orçamento dos últimos anos sofreu redução em vez de crescimento ou estabilidade, o que impactou negativamente a UTFPR. No entanto, o programa Reuni foi reconhecido como uma excelente iniciativa para as universidades brasileiras, como relatado pelos entrevistados (E1, E2, E6). Durante o programa Reuni, a UTFPR obteve mais de 100 milhões em recursos financeiros para a execução de obras (E1, E5). No Campus Ponta Grossa, foram mais de 15 milhões.

Após o período do Reuni, os recursos para investimentos sofreram contingenciamentos severos, o que impossibilitou em grande medida a atualização dos ambientes acadêmicos e laboratórios correspondentes (UTFPR, 2019). Em 2018, para mitigar os efeitos negativos dessa falta de recursos, a UTFPR solicitou ao MEC a realocação de seus recursos de custeio, no valor de R\$ 4.458.500,00. Não obstante,

o programa Reuni foi, sem dúvidas, uma iniciativa mais que necessária para as universidades brasileiras.

4.4 O quadro de servidores da UTFPR

Mais do que o aspecto financeiro, o programa Reuni trouxe para a UTFPR algo de extrema importância para uma instituição pública: a abertura de vagas para concursos (E1). É indiscutível que sem vagas não é possível implementar novos programas, crescer e, até mesmo, alcançar autonomia (E1). Conforme relatado pelo E1, os concursos foram um marco na trajetória de crescimento da UTFPR.

Quando a UTFPR se tornou universidade, sua equipe docente era composta por aproximadamente 1.400 professores na carreira do EBTT, com poucos títulos de doutorado e mestrado, e um número um pouco acima de 200 professores na carreira do magistério superior (E2, E6). Todos os professores concursados contratados após 2005 foram alocados na carreira do magistério superior (E6). Simultaneamente à transformação, a UTFPR recebeu um considerável número de vagas que foram gradualmente preenchidas, substituindo as vagas do EBTT que ficavam disponíveis devido a aposentadorias, exonerações, entre outros motivos (E6).

A Figura 8 ilustra a evolução do quadro de servidores da universidade, evidenciando a contratação de aproximadamente 1.800 docentes e 1.000 técnicos administrativos após 2005.

Figura 8 – Quadro de servidores da UTFPR entre 1978 e 2016

Aproximadamente 1800 docentes e 1000 T.As foram admitidos na UTFPR
(depois de 2005)
Ritos e modelos

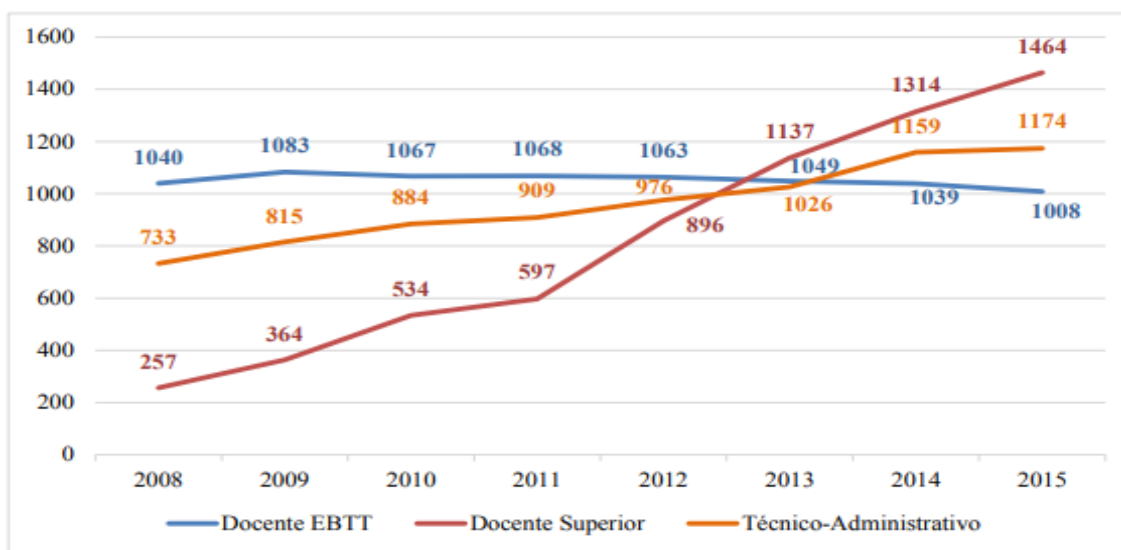


Fonte: Diapositivo elaborado pelo entrevistado 1

Dentre o significativo número de docentes contratados, uma grande parcela possuía titulação de doutor. O Índice de Qualificação dos Corpos Docentes (IQCD) experimentou um crescimento exponencial (E2, E6).

Ao apresentar os indicadores de recursos humanos, o Relatório de Gestão de 2015 evidencia o crescimento no número de docentes do magistério superior e técnicos-administrativos como resultado da adesão ao programa Reuni. A Figura 9 ilustra a evolução quantitativa dos servidores docentes por carreira na UTFPR.

Figura 9 – Evolução do quantitativo de servidores docentes do magistério superior, do ensino básico, técnico e tecnológico e técnico-administrativos



Fonte: UTFPR (2016)

Esse aumento no quadro de servidores é resultado de uma das diretrizes gerais do programa Reuni. Destaca-se o impressionante acréscimo de 469,65% no número de docentes, o que teve um impacto significativo no capital humano da instituição. Quanto aos técnicos administrativos, o aumento foi de 62,42%.

O E2 argumenta que, se houvesse mais tempo para o envio da proposta do Reuni, seria possível refletir e planejar melhor, por exemplo, o quantitativo de técnicos administrativos. Segundo o E2, a quantidade de técnicos administrativos não foi suficiente, o que gerou alguns problemas, especialmente na estruturação e expansão das bibliotecas, no funcionamento de laboratórios e no suporte estudantil, bem como em outros setores essenciais para uma universidade de grande porte.

Outro dado relevante citado no Relatório de Gestão de 2014 é que "a partir do Reuni, mais servidores passaram a integrar os Núcleos de Inovação e Tecnologia - NIT" (UTFPR, 2015, p.23). Cada campus da UTFPR possui um NIT, responsável pela área de inovação. No período pós-pactuação do Reuni, o aumento de docentes e a ampliação dos integrantes nos NITs tiveram um impacto positivo na inovação. Segundo o Relatório de Gestão de 2018, o incentivo à inovação ocorreu por meio do edital de bolsas inovação e das ações conjuntas da AGINT com os NITs. Foram distribuídas bolsas por meio do Edital PROREC nº 02/2018 - Inovação, que contemplou 47 projetos, sendo 18 deles com bolsa. O investimento total nas bolsas,

no valor unitário de R\$ 400,00, distribuídas ao longo de 12 meses, totalizou R\$ 86.400,00 (UTFPR, 2019).

De forma geral, o programa Reuni trouxe à UTFPR um benefício significativo ao abrir novas vagas para concursos. Ao ser transformada em universidade, a instituição contava com cerca de 1.400 docentes na carreira do EBTT, com poucos títulos de doutorado e mestrado, e pouco mais de 200 professores na carreira do magistério superior (E2, E6). Com a adesão ao programa Reuni, esse número de docentes aumentou para 2.472 em 2015, partindo de 1.297 em 2008. No caso dos técnicos administrativos, houve um crescimento de 733 em 2008 para 1.174 em 2015. Embora o aumento no número de docentes tenha sido mais expressivo do que o dos técnicos, houve a ponderação de que, com mais tempo para o envio da proposta do Reuni, seria possível refletir e planejar melhor a quantidade de técnicos administrativos a serem incluídos.

Outro dado relevante, conforme o Relatório de Gestão de 2014 (UTFPR, 2015), é que o Reuni possibilitou o fortalecimento dos Núcleos de Inovação e Tecnologia (NIT) em cada campus, impulsionando a área de inovação na universidade e gerando um impacto positivo nesse aspecto.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo avaliar os impactos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) no Campus Ponta Grossa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). A hipótese de pesquisa proposta para responder à pergunta subjacente ao objetivo foi: conforme o pactuado no programa Reuni, os resultados relacionados ao aumento no número de vagas, oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação, obras realizadas e aquisição de equipamentos foram priorizados e alcançados, enquanto resultados relativos à evasão e retenção do aluno não foram priorizados e nem obtidos. A hipótese se confirmou nos termos propostos.

A primeira hipótese secundária, que diz resumidamente que os resultados relacionados ao aumento no número de vagas, oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação, obras realizadas e aquisição de equipamentos foram priorizados e alcançados, enquanto os resultados relativos à evasão e retenção do aluno não foram priorizados nem obtidos, foi parcialmente confirmada. O estudo revelou que houve priorização no combate à evasão e retenção de alunos, entretanto, os resultados desejados não foram alcançados.

A segunda hipótese secundária, que afirma que "houve o aumento no número de cursos criados com as condições ofertadas pelo Reuni, e esse aumento foi superior ao pactuado no programa", foi confirmada. Houve, de fato, um aumento significativo no número de cursos criados, superando as expectativas estabelecidas pelo programa. Os cursos de graduação no Campus Ponta Grossa dobraram em relação ao período de implementação do Reuni, com especial destaque para as áreas de engenharia, alinhando-se com a proposta do programa de ampliar em conformidade com as demandas locais, especialmente na cidade de Ponta Grossa, o maior polo industrial do interior do Paraná. No período pós-Reuni, manteve-se um curso de licenciatura conforme proposto na pactuação do programa, e na pós-graduação, o número de cursos ofertados aumentou de quatro para dez após a pactuação do Reuni, acompanhado por medidas de mobilidade estudantil e incentivo à pesquisa.

Apesar das metas/dimensões/linhas gerais da proposta do Reuni definirem essas ações, não há registros da utilização das verbas do programa para essas

atividades nos relatórios de gestão durante a execução do Reuni. Quanto à ampliação das vagas, o percentual entre o previsto e o realizado foi de 109,91% no último ano do programa. Em relação à evasão estudantil, a proposta do programa enfatizava a implementação de bolsas como meio de combater o problema, mas nos relatórios de gestão dos anos seguintes, especialmente em 2018, fica claro que apenas apoio financeiro não é suficiente para acabar ou diminuir a evasão. Entre os impactos positivos, destaca-se o aumento na produção científica, que estava previsto nas metas/dimensões/linhas gerais, porém não foi retratado nos resultados da execução do programa.

Com relação à terceira hipótese secundária, verificou-se que os recursos financeiros foram priorizados para a realização de obras e aquisição de novos equipamentos, enquanto as despesas de custeio foram destinadas principalmente à aquisição de material de consumo e à contratação de pessoas físicas e jurídicas. O valor inicialmente previsto foi extrapolado, com várias aditivas provenientes do MEC. As projeções feitas para essa hipótese correspondem às ações efetivamente realizadas pelo Campus.

Em relação à quarta hipótese secundária, foi constatado que houve a contratação de mais servidores do que o inicialmente previsto na pactuação. Essa hipótese foi confirmada. Além dos servidores pactuados, a distribuição posterior de servidores reservados para a Reitoria possibilitou exceder o número estabelecido no acordo.

Após uma análise dos resultados da participação do Campus Ponta Grossa no Programa Reuni, constata-se que os impactos foram, em sua maioria, positivos. Um elemento crucial nesse contexto foi a ampliação do número de servidores, o que teve efeitos significativos para a instituição. A priorização dos recursos financeiros para a realização de obras e aquisição de novos equipamentos evidencia um investimento significativo na infraestrutura da universidade, resultando na ampliação de vagas públicas e trazendo ganhos inegáveis para a sociedade.

Além do aspecto quantitativo, observou-se uma melhoria notável no ambiente educacional, proporcionando aos alunos e professores condições mais adequadas para o aprendizado e o ensino.

A extrapolação do valor inicialmente previsto e as aditativas vindas do Ministério da Educação (MEC) refletem o reconhecimento positivo do governo em relação ao planejamento e à execução das atividades da UTFPR. Esse reconhecimento abriu portas para mais recursos e oportunidades de crescimento e desenvolvimento acadêmico, não só para a instituição, mas também para a região dos Campos Gerais. Com isso, a cidade de Ponta Grossa se tornou mais atrativa para a instalação de indústrias de grande porte, impulsionando o desenvolvimento econômico local.

Contudo, é essencial destacar que toda avaliação deve considerar tanto os aspectos positivos quanto os desafios enfrentados. Embora os impactos sejam predominantemente positivos, é importante reconhecer que a expansão também trouxe desafios, especialmente relacionados à necessidade de condições adequadas de manutenção do que foi expandido. Essa questão ressalta a importância de uma política de governo mais sólida e bem estruturada para a Educação brasileira.

O presente estudo apresenta algumas limitações. Metodologicamente, utilizou-se o procedimento técnico de estudo de caso, limitando a generalização dos resultados. Além disso, a disponibilidade de informações foi afetada pela falta de relatórios de gestão abrangentes sobre todas as metas e dimensões do Reuni. O período de avaliação focou-se em um momento específico após a conclusão do Reuni, deixando de considerar possíveis impactos posteriores não abordados na análise. Outra limitação é a não exploração de outras fontes de recursos e medidas adotadas após o programa, o que poderia ter influenciado os resultados obtidos. A complexidade das ações adotadas, como o combate à evasão, também tornou difícil identificar o impacto específico do Reuni nesse aspecto. Além disso, é importante considerar que os resultados encontrados no Campus Ponta Grossa da UTFPR podem não refletir o cenário em outras universidades ou campi, devido ao contexto específico do estudo. Por fim, a disponibilidade de dados relevantes pode ter sido limitada, comprometendo a abrangência da pesquisa.

Com base no presente estudo sobre os impactos do Programa Reuni no Campus Ponta Grossa da UTFPR, sugerem-se estudos futuros para: comparar e contrastar os resultados alcançados em diferentes contextos institucionais, realizando estudos semelhantes em outras universidades federais que aderiram ao Programa Reuni; investigar as consequências a longo prazo das ações implementadas, incluindo

os resultados após o período Pós-Reuni; e entender como as políticas e medidas adicionais adotadas pelas universidades após o Reuni, incluindo o uso de outras fontes de recursos, complementaram e impactaram os resultados do programa. Tais pesquisas contribuirão para uma compreensão mais abrangente dos efeitos do Programa Reuni no ensino superior brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. M.; MARRA, A. V. Mudança organizacional e as reações dos servidores após a implementação do Reuni. **Revista GUAL – Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 86-105, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319360153005>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- ALMEIDA, G. S. S. A interdisciplinaridade nas novas configurações curriculares da educação superior brasileira: o caso dos BI da UFBA. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 47, p. 355-374, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n47.7936>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- ANDRADE, A. C.; LUCENA, C.; BARLETA I. A. A precarização do trabalho, o Reuni e o novo desenvolvimentismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 234--257, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645868>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- ANDRIOLA, W. B.; SULIANO, D. C. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 96, n. 243, p. 282-298, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/339512841>. Acesso em: 6 fev. 2021.
- ARAÚJO, C. B.; SANTOS, L. M. M. O Reuni na opinião dos gestores de uma universidade pública. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 642-651, set./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S010271822014000300013>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- ARONI, A. C. 50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 17, n. 3, p. 219-243, jul./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38439>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- ARROYO, A. F.; PETTERINI, F. C. A influência da orientação política dos prefeitos na probabilidade de implementação de Institutos Federais e campi universitários em tempos de Reuni. **TEC - Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 1-31, dez./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2020.e65249>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- ARRUDA, A. L. B.; GOMES, A. M. Democratização da educação superior: um estudo sobre a política REUNI. **Currículo sem Fronteiras**, Taubaté, v. 15, n. 2, p. 543-561, maio/ago. 2015. Disponível em:

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/arruda-gomes.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BARBOSA, M. L.; PIRES, A.; DWYER, T. higher education, development, and inequality in Brazil and South Africa. **Changing Societies & Personalities**. v. 2, n. 4, p. 366-392, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15826/csp.2018.2.4.052>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BARBOSA, M. P.; PETTERINI, F. C.; FERREIRA, R. T. Política de expansão das universidades federais: é possível potencializar os impactos econômicos? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 24, n. 1, p. 1-24, jan./fev. 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190230>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2021.

BITTENCOURT, M. F. N.; FERREIRA, P. A.; BRITO, M. J. Avaliação do processo de implementação de obras públicas em universidades federais: um estudo do Programa Reuni. **Revista GUAL – Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v.10, n. 1, p. 79-102, jan. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2017v10n1p79>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BIZERRIL, M. X. A. A interiorização das universidades federais foi um acerto estratégico. **Brasil de Fato – uma visão popular do Brasil e do mundo**. São Paulo, 23 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasiledefato.com.br/2018/10/23/artigo-or-a-interiorizacao-das-universidades-federais-foi-um-acerto-estrategico/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BIZERRIL, M. X. A. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Sergipe, v. 13, n. 32, p. 1-15, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/13456>. 13456. Acesso em: 20 jun. 2023.

BORGES, M. C.; AQUINO, O. F. Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do REUNI: avanços e controvérsias. **Educação: Teoria e Prática**, v. 22, n. 39, p. 117-138, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4584>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Controladoria Regional da União no Estado do Paraná. **Relatório de avaliação dos resultados da gestão**: unidade auditada: Universidade Tecnológica Federal do Paraná: exercício 2017. Curitiba: CGU, 2018. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/transparencia/auditoria/cgu/2017-evasao-no-ensino-superiorra201701759> . Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [CGU](#). Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 7, 25 abr. 2007a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=7&data=25/04/2007>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2010**. Brasília: Inep, 2012. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2010/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2012**. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2013**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2018.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n.248, p. 1, 23 dez. 1996. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005a. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 195, p. 1-2, 10 out. 2005b. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/10/2005>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Balanco social, a democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. [2015?] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em 19 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da educação superior e profissional e tecnológica, mais formação e oportunidades para os brasileiros**. [2014?] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Chamada Pública MEC/SESU nº 08/2007**. Seleção pública de propostas para apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais. Brasília: Secretaria de Educação Superior, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/minutareuni.pdf> . Acesso em: 28 abri. 2022.

BRUNE, S. Instituições de ensino superior e desenvolvimento: o caso do programa Reuni. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e do Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/2191>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BULIGON, S. M. *et al.* Expansão das universidades e oportunidades empreendedoras na construção civil: o caso da UFSM. **Revista Espacios**, Caracas, v. 36, n. 17, 2015. Disponível em: <https://revistaespacios.com/a15v36n17/15361708.html>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CAMILO, S. C. A. O Processo de Bolonha e o REUNI: análise da mobilidade estudantil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2008-2012). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO, 11., 2013, Recife. **Anais...** Recife: Serviço Social do Comércio, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3556/1/bolonhareunimobilidadeestudantil.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2021.

CANÁVERAL, I. C. P.; SÁ, T. A. O. REUNI: expansão, segmentação e a determinação institucional do abandono. estudo de caso na Unifal-MG. **EccoS**

Revista Científica, São Paulo, n. 44, p. 93-115, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/715/71553908005/html/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CARNEIRO, L. A. V.; BRIDI, F. R. S. Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146-158, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15i1.12059>. Acesso em: 13 jun. 2021.

CASTRO, A. M. D. A., PEREIRA, R. L. A. Universidade flexível: nova tendência para Universidades Federais Brasileiras. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 3, p. 1638-1654, out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.3.12738>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CASTRO, A. M. D. A.; PEREIRA, R. L. A. Contratualização no Ensino Superior: um estudo à luz da nova gestão pública. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 287-296, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3033/303331286012.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CATANI, S.; OLIVEIRA, M. R.; PEZARICO, G. A educação superior e o programa Reuni: uma análise a partir da percepção dos gestores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR. **Revista Espacios**, Caracas, v. 35, n. 12, 2014. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a14v35n12/14351204.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CISLAGHI, J. F. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.105, p. 241-266, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200004>. Acesso em: 11 jul. 2021.

COELHO, M. L. O Programa Reuni na UFMG: contexto, adesão, implementação, criação do giz e suas ações formativas. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 4, p. 3-46, out. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2014.1979>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CORRÊA, R. L.; NASCIMENTO, D. E. Política de interiorização do ensino superior: taxa de sucesso na graduação na Universidade Federal do Paraná. **Revista GUAL – Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 11, n. 3, p. 41-62, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n3p41>. Acesso em: 13 jul. 2021.

COSTA, D. M. *et al.* Aspectos da reestruturação das universidades federais por meio do Reuni – um estudo no Estado de Santa Catarina. **Revista GUAL – Gestão**

Universitária na América Latina, Florianópolis, ed. esp., p. 1-24, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2011v4nespp01>. Acesso em: 20 jun. 2023.

COSTA, D. M. *et al.* Higher education and the efficiency of the Brazilian public policies. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v. 13, ed. esp. 1, p. 90-113, maio 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19177/reen.v12e0201989-113>. Acesso em: 20 jun. 2023.

COSTA, D. M.; COSTA, A. M.; BARBOSA, F. V. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: O Reuni e as perspectivas para o Reuni 2. **Revista GUAL – Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v.6, n.1, p. 106-127, jan. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n1p106>. Acesso em: 2 jun. 2023.

DUQUIA, A. A.; RODRIGUES, M. S. O Reuni e seus reflexos na estrutura organizacional das instituições de ensino: uma análise da Universidade Federal de Pelotas. **Revista GUAL – Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 11, n. 3, p. 188-210, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n3p188>. Acesso em: 20 jun. 2023.

EMBIRIÇU, M.; FONTES, C.; ALMEIDA, L. Um indicador para a avaliação do desempenho docente em instituições de ensino superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 795-820, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000400008>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FERREIRA, A.; SANTOS, E. A. Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: micro evidências da ampliação dos campi da UFF em Volta Redonda. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14, n. 1, p. 96-109, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3469>. Acesso em: 14 jun. 2023.

FERREIRA, M. A. S. V. The Rise of International Relations Programs in the Brazilian Federal Universities: Curriculum Specificities and Current Challenges. **Journal of Political Science Education**, São Carlos, v. 13, n. 03, p. 241-255, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/15512169.2015.1063440>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FRAGA, C. K. *et al.* A fundação do curso de Serviço Social em universidades públicas federais no Rio Grande do Sul: contradições, possibilidades e desafios ao desenvolvimento local-regional. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 3, p. 513-527, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2883>. Acesso em: 16 jun. 2021.

GREGÓRIO, J. R. B. O papel do Banco Mundial na contra reforma da Educação Superior no Brasil: uma análise dos documentos que precederam o Reuni. **Trabalho Necessário**, v. 10, n. 14, p. 1-26, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.10i14.p6852>. Acesso em: 1 jun. 2023.

GREGÓRIO, J. R. B.; RODRIGUES, V. S. Padrão dependente de escola superior e a atual expansão da universidade brasileira. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 109-121, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9688/8934>. Acesso em: 2 jul. 2021.

GUMIERO, R. G. Avaliação da expansão do Reuni UFGD no Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 4, p. 989-1003, out./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v20i4.2028>. Acesso em: 18 jun. 2021.

JESUS, J. A. S. **A política de expansão e interiorização do ensino superior através da Universidade Aberta do Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2016. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/mpgestaoppss/dissertacoes/category/13-2016?download=104:jorge-alberto-santana-de-jesus>. Acesso em: 18 ago. 2021.

KOGLIN, J. C. O.; NOGUEIRA, V. M. R. Proposta de avaliação econômico-financeira do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras na UFPEL. **Revista de Políticas Públicas**, v. 17, n. 1, p. 193-202, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131081021>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LEITE, J. C. C. (org.). **UTFPR: uma história de 100 anos**. Curitiba: EdUTFPR, 2010. Disponível em: http://portal.utfpr.edu.br/comunicacao/produtos/materiais-comemorativos/livro_centenario_utfpr_site.pdf/view. Acesso em: 4 mai. 2021.

LIMA, K. R. S. Expansão e reestruturação das universidades federais e intensificação do trabalho docente: o programa Reuni. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. esp., p. 441-452, out. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131651048>. Acesso em: 13 jul. 2021.

LIMA, K. R. S. O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 258-267, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000200012>. Acesso em: 13 jul. 2023.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000100002>. Acesso em: 16 jun. 2021.

LIMA, E. E.; MACHADO, L. R. S. Reuni e a expansão universitária na UFMG de 2008 a 2012. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 383-406, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623654765>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MAGALHÃES, A. M. S.; REAL, G. C. M. A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa Reuni: tendências e lacunas. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 467-489, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000200011>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 42, p. 162-192, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944/4519>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MÁXIMO, R. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não-metropolitanas no Ceará. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 12, p. e20190080, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190080>. Acesso em: 5 jun. 2023.

MELO, P. A.; MELO, M. B.; NUNES, R. S. A educação a distância como política de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 11, n. 24, p. 278-304, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2009v11n24p278>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MINAYO, M.C.S. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIRANDA JÚNIOR, N. S.; CABELLO, A. F. Atratividade de cursos de graduação e a política institucional de mudança de curso: efeito trampolim? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 24, n. 77, p. 1-20, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v24n77.73806>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MOREIRA, N. P.; BENEDICTO, G. C.; CARVALHO, F. M. Discussão de alguns condicionantes da eficiência em Universidades Federais Brasileiras a partir do Reuni. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 70, n. 3, p. 429-457, jul./set. 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5416>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MOURA, M. A. P.; PASSOS, G. O. A taxa de conclusão de curso da graduação nas universidades federais antes e depois do REUNI: as vicissitudes da implementação da política. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 513-525, jul./out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000200010>. Acesso em: 7 jun. 2021.

NASCIMENTO, F. S. **Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do campus do Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/3832/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

NOVATO, V. O. L.; NAJBERG, E.; LOTTA, G. S. O burocrata de médio escalão na implementação de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 416-432, maio/jun. 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/0034-761220190228>. Acesso em: 4 jun. 2021.

OLIVEIRA, A. J. B.; CRANCHI, D. C. O papel da biblioteca universitária como espaço de afiliação estudantil e o bibliotecário como educador e agente inclusivo. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 35-47, maio/ago 2017.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/32654>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PAN, L. C.; LOPES, R. E. Políticas de ensino superior e a graduação em Terapia Ocupacional nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 457-468, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0704>. Acesso em: 19 jun. 2021.

PAULA, A. S. N. O Programa REUNI em foco: intensificação e precarização do trabalho docente. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 15, n. 170, p. 99-106, jul. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27088/14874>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PAULA, C. H.; ALMEIDA, F. M. O programa Reuni e o desempenho das IFES brasileiras. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 109, p. 1054-1075, out./dez. 2020. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/s010440362020002801869>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PEREIRA, G. M. C. *et al.* Panorama de oportunidades para os egressos do ensino superior no Brasil: o papel da inovação na criação de novos mercados de trabalho. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 179-198, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362016000100008>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. S. C. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 10-31, jul./dez. 2010. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/16316/10573>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PIZZIO, A.; KLEIN, K. Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do Ensino Superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 493-513, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015124201>. Acesso em: 9 jun. 2021.

PRESTES, E. M. T.; FIALHO, M. G. D. Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 869-889, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002601104>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RAMOS, G. P.; SILVEIRA, A. P.; MARTINS, P.P. U. entre convergências, conveniências e impactos: uma análise comparativa dos PDI 2004 e 2013 da UFSCAR com base no REUNI. **Comunicações**, Piracicaba, v. 27, n. 3, p. 199-215, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v27n3p199-217>. Acesso em: 22 jun. 2023.

RONCAGLIO, C. O papel dos arquivos das Instituições Federais de Ensino Superior e a experiência do arquivo central da Universidade de Brasília. **RICI – Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 178-194, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v9.n1.2016.2227>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SALES, E. C. S. S. *et al.* O programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): uma análise de seu processo de avaliação. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 658-679, set./nov. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772019000300006>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, C. M.; SANTOS, A. T. O. A implantação do Programa REUNI na UFVJM sob a ótica dos bacharelados interdisciplinares e engenharias. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 8, n.11, p. e068111432, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i11.1432>. Acesso em: 8 abr. 2023.

SANTOS, C. O. *et al.* **Reuni na UTFPR: a história contada por quem escreveu**. Ponta Grossa: ZH4, 2022. Disponível em: <https://www.editorazh4.com.br/produto/detalhe/reuni-na-utfpr-a-histOria-contada-por-quem-a-escreveu/29>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, E. P.; MANCEBO, D. Subjetividade docente na expansão da UFF: criação, refração e adoecimento. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 26, n. 2, p. 479-492, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1272>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, R. L.; FREITAS, F. C. H. P.; LINS, M. T. G. A implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais / Reuni: um estudo de caso. **Revista GUAL – Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 6,

n. 4, p. 147-170, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n4p147>. Acesso em: 9 jun. 2023.

SILVA JUNIOR, J. R.; CZERNISZ, E. C. S. A fundação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná no contexto de expansão da educação superior. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 1, n. 2, p. 80-92, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24115/S2446-622020151222>. Acesso em: 8 jul. 2021.

SOUSA, A. P. R.; COIMBRA, L. J. P. As licenciaturas interdisciplinares e o processo de expansão das IFES: implicações para a formação de professores. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, n. 65, p. 141-159, out. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v15i65.8642702>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SOUZA, C. D.; FILIPPO, D.; CASADO, E. S. Impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) na atividade investigativa: crescimento, qualidade e internacionalização. **Em Questão**, v. 21, n. 3, p. 336-367, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645968018.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

TREVIZAN, E. Implementação do Reuni na UTFPR e as particularidades do câmpus de Medianeira. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/122052>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TROMBINI, M. M. S. L.; ROCHA, M. A.; LIMA, F. S. Avaliação do Programa Reuni em Universidades Federais do Brasil. **Revista Humanidades e Ação**, Palmas, v. 7, n. 6, p. 91-105, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2307>. Acesso em: 20 jun. 2023.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. **Deliberação nº 07/2006, de 26 de maio de 2006**. Curitiba: UTFPR, 2006. Disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/9j4VS1yjB8AUdFG>. Acesso em: 20 jun. 2021

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. **Deliberação nº 17/2007, de 20 de dezembro de 2007a**. Curitiba: UTFPR, 2007a. Disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/jl19MtSJI2Q6HEv>. Acesso em: 23 ago. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. **Deliberação nº 04/2007, de 25 de maio de 2007b**. Curitiba: UTFPR, 2007b. Disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/UF3VU1cTadH0DQY>. Acesso em: 23 out. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Mestrado e doutorado**. 3 ago. 2022. Disponível em: http://portal.utfpr.edu.br/cursos/mestrado-e-doutorado#b_start=0&c5=ponta+grossa. Acesso em: 23 ago. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Graduação**. 5 jul. 2018a. Disponível em: http://portal.utfpr.edu.br/cursos/graduacao#b_start=0&c5=ponta+grossa. Acesso em: 23 ago. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Mapa do Paraná com todos os campus da UTFPR**. S.d. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/comunicacao/design/mapa-parana-com-todos-os-campus-da-utfpr/mapa-campus-da-utfpr/image_view_fullscreen. Acesso em: 26 ago. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2004-2008**. Curitiba: UTFPR, 2004. Disponível em: <https://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/pdi/pdi-2004-2008/view>. Acesso em: 26 ago. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2008**. Curitiba: UTFPR, 2009. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2008-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2009**. Curitiba: UTFPR, 2010. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2009-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2010**. Curitiba: UTFPR, 2011. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2010-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2011**. Curitiba: UTFPR, 2012. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2011-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2012**. Curitiba: UTFPR, 2013. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2012-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2013**. Curitiba: UTFPR, 2014. Disponível em:

<http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2013-relatorio-de-gestao-1/view>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2014**. Curitiba: UTFPR, 2015. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2014-relatorio-de-gestao-1/view>. Acesso em: 20 mar. 2021.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2015**. Curitiba: UTFPR, 2016. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/deliberacao-01_2016-couni-relatorio-de-gestao.pdf/view. Acesso em: 20 mar. 2022.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2016**. Curitiba: UTFPR, 2017. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2016-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 20 mar. 2022.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2017**. Curitiba: UTFPR, 2018b. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/rg-2017-utfpr-versao-final-utfpr.pdf/view>. Acesso em: 20 mar. 2022.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2018**. Curitiba: UTFPR, 2019. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2018-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 20 mar. 2022.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2019**. Curitiba: UTFPR, 2020. Disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/gh91pF7sgM9t8eq>. Acesso em: 20 mar. 2022.

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2020**. Curitiba: UTFPR, 2021b. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/rg_2020_final_jun21.pdf/view. Acesso em: 20 mar. 2022

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **UTFPR - Campus Ponta Grossa**. 28 maio 2021a. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/campus/pontagrossa/sobre>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ZORZAL, R. C. Propostas para o ensino e a pesquisa em cursos de graduação em instrumento musical: bases para reformulação do bacharelado. **Per Musi**, Belo Horizonte, n. 34, p. 62-88, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/permusi20163403>. Acesso em: 23 ago. 2021.

APÊNDICE A – Entrevista 1: Éden Januário Netto

Entrevistador. Gostaria solicitar que o senhor discorra sobre a adesão ao Programa Reuni.

Entrevistado. Sempre tento ver a floresta antes de ver a árvore. Se conseguir ver a floresta, saberei onde a árvore se encontra. Então, tenho que contextualizar, subir um pouco, para ver de cima e entender onde “entra” o projeto do Reuni e em que tempo ocorre na instituição, porque o reflexo em 2007 foi completamente diferente do que seria, por exemplo, em 2004 ou em 1977. Se você me permite, pretendo centrar minha fala nesta contextualização, que é onde eu consigo ajudar um pouco mais. Eu não participei da operacionalização do Reuni, o [Carlos Eduardo] Cantarelli entrou [como reitor] em 2008 e foi responsável pela mesma. Então, consigo falar da parte anterior a 2008, que é quando o Reuni foi assinado e discutido.

Vou usar algumas transparências para contextualizar minha fala. Na vida você tem que ter um pouco de sorte. Eu não tenho muito juízo, mas, eu sou uma pessoa de sorte. O Reuni foi lançado no momento correto. Este momento, em parte, explica o impacto que o programa teve na instituição, diferentemente do que aconteceu em outras universidades. Imagino que o impacto tenha sido muito maior.

Com a transformação foram produzidos, em sequência, os documentos que deram o arcabouço da instituição. Estou vendo a **floresta**, olhando de cima, buscando entender para onde a instituição caminhou. O primeiro documento produzido foi o PPI [Projeto Pedagógico Institucional]. Trata-se de um projeto extremamente importante, um projeto que dá os contornos institucionais. O PPI parte de um levantamento, estabelece o foco e “joga para cima” o futuro da instituição.

As transparências que apresentarei na sequência foram feitas pelo Professor Décio [Estevão do Nascimento] e por mim. Observe que interessante, veja o que foi o Reuni na Figura 1.

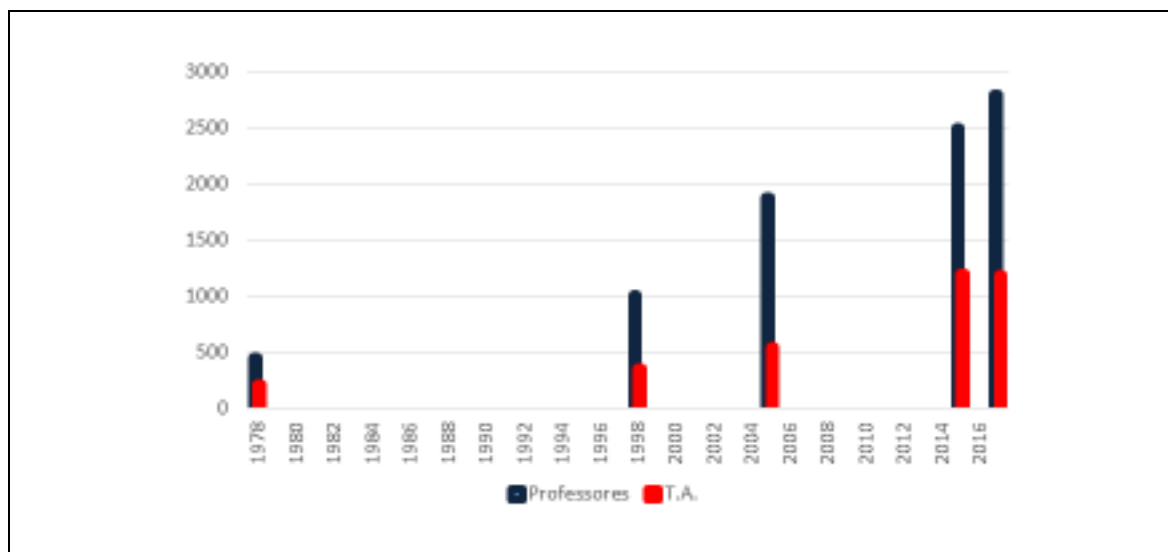


Figura 1 – Número de professores e de técnicos administrativos

Fonte: Projeto Político Institucional (PPI).

Nota: Aproximadamente 1.800 docentes e 1.000 técnicos administrativos foram admitidos na UTFPR (depois de 2005).

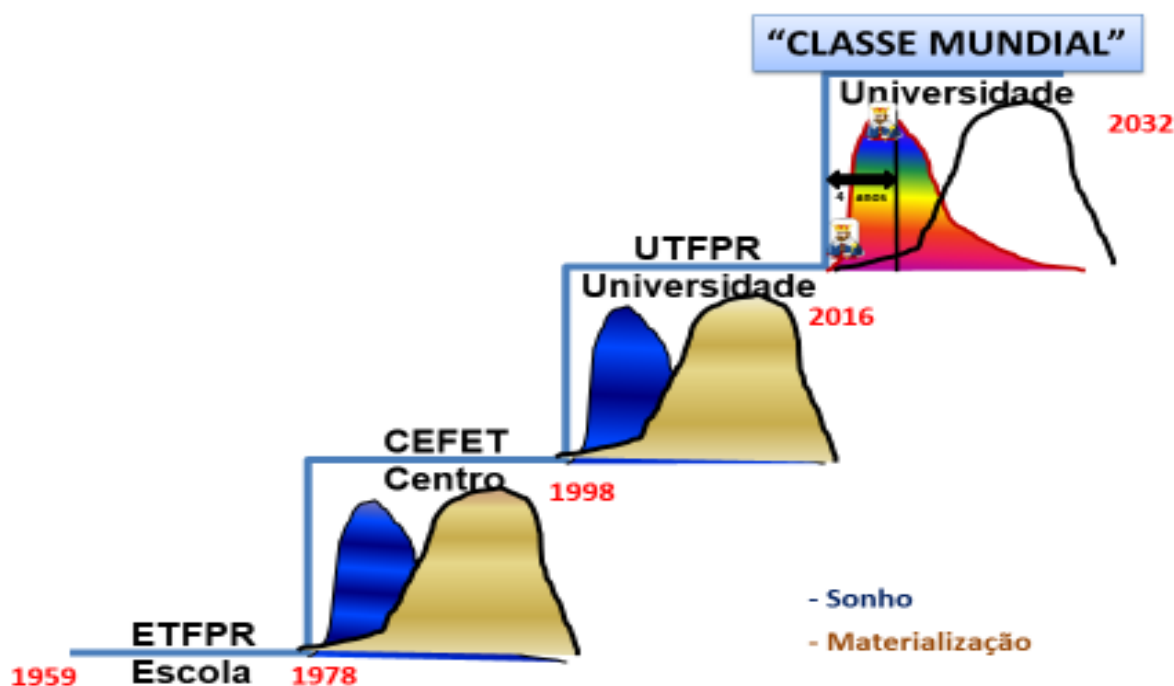
Perceba no diapositivo quantos professores e quantos TAs [técnicos administrativos] vieram para a UTFPR depois de 2005. Estes diapositivos foram elaborados para audiências públicas realizadas em 2018, nos campi, discutindo o novo PPI. Tivemos neste período de 13 anos a contratação de aproximadamente 2.800 novos servidores. É muita gente.

A dificuldade, na época da elaboração dos documentos, era encontrar um contorno que explicasse o que é a UTFPR. O que é uma universidade tecnológica no Brasil? Qual a sua história? Quais suas peculiaridades?

No PPI, o trabalho foi renovar, reinventar, discutir o que era a UTFPR em 2018, que já não é mais a mesma instituição de 2005, nem a mesma de 1978, e sonhar o que será no futuro. Na direção do futuro, o Reuni produziu transformações absurdas na instituição. O diapositivo mostra isto. O quantitativo de técnicos e de professores existente em 2005 praticamente dobrou.

Vamos adiante. O próximo diapositivo é bastante interessante para a gente entender quais são os ciclos dessa instituição.

Figura 2 – Ciclos da UTFPR



Fonte: Projeto Político Institucional (PPI).

A instituição vivenciou ciclos. Com o segundo diapositivo é possível perceber como o Reuni veio para consolidar um ciclo de aproximadamente 20 anos. Estou pegando apenas três ciclos. Quem conhece a história da UTFPR sabe que a instituição se chamou [entre 1959 e 1978] Escola Técnica Federal do Paraná. Fui aluno da Escola Técnica, depois veio o CEFET-PR, em 1978, que perdurou até 2005, quando houve a transformação em UTFPR.

Estes três ciclos foram extremamente importantes para a instituição, e cada um deles foi composto por vários projetos importantes, cujo detalhamento eu vou omitir para não fugir do que me foi perguntado. Mas não devemos esquecer que os projetos aconteceram e foram determinantes para a instituição crescer. Eu vou destacar um dos principais projetos, o das UNEDs [Unidades Descentralizadas], cuja primeira foi efetivada no final da década de 1980, quando houve a implantação do Campus Medianeira.

Depois vieram os Campus Ponta Grossa, Cornélio Procópio, Pato Branco e, depois, Campo Mourão. A interiorização impactou a instituição. Ganhamos a dimensão estadual, e, com esta dimensão, força política. Então, olhando a instituição de cima, enxerga-se um gradual crescimento até 1997.

Em 1997 foi publicado o Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), que proibiu a oferta de cursos técnicos concomitantes. O Decreto foi muito discutido na instituição, e algo que parecia muito ruim fez nascer o projeto de universidade tecnológica. É muito importante que isto seja colocado.

Voltando ao Diapositivo. Há três ciclos bastante interessantes: o ciclo da Escola Técnica; o ciclo do CEFET-PR, com duração aproximada de 20 anos, que se prolongou até 1998; o ciclo iniciado com o projeto da universidade tecnológica e encerrado por volta de 2016. Na época usei a sigla Unitec.

O que eu quero dizer com isso? A UTFPR não começou em 2005, 2005 foi o ano em que o governo aprovou a sua lei de criação. Internamente o projeto já acontecia, porque a mudança é interna. O governo só chancelou uma reivindicação da comunidade. Em 1998, as mudanças internas já estavam em curso com: a implantação dos cursos de tecnologia; a reformatação do Conselho Diretor; e a reestruturação, em 2000, das diretorias de área em formato de Pró-Reitorias, mesmo sem ter esta denominação.

A instituição foi se transformando internamente com a construção do aparato normativo e a implantação de inovações num CEFET. Em paralelo, aconteceu a luta em Brasília para a transformação.

O processo de transformação teve duas momentos completamente distintos, e sem a intenção de fazer apologia político-partidária, com o governo do PT sendo fundamental para a transformação. No governo de Fernando Henrique Cardoso tivemos nossa proposta sumariamente rechaçada pelo Ministro [da Educação] Paulo Renato [de Souza].

O fato é público e notório. No governo seguinte, o de Luís Inácio Lula da Silva, tivemos o privilégio de ter pessoas como Cristovam [Ricardo Cavalcanti] Buarque, na condição de Ministro da Educação, e Carlos [Roberto] Antunes [dos Santos], ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC.

O projeto ganhou novamente envergadura, até que em 2005 o CEFET-PR foi transformado na primeira universidade tecnológica do Brasil. Lembro sempre que esse projeto já existia dentro da instituição desde 1998. Por que eu tenho que colocar isso? É para localizar o momento do lançamento do Edital do Reuni.

Observe-se quão curioso foram os três stepes produzidos pelos três últimos ciclos da instituição. Eu vou me ater a fase de CEFET-PR e da UTFPR. Os primeiros anos de um ciclo são sempre mais conceituais, os seguintes de crescimento. Estou falando de ciclos de aproximadamente duas décadas.

A instituição transformou-se em CEFET-PR em 1978, quando eu ainda era aluno. De 1978 até 1988, a instituição se estruturou, para, de 1988 até 1998, crescer e se expandir, encerrando um ciclo. Em 1998 nasceu a ideia de universidade tecnológica, e esse período conceitual vai até mais ou menos 2008. Depois, ciclo, vem o crescimento. Os desdobramentos são bastante curiosos. A estruturação gradual da instituição pode ser representada graficamente na forma de curva sigmoide.

Vou falando, agora, do ciclo iniciado em 2008 e que findou por volta de 2016, 2018. Por que eu separo esse ciclo? Porque no final dele o projeto chamado universidade tecnológica foi concluído. A UTFPR estava consolidada como universidade. Não estou discutindo se era uma boa ou uma má universidade, não importa, o importante foi a consolidação.

Eu sou defensor do fato de que a instituição precisa de um novo e grande desafio para o ciclo presente. Cabe às gestões atuais colocar esse grande desafio, a saber: para onde vai essa instituição? Pegando o resultado acumulado dos últimos 40 anos, época em que vivi na instituição, nenhuma instituição pública de ensino superior cresceu tanto quanto a UTFPR. O crescimento foi enorme. Somos testemunhas disso e, felizmente, crescemos juntos, tivemos a oportunidade maravilhosa de estar nessa casa. Este é o cenário em que o Reuni “caiu” na UTFPR.

Voltando um pouco. Quando a ideia de universidade tecnológica foi internalizada? A internalização aconteceu depois da publicação do Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), com a proibição da oferta de cursos técnicos integrados, que eram a mola mestra do então CEFET-PR. A ideia nascida quase uma década antes virou projeto. Que curioso!

Algo que podia destruir aquela instituição foi o ponto de partida, a alavanca, o alicerce, de um novo projeto. A instituição conseguiu transformar a mudança em oportunidade e, ao invés de torná-la um impeditivo, a usou para fazer a diferença e melhorar. Se não fosse publicado o Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997), possivelmente, não seríamos esta maravilhosa universidade tecnológica. Não tenho medo de errar ao afirmar que

a instituição surgiu na força e na dor, e precisou se transformar. A transformação veio com a oferta dos cursos de tecnologia. A instituição foi se moldando.

Em outubro de 2005 acontece a transformação. Essa transformação, como já coloquei, começou em 1998. A comunidade interna lutou pela transformação por quase uma década. O compromisso da gestão com a nossa comunidade foi dar materialidade para um projeto votado internamente [na eleição para diretor-geral do CEFET-PR], mas que dependia do externo, do político.

Isso se chama variável independente. Dependíamos de Brasília, mas deu certo. Criamos algo sem precedente no Brasil, uma universidade tecnológica, algo que, apesar de muitas tentativas, ninguém mais conseguiu.

Em 2006, quando discutimos o PPI, trouxemos vários visitantes ilustres, em especial vindos da Alemanha e da França. Fizemos seminários internos, e passou-se a discutir fortemente sobre universidade tecnológica. Como não tínhamos nenhum modelo no país, e esse fato foi muito positivo, precisávamos conhecer modelos externos para adaptá-los para a nossa realidade.

A aprovação do PPI aconteceu em março de 2007. Assim, no começo de 2007 tínhamos um documento com os contornos da UTFPR delimitados. Estabelecemos as características e a identidade desta universidade tecnológica. A construção foi baseada tanto em referências externas como na nossa história como CEFET-PR, uma história vitoriosa.

Éramos muito felizes como CEFET-PR, e não existia obrigação em nos transformar em universidade, talvez fosse apenas por questão de status. Eu nunca vi processo interno semelhante. Mas, observe, o Reuni vem em abril de 2007. Pouco meses antes, sem saber do Reuni, tínhamos o PPI aprovado, acontece a inauguração dos campi em Londrina, em Apucarana e em Toledo. Foi um ano promissor e cheio de novidades.

Depois de aprovado o PPI, qual foi o próximo passo? Confeccionar o estatuto. Ainda em 2007 a instituição lançou a estatuinte e, por sorte, com o processo rodando, o Governo Federal lançou o Reuni. Quando foi publicado o Edital do Reuni, a instituição já possuía formatada a sua ideia de futuro tramitada e seu contorno discutido. Assim, pudemos adaptar a proposta do Reuni ao contorno já existente.

Se o Reuni tivesse vindo dois anos antes, mesmo já transformados, não teríamos esse material pronto e nem essa discussão feita. Na verdade, vou fazer um parêntese aqui:

o Reuni na UTFPR é fruto e filho da nossa transformação em universidade. O Reuni foi um programa feito para as universidades federais, e não para os CEFETs. Obviamente, se não tivéssemos nos transformado em universidade não poderíamos aderir ao Reuni. Estaríamos, ainda, dentro da Setec [Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica], e não da Sesu.

O Reuni, para a UTFPR, chegou no ano perfeito. Posteriormente, a proposta de adesão foi discutida e aprovada na instituição. Em janeiro e em fevereiro de 2008 acontece a inauguração do Campus Francisco Beltrão, com a UTFPR chegando aos 11 campi. Em março de 2008, há a assinatura do Reuni.

Observe como as coisas se encaixaram temporalmente, caindo como uma luva, tudo muito ajustado, numa época extremamente positiva para nós.

Para mim, os ciclos que fazem parte da história da UTFPR são muito interessantes. Existe o tempo dos conceitos, dos sonhos, dos fundamentos, e outro, o tempo de operacionalizar e de fazer crescer. O ano de 2008 é foi uma espécie de divisor de ciclos, e no novo ciclo tínhamos uma situação extremamente favorável com recursos financeiros.

Havia 100 milhões em dinheiro em caixa para fazer obras, para fazer investimentos. E, mais do que o dinheiro, tínhamos algo que é o “suprassumo” de uma instituição pública, tínhamos vagas para concurso. É fato que sem vagas não se têm programas novos, não se cresce e, até mesmo, não se tem autonomia. Para contratar servidores dependemos de autorização do MEC.

Lembro da célebre frase do fundador da Unicamp [Universidade Estadual de Campinas]: “Os premiados mostram que a Unicamp se faz com cérebros, cérebros e cérebros. Lá pelo quinto lugar, vêm o tijolo e a infraestrutura”. Fazendo uma analogia, pode-se dizer que uma excepcional universidade se faz com cérebros, cérebros e cérebros. Tínhamos concurso público na mão.

Os concursos mudaram o status da instituição. Deixamos de ser a instituição daqueles mil e tantos servidores citados no começo da minha fala. Foi o ponto de inflexão no crescimento, mas não no conceito de universidade. O conceito já estava mais ou menos moldado.

Assim, na minha avaliação, o Reuni na UTFPR foi muito mais quantitativo do que qualitativo. Crescemos em cima de um conceito já firmado. Expandimos onde

planejamos expandir, nas licenciaturas e nas engenharias. O Reuni foi responsável por sermos, hoje, o maior formador de engenheiros do Brasil.

A instituição experimentou um crescimento, que eu arrisco a dizer, que nunca houve do ponto de vista quantitativo e, também, qualitativo. Neste quesito gostaria de fazer uma observação, que não sei se é verdade, escutei internamente que: o Reuni da UTFPR foi o quarto maior do país. Indiscutivelmente é um dado muito interessante.

Mesmo que não esteja correto, a margem de erro é pequena. Este vultuoso Reuni permitiu a materialização do projeto sonhado internamente de universidade tecnológica.

O projeto do Reuni demandou um projeto robusto, cheio de detalhes.

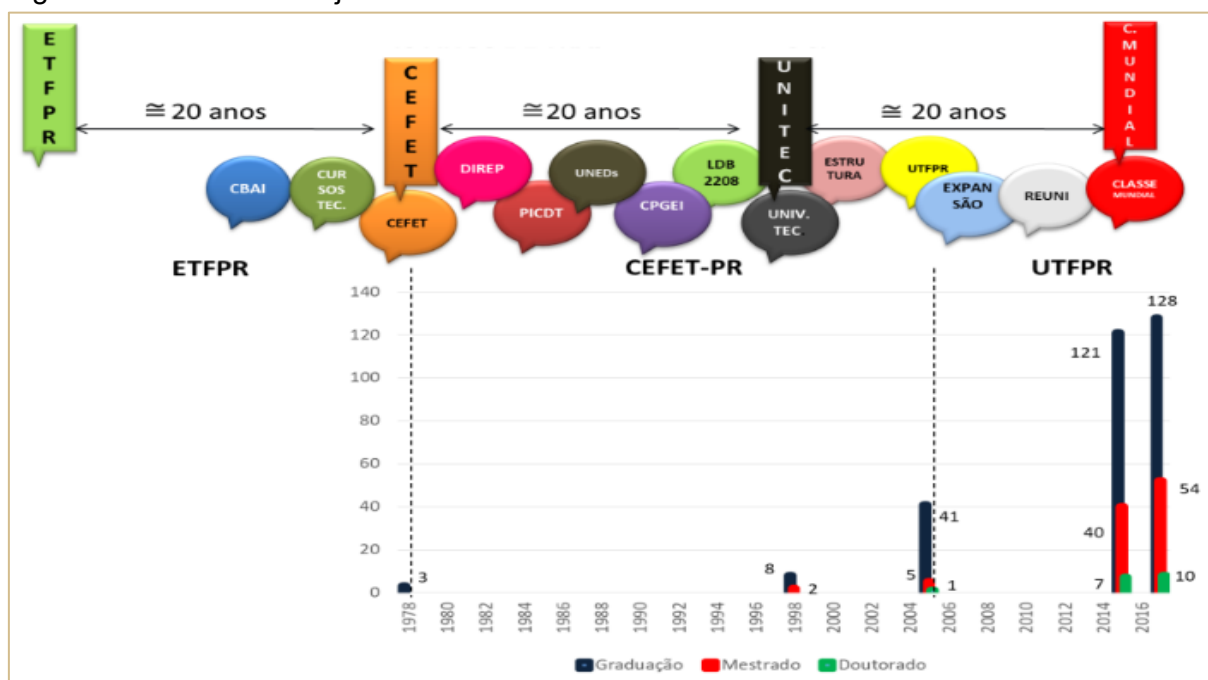
Quem escreveu o projeto foi basicamente o pessoal da Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD), com o Cantarelli [Pró-Reitor], junto com a Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação, com o [Luiz] Nacamura [Júnior – Pró-Reitor]. O Cantarelli e o Nacamura conheciam profundamente a proposta.

Não tenho dados de depois da implantação do Reuni. Não sei o percentual de ocupação das vagas ofertadas, da redução da evasão, da entrada de 50% de alunos oriundos da escola pública, da relação professor-aluno. Mas, estes indicadores propostos pelo Reuni, vinculados no projeto adesão, foram extremamente importantes.

Os indicadores têm ligação com a atratividade da instituição. Passamos a conviver com um problema novo, inexistente até 2008, atrair alunos. Existe o temor de não se ter alunos e perder orçamento, de não poder pleitear novos concursos. Neste cenário novo, instituição tem que mostrar por que está aí e qual é o seu diferencial, ou vai ficar sem aluno. Atualmente o problema está ainda mais interessante.

No que concerne ao número de cursos, existe uma instituição antes do Reuni e outra depois. É muito grande a diferença, é impressionante o que era e o que se transformou. Tenho um diapositivo que permite visualizar o antes e o depois.

Figura 3 – 40 anos de trajetória institucional: números e nível dos cursos



Fonte: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2019).

Em 2005, quando nos transformamos em universidade, tínhamos um curso de doutorado, quatro cursos de mestrado e oito cursos de graduação e as tecnologias. Em 2017, já tínhamos oito cursos de doutorado, 52 de mestrado e 128 cursos de graduação (UTFPR, 2018).

Cresceu muito, não só em número de cursos, como também em qualidade. A qualidade do ensino e de pesquisa aumentaram violentamente. O Reuni foi isto e fez esse trabalho para a sociedade brasileira.

Vamos adiante, lembrando que o Reuni não foi feito num dia. o Reuni foi feito ao longo do ano de 2007, e nós tínhamos o deadline que era dezembro.

Lembro-me de que boa parte das universidades aprovou o projeto em dezembro. Nós fomos estudando minuciosamente, discutindo, cada campus fez o seu Reuni e colocou no projeto, até consolidar e depois aprovar o projeto assinado com o MEC. Por uma questão de agenda, a reunião do Counci que aprovou o projeto ficou marcada para, curiosamente, para o dia 20 de dezembro, último prazo possível para a aprovação.

O Ministro da Educação da época, o Haddad, comemorou 100% das universidades federais aderiram ao Reuni, entretanto cabe ressaltar que a Universidade Federal do ABC (UFABC), que havia sido recentemente criada, não participou do processo. Por

ter a informação, o Ministro comemorou antes mesmo do projeto passar no Counci. E, bem ou mal, feliz ou infelizmente, fomos os últimos a aprovarmos o projeto no conselho superior, muito mais por uma questão de agenda, na medida em que internamente o projeto era conhecido pelos servidores e os campi tinham participado da elaboração. O projeto do Reuni foi uma construção complexa.

A instituição olhada de cima mostra claramente os desafios pelos quais passou até chegar aqui. A instituição que era para o graxeiro, para o filho de pobre e para formar sapateiro, uma escola de oportunidades, se transformou em universidade tecnológica.

Essa história, do graxeiro até universidade tecnológica, tem poucos paralelos no mundo. Conheço duas instituições com história similar.

Uma delas é Chalmers University of Technology, na Suécia, que fica em Gotemburgo, e que possui uma história extremamente parecida com a nossa ou, melhor, a nossa história é extremamente parecida com a deles: era uma escola de artesãos, foi se transformando em ginásio industrial, em escola técnica e, hoje, é uma maravilhosa universidade tecnológica.

É muito curioso observar e entender o porquê. Porque é uma instituição que não nasceu das áreas clássicas, em especial do Direito e da Medicina, pois normalmente essa era a universidade da idade média, que nascia desses dois eixos e a teologia, óbvio.

Como Chalmers, a nossa instituição nasce de artesãos e de graxeiros. A outra universidade com história similar é a Auckland University of Technology.

Certa vez, estava em Auckland, na Nova Zelândia, embarquei no ônibus que ia do aeroporto para o centro da cidade, quando, curiosamente, passei em frente da Auckland University of Technology.

Tão logo cheguei ao hotel, a primeira coisa que fiz foi apanhar meu “cartãozinho”, esse “cartãozinho” da UTFPR que já não tenho mais, fui lá e me apresentei dizendo: “Sou da Universidade Tecnológica do Paraná do Brasil, a melhor Universidade Tecnológica do Brasil” e vim para conhecer a universidade.

Um dos assuntos que eu sempre gosto de discutir nesses lugares é a história da instituição. Quando me contaram a história, fiquei pasmo, pois era tal qual a nossa, exatamente a mesma coisa e o mesmo traçado.

Então, nosso percurso, de certa forma, tem paralelos. Sabíamos onde chegar, mas entre querer e chegar é outra coisa, porque a transformação não dependia da comunidade interna, da nossa vontade, mas de uma decisão de governo.

Precisa de uma lei, e não é tão simples assim. Felizmente uma conjugação de acordos favoráveis, somados com a decisão interna de levar a instituição rumo adiante, culminou com a transformação de 2005, e com a transformação pudemos aderir ao Reuni em 2007, que veio no momento extremamente apropriado para a instituição e nos trouxe em outra escala até presente.

Desculpe-me por ter me alongado, mas é onde eu consigo contribuir mais.

Entrevistador. Num determinado momento o senhor comenta que não vamos ter alunos. Esse é um problema da UTFPR? O problema existe em países mais desenvolvidos?

Não sei muita coisa da operacionalização e a execução do Reuni em si. Tenho certeza de que o Cantarelli fez isso com maestria e conhece esta parte da história com muito mais propriedade.

Entrevistado. Boa pergunta. A questão de não ter aluno é algo recente para nós, porque 10 ou 20 anos atrás não tínhamos esse problema e não imaginávamos que teríamos. Tínhamos alunos de sobra. Então, sem fazer muita força, podíamos escolher só os melhores. Agora, no entanto, a coisa se inverteu. Temos em alguns cursos mais vagas ofertadas do que candidatos.

Eu não sou a pessoa ideal para falar sobre esse assunto, não tenho dados. Mas a dificuldade de recrutamento de alunos é algo global. Existe uma disputa por alunos e pelos melhores alunos. O objetivo no Brasil ou fora, quer seja em instituições públicas ou privadas, é escolher os melhores alunos, e as instituições têm que ter diferenciais para este recrutamento.

Por que eu vou colocar meu filho na UTFPR e não colocar na UFPR, na USP [Universidade de São Paulo] ou sei lá onde? Por que eu quero que meu filho estude no Campus Medianeira da UTFPR? Qual é o atrativo? Para ser atrativa, vamos vincular o nome dessa instituição à empregabilidade, à inovação ou à internacionalização? Qual é o diferencial? Para a instituição vai? O problema não vai se resolver sozinho.

Na Europa, nos Estados Unidos, há um sistema diferente do nosso, privado, mas a luta pelo aluno e pelos melhores alunos existe aqui e lá. Eu não sei os passos que nossa instituição está dando para ser atrativa, mas o problema é real, atual e, se nada for feito, o problema poderá se intensificar. Por que o aluno escolherá um dos campi da UTFPR?

A situação vai piorar, há muita oferta de vagas e a densidade demográfica está diminuindo nas faixas etárias que majoritariamente vão para a universidade. A tendência de vagas ociosas é crescente. E tem a evasão. Muitos alunos se evadem ao longo do curso. São vagas perdidas.

Os franceses têm uma matriz interessante. Eles colocam uma matriz de led correspondente a 40 alunos. Quando apaga uma “luzinha”, um aluno desistiu.

Ocorrendo a desistência, eles ofertam imediatamente a vaga para transferência, porque é recurso público que está sendo desperdiçado. Eu diria mais uma coisa, há que se atrair o aluno certo. A universidade deve atuar para o sucesso do aluno em seu curso e depois para reter na região. Se ele se desenvolve em Medianeira, não há porque encaminhá-lo para outra região, estado ou país.

O que é a retenção desse aluno? Trata-se de algo que a instituição, até onde eu sei, discute muito pouco. Mas, é fundamental que esse aluno seja retido na região, porque ele permanecendo certamente contribuirá com a região. Um mecanismo importante de retenção na região são as incubadoras e os parques tecnológicos. O projeto tem que ter começo, meio e fim.

E por onde começa? Pela atratividade. Há que se discutir muito claramente como é que essa instituição vai atrair e qual é seu diferencial pra atrair. Eu concluí engenharia na UTFPR no início da década de 1980. Ressalto que meus dois filhos fizeram engenharia também na UTFPR, em Curitiba. Em Curitiba é fácil. Mas como trazer alunos para Cornélio Procópio, por exemplo? Cornélio Procópio ser uma cidade linda e ter a imagem de Cristo não basta para atrair alunos. Em Medianeira há uma empresa de grande porte, mas esse fato por si só não é suficiente para atrair alunos.

E Ponta Grossa o que tem? Um campus maravilhoso que era um seminário, um grande parque industrial... Essa é uma discussão atual e que não existia uma década atrás. A situação é gravíssima! Eu não sei exatamente o que a instituição está fazendo, mas os dados existem e podem ser localizados nos relatórios de gestão.

Temos diferenciais enormes e ainda somos a única universidade tecnológica do país. Reafirmo, não copie a universidade brasileira, por mais arrogante que isso seja e apesar de existirem bons modelos, nós temos uma história belíssima. Essa instituição é a instituição federal mais antiga do sul do Brasil. Nenhuma universidade situada na região sul do Brasil foi federalizada antes que a UTFPR.

A federalização da UFPR é de 1950, e desde esse ano é uma instituição pública; a federalização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também é de 1950. Nós não nascemos universidade, mas não há problema, pois também não queríamos ser universidade para ser universidade.

Nós nos transformamos em universidade porque com esse status nós temos autonomia, o governo não consegue fazer, o que faziam conosco como CEFET. Perceba isso! Por isso é que o projeto da universidade foi extremamente importante.

Mas, retomando o assunto, a questão da atratividade. É essencial. Por que eu vou colocar meu filho nessa instituição? Se a UTFPR não for atrativa vai haver muita dificuldade. Basta ser gratuita? As universidades na Europa pleiteiam aluno, lutam para angariar alunos. O procedimento é salutar.

Se a instituição não tiver boa fama vai ficar sem aluno ou vai acolher os piores. O processo de seleção pode ser qualquer um, vestibular, SISU ou outro, voltado para alunos da escola pública, da privada ou de ambas, mas é preciso, com o processo, escolher alunos melhores. Se vagas não são preenchidas, a situação torna-se de extrema gravidade. A atratividade é fundamental.

Entrevistador. Sobre a interiorização e a expansão da UTFPR, o senhor acredita que sem o Reuni o processo poderia ter continuidade?

Entrevistado. Seria. Vou explicar a você o porquê. Olhe, que curioso. Sua pergunta engloba um contexto histórico e temporal. Temporalmente, a resposta à sua pergunta é séria. Mas, não seria da mesma dimensão. Vamos corrigir: por que seria? Olhe bem.

A primeira coisa que é a interiorização foi vital a para instituição. Nós somos a universidade mais paranaense que existe. Porque nós estamos em todo o estado do Paraná. A UFPR, nossa querida Federal do Paraná, da qual tenho maior orgulho, pelo que representa e por ser essencialmente Curitiba.

A querida Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) é essencialmente de Ponta Grossa e a Universidade Estadual de Londrina (UEL) é essencialmente de Londrina. Então, a interiorização foi um passo acertadíssimo.

Existe um exercício chamado connecting dots, que consiste em ir conectando os passos da história que fizeram você ser, por exemplo, esse ser maravilhoso que você é hoje, pelas decisões anteriores que te trouxeram até aqui. Você vai ver quais foram as decisões que você tomou, para no fim chegar até hoje.

Então uma instituição tem vários connecting dots e um deles foi a interiorização. Essa interiorização começa lá em Medianeira, por exemplo, embora o Reuni não tenha nada a ver com Medianeira, com Pato Branco, com Cornélio Procópio, com Ponta Grossa, com Dois Vizinhos, com Campo Mourão que veio em seguida de Dois Vizinhos que foi agregado.

Nota-se que Londrina, Apucarana e Toledo começam antes do lançamento do edital do Reuni. E Francisco Beltrão já estava sendo construído quando foi inaugurado em fevereiro de 2008, no ano em que foi assinado o Reuni.

O que aconteceu foi que existem as duas novas expansões, que são Guarapuava e Santa Helena. Então, todas essas expansões vieram no contexto da Setec. O MEC, entre outras secretarias, tem duas grandes, especiais para as instituições, que são: a Setec, que abrange os institutos federais (IFs), e a Sesu – que abrange as universidades.

Essas expansões nossas vieram em Londrina, em Apucarana, em Toledo e em Francisco Beltrão. Essas quatro expansões usufruíram de grande sorte, pois vieram pela Setec e o Reuni é da Sesu. Com o que acabaram de implantar os campi com recursos financeiros advindos de uma secretaria que dava o quadro de professores de primeiro e de segundo graus.

Desse quadro eu também fiz parte. Logo em seguida vem o Reuni e fortalece e potencializa essa expansão. Então, o que aconteceria se não tivesse o Reuni? Nós chegaríamos pelo menos até Francisco Beltrão e, com certeza absoluta, não seríamos do tamanho atual e esses campi não teriam o tamanho que tem, com certeza absoluta também.

Mas, nós seríamos 11 campi até aquela data com certeza. Porque essa expansão foi decidida antes da vinda do Reuni.

Entrevistador. O senhor considera que as metas estipuladas pelo Reuni eram alcançáveis?

Entrevistado. Muito difíceis, mas saborosas, especiais e ousadas. O assunto foi discutido na adesão. Sabíamos que algumas metas eram metas muito difíceis de serem atingidas, mas eu gosto de ter metas difíceis e ousadas, que permitam colocar a régua lá em cima.

O Reuni no começo teve muitos problemas dentro das universidades. Havia o entendimento, por parte das comunidades das universidades, que a autonomia universitária estava sendo ferida com a vinculação das metas com o recurso financeiro. Houve muita gritaria interna. E o governo, em minha opinião, fez o correto, porque há que se vincular ao recurso financeiro às metas. Eram metas ousadas sim, mas que serviram para a reflexão e a percepção de que se precisava para ter mecanismos internos para tornar a instituição mais eficiente. Então, o Reuni fala de eficiência.

Eu não sei dizer o que aconteceu no final das contas, acho que o Cantarelli consegue explicar melhor. Mas eu gostei muito quando surgiu a discussão sobre vagas ociosas, relação professor-aluno e permanência.

Na época a UFPR, através de seu Reitor [Carlos Augusto] Moreira [Júnior], lançou um programa de reaproveitamento de vagas muito interessante, o Provar [Programa de Ocupação de Vagas Remanescentes].

Sei que tinha a ver com luzinhas em um painel que indicava as vagas preenchidas e, caso alguma luzinha apagasse, a instituição procurava imediatamente alguém que reunisse condições de preencher aquela vaga.

O programa permanece ativo. O programa é um exemplo de eficiência na gestão dos recursos públicos que trouxe à tona e deu visibilidade para um problema real da universidade.

O Reuni fez o mesmo. Cada aluno, cada vaga é um quantitativo de recurso público aplicado, que, na teoria, deveria estar sendo aproveitado por alguém da comunidade.

Entrevistador. **Desses diferenciais que o senhor comenta na construção, nós temos que procurá-los, buscar esses gaps, para que a gente possa mitigar esse processo?**

Entrevistado. Tem de haver uma estrutura muito arranjada para manter o aluno matriculado, porque você pode não acreditar, mas o aluno é importante para universidade. É isso que nos mantém. Certamente, teria que haver um acompanhamento do aluno em todos os sentidos, desde a atratividade, as dificuldades, a permanência e a orientação, para mantê-lo matriculado e evitar a evasão.

O aluno é importante para o Brasil, para o Estado, para o Município e para a sociedade. Não é uma luzinha que se apaga e não é ruim apenas para a instituição. A evasão representa um projeto, um sonho que vai embora, e o alcance disso é muito grande. Posso dizer que também não consegui fazer isso. Embora, naquela época nós tivéssemos muito menos alunos. Agora a situação está ficando, felizmente, dramática.

Digo felizmente, porque gosto de situação dramática, e situações assim deixam você mais estimulado a tentar resolver o problema. Sabendo acompanhar, o aluno não virá e não se evadirá. Então tem que ser algo efetivo.

Na Universidade de Tecnologia de Compiègne, na França, uma grande parceira nossa e onde tive o privilégio de ir várias vezes, eles têm um sistema muito eficiente de acompanhamento do aluno.

Para poder levar e conduzir o aluno, porque a universidade não é só sala de aula, há que se tentar conduzir considerando a vida universitária e um projeto integral. Talvez uns 20% ou 30% precisem de um acompanhamento melhor, para haver a permanência e esse aluno sair lá na frente.

Reter o aluno no Campus Medianeira é ótimo. Mais ainda se o aluno puder produzir para a cidade, para a região. Então esse campus estará vinculado ao desenvolvimento local e regional. Esse é o projeto integral. Essa é a floresta. Mas o fato é o seguinte: temos uma instituição pública e o aluno está matriculado nela pelo fato de ser humano.

A atratividade, e eu sei que isso não me pertence mais, precisa de um diferencial. O diferencial não só precisa ser resgatado, como também tem que ser reinventado, e já

está na hora. Esse projeto de UTFPR se findou, acabou. Ele durou 20 anos, como o projeto anterior, o projeto do CEFET.

Qual é o próximo degrau? Qual é o próximo sonho? Há que se inserir essa universidade num contexto global.

Não quero ser a melhor do Paraná, mas ser uma das melhores do mundo. É assim que se faz. O que fazem os melhores do mundo? Por que matricular-me nessa universidade se posso ir para a Alemanha ou para os Estados Unidos, e entender o que fazem lá.

Eu não estou falando que lá só existe coisa boa, mas que existem boas referências. Conhecemos a história daqui e sabemos como virar e ter essa atratividade para ser uma das melhores do mundo, o que pode acontecer daqui a 20 anos.

Agora, se ninguém souber para onde vai, no jargão popular qualquer lugar serve, cada um vai onde quiser. Temos uma joia nas mãos. Eu conhecia uma pessoa que dizia: Vocês têm um boeing na mão, mas, o problema é que vocês não sabem dirigir”.

A máquina é absurda, o tamanho da UTFPR, a competência. Uma instituição com mais ou menos 3 mil professores, dos quais mais ou menos 90% tem doutorado. Imagina essa instituição orientada com áreas e eixos.

O poder torna-se absurdo. Então, essa vinculação forte com o mercado e com a realidade, pode ser desdobrada para melhorar as condições de vida do entorno e agregar valores desde o mais simples.

A instituição tem que transpor os muros e tem que aparecer na sociedade. Acho que dá para equilibrar essas coisas. Dá para fazer. A instituição é importante e possui uma história interessante.

Basta olhar de cima, o todo, e ver para onde vai a instituição, e aí fazer um projeto para 20 anos. E dá para fazer isso, porque ela tem estrutura, tem gente boa e bem formada, tem história e tradição. Temos na mão um privilégio, pois estamos com um boeing enorme. Precisamos saber pilotá-lo.

Entrevistador. Como foram divididos os recursos financeiros para cada campus?

Entrevistado. Lembro-me de que foi composta uma comissão na qual a costura final foi feita pelo Cantarelli e pelo Nacamura. Não foi fácil essa tarefa. Cada campus fez suas exigências, e essa é uma dificuldade interna, porque para participar cada campus faz a sua parte, separadamente, virando o projeto uma colcha de retalhos.

Há que se juntar e destrinçar os retalhos para se ter a colcha, para o projeto prosseguir sem polêmicas. Eu tive acesso ao projeto, li-o, antes de ir para o Couni.

Não sei exatamente qual foi o critério adotado, se foi pelo tamanho do campus, por exemplo, pelo quadro de pessoal, ou outro, mais ou menos variável, para se delimitar a porcentagem que caberia a cada campus para que se pudesse fechar o projeto de cada campus. O Cantarelli consegue responder isso, elucidando o sistema de distribuição dos recursos financeiros e apresentado dados mais detalhados do nosso Reuni, que foi muito robusto.

APÊNDICE B – Entrevista 2: Carlos Eduardo Cantarelli

Entrevistador. O senhor poderia nos passar sua percepção a respeito da criação e da implantação do Reuni?

Entrevistado. O Reuni surgiu em abril de 2007. Era um programa de expansão e de reestruturação das universidades públicas federais no país. O programa não foi instituído como uma política de estado, uma política que passaria para outros governos. Ele foi um programa sem compromisso de continuidade.

Um dos motivos desse programa não ser de estado, entendo, foi sua dimensão. Quando o Reuni foi lançado, eu era Pró-Reitor [de Graduação e Educação Profissional] e o Professor Éden [Januário Netto) era Reitor, cuja gestão estava em seu último ano de mandato.

No segundo semestre de 2007 seriam deflagradas as eleições. Em paralelo, havia uma reticência muito grande por parte de todas as universidades federais em aderir ao programa.

Havia uma data limite para adesão na primeira etapa do programa, que era 29 de outubro de 2007. Se não estou equivocado, na primeira data nenhuma instituição aderiu ao programa.

As comunidades universitárias tinham um receio muito grande do compromisso que teriam de ser assumidos perante a sociedade. A vinda de recursos financeiros e de pessoal era a moeda de troca que o projeto trazia. Havia à possibilidade de expansão com um quantitativo financeiro e um quantitativo de professores e de técnicos administrativos.

Esse benefício era muito valioso e raro, e com isso as universidades federais poderiam ampliar o número de vagas públicas ofertadas no Brasil, algo que não ocorria já há algum tempo, justamente pela falta desses recursos.

Quando chegou o mês de novembro, a maioria das universidades entraram no Reuni, e nós estávamos com nosso projeto, de cuja elaboração eu participei junto com um grupo de três pessoas, num final de semana, ainda sendo esboçado.

Fiz os rascunhos junto com o Professor Cion [Cassiano Basso], que também era da Pró-Reitoria [Pró-Reitor Adjunto], na época.

Elaboramos um cálculo muito simples, que não era definitivo, e previmos que era possível receber em torno de R\$ 160 milhões para nossa expansão. O montante viria na forma de um pacote de mais de mil servidores e mais dinheiro.

Nós tínhamos grandes dificuldades, na época, em função da recente transformação em universidade tecnológica. Em 2007, tínhamos apenas dois anos como universidade.

Com a transformação, a primeira de um CEFET em universidade, o CEFET-PR, maior CEFET do Brasil, com maior oferta de vagas e detentor dos principais indicadores acadêmicos, virou a menor universidade federal do país.

Em 2005, ofertávamos apenas oito cursos de graduação e cinco de pós-graduação, quatro cursos de mestrado e um curso de doutorado, e a grande maioria dos nossos professores era da carreira do magistério do EBTT, com pouquíssima titulação de doutorado e de mestrado. Constantemente avaliados, avaliação institucional, avaliação dos cursos, era fundamental para a UTFPR avançar nestes indicadores.

O Reuni representou uma possibilidade ímpar para receber um pacote significativo, e a instituição, que já era organizada em um sistema multicampi, tinha capacidade de receber este pacote. Na época da transformação, nós já tínhamos sete campi, sendo Dois Vizinhos o sétimo.

Antes do Reuni já haviam sido implantados campi em Londrina, Apucarana e Toledo. Apesar de ser uma possibilidade ímpar, estávamos em uma época de eleição com muitas dúvidas.

Depois de feito o rascunho da proposta de adesão, numa segunda-feira, nos reunimo com o Professor Éden e expusemos a dimensão que o projeto poderia alcançar, mudando efetivamente o perfil da nossa instituição.

O Professor Éden, que havia feito parte de seu doutorado fora do Brasil, conhecia profundamente as características de uma universidade, a UTFPR, o projeto de sua transformação e estava a par do assunto, acatou a proposta e deu sinal positivo para que a mesma fosse apresentada às Pró-Reitorias, a saber, à PROGRAD [Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional], à PROPPG [Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação] à PROPLAD [Pró-Reitoria de Planejamento e Administração] e a PROREC [Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias].

A data limite para apresentar o projeto era o dia 20 de dezembro de 2007. A UTFPR foi a última universidade a aderir ao programa. O projeto, do qual eu fui o relator, foi aprovado na reunião do Couni realizada no mesmo dia do prazo limite para a adesão.

O Ministro da Educação, Fernando Haddad, que tinha dúvidas sobre nossa adesão ao projeto, fez uma ligação telefônica ao Professor Éden parabenizando-o pela entrada da instituição no Reuni.

Mesmo com todos os problemas que pudessem advir de um crescimento tão grande, em minha opinião, o Reuni foi fundamental para que a universidade tivesse condições de fazer a sua expansão.

A UTFPR cresceu em número de cursos de bacharelado, principalmente nas engenharias, e de licenciatura, e também em cursos de mestrado e de doutorado, aumentando sua participação no ensino, na pesquisa e na extensão, de forma significativa, no plano federal das universidades.

É evidente que houve uma série de problemas e, obviamente, aconteceram muitas críticas. Mas não havia alternativas. Dentro do que o Reuni oferecia, planejamos a vinda de 28 professores para cada curso que pudesse ser aberto ou ampliasse o número de vagas e um quantitativo de técnicos administrativos.

O quantitativo de técnicos administrativos não foi o suficiente, fato que causou alguns problemas, principalmente na estruturação e na ampliação das bibliotecas, no aumento de vagas e na assistência estudantil, e também em uma série de outros setores que são necessários para uma universidade de grande porte.

O número proposto de 28 professores não se mostrou possível nos limites das normativas do Reuni, e cada curso pode receber 22 professores. Os professores eram quase todos doutores, fato que foi muito positivo. O número de 22 professores mostrou-se, como previmos, insuficiente para os cursos de engenharia, que são cursos pesados de 5 anos.

O Reuni era apenas para a graduação. O programa não considerava a criação de programas de mestrado e de doutorado. Era óbvio que se ia contratar um grande número de professores e de técnicos administrativos com mestrado ou doutorado e que, imediatamente, estes passariam a desenvolver pesquisa e criarem programas de mestrado e de doutorado.

Foi isso o que aconteceu. Nós crescemos enormemente em termos de graduações, mas também em programas de mestrado e de doutorado como também. Hoje, estamos entre as 10 maiores universidades federais do país, com pouco mais de 15 anos desde transformação.

No meu ponto de vista, o projeto foi muito positivo para a instituição, porque ele veio no momento em que a instituição precisava efetivamente desses valores e recursos humanos, a fim de expandir seus cursos de graduação, de pós-graduação, bem como de suas atividades de ensino, na pesquisa e na extensão.

Então, acredito que o Reuni permitiu que nós, em tão pouco tempo, atingíssemos indicadores significativos nas nossas avaliações não só de universidade, institucional, como também nas avaliações de cursos e de programas, e que transferíssemos uma formação mais qualificada para nossos alunos.

Esse é um resumo bem “caseiro” de como o projeto foi desenhado e em que cenário foi feito este desenho. Evidentemente que a implantação do Reuni não foi nada simples. Foi um projeto que começou para nós em 2009 e os recursos vieram ao longo dos anos, à medida que se implementavam os cursos pactuados e que a instituição ia recebendo os valores acordados.

Passamos a ter 13 bibliotecas de excelência na nossa instituição, cujo investimento, na época, não parecia viável. Quando se depara com um crescimento tão rápido, há que se preocupar com a assistência estudantil, com os problemas de evasão, cujo cenário é praticamente o mesmo em todas as universidades federais brasileiras.

Muito resumidamente é essa a história, a história de como o projeto se desenvolveu e, com passar do tempo, estacionou. Concordo com quem acha que se as universidades tivessem outros programas de investimento poderíamos ter um sistema das universidades federais maior. Hoje, são 69 universidades.

As universidades federais poderiam ter se expandido e aumentado o número de vagas públicas, altamente qualificadas, algo ainda muito necessário no Brasil.

É conhecida a qualidade que essas instituições públicas dão para a sociedade brasileira e para seus alunos. Se houvesse a continuidade com outros programas e a política tivesse sido preservada, as universidades não teriam os problemas que hoje estão retornando.

Entrevistador. Como as universidades federais tomaram conhecimento do Reuni?

Entrevistado. Na época, quando o Ministro Haddad era o secretário de ensino superior, ele apresentou esse projeto em reunião da Andifes, cuja reunião ordinária normalmente é feita mensalmente em Brasília.

Em uma dessas reuniões, o Ministro Haddad pediu para as instituições apresentarem o projeto, e deixou claro nessa reunião que o projeto seria feito apenas em cima de um decreto e não seria obrigatório.

A instituição poderia aderir ou não aderir ao projeto. A instituição apresentaria seu projeto em função das suas capacidades, e a proposta seria analisada. Pelo que eu percebi, pois estive nessa reunião, a ideia era que todas as universidades participassem do programa que tinha por finalidade reestruturar, mas, acima de tudo, a ampliar as vagas do sistema federal.

Entrevistador. E a questão da interiorização não foi aventada nesta reunião?

Entrevistado. Foi. Principalmente sugerida às universidades que já tinham campus no interior. A UTFPR, em 2003, já possuía sete campi. O sétimo campus foi Dois Vizinhos. Em 2005, estávamos com mais três projetos tramitando. Estes projetos foram aprovados em 2007, a saber, o do Campus Londrina, o do Campus Apucarana e o do Campus Toledo.

Entrevistador. Como a Reitoria administrou a divisão dos recursos que vieram para a instituição?

Isso quer dizer que já tínhamos um sistema praticamente em todas as regiões do Estado do Paraná. Esse sistema, no Paraná, era muito interessante para a ampliação de vagas fora da capital.

Entrevistado. Tínhamos os diretores gerais dos campi, aos quais caberia oferecer novas vagas e, principalmente, o curso básico [novo], para que ele pudesse entrar no projeto. Era um curso de graduação, e no nosso caso foi focado nas engenharias, porque fazia parte no projeto de lei que transformou a universidade em 2005.

O curso de engenharia é característica de uma universidade tecnológica. A instituição já possuía cursos de excelência, mas, em 2005, o projeto foi elaborado visando fortalecer as áreas científicas e tecnológicas.

A UTFPR na área de engenharia já tinha histórico, desde a década de 1970, com os cursos de engenharias em Curitiba, a saber, engenharia eletrônica, engenharia mecânica e engenharia eletrotécnica. Esse histórico influenciou o projeto e foi estabelecido um limite para cada campus fazer sua proposta.

Cada campus elaborou seu projeto, visando agregar o máximo possível. Reitoria analisou as propostas dos campi com conhecimento de causa, de suas necessidades, a quantidade de professores que era necessária, os recursos que seriam dispendidos. Coube à PROGRAD, em conjunto com os diretores de graduação dos campi, a elaboração dos projetos pedagógicos. A PROPLAD caberia a distribuição de recursos, em função da quota que era dada a cada curso, bem a incumbência de administrar toda a questão de reformas, construção de blocos para salas de aula e laboratórios e a aquisição de terrenos.

Houve época em que a negociação de terrenos era feita diretamente com os prefeitos dos municípios dos campi. Com as doações de terrenos, desde que houvesse condição, era promovida a construção de novos blocos. Até o Reuni as coisas aconteceram desta forma.

Alguns campi não precisaram desse mecanismo, pois já tinham uma área bastante grande, onde puderam executar seus projetos nos próprios campi. É o caso de Dois Vizinhos.

O Campus Curitiba era o que tinha a maior dificuldade de expansão, porque sua sede era no centro e já estava saturada em termos de ocupação, na época, com aproximadamente 10.000 alunos ocupando o espaço.

Mais tarde, a sede Ecoville possibilitou a expansão. Ocorreu a transferência de recursos físicos e deslocamento de pessoal para possibilitar a expansão e permitir a execução de projetos de cursos. Isto ocorreu antes do Reuni. Mesmo persistindo a

necessidade de mais espaços, as negociações para a doação de novas áreas não prosperaram em Curitiba.

Houve muitas outras questões para as quais a universidade precisou se preparar, pois precisava de espaço, dado que os novos cursos de doutorado e de mestrado passaram a exigir espaços próprios para laboratórios e salas de aula, ainda era preciso estruturar as bibliotecas e haviam outras situações, como novos setores, que demandavam espaço.

Se o processo não fosse muito bem estruturado poderia colocar em risco a qualidade. Acho que a instituição, com a dedicação dos diretores gerais e de área, conduziu bem o processo.

Tive a oportunidade de participar de várias inaugurações, em todos os campi, durante as quais pude ver as bibliotecas, os espaços para os alunos, os restaurantes universitários e os laboratórios. Percebi que tudo foi bem aproveitado, dentro das possibilidades do programa, em todos os campi da universidade.

Entrevistador. O senhor avalia que o tempo estipulado pelo MEC para o envio do projeto de adesão da universidade ao Reuni foi suficiente?

Entrevistado. Se tivéssemos um pouco mais de prazo, com certeza, seria possível pensar e refletir um pouco mais. Cito, como exemplo, o fato de termos discutido pouco o quantitativo de técnicos administrativos. Era possível pedir mais, abrindo mão de professores.

Sabemos que a defasagem de técnicos administrativos é muito grande e causa problemas para a universidade. Precisávamos de técnicos administrativos qualificados com formações específicas ou com outro tipo de formação que não tínhamos. Se dispuséssemos de mais tempo para analisar todo o todo, talvez a expansão não tivesse sido tão grande para poder absorver mais técnicos administrativos e recursos financeiros.

Também não discutimos com intensidade e profundidade de tempo a questão de receber o curso de engenharia com pouco mais de 20 doutores que “deveriam” ficar em sala de aula, sem se dedicar à pesquisa, sem abrir seu programa de mestrado, de

doutorado. É obvio que um professor, mesmo vindo para a graduação, quer atuar na pós-graduação, e isso é bom para a instituição, mas muda o cálculo da carga horária do docente.

O professor que atua na pós-graduação, na pesquisa, na extensão, tem um volume de trabalho significativo, acaba reduzindo sua atuação na graduação. Com mais tempo, talvez, tivéssemos crescido um pouco menos. No meu ponto de vista, o crescimento foi muito grande e importante, mas poderia ter sido um pouco menor.

Ampliamos muito a oferta de vagas. Passamos de aproximadamente 10.000 para 30.000 alunos em curtíssimo espaço de tempo. Em dois anos de transformação deixamos de ser a menor universidade federal do Brasil, com o menor número de cursos de graduação e pós-graduação, com os menores índices de pesquisa, para se tornar uma das dez maiores.

O crescimento impactou, também, nas avaliações futuras. A partir do momento em que se torna universidade, a instituição é avaliada, os cursos são avaliados, em termos de ensino, pesquisa e extensão. Acredito que havia a vontade de crescer e espaço para crescer, principalmente nos campi do interior.

Entrevistador. Professor, o que dizer da não continuidade?

A expansão no Campus Curitiba também era possível. Mas, afirmo que, na média, foi um bom projeto para a instituição, mesmo com as dificuldades enfrentadas e problemas que surgiram e não foram solucionados. Excetuando um ou outro detalhe, o projeto ficou muito bom institucionalmente.

Entrevistado. A não continuidade é a questão. As universidades recebem seu orçamento por aluno equivalente. Aumentando o número de alunos, o que aconteceu na UTFPR, o orçamento naturalmente aumenta.

O aumento foi muito bom. Mas, quase todo orçamento das universidades é usado em salário de servidores. Tem as despesas para o funcionamento, água, luz... Tem a assistência estudantil.

O que sobra é investido em biblioteca, em laboratórios, em pesquisa, nos servidores... A demanda é muito maior que o orçamento. Deve-se pensar em um apoio maior para

que as universidades possam superar suas dificuldades e tenham condições de cumprir de uma forma ainda melhor seu papel.

A maioria dos nossos alunos, principalmente depois do Reuni, não era do Paraná, vinha de outros Estados. Alunos vêm de outros estados porque estudar numa universidade federal traz maior possibilidade de emprego, é um sonho de muita gente.

Entrevistador. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) conseguiu atingir seus objetivos?

Então o que acontece? Em janeiro, eles vêm de seus estados, e muitos precisam alugar residência, se alimentar, se deslocar e ter uma série de outros encargos. Cabe, então, aos campi promover assistência estudantil eficiente para que seja evitada a evasão desses alunos.

Entrevistado. A demanda das universidades por ampliação do PNAES é legítima. Esta demanda tem que ser levada para o MEC com todos os seus pontos elucidados, com apoio da Andifes.

Esse programa, que eu considero consolidado, em razão de sua implantação tem que ser executado, mesmo com todas as dificuldades. Para tal, é necessário a ampliação de recursos para fazer com que os ocupantes dessas vagas se tornem graduados, mestres ou doutores, impedindo que as dificuldades financeiras inviabilizem o curso.

Talvez o projeto traga em seu bojo o grande problema no que concerne à expansão e à reestruturação da universidade.

Há que se proporcionar apoio permanente às universidades para que possam efetivamente manter sua qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão, além de um apoio estudantil eficiente para manter seus alunos carentes. Enfim, o apoio deve abranger todos os pontos.

A universidade é pública, e qualquer pessoa tem o direito de entrar nela e ficar. Colocamos para dentro da instituição mais de 20.000 alunos. Este crescimento tem um custo permanente, que deve ser olhado com seriedade, para que se possa fazer bem o emprego do dinheiro público. A evasão representa desperdício de dinheiro público.

Acho que nenhum reitor, nem o nosso reitor, se importam em colocar tudo aquilo que está sendo feito na universidade, em público, pois o investimento é público. No entanto, é importante que se mostre simultaneamente todas as necessidades da instituição. Em medida importante, a universidade está dando conta daquilo que a sociedade precisa.

Acho que no começo foi muito bem-vinda a ampliação de vagas. Mas os alunos vinham e se deparavam com uma série de dificuldades, principalmente de manutenção. Muitas vezes, as famílias desses alunos não possuíam estrutura para poder dar esse suporte. O aluno até se bancava durante algum tempo. Com dificuldades crescentes, decidia trancar a matrícula.

Com o trancamento surgia a dúvida quanto a continuar ou não seu curso. Com o trancamento, o aluno voltava para sua cidade, seu estado, porque permanecer cinco anos sem reprovação [condição para a manutenção do auxílio estudantil], principalmente nas engenharias, despenderia enorme estrutura pessoal.

Entrevistador. Professor, com relação à expansão para essas cidades pequenas do interior do Estado, o senhor acha que ela seria possível sem a política do Reuni?

Curitiba, por ser a capital do Estado, possui custo de vida altíssimo, e para o aluno se manter é relativamente difícil. Então, muitos desses alunos provavelmente começaram a conciliar o seu estudo com trabalho, para poder se manter, e aí começa aquela bola de neve. Sem conseguir levar o trabalho juntamente com o estudo, acaba acontecendo a evasão. Mas isso não é prerrogativa da UTFPR, acontece em todo o país.

Entrevistado. O assunto é mais complicado. O último campus da UTFPR implantado foi o de Santa Helena, que é um município que possui aproximadamente 25 mil habitantes, e isso aconteceu quando eu era Reitor.

Então, embora seja o menor campus que nós temos, quando nós recebemos a proposta de sua implantação, a prefeitura de Santa Helena nos doou um terreno importantíssimo que possibilitava a expansão ideal.

Entrevistador. A doação foi feita pela prefeitura local?

Entrevistado. Em razão da existência da usina de Itaipu, a prefeitura pertence a uma região riquíssima, fato que facilitou a doação. Na época, o vice-governador Flávio Arns nos proporcionou toda a estrutura já montada, pois não tínhamos possibilidade de investir.

Era um terreno constituído em uma área agrícola enorme, que facilitou a implantação de cursos demandados pela região, numa cidade que tinha poder financeiro muito maior que muitas cidades onde já tínhamos campus.

A ideia era instalar o campus de uma forma simples. Havia, no entanto, a necessidade de servidores e estrutura para os cursos a serem implantados. Certamente existem cidades que tem o direito de pleitear uma universidade pública, com suas prefeituras dispostas a doarem as condições mínimas para sua instalação.

Mas era sabido que isto não era suficiente, mesmo tendo a aceitação da prefeitura e da sociedade local. A negociação com o governo federal é muito difícil e complicada.

O município de Santa Helena atendeu as demandas e conseguiu a negociação com o governo federal, e assim o campus foi instalado de maneira muito rápida. Outras cidades como, por exemplo, Londrina, com mais de 600 mil habitantes, comportam um campus ou uma universidade.

Mas, as algumas cidades onde estão instalados os campi possuem um número de habitantes que gira em torno de 80 a 100 mil.

Cornélio Procópio tem menos de 50 mil habitantes. No entanto, o mais o importante é o papel que a universidade desempenha na cidade e na região, independentemente do tamanho da cidade, desde que ela possua muitas empresas em seu entorno e que façam importantes parcerias, para a universidade poder proporcionar mão de obra qualificada.

Os campi, quando abriram seus cursos, fizeram estas parcerias, e somente em função do perfil que cada região possui é possível manter na região os graduados.

Uma coisa bastante complicada de receber, através do Reuni, alunos de fora do estado foi que estes, depois de formados, não permaneciam na região.

A saída deste profissional não é benéfica para o desenvolvimento da região e do Paraná. Essa era uma preocupação que se tinha. O setor produtivo e a sociedade, em geral, passariam a cobrar a permanência na região dos graduados pelo campus.

Os campi, mantidos pelo governo federal, também foram patrocinados pelos municípios, com a injeção de recursos, e a “exigência” da permanência dos egressos na região, para promover o desenvolvimento local, através da criação de empresas ou de atuação profissional nas empresas já existentes, era esperada.

A permanência do egresso acontece em muitas cidades. Ponta Grossa é uma cidade que tem um parque industrial muito grande, que absorve muitos engenheiros graduados pelo campus, fato que acontece em muitas capitais.

Entrevistador. Como ocorreu a distribuição dos recursos?

Nos primeiros anos depois da implantação de um campus perguntava-se o porquê de terem sido graduados centenas de pessoas e apenas alguns poucos terem permanecido na região que necessitava de pessoal qualificado.

Entrevistado. Quando os campi elaboraram os seus projetos de adesão conheciam o orçamento da UTFPR e a matriz para estabelecer o seu percentual que lhes pertenceria.

Excetuando-se o salário dos servidores, a instituição recebia um montante que fora estipulado no orçamento para sua manutenção, aprovado no ano anterior. Esse orçamento funciona para as universidades da mesma forma que a universidade funciona para os campi.

O valor do orçamento para todas as universidades federais é feito através de negociação entre o MEC e a Andifes. Na minha época, pelo fato de existirem 63 universidades, os Reitores através da Andifes pleiteavam suas ampliações de vagas em função de suas demandas nas Universidades.

O percentual carregado de acordo com o número de alunos equivalente e tipo de curso. Se for um curso de engenharia o aluno possui peso tal, se for um curso de bacharelado o peso é outro e assim por diante. Desta forma o orçamento composto.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a maior universidade federal do país, recebe um orçamento maior por ser de porte maior e assim por diante. Nós fomos os que saltaram de uma universidade que recebia um orçamento muito pequeno, pelo fato de possuímos somente oito cursos, para um orçamento que é um dos dez maiores.

Com certeza, todas as universidades, detentoras do orçamento, distribuem-no entre os campi para sua manutenção, observando às mesmas regras, ou similares, proporcionais ao tipo de curso, número de alunos e assim por diante. É suficiente? Provavelmente não. Nunca foi, porque as demandas das universidades são grandes, e o orçamento do MEC, pelo que tenho acompanhado, sofre cortes.

Um orçamento menor penaliza as universidades que, por sua vez, penalizam seus campi. Então, no fundo, o que falta é um investimento maior para o MEC gastar com a educação básica e com a educação superior, para poder atender as demandas reais que as universidades possuem. Este orçamento maior sempre foi o ponto crucial das discussões nas reuniões da Andifes, nos finais de ano, acerca do orçamento.

Entrevistador. Professor, qual sua percepção em relação a descontinuidade programa?

discussões nas reuniões da Andifes, nos finais de ano, acerca do orçamento.

Entrevistado. Eu coloco que o Reuni foi não só positivo, como também foi fundamental para que a universidade recém-transformada em uma universidade que proporcione o ensino, a pesquisa e a extensão.

Havia a certeza de que esse projeto faria diferença no futuro, que o perfil da instituição seria modificado. A UTFPR passaria a graduar muito mais, formaria também muitos mestres e doutores, e trabalharia com alunos de outro nível, que não era mais o aluno da época do técnico, tudo isto num curto espaço de tempo.

Como nós falávamos na época, problemas virão e o recurso é trabalhar com eles. Quando as universidades públicas não enfrentaram problemas?

Entrevistador. Muito obrigado, professor.

A instituição está tentando, sempre, junto à Andifes e ao MEC conseguir o melhor possível. Os problemas vão continuar existindo, não param nunca, por isso é fato salutar a alternância de gestão.

APÊNDICE C – Entrevista 3: Luiz Nacamura Junior

Entrevistador. A primeira pergunta é especificamente sobre a pós-graduação. Quais os problemas enfrentados pelo senhor com relação à evasão?

Entrevistado. Vamos colocar o assunto da seguinte maneira: o que acontece na pós-graduação? Na pós-graduação há uma especificidade que é a existência de aluno especial e aluno regular.

Dentre os alunos regulares existem os bolsistas. Quando a instituição possui bolsistas de pós-graduação, recebe uma cota institucional da CAPES, já determinada antecipadamente.

Quando aderimos ao Reuni, tínhamos seis programas de pós-graduação, com oito cursos, e o número de bolsas era muito pequeno em relação às outras universidades. Com o Reuni recebemos um recurso final correspondente a 50 bolsas.

Assim, a percepção que se teve foi de uma época muito boa em termos do sistema de pós-graduação, que também aumentou as cotas institucionais. A UTFPR não possui controle no que concerne às bolsas e esse controle nunca foi feito.

Quanto à evasão, considerando que em 2008 o Reuni começou a ser implantado: o que aconteceu? A instituição aumentou o número de alunos e aumentou o número de programas de pós-graduação, e pelo fato de ter aumentado o número de programas, conseqüentemente o número de alunos cresceu.

A evasão diminuiu. Por que a evasão? Porque com aumento do número de bolsistas, este aluno tem condições de cursar com dedicação exclusiva ao seu programa.

O que aconteceu também nesse período foi que a expansão da nossa pós-graduação no interior foi muito importante, pois, o aluno formado na instituição tinha condições de continuar em razão da bolsa.

Entrevistador. A segunda questão a ser colocada é se houve ações institucionais alinhadas ao Reuni para a pós-graduação.

Então a percepção que se tem é de que melhorou bastante. Se nos ativermos à taxa de conclusão dos cursos, perceberemos também que a evasão diminuiu.

Entrevistado. Houve sim, e o que aconteceu? Estou tentando ser didático. Algumas ações do Reuni, a saber, a contratação de professores. Outra ação bastante interessante era o fato de que o aluno que era bolsista do Reuni também tinha, como contrapartida, uma atividade na graduação. Então era uma atividade constituída de até 12 horas. O bolsista não podia ficar em sala de aula, mas tinha que dar suporte, não necessariamente ao orientador, mas para o curso, cuja atividade era de cunho direto ou indireto na pós-graduação, e isso era decorrente da existência das bolsas.

Esse recurso era muito importante para universidade, sem contar com algumas bolsas de iniciação científica que ajudavam bastante na questão do apoio às atividades de pesquisa e de pós-graduação. Para a instituição esse fato ligado ao Reuni teve relação indireta.

Naquela época, nós tínhamos cerca 1.200 professores. Desses, aproximadamente 80% eram do ensino de primeiro e de segundo grau [carreira depois transformada em EBTT] e os demais eram da carreira do ensino superior.

Então, o que o Reuni possibilitou? Sem dúvida, possibilitou a contratação de professores e o surgimento de muitos programas de pós-graduação. Aconteceu que os professores contratados para atuar na graduação, pelo fato de terem formação de doutorado, passaram a exercer suas atividades na pós-graduação.

Entrevistador. Sem o Reuni tais programas não teriam sido criados?

Então, toda a expansão que a instituição obteve naquela época, com o aumento de seis para 40 programas foi consequência dessa contratação de novos professores.

Entrevistado. Não. Não haveria condições para isso. A instituição não tinha nenhuma ferramenta para fazer. No entanto, tinha todo um conhecimento. Eu passei quase 25 anos na pós-graduação, fato que me proporcionou uma percepção privilegiada.

Para ser implantado um programa de pós-graduação necessita-se ter um corpo docente com produção, que se alinhe aos regulamentos, e se submeta uma proposta. Determinadas áreas exigem que produção daquele grupo se encontre dentro da faixa de três a cinco anos anteriores a submissão.

Então a instituição fazia um estudo detalhado para definir qual era o momento ideal para mandar a proposta visando ser bem sucedida. Assim, se não houvesse o Reuni, a instituição ficaria de mãos atadas. Nós não estaríamos contratando docentes, mas apenas substituindo-os e, com isso, normalmente, esses docentes passavam a ter o mesmo perfil do docente anterior, daí a dificuldade em abrir esses programas.

Quando da implantação do Reuni tínhamos um sistema de pós-graduação que já estava formando muita gente, tanto mestres como doutores, mas não havia uma política de contratação de docentes.

Quando a instituição abriu os concursos, muitos candidatos se inscreveram, principalmente no interior. Mas, como eles não tinham a possibilidade de participar de programa de pós-graduação imediatamente, muitos conseguiram se vincular aos seus programas de formação.

Entrevistador. Ocorreu muito isso?

No entanto, depois, uma parcela importante retornou para os grandes centros ou para o local onde tinham se vinculado na pós-graduação. Consequentemente, houve a evasão de professores recém-contratados. Na sequência a instituição abriu vários programas que tinham como objetivo uma política de fixação de docentes em todos os campi da universidade.

Entrevistado. Ocorreu sim. Você está se referido ao Campus Medianeira?

Entrevistador. Também ao Campus Medianeira?

Entrevistado. Então, eu me lembro muito bem quando nós abrimos o programa de pós-graduação no Campus Francisco Beltrão, em 2011. A abertura ocorreu para evitar que muitos professores que foram para lá, naquela época, voltassem e se submetessem a novo um concurso. Pretendia se evitar, dessa maneira, pedidos de transferência ou demissão de docentes. A grande maioria dos professores que voltou à origem era do Rio Grande do Sul, da área agrária especificamente. A instituição

ficou defasada de docentes e com as mãos atadas, nesse processo, para dar uma solução adequada a situação.

Voltando. Várias instituições possuíam recurso financeiro vindo do bolo, da quantidade total estabelecida de acordo com a divisão por instituição.

Dentro da prerrogativa da instituição, ela somente poderia contratar docentes com bolsa de mestrado e com bolsa de doutorado, bem como contratar técnicos administrativos. Então, a cada novo contrato de professor ou de técnico administrativo o recurso financeiro ia diminuindo.

Na sequência foi elaborada uma estrutura, bem como foi montado um modelo para a solução desse impasse. Dado que nossa universidade relativamente nova, obtivemos grande quantidade de recurso financeiro.

Fato que acabou nos privilegiando no que concernia à adequação do nosso corpo docente e na adequação da infraestrutura. Em razão da contratação de professores e de técnicos administrativos a instituição se expandiu.

Então, a instituição começou a acertar o sistema. Outras instituições que já tinham um perfil de doutorado, embasaram-se em nossa instituição. Não tínhamos curso de doutorado e nem bolsa de doutorado.

As outras instituições privilegiaram a questão da pós-graduação e, em substituição a contratação de pessoal com novas vagas de concurso, adotaram a política de bolsas de mestrado, bolsas de doutorado e de bolsas de iniciação científica.

E aconteceu que dois ou três anos se chegou a discutir um Reuni para a pós-graduação. Depois de serem realizadas várias reuniões, naquela época, a ideia de implantação do Reuni foi abandonada para a adoção de um programa formatado nos moldes do Reuni.

No entanto, a instituição não recebeu o recurso para que pudesse implantar esse tipo de pós-graduação. Esse modelo tinha um nome diferente, do qual não consigo qual não consigo lembrar. O modelo “encalhou” em Brasília, porque ele dependia do aval da Andifes, conforme informações que circularam.

Mesmo assim a instituição contratou vários docentes com o título de doutor, mas a infraestrutura da pós-graduação não foi contemplada.

Houve necessidade de serem adquiridos equipamentos, mas como os equipamentos da pós-graduação não são os mesmos da graduação, a solução foi adequar alguns deles. A questão da necessidade foi ajustada. Por exemplo, um equipamento osciloscópio deve possuir melhor precisão para que possa ser usado na pós-graduação.

Então, a instituição, ao invés de fazer a aquisição do equipamento menos preciso e mais barato, optou pelo equipamento demandado pela pós-graduação que poderia ser usado pela graduação.

Vários equipamentos cromatógrafos e espectrômetros, entre outros, tiveram que ser ajustados para ambos os níveis de estudo. Quando houve a readequação dos espaços, foram reservados espaços para os alunos, sempre pensando na ampliação da pós-graduação.

Os estudos foram readequados no sentido de prever implantação para pós-graduação e, no caso específico do Campus Cornélio Procópio, que eu conheço bem, toda construção daquele prédio foi feita, no mesmo local em que se encontra, no entanto, não sei se ainda continuam aqueles laboratórios de pesquisa, que foram utilizados por algumas empresas incubadoras. Essa estruturação foi proporcionada pela adesão ao Reuni.

Com certeza foi um belo plano e pode-se afirmar que foi um caso de estudo de sucesso.

Entrevistador. Foi um bom programa para a universidade?

Na verdade, ou a instituição contratava pessoal ou tinha que aplicar os recursos em investimento. Com certeza foi um belo plano e pode-se afirmar que foi um caso de estudo de sucesso.

Entrevistado. Sem dúvida, foi, pois trouxe infraestrutura, trouxe professores, trouxe soluções para as necessidades da época. Na época a instituição se encontrava num sistema complicado e de repente apareceu uma luz.

Houve a expansão de todo o ensino superior, tanto é que nós saímos de quatro a cinco campi e fomos para treze. Mas, o principal que tenho que relatar mesmo foi essa possibilidade de contratação de pessoal. Foi o principal.

E olhando para trás, as contratações possibilitaram a abertura de novos cursos. Os programas estavam concentrados em três campus: Curitiba, Pato Branco e Ponta Grossa. Hoje temos programas em todos os campi da UTFPR. Eu ingressei na universidade em 1994, naquela época não existia expansão, mas sim a manutenção e até mesmo redução de quadros de servidores. A instituição contratava novos professores, e quando eles se aposentavam havia defasagem no quadro docente. Não havia meio de substituí-los.

Então o Reuni veio solucionar esse grave problema e se não houvesse a adesão a ele, pode ser que a instituição estivesse contando 60% ou 70% dos professores no nosso quadro docente atual.

A história do Reuni pode ser resumida dessa maneira, o governo propõe alguma coisa e sempre existe a resistência por parte da comunidade, e com o Reuni foi assim.

Mas o que foi diferente? Foi o fato de ou a instituição adere ao Reuni ou não usufruiu de recursos financeiros necessários, pois vai ficar apenas com o básico, chamado de padrão. Historicamente eu acredito que as reuniões do Counci de 20 de dezembro de 2007, que aprovaram, no limite concedido pelo MEC, a adesão ao Reuni, foi, no meu entender, o **dia D** do progresso da instituição.

Ainda bem que a adesão foi no limite do prazo, se fosse perdido mais tempo em discussões, desviando o assunto para aquela questão de privatização da universidade, esse benefício não acudiria a instituição.

Se forem recuperadas as apresentações do Professor Éden [Januário Netto], Reitor daquela época, é possível verificar que havia a preocupação com os indicadores que a instituição teria que atingir, com o número de vagas... Entre os indicadores a serem atingidos, a contensão da evasão [com a taxa de sucesso de 90%]. Acontecia que o aluno ingressava no curso e logo abandonava, caracterizando-se a evasão.

Por isso, a ação da instituição devia ser muito eficiente e decisiva no sentido de criar um mecanismo de acompanhamento dos alunos de graduação, para evitar a evasão. A assistência estudantil, para que seja eficaz, deverá ser muito cuidadosa desde o ingresso dos alunos nas vagas dos cursos, mas não somente no início, e sim durante

todo o tempo em que estiver matriculado. Sabe-se como é a política, principalmente aquela de 15 anos atrás.

Não existia uma política que passasse de um governo para outro, uma política de Estado. Então, se chegar hoje em uma universidade e perguntar qual a taxa de evasão com relação ao Reuni, ninguém a possui, porque, embora esse assunto fosse um dos objetivos do Reuni, do qual as universidades se comprometeram a cuidar, era quase certeza de que cairia no esquecimento, como aconteceu.

Entrevistador. Então, pode-se afirmar que o pactuado no Reuni não foi efetivamente cumprido pelas instituições?

Entrevistado. O que aconteceu foi que num determinado momento não se deu mais importância a isso, pela obtenção de outros indicadores.

A pós-graduação está relacionada a isso, destacando que a instituição saltou de um número de seis para 40 programas. Na adesão ao Reuni, podia-se se imaginar a expansão, e que a mesma possibilitaria chegar em dez ou 12 cursos.

Foi impressionante o avanço que a instituição teve. Isso quer dizer que, se por um lado, o objetivo não foi atingido em um determinado ponto, com eficiência, em outro lado, superou em muito o proposto.

Entrevistador. Muito obrigado, professor. Agradeço sua atenção.

É preciso tomar todo cuidado com a questão, porque não se pode ater somente ao pontual. Parece que a instituição não cumpriu os objetivos a que se propôs atingir com a adesão ao Reuni, mas, o importante é observar todos os indicadores individualmente, para se saber se foram cumpridos ou não.

APÊNDICE D – Entrevista 4: Maurício Alves Mendes

Entrevistador. O senhor acha que as metas estipuladas pelo Reuni eram alcançáveis?

Entrevistado. Na prática, percebemos que o Reuni não foi uma política geral de governo sustentável, desde o planejamento até a execução das metas. Essas metas seriam executáveis se elas transcendessem as barreiras de períodos governamentais.

Faltou também acompanhamento e supervisão governamental dos resultados faltou alguma orientação para aquela instituição que não tinha a capacidade nem o próprio discernimento de organizar os seus projetos até a execução, o que não era o nosso caso.

Quando foi elaborado o projeto do Reuni da UTFPR, eu era assessor do Pró-Reitor. Na teoria ele era muito interessante.

Mas, na prática, como Pró-Reitor, vivi o período de execução do Reuni, participei de várias comissões de implementação das políticas. Era necessária a alteração também das culturas das instituições, até dos próprios professores em sala de aula, em suas metodologias.

O exemplo mais clássico de todos é a evasão. A evasão é algo que não se conseguiu resolver, e tão cedo não se vai conseguir. Na teoria, acho até que o projeto é executável, mas, assim como aconteceu muitas vezes no governo do PT, as ideias que considero “brilhantes” no que se refere à educação deixaram a desejar na sua execução, por falta de uma base de execução bem preparada.

Não sou nada partidário nem de A ou de B, nem da esquerda nem da direita, mas, como educador, eu vivi governos diferentes. Foram mais de 30 anos na gestão na UTFPR. Percebi que, pela primeira vez, houve grande preocupação com a educação superior e, indiretamente, com a educação básica.

Entrevistador. O senhor considera que seria interessante uma nova fase do Reuni ou outro programa similar, voltado para a educação superior, para que houvesse continuidade do programa?

Mas, acho que faltou, e esta foi uma falha de projeto e de política para a educação básica, para um governo que realmente teve ideias brilhantes, capacidade de execução.

Entrevistado. Acredito que sim. Pensando na educação do Brasil como um todo, podemos pensar, egoisticamente, só na universidade, ou em bom sentido, na educação como um todo.

O Brasil mostra que as políticas de educação adotadas até hoje foram invertidas, começando pelo ensino superior e esquecendo do ensino básico. O ensino básico de longo prazo precisa urgentemente de uma política sustentável.

No ensino superior, para aproveitar o que foi feito, como a infraestrutura instalada e as vagas criadas pela adesão ao Reuni, é necessário um Reuni 2, que não fosse tão estrutural, mas de capacitação, e este se preocupasse, por exemplo, com a evasão.

O grande problema da evasão dos discentes de cálculo ou de algumas disciplinas dos primeiros períodos é a capacitação dos professores.

A forma com que os professores nivelam os alunos e lidam com o desnivelamento que existe entre os alunos da educação básica, dos quais, teoricamente, 50% vêm da escola pública e 50% da escola privada, faz uma diferença muito grande, e o assunto deve ser bem administrado.

Um grande projeto nesse sentido, ainda, poderia resgatar parte da proposta do Reuni original, porque a parte instalada, de ampliação de vagas para estudantes, do número de servidores em geral e da ampliação de espaço físico, já foi feita.

No caso da UTFPR, brilhantemente, a adesão ao Reuni proporcionou uma das melhores instalações do Brasil. Existem até relatórios do TCU nesse sentido.

Agora, para a efetividade disso, faltou realmente a continuidade. Nesse sentido, deveria existir um projeto, mas um projeto mais humanware do que hardware, como foi o Reuni. Seria o aproveitamento do que foi feito, com um foco diferente.

Entrevistador. Houve medidas efetivas, ao longo do Reuni, para diminuir a evasão ou o foco foi na infraestrutura?

Entrevistado. Algumas comissões trataram do assunto. No entanto, na prática, conseguiu-se avançar muito pouco. O assunto envolve muito a capacitação e a mudança de mentalidade.

Eu vou fazer um gancho, uma comparação entre o que a universidade privada faz em relação ao que faz a universidade pública. Eu faço algumas avaliações para o MEC, principalmente em cursos de engenharia de universidades privadas, mas já fiz algumas avaliações de universidades públicas.

Parece-me que as universidades privadas sabem administrar um pouco melhor esse assunto do que nós na pública. O perfil do estudante que ingressa na instituição privada é o de alguém que trabalha durante o dia e estuda depois de noite, por incrível que pareça, de alguém paga seus estudos, mesmo sendo quem mais precisa da universidade pública.

Este estudante depende da universidade privada. Nas avaliações que fiz, eu percebi existir em instituições privadas a previsão de nivelamento e uma pedagogia própria dos primeiros semestres.

No ensino privado há outros interesses, como a manutenção do estudante na universidade, mas, mesmo assim, a evasão é muito grande. A preocupação com a evasão no aspecto pedagógico, como já coloquei, existe. Por exemplo, na área na engenharia, as disciplinas de cálculos do primeiro semestre são só de nivelamento.

Na UTFPR ingressa-se na disciplina de cálculo abruptamente, e não se quer saber se o estudante tem nível para cursar a mesma. Há, ainda, professores que repudiam a possibilidade de você “baixar” o nível na conversa.

Os professores se comportam como se estivessem ministrando forçosamente aulas na graduação, dizendo: “é assim que ministro minhas aulas, sou assim e não me preocupo em dar aula na graduação, pois pertenço ao quadro da pós-graduação”.

Na UTF eu vi muito bem este tipo de pensamento, essa resistência dos professores dos primeiros períodos em trabalhar com o desnivelamento, vários até se manifestam contra o sistema de cotas e contra o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), pois consideram que o concurso vestibular funciona melhor.

E no setor público há a questão politização, apresentado uma dificuldade adicional para qualquer ação proposta. No ensino privado é muito mais fácil de fazer isso.

Essa é a política institucional, e jargão “cumpra-se” apropriado. Quando se fala vamos mudar os currículos, vamos fazer nivelamento... a coisa acontece de alguma forma. Eu não digo com toda a eficiência que se espera, mas é diferente na iniciativa privada.

Dentre as comissões que foram formadas, nós tivemos, por exemplo, uma comissão que tinha o Professor Gilberto Souto, que estava vinculado ao Campus Pato Branco. Ele era o responsável, durante a execução do Reuni, pela comissão de evasão.

A encomenda que eu fiz para ele, na época, foi: “Precisamos de ajustes grossos, médios e finos, dê-me as medidas grossas”, para que possamos fazer surgir ideias brilhantes na prática.

Por exemplo, o Campus Pato Banco conseguiu uma tutoria de estudantes nas disciplinas em que havia maior evasão, e esse procedimento foi bem efetivo. Isso se constituiu em uma medida perfeita, uma medida que possibilita o aprendizado dos alunos com seus pares, na mesma linguagem, e o nivelamento acontece de forma melhor.

Enfim, algumas iniciativas aconteceram, pedagogicamente falando, mas nada que tivesse alterado de forma considerável os números da evasão.

A discrepância entre os alunos oriundos da escola pública e da escola privada, que vem nas cotas, é muito grande. A falta de análise da evasão, de alguma forma, sem falar mal dos nossos professores, é uma questão de preparo mesmo, ou melhor, de falta de empatia com esses estudantes.

Então, a questão da evasão é bem pedagógica. É lógico que houve a iniciativa do PNAES, e acredito que este foi um ponto fraco do governo anterior que julgou que com as bolsas a evasão ia acabar. O problema principal dos alunos, na minha opinião, não é a questão financeira, que realmente é grave, no país é grave, mas a desistência da sua preciosa vaga acontece, primeiro, porque ele não consegue assimilar a importância do curso em que se matriculou.

Não existe uma orientação vocacional prévia. O curso acaba sendo completamente diferente do que o ingressante imaginava ser, e, pior, muitas vezes, o aluno descobre que não tinha preparo adequado para ingressar no curso escolhido pois, desculpe-me o termo, não tinha a “pegada do ensino superior”.

Ele sofre um tremendo impacto e ninguém o ajuda. E têm mais coisas. A principal política do governo contra evasão, no Reuni, foi financeira, e não de capacitação ou de reformas curriculares.

Entrevistador. Professor, não sei se o senhor concorda comigo, mas outro fator preponderante é que existe uma resistência, comparando-se as instituições públicas e as privadas, com a oferta de cursos no período noturno para atender o perfil do aluno trabalhador com vistas à redução da evasão.

Com certeza, para muitos de nossos alunos isso é foi essencial, ninguém consegue estudar de barriga vazia. No entanto, não era essa a questão, pois eles precisavam mesmo era de um apoio psicopedagógico muito maior, que, confesso, na UTF, ainda, não tivemos até hoje essa capacidade.

Entrevistado. Para ser bem sincero, é uma questão de empatia e um pouco de perfil do professor. Com o passar do tempo, o perfil dos professores EBTT, que tínhamos antes da transformação em universidade tecnológica, de trabalhar no setor privado e ministrar aulas à noite, naturalmente mudou.

Eu fui aluno da UTF, e os meus professores eram da Copel, da Telepar, trabalhavam o dia inteiro e, à noite, davam aulas de engenharia. O perfil de nossos professores mudou. A sensação que tenho é de um certo elitismo.

Os professores querem que a universidade selecione apenas os melhores alunos, sem se importar com o preenchimento das 44 vagas propostas para a série. Cansei de ouvir isso nas audiências do PDI [Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022] nos diversos campi: “coloquem uma nota de corte”.

E as carteiras vazias? Não faz sentido. Depois que eu deixei a Pró-Reitoria, sem intenção de criticar ninguém, surgiu a política vigente, aprovada até no Counci, da proibição da oferta de cursos de engenharia à noite, excetuando-se casos especiais.

A intenção era abrir alguns cursos noturnos com seis anos de duração. Todo mundo foi contra, sob a alegação de que a engenharia ofertada nestas condições provocaria a redução da carga horária.

Nos cursos de engenharia ofertados na UTFPR, estamos com uma carga horária muito acima das 3.600 horas, previstas pelo Conselho Nacional de Educação para os cursos de engenharia. Assim, o nosso “status” de melhor instituição do país na área das engenharias, sustentado na ideia da maior carga horária nos cursos, cairia, por assim dizer, por terra. Essa foi outra mentalidade errada da nossa comunidade. No entanto, agora essa nova fase, o ponto de inflexão que está sendo determinado pela pandemia acontece principalmente com mudanças nas metodologias de ensino.

Espero que se reveja o ensino presencial a partir disso. É preciso que a carga horária dos cursos seja revista, seja mais enxuta; que os professores “incomodem” menos os alunos para que consigam se desenvolver as suas próprias custas, como o mundo inteiro faz.

Não existe a necessidade de ter tanta network e tantas aulas expositivas para os alunos, pois isso produz uma carga irracional dos nossos currículos. Algo que as instituições privadas sabem administrar bem, oferecendo os cursos de engenharia em muito menos tempo de duração. com uma carga horária muito menor.

Entrevistador. Houve uma construção de diretrizes no Reuni com relação a medidas efetivas ao combate da evasão. Foi esse o pensamento das instituições?

Os nossos currículos têm muita coisa desnecessária. Desde que a instituição tenha um nivelamento adequado e uma metodologia eficiente no começo do curso, pode-se naturalmente enxugar a carga horária, como a grande maioria das instituições privadas de ensino já fazem.

Entrevistado. Não. Houve o projeto, o comprometimento das instituições, que não foi cumprido.

E isto ocorreu porque não se conseguiu mudar a mentalidade geral da comunidade docente. Não existiu uma mudança efetiva da metodologia, por isso poucos avanços ocorreram no combate à evasão.

Por outro lado, com o viés do assistencialismo, o avanço da assistência social psicopedagógica em todos os campi depois da adesão ao Reuni foi muito grande. Pode-se falar de antes e depois do Reuni.

Não existiam os técnicos, não existiam os psicopedagogos, bem como não existia o acompanhamento que é feito hoje. Mas isso não foi suficiente para combater a evasão.

Entrevistador. O senhor acha que para acontecer isso faltou uma política institucional de recursos humanos fora do Reuni?

São várias as dimensões que têm de ser trabalhadas ao mesmo tempo. Essas dimensões são as que deveriam ser contempladas no Reuni dois.

Entrevistado. Eu diria que sim, mas não apenas. Faltam instrumentos de gestão.

Sem querer ser autoritário, em hipótese alguma, falo porque o setor público não tem instrumentos efetivos. Tudo que é proposto se volta contra o gestor, como sendo algo impositivo, algo politicamente incorreto... e que pode implicar na não escolha daquele gestor na próxima eleição.

E isso repercute de forma tácita, não explícita, em todas as universidades públicas. Uma diferença importante entre o setor público e privado é a forma escolha de gestores. No público ocorre através de eleição, no privado.

Julgo que o trabalho da equipe do Professor Pilatti, versando sobre as métricas, ficou muito bom. Mas as métricas, observando-se bem assim ao fundo, valorizam muito mais a questão de produção que é mais voltada à pós-graduação.

Não há indicadores que vão cobrar do professor a redução de evasão ou mudança de metodologia em sala de aula. Isso realmente pode ter sido uma falha, mas também a questão que esbarra, por exemplo, no corporativismo existente nos conselhos deliberativos.

Entrevistador. Professor, o senhor acha que questões político partidárias interferiram na aceitação e implantação do Reuni?

Propostas tidas como mais enérgicas acabam sendo “suavizadas” nas instâncias superiores.

Entrevistado. Interferiram, sim, na aprovação. Existia na UTFPR uma corrente contrária. Nossa instituição foi a última a aderir ao Reuni. Não foi grande a resistência e foi grande o mérito da UTFPR de não ter nenhum envolvimento partidário externo a ponto de interferir nesta decisão.

Percebi este não envolvimento em todo tempo que trabalhei na área administrativa. Sou avesso a essa questão. Internamente, quando existia alguma medida que desagrava a comunidade, por exemplo, uma carga horária um pouco maior, havia pressão. Existia pressão por parte do sindicato, que exigia a equiparação com as metas nacionais de redução de carga horária para professor, mas quando chamado para ajudar na solução, nunca se propôs a fazê-lo.

Tudo foi apartidário. Mas, na prática, algumas metas não foram alcançadas. Como já coloquei, não existiam instrumentos de gestão que cobrasse essas mudanças por parte do professor.

O que existe é na ponta, a saber, na coordenação de curso. As coordenações de curso, ao receberem as eventuais reclamações de alunos, elaboram indicadores e fazem remanejamentos de professores.

Entrevistador. Em relação à expansão, professor, o senhor acredita que, se não houvesse adesão ao Reuni, seria possível sua continuidade?

Vi muito colocarem os professores que tinham melhores condições nos primeiros períodos dos cursos. Mas, dependia muito da postura dos coordenadores e dos chefes de departamento. Na UTFPR, eu não percebi uma polarização partidária, nem nas eleições do candidato A ou do candidato B com relação a isso.

Entrevistado. Teria, mas de uma forma que eu acho errada, não apenas no Paraná, mas em nível de Brasil. Assim como parte dos investimentos que temos dependem

de emendas individuais, em que alguns políticos têm recurso financeiro maior e outros recurso menor, sem adesão ao Reuni, a criação de campus na UTF só aconteceria de forma política.

A instituição iria para onde tivesse políticos da região com força para conseguir junto ao Governo Federal vagas e recursos no orçamento para a implantação dos cursos, ou não acontecia. Com a adesão ao Reuni, as instituições elaboravam seus melhores projetos e traziam os recursos.

Então, eu diria assim, respondendo bem objetivamente pergunta, não teríamos a mesma expansão que tivemos se dependêssemos do método tradicional, da obtenção de recursos por meio político. Aliás, meio político que às vezes coloca o campus numa cidade vizinha, ao invés de implantá-lo em outra que tinha condições efetivas de recebê-lo e foi privada por questão de menor força política.

O que determinava a escolha do local não era a racionalidade ou a maior demanda. Isto aconteceu. Num dos casos, o campus, fruto dessa força política determinou a expansão da cidade. Então, isso não deixou de ser positivo.

Às vezes aparecia um político que, da noite para o dia, entregava ao Diretor um pacote de vagas de professores para se implantar um curso de graduação em tal lugar, e era assim que começava.

O político de “prestígio” oferecia o ginásio de esportes, por exemplo, para a implantação de um campus e perguntava ao Diretor topava implantá-lo naquele lugar. O Diretor topando, e isso era óbvio, o campus tinha muita chance de ser implantado. Assim acontecia antes do Reuni.

Com a publicação do Reuni a implantação de um campus tornou-se um projeto maior. Mas, eu diria, de forma bem objetiva, hoje não vão mais ser ampliadas vagas, pois esse governo [Governo Bolsonaro] não está propenso a isso e, realmente, sua política não é de expansão, em hipótese alguma.

Mas, mesmo no governo anterior [do PT], se não existisse o Reuni, a expansão estaria atrelada a orçamentos pontuais, às vezes muito limitados. Digo isso, porque, falando do Campus Campo Mourão, fez-se, na época, um acordo com a prefeitura para se implantar um campus, e a prefeitura entrou com todos os técnicos.

No entanto, o prefeito que o sucedeu na gestão retirou todos os técnicos, cedidos anteriormente. Além disso, o Governo Federal não cumpriu sua parte. Em razão disso o Campus Campo Mourão teve enormes dificuldades por um bom tempo.

O cenário mudou com o Reuni. O Reuni foi um projeto grande, inesquecível e marcante para toda a universidade pública brasileira, pois surgiu de forma estruturada e, se não fosse o programa, nós estaríamos vivendo situações indesejáveis.

Nas eleições do próximo ano [2022] para deputado federal, certamente, vai se eleger, pelo menos um que, **puxando a sardinha para a sua brasa**, vai levantar a bandeira do Norte com a promessa de carrear grande número de vagas para lá, oportunizando, por consequência, a abertura de novos cursos.

Sempre foi assim, e assim vinha o que se chamava de enxoval, que é o número de vagas de professores e de técnicos. No entanto, os últimos vieram sempre em menor número. A situação da UTF sempre foi precária em termos de número de vagas de técnicos administrativos. Nesse ponto a situação da UTFPR é uma das piores do Brasil.

Na sequência, de posse da promessa do enxoval, o Diretor do campus pressionava o conselho de graduação para a aprovação do curso, que ponderava não ter estrutura adequada. É o mesmo critério adotado pelo avaliador de curso [do INEP].

O avaliador de curso se inteira das condições necessárias para os dois primeiros anos de funcionamento.

E então vinha a pressão política interna, pois o candidato a deputado queria mostrar antes da eleição que o curso já estava sendo desenvolvido, e pressionava o diretor do campus.

Os cursos eram instalados com o enxoval limitado e, como consequência, o campus começava a ficar com aquela carga horária super abarrotada dos professores com 20 aulas semanais, porque, por vezes, não havia a destinação dos concursos públicos prometidos.

Entrevistador. O senhor acha que a mescla de professores contratados e efetivos interfere no fenômeno evasão?

Com o Reuni, isso não aconteceu. As contratações de pessoal se normalizaram. Então, respondendo, hoje não teríamos todos esses cursos.

Entrevistado. Eu diria que com os professores contratados temos mais instrumentos de gestão do que com os efetivos. Normalmente são atribuídos a eles mais aulas e mais horários de atendimento aos discentes. São mais abertos à capacitações e modernização de metodologias.

Entrevistador. No seu entendimento o que poderia ser feito no Pós Reuni para diminuir a evasão e não foi feito?

Entrevistado. No Pós-Reuni, vislumbro uma ação de nivelamento dos alunos de acordo com as necessidades/características curriculares de cada curso.

É notória a evasão acadêmica em virtude das reprovações/dependências geradas nos primeiros períodos.

Como exemplo, a disciplina de Cálculo DI 1, um dos maiores índices de reprovação/desistência. A exemplo de algumas IES privadas, onde este desnivelamento de egressos do Ensino Médio é maior do que nas IES públicas, alguns componentes curriculares optativos ou obrigatórios poderiam ser implementados para minimizar esta perda em algumas disciplinas chaves de início dos cursos.

Existem disciplinas como “Matemática para Engenheiros” que preparam para as disciplinas de Cálculo e/ou outras da área.

Entrevistador. Agradeço-lhe, professor, pela atenção, que, a meu ver, foi muito positiva.

A área de Elétrica implementou, por exemplo, “Introdução à Engenharia” que tem como um dos propósitos proporcionar aos estudantes iniciantes já alguma noção ampla da sua futura atuação, assim como colocá-los em contato com a área técnica aplicada logo ao início do curso, algo que na maioria dos currículos acontece apenas após 3 a 4 semestres, gerando frustrações.

APÊNDICE E – Entrevista 5: Vilson Ongaratto

Entrevistador. O que o senhor tem a dizer sobre o Reuni?

Entrevistado. O Reuni foi um programa em que a universidade aderiu graças à transformação do CEFET-PR em universidade. A transformação aconteceu um pouco antes da publicação do Reuni, pois só poderia aderir ao programa a instituição que tivesse o *status* de universidade. Se nós tivéssemos continuado como CEFET não teríamos a possibilidade de aderir.

As regras eram baseadas em um percentual da folha de pagamento. Nossa adesão ao Reuni, na época, foi a maior ou a segunda maior dentro do MEC. Quando o MEC rodou a folha de pagamento da UTFPR, havia um quadro de EBTT de aproximadamente 1.400 professores efetivos, e essa folha “veio com tudo”.

Na época, o [José Henrique] Paim [Fernandes] era o secretário executivo, eu estive com ele e expliquei a situação, porque nós ficamos surpresos com o volume do nosso projeto.

Ele não soube me responder de bate pronto, mas marcou uma audiência com o Haddad, que era o Ministro da Educação. A gente levou a situação, explicando que o caso da UTFPR era diferente das outras universidades, pois veio da transformação com um grande quadro de professores do EBTT.

O Ministro, então, perguntou: “Já que o Reuni de sua instituição está grande, quantas vagas ela vai oferecer a mais?” Informei-lhe que eram 8.800 vagas. Então, ele falou: “Toca, que eu banco.”

Para se ter uma ideia, só de investimento obtivemos o montante de 87 milhões, em 2007, excetuando a parte de custeio e de aumento do número professores e de técnicos administrativos. Depois ele foi reajustado umas duas vezes, fechando, na época, em mais ou menos R\$ 132 milhões, só de investimento em obras.

A quantidade de obras construídas na época da execução do Reuni em todos os campi foi muito grande. A nossa parte, do Sandrone [Fochesatto], do Paulo [Roberto lenzura] Adriano e a minha, foi muito mais ligada ao projeto e à parte de obras, de investimentos, de equipamentos e de pessoal.

Entrevistador. Como foi feita a divisão dos recursos entre os campi e a execução do Programa?

Entrevistado. A Reitoria só conseguiu executar o Reuni graças ao processo de descentralização que foi realizado para todos os campi. Havia uma divisão, pois o projeto inicial, aprovado no Counci, previa um X para todos os campi.

O edital do Reuni estabelecia que, para cada vaga criada, estava à disposição o montante de R\$ 5.000,00 de investimento. Era possível utilizar todo o recurso inicial do Reuni, originário do % calculado sobre a folha de pagamento, só em reformas ou pessoal, mas você diminuiria grandemente o seu recurso advindo do Reuni, porque o investimento era atrelado à base de cálculo de vagas novas oferecidas.

Qual foi a falha que detectamos no Reuni? A falha foi não existir a mesma regra no custeio. Se para cada vaga criada você dispunha de R\$ 5.000,00 de investimento, na época, a unidade básica custeio (UBC) da matriz orçamentária de financiamento das IFES, valia pouco mais de R\$ 800,00 por aluno/ano.

A adesão ao Reuni não exigiu que para cada vaga criada, a IFE teria que reservar 800,00 por aluno/ano no custeio de manutenção. A instituição tomou essa atitude porque seu gestor era da área de planejamento e orçamento e conhecia de forma aprofundada o custo da manutenção do aluno, tendo condições de fazer todos os cálculos.

O problema não é construir e acolher alunos, o problema é manter os alunos matriculados. Há muitas universidades que não fazem essa base de cálculo. O Reuni produziu um problema não resolvido no MEC. Até o ano passado não foi aplicada a matriz orçamentária, porque não se chegou em um acordo. Houve instituição que orçou R\$ 200,00 por aluno de custeio, e outras orçaram R\$ 800,00.

O impasse reside no fato de que, ao rodar a matriz, quem orçou pouco recuperaria uma parte e quem orçou o custeio ideal perderia uma parte, como compensação de quem orçou pouco.

Além disso, antes mesmo de acabar o Reuni, a crise orçamentária já estava instalada. Se o problema surgisse no primeiro ou no segundo ano em que o governo instituiu o

Reuni, quando havia muito dinheiro para se investir, o problema seria facilmente resolvido.

A Comissão de Modelos de Financiamento das Universidades calculou e entregou para o MEC o montante que deveria ser aportado no orçamento para resolver essa distorção, mas o Ministério não possuía esses montantes. Essa falha do Reuni até o orçamento do ano passado perdurava..

O Reuni foi para as instituições um marco entre o passado, o presente e o futuro, em termos de evolução e de crescimento, e a universidade tecnológica com a adesão ao programa conseguiu chegar a um patamar das grandes universidades brasileiras.

Se tivéssemos permanecido com aquela estrutura de CEFET seria muito difícil sua administração, na medida em que teríamos um quadro muito grande de professores do EBTT e um quadro minúsculo de cursos ofertados.

Para se ter uma ideia, quando foi implantado o Reuni, nós tínhamos 236 professores efetivos, 48 substitutos e um professor em lotação provisória da carreira do ensino superior. Então, com o advento do Reuni, a instituição conseguiu aumentar seu quadro em 709 docentes MS.

Durante a execução do Reuni foi instalado o Campus Guarapuava. No entanto, como consequência de uma ação política forte, na época, foi considerado aderido ao programa pelo próprio MEC que dispunha de recursos financeiros e bancou. Por isso é que, se for analisado o projeto original de implantação da instituição, observar-se-á que o Campus Guarapuava não está contemplado nele.

Entrevistador. O senhor acredita que faltou tempo para elaborar esse projeto antes de ser encaminhado ao MEC?

Entrevistado. O tempo realmente foi curto. Mesmo assim, ocorreram muitas discussões nos conselhos das universidades. Houve muita pressão para não aderir ao programa em todas as universidades federais.

Na UTFPR não foi diferente. Havia uma corrente que achava que o Reuni precarizava a universidade e era um passo na direção da privatização. No entanto, quando estava

se esgotando o prazo para aprovar a adesão ao Programa, que era o mês de dezembro de 2007, os gestores das instituições agilizaram as ações e os trabalhos.

Como o tempo era curto e quem não enviasse seu projeto ao MEC estaria fora do programa, ficaram inviabilizadas discussões sobre aderir ou não ao programa.

Na UTFPR, quando restava pouco tempo para finalizar o prazo de adesão ao Reuni, o reitor, Professor Éden, eu e o Professor Cantarelli fizemos uma reunião para tratar desse assunto. O Reitor, sem delongas, bateu o martelo e disse que íamos aderir ao Reuni. Era preciso encaminhar o projeto ao Couni com urgência.

Não enviar implicaria em ficar com a “bomba na mão”, e ser taxado no futuro como o Reitor que prejudicou a instituição por não ter aderido ao programa. Permaneceu, no entanto, a dúvida sobre aprovação por parte do Couni, mas, felizmente, a proposta foi aprovada. Para enviar ao Couni, a instituição elaborou o projeto num prazo de pouco menos que dois meses.

O projeto foi elaborado pelo planejamento e administração, junto com a graduação e com a pós-graduação. A estrutura básica do projeto foi baseada em cotas. A ideia básica era a de que os campi menores cresceriam proporcionalmente mais. Os menores campi receberam meia cota, o maior, Curitiba, recebeu três cotas.

Deixamos uma reserva técnica tanto de professores como de técnicos administrativos para serem distribuídos no final da implantação. Nesse caso, foi aplicada novamente uma matriz para só, então, ser distribuído 100% das vagas aos campi.

Entrevistador. Em relação à interiorização da UTFPR, qual seria o papel do Reuni nesse processo?

Entrevistado. Eu diria que o grande papel do Reuni foi levar o ensino superior para o interior, antes exclusivo das capitais. Na UTFPR, se olharmos para os campi antigos do interior, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Medianeira, Pato Branco e Ponta Grossa, os maiores na época, praticamente que não havia ensino superior até 2007. Trabalhávamos basicamente com o curso técnico, até que foi publicado o Decreto nº 2.208 em 1997, que acabou com o ensino técnico integrado.

Os cursos técnicos foram substituídos pelos cursos superiores de tecnologia. A tecnologia, infelizmente, no Brasil, foi uma modalidade que até hoje não surtiu os efeitos desejados, pois existe a percepção que um engenheiro vale muito mais do que um tecnólogo.

Na Europa, o tecnólogo tem um papel muito importante. O conceito vigente nas indústrias do Brasil é de que o tecnólogo é uma espécie de “tecnicão”. O “tecnicão” é um pouco mais que o técnico e menos que o engenheiro.

Respondendo à sua pergunta, diria que o Reuni foi o grande marco da interiorização do ensino superior no Paraná. Sem o Reuni, nem imagino onde estaríamos. Hoje, em nossos campi existem cursos de mestrado e de doutorado. Se não fosse a adesão ao Reuni, não seríamos muito maior que éramos em 2005.

Entrevistador. O senhor acredita que deve existir um novo Reuni?

Entrevistado. Se você me convidasse para trabalhar com um novo Reuni, eu diria não. É evidente que há a necessidade de ter um programa de melhoria do ensino público das universidades do Brasil. Esse novo Reuni teria que ser publicado com o objetivo de complementar o Reuni anterior. O Reuni mostrou que, infelizmente, no Brasil, muita coisa começa e não termina.

Na UTFPR, tudo aquilo que foi pactuado de investimentos foi cumprido, mas na expansão, principalmente na paralela, que ocorreu nos campi de Guarapuava e Santa Helena, até hoje se têm pendência de professores e de técnicos administrativos pactuados e com contratos assinados junto ao MEC.

Estes contratos não foram cumpridos. Vou falar pelas universidades, não quero nem entrar no assunto institutos, pois esta é outra discussão. Julgo que o principal objetivo, hoje, deveria ter como foco no aumento do número de concluintes. Um caminho é focar na melhor formação do aluno que ingressa no curso. A universidade pública oferece boa formação.

Mas há muito a melhorar ainda, e hoje temos um problema que é a assistência estudantil, que se incorporou na instituição em consequência da adesão ao Reuni.

Então, um novo programa, nos moldes do Reuni, teria que dar atenção especial na evasão de alunos, no preparo psicológico dos concluintes do curso para enfrentarem o trabalho e também a falta dele, no apoio estudantil e na melhoria da qualidade do ensino. Há muita coisa a ser feita, como a melhoria de laboratórios, que foram montados provisoriamente e deixam muito a desejar quanto à sua eficácia, principalmente na área de engenharia.

Existem muitas outras melhorias necessárias. Na área tecnológica tudo é caro e, ultimamente, o investimento do governo em equipamentos e melhoria de instalações é praticamente zero. O orçamento dos últimos anos, em vez de crescer, ou pelo menos de se manter estável, diminuiu. Para se ter uma ideia, a matriz orçamentária há quatro anos não é aplicada.

Porque há uma regrinha dentro dela que estabelece que ninguém pode receber menos do que o ano anterior, mais o percentual da inflação. Recentemente, houve a exigência de se aplicar um índice de redução linear para todas as instituições, fato que não cobriu nem os gastos do ano anterior e muito menos a inflação do período.

Assim, é muito difícil rodar uma matriz, e, para piorar, ela se movimenta somente uma vez por ano. Se, por exemplo, uma universidade nova, em implantação, crescer 20% no ano, quando ela é lançada na matriz, depara-se com instituições de grande porte que possuem 30 mil alunos, como é o nosso caso e o da Universidade de Brasília (UnB), outra com 40 mil alunos como a UFRJ, com a UFMG, a UFRGS, a UFPR... a coitada, apesar de ter crescido muito, acaba engolida pelas grandes universidades.

Para reverter problemas como os que mencionei, e outros, um novo programa seria bem-vindo, mas não na forma em que veio o Reuni. Teria que vir muito bem estruturado para fazer as devidas correções no sistema.

Entrevistador. Qual sua participação no Reuni da UTFPR?

Entrevistado. Como eu era do planejamento e da administração [Proplad] da instituição, o meu foco sempre foi obras, equipamentos, custeio e manutenção.

Quando se fala de planejamento, é óbvio, está se falando de acompanhamento de relatórios e de outros assuntos correlatos. Todos os assuntos relacionados à parte acadêmica sempre ficaram a cargo da PROGRAD e da PROPPG.

O que cobrávamos, na época, era se as metas estabelecidas na adesão ao Reuni estavam sendo cumpridas. A equipe de acompanhamento do projeto, que eu fazia parte, tinha que fazer relatórios semestrais e anuais para serem encaminhados ao MEC.

É importante lembrar que o Reuni tinha uma meta absurda, o índice de concluintes de 90%.

Isso aconteceria, talvez, com a volta do concurso vestibular, usando linha de corte para matricular somente os melhores e fazendo um contrato similar ao que a CAPES faz com seus bolsistas.

Neste contrato, o bolsista que sair do país e não voltar ou não concluir o seu dever de devolver o valor da bolsa que recebeu. Mas, com o aluno da área tecnológica é impossível fazer isso. Nas universidades que não são tão focadas na tecnologia essa situação é ainda muito pior.

Pensando, por exemplo, num curso de química ou de física, como ter 90%? Se uma universidade conseguir isso, gostaria de saber qual foi a mágica, principalmente em áreas como as de estudos sociais, química, física, matemática e a própria engenharia, apenas para citar algumas.

A retenção nas engenharias é outro grande problema, porque há no currículo muitas disciplinas de cálculo e o aluno vai ficando para trás.

Além disso, se em determinado ano letivo, há a previsão de que x alunos irão abandonar o curso, considerando uma média histórica, no caso da deflagração de uma greve ou outro problema qualquer no sistema, no ano seguinte o número de alunos evadidos aumenta ainda mais e, como consequência, a taxa de sucesso diminui.

Eu não conheço nenhuma universidade que, na contagem geral, conseguiu passar dos 70% de concluintes, valor bem inferior aos 90% colocados como meta do Reuni. Afirmo isso porque, durante muito tempo, trabalhei avaliando os indicadores das universidades dentro do MEC.

Hoje é inatingível a meta de 90% na graduação. Se você me disser que na pós-graduação você consegue esse percentual eu até aceito, lá até dá para fazer.

Entrevistador. O Reuni deveria ser uma política com continuidade?

Entrevistado. Não. O problema é que infelizmente no Brasil não há uma política de educação ou um plano de governo. Por exemplo, a matriz orçamentária das universidades brasileiras é baseada em cima da matriz inglesa.

Mas, lá, há uma política séria, de tal modo que ninguém discute o plano e nem o que deve ser feito. Lá está estabelecido que, para cada aluno, será destinado x libras para a manutenção e para o investimento anual.

Lá a taxa de sucesso é de aproximadamente 80%. Na Inglaterra multiplica-se simplesmente um valor x pelo número de alunos matriculados e a Universidade tem uma flexibilização de um % de 5% para mais ou para menos aceitável em seu resultado, acima disso é penalizada ou beneficiada com um bônus. Considerando os resultados de cada universidade, com o uso da matriz é feito o rateio dos recursos disponibilizados pelo governo.

Aqui, se for solicitado R\$ 4 bilhões, importância necessária para a manutenção das universidades federais brasileiras, o governo oferece apenas R\$ 3,2 bilhões, e a matriz roda com o valor concedido, insuficiente.

Acontece, então, que quem ganhou não leva tudo e quem perdeu vai perder menos, porque também não há o interesse de que uma Universidade para ganhar tenha que tirar da outra, até porque a matriz só roda se o valor for igual ao ano anterior mais inflação.

O Reuni foi bom porque proporcionou o crescimento de todas as universidades, principalmente das pequenas.

Observando instituições como a UFRJ, a UFMG e a UFRGS, nota-se que o crescimento em número de vagas delas foi muitíssimo pequeno, principalmente da UFRJ, que é uma universidade antiga, grande e espaçosa, mas que tem suas instalações caindo aos pedaços.

As instituições citadas aderiram ao Reuni e aplicaram todos os recursos financeiros em manutenção e em recuperação das instalações. No entanto, depois continuou faltando dinheiro, e hoje elas estão na mesma situação em que se encontravam em 2008 e 2009. Provavelmente, se elas não tivessem aderido ao Reuni, as instalações físicas já teriam desabado.

Entrevistador. Qual a lógica da adesão da UTFPR?

Entrevistado. O projeto de adesão foi elaborado obedecendo um manual do programa. Neste manual era dada liberdade para se flutuar, considerando os limites estabelecidos, de acordo com o interesse ou suas necessidades da instituição.

Se houvesse interesse de crescer, era necessário focar no docente e na oferta de vagas, pois, dessas últimas, dependia a obtenção dos recursos para investimento.

Havia até um valor X de incentivo para cada vaga criada. As instituições de pequeno porte, obviamente, focaram no crescimento. Era a forma de obter novos docentes para sair do marasmo que, às vezes, já durava cinco, dez anos, de nenhum crescimento.

No nosso caso, com a transformação, porque o CEFET já era uma instituição grande, e com a adesão ao Reuni, o salto institucional dado foi o crescimento e da transformação da quase totalidade dos cursos de técnicos e de uma quantidade significativa de cursos superiores de tecnologia em cursos de engenharia.

Entrevistador. Em relação a interiorização, uma coisa que eu sempre me pergunto é se a proximidade dos campi afeta o desempenho de algum deles?

Entrevistado. Você fez uma pergunta que pega na veia do político. Se fosse fazer um plano de ação educacional de uma universidade, para o Brasil e para o Paraná, muitos campi não estariam nos municípios em que se encontram hoje.

Foram implantados vários campi na UTFPR, desde a criação do Campus Medianeira, que foi o implantado no interior, como unidade descentralizada do CEFET, e Cornélio Procópio.

Ainda no ano de 1988, a comunidade ficou sabendo da criação dessas unidades, como parte de um plano de expansão prévio, com a publicação no Diário Oficial da União. A implantação aconteceu por ingerência política, pela ação política dos prefeitos junto ao Governo Federal.

O Campus Medianeira tem sua validade, pois é sabido, é a mola propulsora do desenvolvimento não só da cidade como também dos municípios circunvizinhos. Mas, na época, se as discussões se prolongassem, provavelmente, o campus seria alocado em Foz do Iguaçu, e não seria instalado em Medianeira. Como exemplo, por falta de força política, até hoje Cascavel não possui um campus da UTFPR, fato que acontece também na cidade de Maringá. Embora Maringá possua um terreno que foi doado para a instalação do campus, no contrato de doação há uma cláusula que estabelece o prazo máximo dez anos para sua implantação.

Por isso, duvido muito que será instalado, pois há políticos que não têm interesse que uma universidade pública de qualidade se instale em Maringá. Por questão de ética, não vou citar seus nomes e as alegações para que não se instale o campus da UTFPR naquela cidade.

APÊNDICE F – Entrevista 6: Luiz Alberto Pilatti

Entrevistador. Professor, como ocorreu a adesão da UTFPR no Reuni?

Entrevistado. A adesão da UTFPR ao Reuni acabou sendo quase uma imposição. O termo imposição talvez não seja o mais adequado, mas não consigo pensar outro termo mais congruente com o que aconteceu.

Existe uma história antes do Reuni que deve ser contada, mesmo que de forma muito breve. Esta história começa com o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Com o Decreto, a possibilidade de oferta do ensino técnico integrado foi extinta.

A maioria dos estudantes do então CEFET-PR eram desta modalidade, o que, de certa forma, obrigou a instituição a deslocar seu eixo de atuação. A opção foi pelo deslocamento para o ensino superior, com a implantação dos cursos superiores de tecnologia.

Tratava-se de uma modalidade facultada pela legislação, mas quase em desuso pela falta de clientela. Em 2000 assume a direção geral do CEFET-PR o Professor Éden Januário Netto, diga-se de passagem, um excepcional gestor.

O Professor Éden capitaneou o projeto de transformar o CEFET-PR na primeira universidade tecnológica do Brasil, transformação que nenhum outro CEFET conseguiu até hoje. Em 2005, depois de muitos entraves, principalmente políticos, no Governo do PT, o CEFET-PR é transformado na Universidade Tecnológica do Paraná.

Quando o edital do Reuni foi lançado em 2007, nós ainda estávamos aprendendo o que era ser uma universidade tecnológica, mas, sem a transformação, não teríamos condições de participar do edital. O lançamento do Reuni produziu, principalmente por parte dos sindicatos de docentes, um movimento de mobilização contrário ao programa na maioria das universidades federais.

Os sindicatos alegavam que, com o Reuni, haveria precarização das condições de trabalho e que se estava “vendendo” as universidades públicas. Entre os vários argumentos contrários apresentados: o de que 18 alunos por professor inviabilizaria a pesquisa na universidade; que os professores, com muitas aulas, teriam de se dedicar quase que exclusivamente ao ensino; que não haveria mais reprovação; que a qualidade diminuiria.

Várias instituições foram inclusive invadidas por movimentos contrários ao programa. Neste cenário, o mandato do Professor Éden estava acabando. Existia até margem legal para ele pleitear a reeleição, porque o primeiro mandato dele ter sido de Diretor Geral e apenas parte do segundo como Reitor, apesar que moralmente o pleito seria questionável.

O Professor Éden, corretamente, não quiz entrar no meio dessa confusão. O processo de sucessão, mesmo que informalmente, já estava curso quando surge o Reuni. Apesar dos movimentos internos contrários, quase todas fizeram a adesão antes do segundo prazo estabelecido.

A UFABC, criada no mesmo ano que a UTFPR, não iria participar do edital em função de que sua recente criação previu uma estrutura adequada para funcionamento. Mesmo existindo a previsão de uma terceira chamada no edital, havia na gestão da UTFPR o receio de que se não fosse feita a adesão na segunda chamada, poderia não haver a terceira chamada “exclusiva” para a UTFPR.

Meio que a “toque de caixa”, em um cenário que não era exatamente o melhor, movimentos contrários e período eleitoral, a UTFPR fez a adesão ao programa. Foi a última universidade a fazer.

A situação da UTFPR era peculiar. Não foram considerados nos cálculos do Reuni os alunos dos cursos de tecnologia, o que, com a transformação de alguns desses cursos em cursos de engenharia, possibilitou a oferta de um número bastante grande de novas vagas.

Ainda, a maioria dos campi do interior havia acabado de implantar seus primeiros cursos de graduação, e estes cursos também não entraram na conta. Assim, a UTFPR tinha muito a ofertar. Por outro lado, o orçamento da instituição, determinado pelos cursos existentes, era expressivo.

No processo de adesão, a conjunção de uma oferta bastante grande de novas vagas com o limite proporcionado pelo edital de crescimento de 20% do orçamento da instituição possibilitou termos um dos maiores crescimento do Brasil, e esta possibilidade, de forma competente, teve materialidade. Apesar do período conturbado, a adesão da UTFPR foi pacífica.

Apesar do período de discussão do projeto ter sido bastante curto, os encaminhamentos dados tornaram célere o processo. Os contornos iniciais foram

desenhados pela Reitoria. Após, a proposta inicial foi discutida com os diretores gerais dos campi.

A discussão com os diretores, depois da concordância de todos em participara do Programa, foi centrada em dois pontos principais: quantas vagas cada campus ganharia e o que campus teria de fazer para ganhar. Nas reuniões com os diretores gerais prevaleceu a proposta da reitoria de estabelecer um sistema de cotas que produziria um quantitativo de professores e de técnicos administrativos.

Pela divisão, os campi novos ficaram com uma cota, os classificados como médios com uma e meia, Pato Branco como “médio grande” com duas e Curitiba como “grande” com três. Com a lógica, efetivamente, os menores cresceriam proporcionalmente mais que os maiores. A questão do dinheiro foi muito pouco discutida.

O Reitor colocou que seria adotada a mesma lógica da distribuição das vagas. Todos concordaram, até porque o mais importante para os campi eram as vagas que viriam. Infelizmente, a divisão do dinheiro não aconteceu exatamente desta forma.

Quem deveria ganhar proporcionalmente menos, o Campus Curitiba, foi o que mais ganhou. Outros ganharam menos que deveriam, foi o caso do Campus Ponta Grossa. Mas esta é outra história, e não cabe aqui. Voltando. Depois das reuniões com os diretores gerais, a “bola” ficou com os campi para elaborarem suas propostas.

Com as propostas dos campi em mãos, uma comissão designada pela Reitoria finalizou a proposta que foi enviada para o Couni. O Couni recebeu a proposta extremamente pressionado.

Era uma proposta da Reitoria, que tinha a “anuência” de todos os diretores gerais, e pautada para discussão no dia 20 de dezembro de 2007, último dia para a adesão a segunda chamada do Edital.

Em termos práticos, não havia a possibilidade de ajustes significativos por parte do Couni, caberia ao órgão máximo aprovar ou não a proposta, e não aprovar teria uma implicação absurda.

Com a “faca no pescoço”, o Couni fez a única coisa sensata a fazer, aprovar a proposta. Além disso, em 20 de dezembro, a maioria dos servidores já não estavam mais na instituição, o que, certamente, distensionou o processo.

Com o Reuni, mesmo sem o incremento de novos campi, a UTFPR avançou ainda mais para o interior com o crescimento de servidores, cursos, vagas. A UTFPR era, e ainda deve ser, a universidade federal com maior número de campus fora de sede.

Entre as públicas, maior que a UTFPR conheço uma estadual, a UNESP. Outro dado significativo é a proporção de alunos que estão fora da sede.

Mesmo sem ter dados atualizados, afirmo sem medo de errar que: se a UTFPR não é a universidade federal que tem o maior percentual de alunos fora da sua sede, certamente, é uma das que mais tem. E não devemos nos esquecer que estamos falando de uma universidade de grande porte, que tem aproximadamente 30 mil alunos.

Apesar de lamentar os critérios “políticos”, ou mesmo a falta de critérios, empregados na distribuição do dinheiro, é importante colocar que os campi receberam muito dinheiro, bem mais que o inicialmente previsto, e que distribuição das vagas de concurso, mesmo as da reserva técnica ocorrida alguns anos depois, seguiu regidamente os critérios estabelecidos. Em linhas gerais, as coisas aconteceram desta forma.

Entrevistador. Qual a importância do Reuni no processo de expansão e de interiorização da UTFPR?

Entrevistado. Como já coloquei, a diretriz dos campi menores crescerem proporcionalmente mais foi fundamental. Em termos práticos, o interior cresceu mais que a capital, algo importante na direção da interiorização.

O Campus Curitiba, até 1989 o único, depois do Reuni, passou a representar menos de 30% do sistema. Houve, também, uma espécie de “Reuni 2”, um Reuni informal, ou, melhor dizendo, um Reuni político. Este novo “Reuni” teve uma lógica própria, a lógica política. Nesta expansão as universidades “negociavam” diretamente com o MEC novos cursos para determinado campus, normalmente dois ou três.

A UTFPR pactuou projetos para todos os campi. No entanto, apenas as propostas que tinham “padrinhos políticos fortes” junto ao governo lograram êxito. O Campus

Londrina foi o que mais teve esta força com o apadrinhamento do então Deputado Federal Alex Canziani.

Nesta “expansão”, menos da metade dos campi cresceram, todos do interior. O crescimento previsto tinha a mesma lógica do Reuni, novos cursos, vagas, dinheiro. No entanto, diferente do que aconteceu no Reuni, o governo federal não cumpriu o pactuado.

Com a vinda da primeira parte do pacote, o campus abriu os cursos acordados. O problema foi que o restante do pacote não veio, e não virá, e a universidade ficou com o problema.

Em termos práticos, para “socorrer” estes campi que cresceram com o “Reuni 2”, das pouquíssimas vagas que surgem, historicamente, uma parcela importante tem sido destinada para resolver o problema que não foi criado pela instituição, o que acaba prejudicando os campi que não cresceram e, certamente, também precisam das vagas.

O “Reuni 2”, bem ou mal, eu diria que muito mais mal do que bem, aconteceu. O que não aconteceu foi o “prometido” Reuni da pós-graduação. A proposta foi discutida entre o MEC e as instituições. Os contornos foram delineados, foram aventados prazos, e a importante proposta tornou-se efêmera. O Reuni da pós-graduação poderia “corrigir” problemas produzidos pelo Reuni ao desconsiderar a verticalização dos cursos criados.

Falei do que aconteceu e foi extremamente positivo, o Reuni; do que aconteceu de forma parcial e precária, o “Reuni 2”; e do que não aconteceu, o Reuni da pós-graduação. Agora, saindo da esfera do MEC, é preciso colocar o que aconteceu internamente, um crescimento, muitas vezes insustentável, feito à revelia da Reitoria. Como este crescimento aconteceu? Teve o pactuado em termos de novos cursos e ampliação de vagas que, sem exceção, foi cumprido pelos campi, mas teve também o que não foi pactuado.

Minha percepção da implantação do Reuni, construída como diretor geral do Campus Ponta Grossa, entre 2004 e 2012, é a de que o compromisso dos diretores gerais eram fundamentalmente dois: abrir os cursos pactuados e gastar o dinheiro que vinha, muitas vezes além do previsto.

Não havia a preocupação com a evasão, com a relação um professor para 18 alunos. A instituição em momento algum cobrou o cumprimento destes indicadores pactuados. Não estou dizendo que nada foi feito. Foi, mas circunscrito as diretorias de graduação dos campi.

No caso de Ponta Grossa, a única cobrança que recebi foi a da abertura de um curso de licenciatura. Sempre fui contrário. A abertura deveria acontecer na área das ciências e matemática. Em Ponta Grossa estas áreas já eram ofertadas na UEPG e, nesta instituição, a concorrência pelas vagas era baixa e a evasão altíssima.

Lembro, inclusive, que na época saiu uma matéria em dos jornais da cidade falando isto. Minha proposta era abrir mais uma engenharia. Relutei muito, mas acabei sendo “obrigado” a abrir uma licenciatura. A opção foi por um curso que não existia na UEPG, o curso de licenciatura em Ciências Naturais.

E o que os campi fizeram? Todos foram além do pactuado. Desde a criação dos cursos de tecnologia, no final da década de 1990, a possibilidade de abrir um novo curso era quase nula, e, quando ocorria, demandava uma engenharia complexa que envolvia remanejamento de servidores e vagas para concursos, fechamento de cursos...

Eu escutei de um diretor geral na época: “vou criar o curso, se faltarem professores, técnicos administrativos, laboratórios, bato na porta da Reitoria, o problema também é deles”. Em maior ou menor escala, esta lógica foi adotada por todos os diretores gerais.

Em Ponta Grossa, por exemplo, fechamos um curso técnico subsequente para abrir o curso de Engenharia de Produção, ou melhor, usamos como “justificativa” o fechamento. Foi sustentável? Obviamente que não.

Os cursos de engenharia são cursos “pesados”, com grande demanda de servidores, principalmente professores, e laboratórios bem equipados, o curso fechado apresentava uma pequena demanda de pessoal e laboratórios básicos, mas era a possibilidade que tínhamos. Se perdêssemos, outra oportunidade poderia demorar muitos anos para surgir.

Sem falar que a existência de condições prévias ideais para a implantação de um curso é algo muito fora da realidade, nem no Reuni isto aconteceu, e não sei se acontecerá tão cedo.

A reitoria até fez algumas tentativas de “impedir”, este crescimento para além do pactuado, mas a pressão política sempre vinha dos campi pela aprovação dos cursos propostos.

Com o questionável sistema eleitoral vigente para o cargo de reitor, a pressão acaba tendo muito peso e, por vezes, conduz para decisões irracionais de gestão. O processo fez, também, com que algumas das insuficientes vagas dos cursos pactuados e dinheiro fossem deslocados, ampliando o problema.

A UTFPR foi citada em vários momentos como referência na implementação do Reuni pelo MEC. A menção era justa. Foi executado com o sucesso e rápido mais do que o pactuado.

Lembro com saudades que recebia telefonemas da Reitoria perguntando: “tem algum projeto pronto para a execução?”; “consegue gastar tantos milhões em tal prazo?”. Esta excelência da UTFPR na execução do pactuado foi fruto da competência da área administrativa da UTFPR, que era bastante experiente, e principalmente do Pró-Reitor à época, Vilson Ongaratto.

Muitas universidades não conseguiam executar o que recebiam. É importante que se diga que, no serviço público, usar dinheiro não é algo trivial.

Assim, numa síntese apartada, eu diria que para a interiorização o Reuni foi absolutamente fantástico. Não obstante, o Reuni criou novos problemas para a instituição. Os campi também.

Entrevistador. Em relação à escolha das sedes, existem campi muito próximos um dos outros. Essa escolha foi estratégica ou política?

Entrevistado. Desde a implantação do Campus Medianeira, em 1989, quando o governo federal abriu um programa de expansão para o interior, a escolha sempre foi política.

O lógico seria que o primeiro campus do interior fosse implantado em Cascavel ou Foz do Iguaçu. O prefeito de Medianeira foi extremamente mais hábil, criou as condições e, na esfera política, acabou conquistando o campus.

Essa implantação, sem dúvida nenhuma, foi muito importante para o município de Medianeira, mas não foi lógica.

Todos os campi implantados na sequência seguiram o mesmo caminho, o político, e mudaram a “cara” das cidades em que foram implantados. O ex-prefeito de Ponta Grossa, um dos maiores polos industriais do Paraná, Pedro Wosgrau Filho, que esteve à frente do município em três mandatos, sempre disse que sua maior obra foi trazer o CEFET-PR.

Houve, também, a reivindicação política de campus por parte de muitas cidades. Nesta direção, me lembro de uma história contada pelo Professor Éden. O prefeito de um município de pequeno porte pediu uma audiência. Na audiência, o prefeito reivindicou: “Eu vim pedir um CEFET para a minha cidade”. O Professor Éden conta que exclamou: “Um CEFET!”. O prefeito retrucou: “um ou mais CEFETs”.

O CEFET-PR e depois a UTFPR sempre adotaram o mesmo procedimento: acatar os pedidos. Por quê? Porque com um novo campus haveria a oferta de mais vagas públicas numa instituição de muita qualidade.

O Conselho Universitário da instituição sempre acatou esta linha de pensamento. Nunca houve um planejamento estratégico de expansão. Penso que deveria haver. Mas é inegável que um campus da UTFPR muda uma cidade menor.

Nunca foi pensado, por exemplo, precisamos expandir para Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, ou outra cidade que houvesse sentido. Muitos campi implantados têm, até hoje, problemas como a atratividade de estudantes e a falta de locais para estágio. Além disso, pouquíssimos egressos permanecem na região.

Para o campus ser “aceito”, a instituição exigia a doação de um local adequado, escolhido previamente, e condicionava a abertura com a vinda de um “enxoval” ofertado pelo MEC com vagas e recursos financeiros para estruturar os cursos pleiteados. Algumas propostas foram aprovadas internamente.

Depois da aprovação, o projeto era colocado na mão do prefeito, do deputado, para buscarem junto ao Governo Federal o enxoval. Alguns políticos obtiveram sucesso, os exemplos mais recentes são os campi de Guarapuava e de Santa Helena, outros não. Dos projetados que não prosperaram, o que mais me chama a atenção foi o de Maringá.

Tinha tudo para dar certo, havia um padrinho com muita força política, o prefeito queria, o campus certamente cresceria muito e rápido, mas a proposta não prosperou. O *time* da proposta não foi correto.

Com a interiorização e o Reuni, a UTFPR tornou-se uma das dez maiores universidades federais em indicadores como: número de alunos, número de alunos equivalentes e orçamento.

Ainda falando da interiorização, é interessante destacar que ser uma universidade de grande porte, presente em todas as regiões do Estado do Paraná, sempre foi um valor inalienável na instituição.

Aconteceram, depois de iniciado o processo de interiorização, duas tentativas de “desmembrar” a instituição, uma na região sudoeste e outra na região norte. As tentativas foram sumariamente refutadas pelas reitorias da época.

Eu era o reitor quando existiu a tentativa de retirar da UTFPR os campi Apucarana, Cornélio Procopio e Londrina. Junto com estes campi, a proposta era incorporar o Campus Palotina da UFPR e trazer um curso de Medicina, oriundo da expansão deste curso que foi promovida pelo Governo Federal, para a criação da Universidade Federal do Norte do Paraná.

Outras universidades federais seguiram caminho diverso. Um exemplo que considero importante é o da UFPA. NA UFPA, a ideia é expandir e, havendo condições, desmembrar para a abertura de novas universidades.

Escutei isto do Reitor Emmanuel Tourinho. O entendimento é pautado na ideia de que a criação de novas universidades é importante para a região e para o Estado do Paraná. Com uma nova universidade vem cargos, maior possibilidade de crescimento...

Considero a estratégia adotada na UTFPR correta. A estratégia transformou uma jovem instituição em uma reconhecida universidade de grande porte, na instituição federal que mais oferta vagas de engenharia no Brasil.

Este dado foi levantado no SISU, em 2015 ou 2016, não tenho certeza, a meu pedido, pelo Professor Maurício Alves Mendes.

Na época, e não vejo possibilidade deste quadro ter mudado, ofertávamos praticamente o dobro de vagas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que era a segunda que mais ofertava vagas de engenharia.

Agora, com o cenário atual e as perspectivas de futuro que estão dadas, não tenho clareza se devemos ou não persistir na indissociabilidade da instituição.

Entrevistador. Até agora foi falado do Reuni em termos de recursos humanos e financeiro. E a parte acadêmica, como aconteceu?

Entrevistado. O ensino tinha que estabelecer diretrizes para os novos cursos. Isto foi feito e, na sequência, as diretrizes propostas foram homologadas pelo COUNI. Além das diretrizes, a PROGRAD tinha a responsabilidade de produzir condições para o cumprimento de vários indicadores pactuados, entre eles, o dos 90% de sucesso.

A tarefa da Pró-Reitoria foi hercúlia. A operacionalização do que foi estabelecido pela PROGRAD aconteceu através das diretorias de graduação dos campi. Não sei dizer se o pactuado foi integralmente executado, mas, com certeza, muitas coisas aconteceram.

Por ter vivenciado o processo, afirmo que a preocupação com a parte pedagógica ficou circunscrita a PROGRAD e as Diretores de Graduação (DIRGRADs). A reitoria e os diretores gerais, como já destaquei, se debruçaram em usar os recursos abundantes que chegavam. Houve, também, coisas pactuadas que não foram consideradas por ninguém. O exemplo mais importante, na minha percepção, é a relação um professor para 18 alunos.

Entrevistador. Acredita que deveria existir um novo Reuni ou uma continuidade ou outro programa nas universidades federais?

Entrevistado. A resposta é muito simples, sim. Mas, antes da continuidade ou de um novo programa, é necessário resolver os problemas que ficaram pendentes.

A UTFPR está vivendo um drama, embora as pessoas não tenham percebido. Corremos o risco de perder, com o passar do tempo, quase o mesmo número de

professores que o Reuni nos proporcionou. Vou explicar. Quando fomos transformados em universidade, tínhamos aproximadamente 1.400 professores na carreira do EBTT e pouco mais de 200 na carreira do magistério superior.

Todos os professores concursados que chegaram depois de 2005 vieram na carreira do magistério superior. Concomitante com a transformação, a UTFPR recebeu um quantitativo significativo de códigos de vagas que deveriam ficar num banco para, gradualmente, substituírem as vagas de EBTT que fossem vagando com situações como aposentadorias, mortes e pedidos de exoneração.

Não me lembro do número exato, mas era algo entre 400 e 500 códigos. Periodicamente o MEC recolhia os códigos de EBTT vagos.

Tudo ocorreu fluidamente até os códigos acabarem. Quando acabou, o MEC não tinha códigos para recompor o banco acordado anteriormente.

O problema foi muito agravado quando um funcionário do MEC, que não sei e não quero saber quem é, comunicou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que a UTFPR, enquanto universidade, não tinha mais o quadro de EBTT.

Até hoje ninguém, nem no MEC, sabe porque esta insanidade, para não usar outro adjetivo, foi feita. Tão logo o Planejamento recebeu a comunicação, o banco foi extinto. Detalhe, ainda tínhamos quase mil professores na carreira.

A situação não ficou crítica porque os códigos vagos, que não podíamos utilizar para a realização de concurso, eram usados para a contratação de professores substitutos.

Em 2021, na esteira do desmonte que vem sendo realizado nas universidades federais pelo governo Bolsonaro, a contratação de professores substitutos nestes códigos foi vedada e as vagas desocupadas foram confiscadas.

Se nada for feito, e atual reitoria não me parece disposta ao embate para recuperar aquilo que nos foi indevidamente retirado, com a desocupação vegetativa das vagas EBTT, vamos perder aproximadamente 800 códigos. Destes, 171 já foram. Assim, como coloquei no início desta resposta, é preciso resolver as pendências.

Avançando na resposta, digo que a universidade pública custa muito caro para a sociedade brasileira, mas é necessária. Abrir mão das universidades públicas, num país em desenvolvimento e permeado por contrastes como é o Brasil, produzirá um futuro desencantado.

As próximas gerações viverão num país condenado a condição de exportador de commodities e bens primários. Não podemos esquecer que mais de 95% do conhecimento produzido no Brasil é feito dentro das universidades públicas.

Agora, nossa história recente mostra que existem governos, principalmente os de direita, que enxergam a universidade como problema, e não solução. Num mundo plano e sem vacina, talvez, realmente sejam, elas formam pessoas esclarecidas.

Fiz estas colocações para dizer que, indiscutivelmente, é necessário um novo programa de reestruturação e expansão das universidades federais.

O Reuni foi show. Mas, não acredito que um novo Reuni será editado, pelo menos em médio prazo. Hoje nem o mínimo necessário está sendo alocado nas universidades. Sem recursos não existe autonomia.

Entrevistador. Por que a UTFPR avançou nos cursos noturnos de engenharia?

Entrevistado. A USP, principal universidade brasileira, começou um movimento importante na oferta de cursos de engenharia no período noturno. Este movimento diz muito, mas necessita ser contextualizado.

Existem sinais que, no futuro, as universidades brasileiras serão divididas em universidades de ensino e universidades pesquisa. O Print Capes deu sinais na direção que mencionei. Ser uma universidade de ensino não é demérito, mas, pelo que conheço do sistema, também não é o futuro idealizados nos PPIs e PDIs de grande parte das universidades federais.

Quando fui reitor, o Professor Luis Maurício Martins de Resende esteve na frente da PROGRAD. Ele sempre defendeu uma política voltada para a excelência, algo que concordo. A excelência na USP é algo natural. Numa jovem universidade como a UTFPR não é.

O entendimento dele era o de que um curso de engenharia noturno, apesar do importante papel social, seria um curso mais longo, de pelo menos seis anos, com uma retenção e evasão altíssima.

Além disso, o perfil do ingressante seria o de alguém que trabalha o dia todo, com possibilidades limitadas de realizar atividades de pesquisa e extensão. Penso que ele estava correto no diagnóstico.

Adicionalmente, a oferta de cursos de engenharia no período noturno certamente determinaria o fechamento de vários cursos de tecnologia. A UTFPR tem uma responsabilidade histórica com a modalidade. Como já coloquei, ainda como CEFET-PR, a instituição foi responsável pelo “ressurgimento” da modalidade no Brasil.

Este passado não deve ser esquecido. Assim, manter a “aposta” da instituição nesta modalidade no período noturno tem sentido. As tecnologias são cursos mais enxutos, com menores exigências e maior taxa de sucesso. O seu papel social é indiscutível.

O Professor sempre falava: “queremos ser a melhor engenheiro do Brasil”. Com o curso noturno a meta se torna mais distante.

O caminho tracejado, e nesse ponto a graduação teve liberdade e fez uma construção coletiva, foi muito mais elitista.

Particularmente penso que se não fosse estabelecida a diretriz, passaríamos a conviver com a migração de cursos para o período noturno. Talvez, a atratividade aumentasse, mas perderíamos mais alunos que já perdemos.

Não podemos esquecer que a evasão representa o desperdício de dinheiro público, e qualquer desperdício é muito ruim para a sociedade.

Mesmo muito jovem, a UTFPR ficou situada entre as 500 melhores jovens universidades do mundo no THE, talvez o mais importante ranking do mundo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2021). Esse é um resultado significativo fruto políticas internas.

Correta ou não, a diretriz de não abrir cursos de engenharia no período noturno é congruente com a meta de formar o melhor engenheiro do Brasil. Métodos inovadores de ensino, como o MEI-U, pavimentam este caminho. Acredito no sonho e no caminho trilhado.

Entrevistador. O Reuni não apagou muito do legado deixado pelo CEFET-PR para a UTFPR?

Entrevistado. Apagou. A transformação deixou definitivamente os cursos técnicos para trás. O Reuni trouxe um outro professor para a instituição. O passado se perdeu muito rapidamente. O Brasil precisa muito dos cursos técnicos, mas este papel, em nível federal, agora, é dos IFs. Então, não adianta discutir se os cursos técnicos eram bons ou ruim.

A página virou. Em paralelo, as legislações também mudaram. Decorrente das mudanças ocorreu, por exemplo, o estabelecimento de um novo perfil do professor da instituição. Nos tempos do CEFET, parcela significativa dos docentes não tinham no magistério sua ocupação principal. Eram profissionais que atuavam na iniciativa privada durante o dia e ministravam aulas no período da noite. A titulação média destes docentes era baixa, muitos não tinham nem mestrado.

Para ilustrar, no Campus Ponta Grossa, um dos três mais qualificados do sistema, em 2000, eu fui o terceiro doutor. Tínhamos em nosso quadro professores que trabalhavam em empresas de telecomunicações, de energia elétrica, e, quase sempre, possuíam regime parcial de trabalho (20 horas).

O regime de dedicação exclusiva era reservado para alguns poucos professores, principalmente para aqueles que atuavam na gestão. Este perfil tem um lado muito bom, a possibilidade de trazer para os estudantes experiências do mundo real, e outro muito ruim, o fato deste profissional não priorizar a docência.

Com o Reuni, isto mudou. Não sei o percentual exato, mas acredito que, hoje, muito mais de 50% dos docentes da instituição não sabem o que era o CEFET-PR, no máximo, ouviram falar.

Passou-se a priorizar a contratação de docentes com doutorado para atuarem em regime de dedicação exclusiva. Mais tarde a obrigatoriedade do título de doutor em concursos para as universidades federais adentrou no aparato legal.

Com efeito, o índice de qualificação do corpo docente (IQCD) e a pós-graduação cresceram exponencialmente. O lado ruim do processo foi que este “novo” profissional deixou de trazer a vivência prática, que não tem, para os alunos.

Muitos professores trazidos pelo Reuni eram engenheiros que fizeram graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, sem nunca terem pisados numa indústria. Aquilo que caracterizava o CEFET, a proximidade com o setor produtivo, em medida importante se perdeu.

Os cursos da UTFPR tornaram-se mais teóricos. O Professor Luis Maurício dizia: “estamos formando engenheiros de cativeiro, engenheiros para a pós-graduação”, em outras palavras, estamos esquecendo da indústria. Entendo que esta leitura é correta.

Além disso, até internamente, falta clareza do que é uma universidade tecnológica. Na minha leitura, com exceção do foco nas engenharias, nada nos diferencia de uma universidade clássica, e sistematicamente existem tentativas de romper com este foco. No Brasil não existem referências do que é uma universidade tecnológica.

Os servidores chegam na UTFPR sem saber o que é uma universidade tecnológica. E pior, mesmo depois de estarem na instituição, continuam sem saber. O Professor Éden sempre fala: “Os professores saem da pós-graduação querendo ser igual aos seus orientadores. Se o orientador vem de chinelo dar aula, ele quer dar aula de chinelo, com a mesma bermuda, e fazer a mesma coisa que ele aprendeu”.

Estamos nos transformando, apesar de esforços de algumas gestões, em uma universidade tecnológica com **t** minúsculo. Nesta direção, um limitador importante é a inviabilidade de contratação de profissionais da indústria. Em Ponta Grossa estão instaladas fábricas importantes, a DAF é uma delas.

A UTFPR não pode, por exemplo, contratar um profissional, um alto executivo ou mesmo o presidente desta indústria para ministrar duas aulas a cada 15 dias para alunos da engenharia de produção ou mecânica.

Eu vi isto em universidades tecnológicas de vários países. Estas quatro aulas no mês agregariam muito crescimento e formação dos estudantes. Existem muitas outras limitações produzidas por **amarras legais** do Brasil. O estudante e, por extensão, a sociedade perdem.

É ilusão dizer que a universidade tem autonomia. Mesmo a legislação dizendo que tem, na realidade concreta, a autonomia é uma “peça de ficção”. No máximo, e com limites claros, as universidades têm autonomia pedagógica.

Desde a Constituição Cidadã de 1988, a autonomia universitária nunca foi regulamentada, certamente por falta de vontade política. Nem mesmo o governo que fez muito pelas universidades federais se preocupou com o estabelecimento de uma lei orgânica das universidades.

Os contornos atuais, políticos e legais, limitam o futuro, as vicissitudes apagam a história e estreitam os papéis. Foi assim com a história do CEFET-PR na UTFPR. Está sendo assim com este patrimônio da sociedade brasileira, as universidades federais, com as ações de governos como o atual, o governo Bolsonaro.

Entrevistador. E especificamente em relação a evasão?

Entrevistado. Penso que ninguém em sã consciência imaginava que o percentual de 90% seria atingido por alguma universidade.

Na UTFPR, o cenário era ainda mais complexo. Por que? Porque, basicamente, as vagas ofertadas passaram a ser nas engenharias e nas licenciaturas. As engenharias são cursos com alta retenção e evasão. As licenciaturas são cursos de baixa procura, mas que também apresentam elevada evasão. Trata-se de algo histórico.

É impossível uma universidade que oferta mais de 4 mil vagas não perder um percentual de alunos. Em medicina, a evasão pode até ser muito baixa ou, em alguns poucos casos, não acontecer.

Numa engenharia não é assim. O que foi feito? Sem ser prioridade, tentou-se minimizar a perda. E por que não era prioridade? O número de alunos aumentou muito, o orçamento dos campi também.

O orçamento recebido, até a consolidação dos novos cursos, no prazo pré-estabelecido de 10 anos, considerava a entrada e, na saída, a taxa de 90% de sucesso, mesmo esta taxa não existindo.

Como a saída não era considerada, os campi sempre prestaram mais atenção na “porta de entrada” do que com a “porta de saída. Para os campi e para a instituição não fazia nenhuma diferença.

Adicionalmente temos uma geração que dá menos importância para um diploma de um curso superior. Para a diminuição da importância, existe muita “propaganda”, até mesmo “oficial”, para descaracterizar a importância da universidade.

O atual ministro da educação, Milton Ribeiro, ligado ao ensino superior privado, afirmou que as “vedetes” do futuro serão os IFs, por formar técnicos. As universidades, segundo o ministro, não são úteis a sociedade. Não foi uma fala isolada.

Desde a campanha para a presidência do Brasil, os ataques feitos por meio de fake news pelo grupo do presidente Bolsonaro contra as universidades federais brasileiras sempre chegaram na mídia. Outro exemplo da desconstrução que mencionei está na fala de Elon Musk, o “todo poderoso” dono da Tesla.

Para Musk, "você não precisa ter uma formação universitária. Você vê pessoas como Steve Jobs, Bill Gates, por exemplo. Eles não concluíram as suas faculdades, contudo contratá-los seria, certamente, uma ótima ideia para qualquer empresa.

Com uma excepcional habilidade e um bom objetivo, você está apto para o futuro". Está se criando uma percepção absolutamente equivocada.

Falando especificamente da evasão, muitas variáveis são determinantes para que a mesma aconteça. A mais determinante é a questão financeira. O sistema de cotas, absolutamente correto, “permitiu” a entrada de estudantes com menor renda nas universidades federais.

O Reuni trouxe a assistência estudantil. Mas os valores destinados pelo Governo Federal para a assistência estudantil nunca chegaram sequer próximos do realmente necessário.

Resolveu? Não, apesar de fundamental, no máximo minimizou o problema. Adicionalmente, trouxeram um novo problema para as universidades federais. Como os valores disponibilizados estavam muito aquém da demanda, quase todas as universidades federais passaram a deslocar parte do seu já insuficiente orçamento para a assistência estudantil. Na prática, vai faltar em outro lugar.

Outras variáveis importantes são: uma formação deficiente nos níveis anteriores de ensino; métodos de ensino inadequados; questões pessoais; e falta de identificação com o curso escolhido.

Olhando estas variáveis, fica evidente que a universidade pode até intervir em algumas delas, a assistência estudantil é uma forma de intervenção. Agora, em outras, como questões pessoais e falta de identificação com o curso escolhido, quase nada pode ser feito. Se não é possível fazer nada, como diminuir a evasão.

Tem mais uma coisa, pouquíssimo mencionada, mas que entendo ser relevante. Quem abandona uma vaga pública, e por consequência desperdiça dinheiro pública, não sofre nenhuma consequência, não acontece nada. Pode-se fazer uma analogia, inclusive com o que mencionei a pouco: não fazia nenhuma diferença para as universidades, em cursos novos, ter uma taxa alta de sucesso.

Se a taxa fosse zero, o orçamento seria o mesmo. O Reuni produziu uma oferta abundante de vagas nas universidades federais. Ficou fácil trocar de curso, e isto aconteceu muito. A evasão que devia diminuir, aumentou. Sou um defensor convicto de universidade pública, de qualidade e gratuita.

Agora, quem abandona uma vaga pública, que muito possivelmente seria ocupada por outro estudante, sem nenhuma justificativa, deveria ressarcir o erário, ou, pelo menos, ficar impedido de ocupar outra vaga pública. Isto mudaria muito o quadro de evasão, tenho certeza.

Pode-se falar também do SISU, sistema de seleção adotado para todas as vagas em nível de graduação ofertadas pela UTFPR. O SISU, tal qual o Reuni, criou muitas soluções e trouxe problemas.

Muitos professores da UTFPR são frontalmente contrários ao SISU, e reivindicam a volta do vestibular. O entendimento é que o sistema “não seleciona” o ingressante. Respeito, mas penso que a posição é equivocada. Estes professores não enxergam que, apesar de problemas que existem, as soluções superam em muito os problemas.

Mais. Com a baixa qualidade da educação básica pública no Brasil, o aluno que chega, seja pelo SISU ou pelo vestibular, não atende e não atenderá as expectativas destes professores. A notícia ruim é que o quadro não será revertido nem em médio prazo.

Agora, ser professor é ensinar, ensinar o aluno que chega bem formado e também o que chega mal formado. Discutir se um aluno deveria ou não estar na universidade é inócuo. Se está, tem que ser formado. E não devemos esquecer que o professor recebe salário para ensinar.

Com o SISU, o cenário mudou para melhor em muitos campi do interior, principalmente nos situados em municípios menores. Entre os campi que mudaram, incluo o Campus Medianeira.

Antes do SISU, muitas vagas ofertadas nestes campi não eram ocupadas. Depois, a procura e a ocupação de vagas aumentou. Agora, o SISU trouxe variáveis novas. Uma delas, muito provavelmente, contribui para a evasão, a vinda de estudantes de todas as regiões do Brasil.

Mesmo esta diversidade sendo importante, muitos estudantes não se adaptam e retornam. Outro problema é que poucos ficam depois de formados. O trabalho mais importante relativo à evasão foi realizado por uma comissão, alguns anos atrás, que foi presidida pelo Professor Gilberto Souto.

O problema foi enfrentado, mas os resultados, mesmo existindo, foram tímidos. Nada próximo dos 90% pactuados. Objetivando a resposta, a instituição até tomou medidas de enfrentamento, mas a evasão nunca foi prioridade, nem antes e nem depois do Reuni.

Entrevistador. Qual foi do impacto nos campi?

Entrevistado. Muito grande. Para fazer uma conta rasa, vou usar a realidade do Campus Ponta Grossa, um campus médio e a qual conheço muito bem.

O Campus Ponta Grossa, antes do Reuni, tinha um quadro de aproximadamente 130 professores. Depois do Reuni chegou em aproximadamente 240 professor.

De forma objetiva estamos falando de um crescimento muito próximo dos 85%. Seis campi tiveram o “Reuni 2”. Nestes, o percentual de crescimento é ainda maior. A conta de 18 alunos para um professor não foi feita. Se fosse feita, mesmo sendo absurda, teríamos o tamanho “ideal” do campus.

Com ajustes, estaríamos falando de mais de 4 mil alunos. Não temos este número de alunos, mas também não estamos longe. O crescimento da área construída, de técnicos administrativos e de equipamentos não chegou aos 85%, mas foi expressivo. Este crescimento reflete o foco dado ao Reuni pela UTFPR: priorizou a contratação de professores.

Sem o Reuni, os campi do interior, principalmente, seriam muitos menores do que são hoje. Ponta Grossa dificilmente teria mais que os 130 professores de 2005, 2006.

A condição de universidade tecnológica, o porte dos campi e da instituição e o foco nas engenharias tornou a instituição mais visível, respeitada e importante. Indubitavelmente esta condição não seria alcançada em tão pouco tempo.

Nos tornamos uma universidade muito grande, o que implica em ter problemas grandes. A evasão é certamente um dos problemas não solvidos.

Entrevistador. Findado o Reuni, como ficaram os indicadores pactuados?

Entrevistado. A participação em um edital como o Reuni implica em assumir determinados compromissos para se ganhar algo. O tratado, pactuado, nunca é caro.

A UTFPR cumpriu tudo o que pactuou? Poderia responder simplesmente: não. Mas prefiro ver a coisa por outro ângulo. Naquilo que era possível e relevante, a UTFPR foi muito além. A sociedade, de quem a universidade é fiel depositária de seus filhos, ganhou.

Naquilo que não era possível, mesmo sendo relevante, e nesta seara coloco os 90%, a relação 1 para 18, até tentou. Talvez podia tentar mais, mas tentou. O resultado não veio e não tinha como vir, mesmo que se fizesse muito mais.

Devo registrar que não havia nenhuma sanção prevista para quem não cumprisse o pactuado. Se for perguntado nas universidades, ou mesmo no MEC, ninguém se lembra do que foi pactuado.

Entrevistador. Professor, obrigado pela entrevista.

APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Pelo presente termo de consentimento, declaro que fui informado (a) de forma clara da elaboração e organização da dissertação: **O Programa Reuni e os Impactos Produzidos no Campus Ponta Grossa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, com a publicação prevista para o ano de 2023.

Nesse termo e considerando-me livre e esclarecido (a), consisto em participar dos propósitos dessa dissertação, resguardando aos organizadores o uso das informações geradas e expressando a concordância com a divulgação pública do trabalho na forma como for por elas decidido. As pessoas responsáveis pela organização desse trabalho são:

Data:

Nome do participante:

E-mail:

Assinatura: